



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

GUSTAVO OLIVEIRA TELES DE MENEZES

A QUESTÃO DA NEUTRALIDADE NAS RELAÇÕES RÚSSIA-SÉRVIA

CAMPINAS

2019

GUSTAVO OLIVEIRA TELES DE MENEZES

A QUESTÃO DA NEUTRALIDADE NAS RELAÇÕES RÚSSIA-SÉRVIA

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, defesa e segurança internacional”.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DE-
FENDIDA PELO ALUNO GUSTAVO OLI-
VEIRA TELES DE MENEZES E ORIEN-
TADA PELO PROF. DR. SEBASTIÃO
CARLOS VELASCO E CRUZ.

CAMPINAS

2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

OL41q Oliveira, Gustavo, 1991-
A questão da neutralidade nas relações Rússia-Sérvia / Gustavo Oliveira
Teles de Menezes. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Sebastião Carlos Velasco e Cruz.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

Em regime interinstitucional com: UNESP E PUC-SP.

1. Segurança Internacional. 2. Neutralidade. 3. Balcãs (Península). 4. Rússia
- Relações Internacionais. 5. Sérvia (Iugoslávia) - História. I. Cruz, Sebastião
Carlos Velasco e, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The neutrality question in Russia-Serbia relations

Palavras-chave em inglês:

International Security

Neutrality

Balkan Peninsula

Russia - International Relations

Serbia (Yugoslavia) - History

Área de concentração: Paz, Defesa e Segurança Internacional

Titulação: Mestre em Relações Internacionais

Banca examinadora:

Sebastião Carlos Velasco e Cruz [Orientador]

Reginaldo Mattar Nasser

Fabiano Pellin Mielniczuk

Data de defesa: 30-04-2019

Programa de Pós-Graduação: Relações Internacionais

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-5410-0942>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/3379794109504504>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 30 de abril de 2019, considerou o candidato Gustavo Oliveira Teles de Menezes aprovado.

Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz

Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser

Prof. Dr. Fabiano Pellin Mielniczuk

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente a meus pais Franklin e Sandra, pelo apoio irrestrito e incondicional ao longo não só desta trajetória acadêmica, mas por toda a vida.

À Gessica, pelo amor, paciência, confiança e companheirismo a toda hora - e mais ainda nos momentos mais difíceis.

A todos os colegas do PPGRI San Tiago Dantas, especialmente Ângelo Lira, Bruce Roberto Scheidl Campos, Diego Araújo Góis, João Paulo Nicolini Gabriel, Marcel Artioli, Roberto Teles e Rodrigo Amaral, pela amizade e o compartilhamento da experiência da pós-graduação.

Aos professores do PPGRI San Tiago Dantas, pela cordialidade e a nobre dedicação ao compartilhamento do conhecimento.

Aos funcionários do PPGRI San Tiago Dantas, por diariamente proverem um ambiente acolhedor e propício para o exercício da pesquisa e do ofício acadêmico. Agradeço especialmente a Giovana Vieira, Graziela Jackyman e Isabela Silvestre pela solicitude de sempre. Agradeço, também, a Camila Magalhães, da Secretaria de Pós-Graduação em Ciência Política e Reações Internacionais da Unicamp, pela sempre presente prestatividade.

Aos colegas do Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (GECI) pela amizade, os debates em alto nível e o espaço para a produção acadêmica. Agradeço especialmente a oportunidade de debater o texto de qualificação, experiência que trouxe valiosa contribuição para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos colegas do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais (NEAI), particularmente ao seu coordenador, professor Marco Aurélio Nogueira, pela acolhida, o compartilhamento de conhecimento e o espaço para o desenvolvimento da produção acadêmica.

Ao professor David Almstadter Mattar de Magalhães, pela amizade e a confiança ao longo do estágio docência na PUC-SP.

A Nebojša Vuković, pelo auxílio com respeito à literatura relacionada ao tema da pesquisa [Zahvaljujem se Nebojši Vukoviću na pomoći oko literature vezane za temu istraživanja].

A Aleksandr Pivovarenko, pela gentileza e a disposição em compartilhar conhecimento [Благодарю Александра Пивоваренко за любезность и готовность делиться знанием/Blagodaryu Aleksandra Pivovarenko za lyubeznost' i gotovnost' delit'sya znaniem].

Ao professor Sebastião Carlos Velasco e Cruz, pela orientação, os conselhos e a confiança depositada ao longo da produção deste trabalho.

Ao professor Reginaldo Mattar Nasser, pela participação nas bancas de defesa e qualificação, bem como pelo conhecimento e os valiosos comentários e conselhos compartilhados na qualificação, nas aulas de metodologia e em diversas outras ocasiões.

Ao professor Fabiano Pellin Mielniczuk, pela participação na banca de defesa.

Ao professor Evgeny Pashentsev, pela cordialidade e os valiosos comentários, conselhos e sugestões na ocasião da banca de qualificação. Agradeço ao professor Samuel Alves Soares por viabilizar tal contato e enriquecedora experiência.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço à CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

RESUMO

O trabalho tem como objeto a perspectiva da Rússia sobre a neutralidade da Sérvia, isto é, a política do país balcânico de não entrada em alianças militares como a OTAN e seu não alinhamento às políticas ocidentais contrárias à Rússia, como sanções e outras resoluções de caráter oficial, que implicam a potencial limitação da integração da Sérvia à União Europeia. Precisamente, objetiva-se compreender: as motivações de tal postura por parte da Rússia com respeito à Sérvia; as razões pelas quais Rússia e Sérvia não desenvolveram uma aliança militar e os motivos pelos quais Moscou não buscou incluir o país dos Balcãs de forma plena nos projetos de integração política, econômica e securitária liderados pela Rússia; e a maneira como a pauta da neutralidade evoluiu nas relações bilaterais. Nesse sentido, o trabalho avança três argumentos principais. Em primeiro lugar, a defesa russa da neutralidade sérvia se deve primariamente a considerações políticas-ideacionais: ainda que o peso da Sérvia em termos geopolíticos e militares possua significado periférico para Moscou, o posicionamento externo do país balcânico implica uma convergência com as concepções russas sobre a arquitetura de segurança na Europa no Pós-Guerra Fria. Em segundo lugar, a opção pela defesa da neutralidade se impôs sobre a de uma aliança militar e da inclusão plena da Sérvia em projetos de integração russos em virtude, além da indisposição sérvia para tanto, da percepção de repercussões periféricas do posicionamento da Sérvia para a segurança da Rússia na rivalidade desta última com as potências ocidentais. Soma-se a isso, por fim, a percepção de que os Balcãs, para a Rússia, não constituem uma fonte de interesses da mesma ordem que o espaço pós-soviético. Finalmente, no que diz respeito à assertividade e aos meios utilizados pela Rússia na defesa da neutralidade sérvia, a atuação de Moscou refletiu as mudanças no padrão de relações com os EUA e a União Europeia, bem como o alcance de capacidades e interesses russos nos Balcãs. A pesquisa fundamenta-se na revisão de literatura e na análise de documentos, declarações, decisões de políticas e da cobertura jornalística pertinente aos assuntos discutidos.

Palavras-chave: Segurança Internacional; Neutralidade; Balcãs (Península); Rússia - Relações Internacionais; Sérvia (Iugoslávia) - História.

ABSTRACT

The object of this work is Russia's perspective on Serbia's neutrality, that is, the Balkan country's policy of non-accession to military alliances such as NATO and its non alignment with Western policies contrary to Russia, such as sanctions and other official resolutions, which imply the potential limitation of Serbia's integration into the European Union. Precisely, this study aims to understand: the reasons behind such positioning by Russia regarding Serbia; the reasons why Russia and Serbia did not develop a military alliance, as well as the reasons why Moscow did not seek to fully include Serbia in political, security and economic integration projects led by Russia; and the way the neutrality agenda evolved in bilateral relations. In this connection, this study advances three main arguments. First, Russia's defense of Serbian neutrality owes primarily to political-ideational considerations: even if Serbia's weight in geopolitical and military terms has peripheral meaning for Moscow, the Balkan country's external positioning implies a convergence with Russian conceptions of the post-Cold War European security architecture. Second, the option for the defense of neutrality has imposed itself over those of a military alliance and the full inclusion of Serbia in Russian integration projects because of, besides Serbia's own unwillingness to do so, the perception of peripheral repercussions of Serbia's positioning to Russia's security in its rivalry with the Western powers. To this, finally, can be added the perception that the Balkans, for Russia, are not seen as a source of interests to the same degree as the post-Soviet space is seen. Finally, concerning Russia's assertiveness and means used in the defense of Serbian neutrality, Moscow's behavior has reflected the changes in the patterns of its relations with the USA and the European Union, as well as the reach of its capacities and interests in the Balkans. The research is based on literature review and on the analysis of official documents, declarations, policy decisions and the journalistic coverage related to the themes discussed.

Keywords: International Security; Neutrality; Balkan Peninsula; Russia - International Relations; Serbia (Yugoslavia) - History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Mapa 1 – A evolução da OTAN e do Pacto de Varsóvia na Europa (1949-1990)..... | 37 |
| Mapa 2 – A CEI e seus Estados associados..... | 45 |
| Mapa 3 – A expansão da OTAN..... | 47 |
| Mapa 4 – Rússia, Sérvia e os Bálcãs às vésperas da Primeira Guerra Mundial..... | 76 |
| Mapa 5 - A Sérvia na unificação do RSCE/Iugoslávia monárquica | 77 |
| Mapa 6 – A Sérvia na Iugoslávia socialista..... | 85 |
| Mapa 7 – A RFI, a República Sérvia e a RSK durante as guerras iugoslavas..... | 95 |
| Mapa 8 – Rota projetada do gasoduto <i>South Stream</i> | 110 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|---|
| AEA | Acordo de Estabilização e Associação com a União Europeia |
| CCE | Casa Comum Europeia |
| CEE | Comunidade Econômica Europeia |
| CEI | Comunidade dos Estados Independentes |
| CFE | Tratado sobre Forças Armadas Convencionais na Europa |
| CHRS | Centro Humanitário Russo-Sérvio |
| COMECON | Conselho para Assistência Econômica Mútua |
| CSCE | Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa |
| CSNU | Conselho de Segurança das Nações Unidas |
| DOS | Oposição Democrática da Sérvia |
| DS | Partido Democrático |
| DSS | Partido Democrático da Sérvia |
| EaP | Parceria Oriental |
| ENP | Política de Vizinhança Europeia |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| IFOR | Força de Implementação na Bósnia-Herzegovina (<i>Implementation Force</i>) |
| IPAP | Plano de Ação de Parceria Individual com a OTAN |
| JNA | Exército Popular Iugoslavo |
| KFOR | Kosovo Force |
| KPJ | Partido Comunista da Iugoslávia |
| MChS | Ministério de Situações de Emergência da Rússia |
| MID | Ministério de Negócios Estrangeiros da Federação Russa |
| NIS | Indústria Petrolífera da Sérvia |
| NPP | Novo Pensamento Político |
| NRC | Conselho Rússia-OTAN |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OSCE | Organização para a Segurança e Cooperação na Europa |
| OTAN | Organização do Tratado do Atlântico Norte |

| | |
|------|--|
| OTSC | Organização do Tratado de Segurança Coletiva |
| PCUS | Partido Comunista da União Soviética |
| PDSC | Política de Defesa e Segurança Comum da União Europeia |
| PESC | Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia |
| PfP | Parceria para a Paz |
| PJC | Conselho Conjunto Permanente Conjunto Rússia-OTAN |
| RFI | República Federal da Iugoslávia |
| RSCE | Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos |
| RSK | República Sérvia de Krajina |
| SFOR | Força de Estabilização na Bósnia e Herzegovina (<i>Stabilization Force</i>) |
| SKJ | Liga dos Comunistas da Iugoslávia |
| SKS | Liga dos Comunistas da Sérvia |
| SNS | Partido Progressista Sérvio |
| SPS | Partido Socialista da Sérvia |
| SRS | Partido Radical Sérvio |
| SVR | Serviço de Inteligência Externa da Federação Russa |
| TPII | Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia |
| TSE | Tratado de Segurança Europeia |
| UE | União Europeia |
| UEE | União Econômica Eurasiática |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 1.1. Apresentação do tema de pesquisa..... | 13 |
| 1.2. A neutralidade nas Relações Internacionais e visões sobre o caso russo-sérvio..... | 19 |
| 1.3. Perspectiva e estrutura do trabalho, métodos e fontes..... | 29 |
| 2 A POLÍTICA EXTERNA RUSSA NO PÓS-GUERRA FRIA E A QUESTÃO DA ARQUITETURA DE SEGURANÇA EUROPEIA..... | 33 |
| 2.1. O fim da URSS e o surgimento da questão da arquitetura de segurança europeia no Pós-Guerra Fria..... | 34 |
| 2.2. Consenso liberal ? A era Yeltsin e as primeiras tensões russo-ocidentais..... | 39 |
| 2.3. Putin 1: entre o pragmatismo cooperativo e a grande potência assertiva..... | 48 |
| 2.4. O tandem Medvedev-Putin e o Tratado de Segurança Europeia..... | 55 |
| 2.5. Putin 2: a Rússia na renovada era de rivalidade entre as grandes potências..... | 61 |
| 3 AS RELAÇÕES HISTÓRICAS ENTRE RÚSSIA E SÉRVIA..... | 68 |
| 3.1. O Império Russo nos Bálcãs e o desenvolvimento do Estado sérvio moderno até a Primeira Guerra Mundial..... | 69 |
| 3.2. A URSS e a Iugoslávia monárquica: da hostilidade mútua à tentativa de aliança..... | 77 |
| 3.3. A URSS e a Iugoslávia socialista: da aliança à divergência de caminhos na Guerra Fria..... | 82 |
| 3.4. A URSS/Rússia, a Sérvia/os sérvios e a desintegração da Iugoslávia..... | 91 |
| 4 RÚSSIA E SÉRVIA NOS BÁLCÃS DO SÉCULO XXI..... | 102 |
| 4.1. A abordagem russa para a Sérvia e os Bálcãs depois da Guerra do Kosovo..... | 102 |
| 4.2. As negociações de <i>status</i> do Kosovo e a expansão energética: a “volta” da Rússia, via Sérvia, aos Bálcãs ?..... | 108 |
| 5. A RÚSSIA E A NEUTRALIDADE SÉRVIA..... | 120 |
| 5.1. Rússia, Sérvia e as negociações sobre o <i>status</i> final do Kosovo: contextualização.... | 121 |
| 5.2. Rumo a uma aliança militar ? O fator russo na questão do Kosovo e no surgimento da neutralidade da Sérvia..... | 124 |
| 5.3. Os desdobramentos da Guerra Russo-Georgiana e do Tratado de Segurança Europeia..... | 130 |
| 5.4. Neutralidade ou aliança ? A cooperação militar-securitária entre Rússia e Sérvia..... | 138 |
| 5.4.1. O Centro Humanitário Russo-Sérvio: uma base militar russa na Sérvia ?..... | 138 |
| 5.4.2. A participação da Sérvia na OTSC..... | 143 |
| 5.4.3. Os acordos militares russo-sérvios..... | 146 |
| 5.5. Os ecos da Ucrânia..... | 148 |
| 5.5.1. A cooperação militar russo-sérvia e suas implicações no período pós-crise ucraniana..... | 152 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 158 |
| REFERÊNCIAS..... | 164 |

1 INTRODUÇÃO

1.1. Apresentação do tema de pesquisa

Em julho de 2017, a agência de notícias norte-americana Bloomberg publicou entrevista com Ana Brnabić, a primeira-ministra da Sérvia, em que a representante do país balcânico teria afirmado que este último, se forçado a escolher entre laços próximos com a Rússia e o acesso à União Europeia (UE), optaria pela segunda opção. Ainda segundo Brnabić, a decisão pelo bloco europeu, que definiu como rumo estratégico da Sérvia, seria tomada mesmo levando em conta o histórico sentimento de proximidade de seu país com a Rússia.¹

A afirmação causou desconforto nas relações entre Belgrado e Moscou. Dias depois da publicação do material, Brnabić se reuniu com o embaixador russo na Sérvia, Aleksandr Chepurin, e entregou-lhe uma transcrição do original da entrevista. De acordo com Maria Zakharova, porta-voz do ministério de relações exteriores da Rússia (MID, do russo *Ministerstvo Innostranykh Del*), a primeira-ministra sérvia tratou de esclarecer ao diplomata que suas palavras foram mal interpretadas pelos jornalistas da Bloomberg. Ainda segundo Zakharova, a polêmica afirmação atribuída a Brnabić não constava no material entregue ao embaixador Chepurin. As explicações providas pela primeira-ministra sérvia, por fim, foram classificadas como “satisfatórias” pela oficial russa (RÚSSIA, 2017). Parte da oposição sérvia criticou a atitude de Brnabić, enxergando nela uma demonstração de subserviência à Rússia (SPORNI ..., 2017). À época, Ivica Dačić, ministro de relações exteriores da Sérvia, afirmou que, embora seu país estivesse caminhando para o acesso à UE, Belgrado não sucumbiria a escolhas binárias que envolvessem a renúncia aos bons laços com a Rússia, tida como parceira crucial na defesa da integridade territorial sérvia em sua antiga província secessionista do Kosovo (SERBIA’S PM ..., 2017).

O motivo da controvérsia desse episódio, que evoca as relações hierárquicas típicas das esferas de influência no sistema internacional, está na contradição que a afirmação de Brnabić teria com a política de neutralidade da Sérvia. Isto, porque a admissão do país à UE subtende a harmonização de sua política externa com a do bloco. Esta, assim como a política externa dos Estados Unidos da América (EUA), tem se caracterizado nos últimos anos por sanções e posicionamentos contrários à Rússia derivados de disputas em torno de questões como os conflitos na Geórgia (2008) e na Ucrânia (2014).

¹ Ver Savic e Filipovic (2017).

Frente a esse quadro, o não alinhamento da Sérvia nos contenciosos entre os países ocidentais e a Rússia – que implica, por exemplo, a potencial limitação de seu ingresso na UE-, bem como sua declaração, feita em 2007, de que não ingressará em alianças militares – decisão primordialmente direcionada à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) -, constituem o núcleo do que se compreende como a neutralidade do país balcânico. No contexto do acirramento da rivalidade entre as grandes potências nos últimos anos, a neutralidade declarada pela Sérvia, do ponto de vista de Moscou, subtende certas expectativas de comportamento com respeito à Rússia e a seus adversários ilustradas exatamente pela polêmica protagonizada por Ana Brnabić e Aleksandr Chepurin.

Tendo em vista essa problemática, o objetivo deste trabalho é analisar a perspectiva russa sobre a neutralidade sérvia. Três são as perguntas de pesquisa que se busca responder: quais as motivações da defesa russa da neutralidade da Sérvia, consubstanciada em episódios como o descrito acima ? Porque a opção pela defesa da neutralidade, e não o estabelecimento de uma aliança militar e a inclusão plena da Sérvia em projetos de integração política, econômica e securitária ? Por fim, como a questão da neutralidade nas relações bilaterais evoluiu diante de desenvolvimentos na política externa russa e nas relações da Rússia com as potências ocidentais ?

O sentido e a relevância dessas perguntas e das respostas que lhes correspondem derivam de uma série de motivos, cuja compreensão, evidentemente, exige um esforço de contextualização. A autodeclarada neutralidade da Sérvia remonta ao contexto das discussões em torno do status final do Kosovo ocorridas no seio da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2005 a 2007, cujo insucesso em atingir uma solução consentida entre a Sérvia e sua província de maioria étnica albanesa, sob administração internacional desde o fim da Guerra do Kosovo de 1999, resultou na declaração de independência unilateral desta última em fevereiro de 2008. Naquele período, o governo sérvio, ante o prospecto cada vez mais evidente de que a secessão seria apoiada pelas potências ocidentais sem o seu consentimento, buscou aproximar-se da Rússia, a qual, declarando-se em defesa da norma de respeito à integridade territorial, também se opunha a tal desfecho (BECHEV, 2017, p.55). Participante das negociações e dotada da prerrogativa de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a Rússia, em tese, apresentava-se em posição privilegiada para evitar uma eventual tentativa de violação da integridade territorial da Sérvia.²

² Para um relato detalhado das negociações sobre o Kosovo, ver Ker-Lindsay (2009).

Nesse ambiente de convergência entre os dois países, conjugado a tensões de ambos com as potências ocidentais, o governo sérvio mobilizou a aprovação, em dezembro de 2007, da “Resolução da Assembleia Nacional sobre a proteção da soberania, da integridade territorial e da ordem constitucional da República da Sérvia”. Em seu sexto artigo, explicitamente crítico do papel exercido pela OTAN na secessão do Kosovo, o documento estabeleceu que a Sérvia não ingressaria em qualquer aliança militar até a execução de um eventual referendo sobre o assunto (SÉRVIA, 2009).

Muito embora não tenha, até hoje, ganhado forma nos documentos oficiais da Sérvia para além da mencionada resolução,³ a neutralidade, interpretada naquele contexto, conforme Ejodus (2014, p.51), como um “sinal de amizade à Rússia”, não só ganhou adesão na cena político-partidária do país, transformando-se em uma espécie de política de Estado, como se afirmou na condução de sua política externa em questões que transcendem a dimensão militar a que se restringia em suas origens. Assim, desde 2008, na esteira da Guerra Russo-Georgiana e de suas implicações para as relações da Rússia com as potências ocidentais, a Sérvia tem evitado o alinhamento no jogo de sanções e resoluções oficiais que tem caracterizado o conflito político entre a Rússia e os EUA e a UE, o qual escalou na esteira da guerra civil ucraniana iniciada em 2014 (PERKUČIN; NOVAKOVIĆ, 2017; PETROVIĆ, 2010a; TRAPARA, 2016a).

A afirmação da neutralidade sérvia se deu de forma paralela a dois processos internacionais ocorridos em níveis distintos, mas interseccionados. De um lado, houve a aproximação entre a Sérvia e as potências em conflito; do outro, o aprofundamento das tensões entre a Rússia e as potências ocidentais. No caso da Rússia, a Sérvia desenvolveu significativas parcerias em diversas áreas. No campo econômico, por exemplo, foi estabelecida parceria no setor energético, área chave para a restauração do status de potência perseguido pelos governos de Vladimir Putin na Rússia (BECHEV, 2017, p. 64-67; ENTINA, 2016, p.18-22; RELJIĆ, 2009a, p. 22-29).

No campo militar, por sua vez, os dois países possuem acordo bilateral de cooperação assinado em 2013, o qual constitui a base, por exemplo, para a execução de treinamentos conjuntos de suas forças armadas. A Rússia tornou-se a principal provedora de armamentos para a Sérvia em 2016 e 2017, e os dois países passaram a conduzir negociações de trans-

³ O Ministério da Defesa da Sérvia fez breves elaborações sobre a neutralidade militar em versões preliminares da Estratégia de Segurança Nacional e da Estratégia de Defesa do país (SÉRVIA, 2017a, 2017b). Contudo, até o momento de finalização do presente trabalho, nenhum dos documentos havia sido adotado oficialmente em versão final.

ferência e modernização de equipamentos e infraestrutura militar na Sérvia (BECHEV, 2017, p.187-190; LASHERAS; TCHERNEVA; WESSLAU, 2016, p.7; LOBANOV, 2016, p.254; SIPRI, 2017). Em 2013, a Sérvia tornou-se observadora na Assembleia Parlamentar da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), organização de segurança coletiva/aliança militar liderada pela Rússia no espaço pós-soviético (AFGHAN ..., 2013). Ainda no campo da segurança, por fim, a operação do Centro Humanitário Russo-Sérvio (CHRS), órgão voltado para atividades de defesa civil gerido conjuntamente pelos dois países na Sérvia, frequentemente levanta suspeitas de analistas locais e ocidentais enquanto possível infraestrutura militar ou de inteligência russa (BECHEV, 2017, p.187-188).

No que tange às relações com as potências ocidentais, por outro lado, a Sérvia também elevou seus laços políticos, econômicos e securitários com a UE, os EUA e a OTAN. A chamada “integração euro-atlântica” da Sérvia - em que “Euro-Atlântico” subtende a conotação ocidentalizante do termo - tornou-se uma bandeira da elite governante do país desde a queda do regime de Slobodan Milošević, ocorrida em outubro de 2000 (EJDUS, 2014; ĐUKANOVIĆ, 2016a; SAMORUKOV, 2017). Em 2012, a Sérvia ganhou status de candidata ao ingresso à UE, com quem mantém negociações de acesso desde 2014. Tal processo tem potenciais implicações para as relações entre Rússia e Sérvia, uma vez que a UE, enquanto critério de acesso, requer o alinhamento do país candidato às suas Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e Política de Defesa e Segurança Comum (PDSC). As sanções à Rússia, conhecidas no jargão oficial da UE como “medidas restritivas”, são parte da PESC (UNIÃO EUROPEIA, 2017). Já no âmbito da PDSC, as forças armadas da Sérvia participam de 4 missões militares (SÉRVIA, 2018a).

Além de se tornar referência para reformas institucionais internas, a UE consolidou-se também como a maior parceira econômica da Sérvia, responsável, em 2017, por cerca de dois terços do comércio exterior e do investimento estrangeiro direto líquido no país. A UE é, ainda, a maior provedora de auxílio econômico para a Sérvia (COMISSÃO EUROPEIA, 2018^a; SÉRVIA, 2018b; UNIÃO EUROPEIA, 2018). Por fim, a atração que o bloco exerce sobre a Sérvia é evidenciada pela postura desta última quanto à questão do Kosovo. A “normalização” das relações com o Kosovo mediada pela UE, isto é, a renúncia completa, por parte da Sérvia, a reivindicações de soberania sobre a antiga província e a aceitação de sua independência, constituem uma condição para entrar no bloco europeu. Tendo em vista tal demanda, a Sérvia tem consentido em ceder às autoridades albanesas parte significativa do que havia

restado de seu controle na região após 1999, e aceitou, ainda, a obtenção de diversos atributos de soberania e independência por parte do Kosovo.

No que tange à OTAN, a autoproclamada neutralidade militar não impediu que a Sérvia se aproximasse da aliança liderada pelos EUA, a ponto de estabelecer arranjos tidos como o maior grau de cooperação com a aliança que não a entrada formal nela (ĐUKANOVIĆ, 2016a, p. 277; TRAPARA, 2016a, p. 211). Após a queda de Milošević, as forças armadas sérvias foram reformadas de acordo com padrões da OTAN, e conduzem numerosos exercícios militares com a aliança e seus membros (DRAGOJLO, 2016; ĐUKANOVIĆ, 2016b, p.97; EJDUS, 2014, p.56-57; FORCA, 2016). Por fim, se se aceita o ponto de vista oficial sérvio sobre o Kosovo, pode-se afirmar que o país sedia em seu território tropas e infraestrutura militar de países da OTAN como parte do esquema de *peacekeeping* estabelecido na região em 1999 pela Resolução 1244 do CSNU (intitulado *Kosovo Force*, ou KFOR, missão liderada pela aliança militar ocidental).

A “ambiguidade” internacional da Sérvia, como já mencionado anteriormente, se deu de forma simultânea ao agravamento das relações entre as grandes potências. Ao longo de todo o período pós-Guerra Fria, a Rússia e as potências ocidentais lideradas pelos EUA foram incapazes de construir em bases mutuamente aceitáveis uma arquitetura de segurança europeia, isto é, o conjunto de instituições e regras de conduta formais ou tácitas que orientam a interação em segurança dos Estados e blocos do continente. O insucesso em institucionalizar o compartilhamento de poder decisório com a Rússia nos assuntos de segurança continentais teve como um de seus elementos uma crescente disputa geopolítica em torno do relacionamento com países periféricos da Europa – em especial, no entorno imediato russo - , cujos sintomas mais agudos foram a Guerra Russo-Georgiana de 2008 e a crise que se desdobrou no conflito ucraniano em 2013-2014 (SAKWA, 2017; TRENIN, 2014). Diante desse quadro, a aparente ambiguidade externa da Sérvia e a sua política de neutralidade, metaforicamente classificadas por analistas e atores envolvidos como uma atitude de “sentar em duas cadeiras”, tornaram-se alvo de crescente atenção de oficiais e da comunidade acadêmica dedicados à segurança na Europa (BLOME et.al., 2014; RUSSIA SEES ... , 2016; SIMIĆ, 2017).

Visto pelo ângulo de uma potência interessada, como no caso deste trabalho, ou por outro recorte, acreditamos que o estudo do tema pode trazer importantes respostas sobre as disputas em torno da arquitetura de segurança europeia, cujos desdobramentos em termos

de guerras, mudanças territoriais e militarização no continente, por exemplo, por si sós são indicativos da relevância de sua compreensão.

Embora manifestada de forma mais evidente e aguda nas fronteiras imediatas da Rússia, essa disputa tem também reflexos nos Bálcãs, articulando interesses e fontes de conflito locais às divergências entre as grandes potências rivais. Nesse sentido, a Sérvia é comumente percebida como um bastião de presença russa na região. Ao contrário do que ocorre em grande parte da Europa Central e Oriental, é forte na sociedade sérvia o favorecimento à cooperação com a Rússia. Em virtude dos históricos períodos de aliança e amizade entre os dois países, assim como do ressentimento com as potências ocidentais decorrente da percepção da posição “antissérvia” destas nos conflitos de desintegração da Iugoslávia, a opinião pública prevalente na Sérvia é bastante favorável a uma aliança com a Rússia e rejeita de forma veemente a entrada na OTAN. Embora uma pluralidade tenda a ser favorável à entrada na UE, percentual relativamente elevado é contrário ao acesso – ainda mais se esta decisão for condicionada a alguma forma de reconhecimento da independência do Kosovo.⁴

Essas características, em tese, tornariam a Sérvia mais suscetível para a projeção dos interesses da Rússia, suscitando discussões sobre o “retorno” de Moscou aos Bálcãs e a conversão dessa região em uma arena de confrontação entre as grandes potências.⁵ Acreditamos que a análise da atuação da Rússia em um terreno teoricamente tão favorável pode prover importantes indicações sobre a natureza e o alcance de suas capacidades e interesses globais na atual confrontação entre as grandes potências – justamente em uma época na qual a Rússia é variadamente retratada ou como uma onipresente e exitosa desafiante do Ocidente, capaz de influir nos processos políticos até mesmo em grandes potências como os EUA e a Alemanha;⁶ ou, na célebre declaração de Barack Obama no contexto da crise ucraniana, uma “potência re-

⁴ Para ilustrar quantitativamente este ponto, de acordo com pesquisa do portal Novo Pensamento Político Sérvio (*Nova srpska politička misao*, NSPM) feita em julho de 2018, uma aliança com a Rússia foi apoiada por 60,8% da população do país balcânico. Se forçados a escolherem entre opções de “aliança político-econômica”, os sérvios, depois da manutenção da neutralidade (favorecida por 37,3%), preferiram a Rússia, com 27,6% (a UE teve 15,3% e a China 5,4%, enquanto que os EUA sequer figuraram na lista). A rejeição à entrada na OTAN, por sua vez, foi de exatos 80% (apenas 7,1% se disseram favoráveis). Quanto à UE, por fim, 46,5% dos entrevistados se disseram favoráveis ao acesso, ao passo que 38,7% afirmaram ser contrários à entrada no bloco (cifra que sobe para 71,5% no caso de o ingresso na UE ser condicionado à entrada do Kosovo na ONU) (NSPM, 2018). Já pesquisa mais recente, publicada em janeiro de 2019 pelo jornal sérvio *Politika*, mostrou que Vladimir Putin é o líder estrangeiro mais confiável aos olhos da população local. Dos entrevistados, 57% disseram ter confiança no presidente russo, seguido de longe pelo líder chinês Xi Jinping, com 36%, a primeira-ministra alemã Angela Merkel, com 30%, e o presidente dos EUA Donald Trump, com 23% (BAKOVIĆ, 2019).

⁵ Para análises nesse sentido, ver, por exemplo, Bechev (2015), Galeotti (2018), Lasheras, Tcherneva e Wesslau (2016) e Szpala (2014).

⁶ Edward Lucas (2014) e Anne Applebaum (2016) são ilustrativos desse ponto de vista.

gional agindo por fraqueza” (BORGES, 2014). O estudo, por fim, visa a contribuir não só para a literatura sobre o tema imediato da neutralidade sérvia, que carece, como se verá adiante, de estudos mais detalhados centrados na perspectiva russa. Espera-se, também, deixar uma contribuição para o campo de estudos no Brasil sobre a política externa russa e seus eixos regionais de atuação, objeto de crescente interesse acadêmico e social.

1.2. A neutralidade nas Relações Internacionais e visões sobre o caso russo-sérvio

De forma generalizante, a neutralidade nas relações internacionais pode ser definida como o não alinhamento em uma guerra. Compreendida desse modo, ela encontra expressão já no sistema de cidades Estado gregas. O famoso diálogo Meliano narrado por Tucídides, por exemplo, lida com o lugar da neutralidade em meio às redes de alianças que se formavam na Guerra do Peloponeso (AGIUS; DEVINE, 2011, p.267-269; COTTEY, 2018a, p.27).

Contudo, como afirmam Agius e Devine (2011, p.267), o significado da neutralidade, assim como sua prática e compreensão pelos atores das relações internacionais, mudaram de acordo com as transformações no sistema internacional e nas percepções sobre o significado da segurança. Por exemplo, noções como a de imparcialidade e a de “direitos e deveres” de neutros e beligerantes foram enunciados em arranjos diplomáticos e do direito internacional, como o Congresso de Viena (1815)⁷ e as Convenções de Haia⁸ de 1899 e 1907 (AGIUS; DEVINE, 2011, p.269-270; COTTEY, 2018a, p.21-24). Com o tempo, surgiram, também, distinções práticas e delimitações conceituais a partir das experiências de determinados Estados em diferentes contextos internacionais.⁹

Para a discussão feita nesse trabalho, uma distinção particularmente importante é a que se comumente traça entre a neutralidade *ad hoc*, de caráter ocasional, e a (semi)permanente, de longo prazo ou contínua. Enquanto a primeira variante refere-se a conflitos armados

⁷ O arranjo estabelecido pelo concerto europeu de Viena garantia a integridade territorial da Suíça em tempos de guerra, em troca do que este país se comprometia a permanecer neutro durante todas as guerras no continente. Bélgica (1839) e Luxemburgo (1867) obtiveram posteriormente status similar na política europeia do século XIX (KARSH, 2011, p.18).

⁸ Os dois documentos de Haia, que podem ser compreendidos como uma espécie de “regime internacional” da neutralidade, estipularam a inviolabilidade do território dos Estados neutros por parte dos beligerantes; o fechamento do território dos neutros para o trânsito de tropas e material de guerra; a não operação de bases militares dos beligerantes em território neutro; a imparcialidade do tratamento dos neutros frente aos beligerantes; e o direito dos neutros tomarem iniciativas para dissuadir a violação de sua neutralidade (AGIUS; DEVINE, 2011, p.270).

⁹ Para um breve resumo das definições e discussões encontradas na literatura, ver Agius e Devine (2011, p.267-269) e Hakovirta (1988, p.8-14).

específicos, a segunda estende-se também a períodos de paz, quando um Estado neutro procura consistentemente comportar-se de forma não alinhada com vistas a conferir credibilidade a sua neutralidade em antecipação a uma eventual erupção de conflito armado. A neutralidade (semi)permanente comumente subteme características como a não participação em pactos militares com cláusulas de defesa mútua ou cessão do território para uso militar de terceiros, bem como a codificação do não alinhamento em dispositivos legais domésticos ou internacionais. A renúncia ao envolvimento em guerras de modo geral também foi um atributo frequente das experiências clássicas de neutralidade permanente (COTTEY, 2018a, p.24; HAKOVIRTA, 1988, p.9-10, 16-17; KARSH, 2011, p.26-27).

Experiências de certos países europeus na Guerra Fria que, cada um à sua maneira, assumiram alguns destes (e/ou outros) elementos, como Áustria, Finlândia, Irlanda, Iugoslávia, Suécia e Suíça, tornaram-se casos marcantes deste tipo de neutralidade de viés mais duradouro na política internacional (COTTEY, 2018a, p.31-36). Entre alguns dos países citados, era característica, também, a cautela com que abordavam a participação em grupos e iniciativas de integração e cooperação regional - mesmo que não explicitamente militares, na medida em que os compromissos assumidos poderiam conduzir a ou serem interpretados pelas grandes potências como a diminuição da independência política e, conseqüentemente, o alinhamento com o bloco/Estado rival (HAKOVIRTA, 1988, p.121-142; KARSH, 2011, p.121-128).

O contexto internacional do imediato Pós-Guerra Fria trouxe novos *inputs* que afetaram as práticas e debates sobre a neutralidade. O desaparecimento da rivalidade leste-oeste da era bipolar, por exemplo, esvaziou, em grande medida, o sentido das neutralidades europeias clássicas. Além disso, questões como a globalização e o terrorismo assumiram maior importância na agenda da segurança internacional e nas políticas de segurança e defesa dos Estados, contribuindo para uma percepção de obsolescência da neutralidade tradicionalmente informada pelo *hard security* estatal (AGIUS, 2006, p.33-34; COTTEY, 2018a, p.36-37; NOVAKOVIĆ, 2011, p.16-18). Apesar de formalmente não terem abandonado aspectos como a não aliança militar, Áustria, Finlândia, Irlanda, Suécia e Suíça gradualmente diminuíram a rigidez e o escopo de suas doutrinas de neutralidade em favor de maior coordenação, cooperação e integração com a UE e a OTAN (COTTEY, 2013, 2018a). Por outro lado, no período mais recente, percepções de alterações no ambiente estratégico europeu ocasionadas pelos

conflitos envolvendo a Rússia reacenderam, tanto entre analistas quanto entre atores, discussões sobre o papel da neutralidade e das alianças desde um viés clássico.¹⁰

De um ponto de vista teórico, por sua vez, como se compreende a racionalidade da neutralidade na política internacional? Respostas nesse sentido, conforme Cottey (2013, p.465), tenderam a girar em torno da divisão entre positivistas/racionalistas e construtivistas/pós-positivistas existente no campo disciplinar das Relações Internacionais. Vinculado à primeira vertente, o Realismo historicamente balizou os debates sobre o tema da neutralidade (AGIUS, 2006, p.24; NOVAKOVIĆ, 2016, p.98). Embora dividido em diversas correntes, os realistas convergem na leitura de um sistema internacional anárquico no qual coletividades humanas (como Estados), agindo de forma autointeressada, interagem em busca de seus objetivos estratégicos lançando mão do poder - entendido como dotação de recursos materiais ou como a capacidade de controle e influência social - e da ameaça do emprego da força (WOHLFORTH, 2008, p.132-133). Nesses marcos, a neutralidade pode ser compreendida simplesmente como uma das estratégias autointeressadas possivelmente adotadas pelos Estados na busca por objetivos como a manutenção da independência e da integridade territorial frente a outros Estados em conflito (AGIUS, 2006, p.23; COTTEY, 2018a, p.24-25; GOETSCHEL, 2011, p.314).

Desde uma ótica realista, a neutralidade relaciona-se intimamente com a distribuição de poder, o controle de territórios e os esquemas de alianças interestatais informados por tais fatores. Para expoentes do Realismo como Kenneth Waltz (1979, p.118) e John Mearsheimer (2001, p.156-157), os Estados, visando a atingir seus objetivos com respeito a pares rivais, procuram agregar suas capacidades materiais às das de outros países na forma de alianças. Ao incidirem sobre a distribuição de capacidades relativas entre as unidades no sistema internacional, as alianças influenciam as possibilidades de ação e, conseqüentemente, os resultados (*outcomes*) da interação entre os Estados. Importância crucial, nesse sentido, é atribuída às capacidades militares. Na célebre afirmação de Waltz (1979, p.113), a força é não propriamente a *ultima ratio* da política internacional, e sim sua primeira e constante.

Também para Waltz (1979, p.118), os Estados agem para evitar que o poder de outros Estados seja agregado ao de países rivais, gerando efeito funcionalmente similar ao da formação de uma aliança em termos de acúmulo relativo de capacidades (isto é, uma espécie

¹⁰ Na esteira da crise ucraniana, por exemplo, nomes como Zbigniew Brzezinski (2014) e Henry Kissinger (2014) recomendaram a “finlandização” da Ucrânia como receita para solucionar o impasse político-militar que lá eclodiu em 2014. Conforme Cottey (2018b, p.69), Suécia e Finlândia passaram a atribuir crescente importância à aproximação à OTAN (e vice-versa) com vistas a lidar com a atuação russa.

de *external balancing*). Assim, do ponto de vista de um hipotético país A, a neutralidade de um país B, na medida em que significa a não agregação de suas capacidades a outro país C tido como ameaçador por A, constitui interferência no acúmulo relativo de poder em favor deste último – aumentando, portanto, suas chances de sucesso na busca pela consecução de objetivos estratégicos *vis-à-vis* C. Em sua competição, os Estados agem como atores racionais que calculam os custos e benefícios de seus atos, antecipando as possíveis reações de seus pares às suas próprias decisões (MEARSHEIMER, 2001, p.37).

Ao afirmar que a neutralidade da Finlândia constituía um *bandwagoning* desse país com respeito à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), isto é, uma aproximação com um Estado maior tido como ameaçador, o realista Stephen Walt (1987, p.24), por exemplo, emprega exatamente este tipo de raciocínio. Hans Morgenthau (1939, p.481-486), pioneiro da tradição realista, também acentua o papel da distribuição de poder entre as grandes potências como dimensão analítica da neutralidade na política internacional. Para este autor, a viabilidade da neutralidade de um país pequeno depende da percepção das grandes potências sobre seus efeitos em termos de distribuição de poder, somente sendo tolerada na medida em que é harmônica com os interesses estratégicos dos Estados mais poderosos – uma vez que a assimetria de recursos em favor destes últimos lhes confere maior facilidade para violar a neutralidade de um Estado menor. A lógica do equilíbrio de poder, evidentemente, também é aplicável à perspectiva dos próprios neutros: o acúmulo de capacidades para dissuadir a violação da neutralidade, tradicional elemento de algumas das doutrinas de neutralidade europeia, pode ser interpretado também como uma tentativa de interferência no acúmulo relativo de capacidades (no jargão realista, *internal balancing*) por parte do neutro (AGIUS, 2006, p.27-28; COTTEY, 2018b, p.11).

Nos termos expostos nos parágrafos acima, a leitura realista, tal qual expressa em trabalhos como Morgenthau (1939) e Karsh (2011), possui relevante poder explicativo para a compreensão das origens e da prática da neutralidade em diversas experiências históricas. Conforme Agius (2006, p.22), o prisma do equilíbrio de poder, por exemplo, também explica de forma convincente as violações da neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial. O esquema realista, contudo, mostrou-se insuficiente para explicar a persistência de elementos das tradicionais políticas de neutralidade na política externa e de segurança de alguns países europeus após o fim da Guerra Fria (NOVAKOVIĆ, 2016, p.101-102). Com o fim do conflito bipolar, seria de se esperar o abandono completo da neutralidade – ainda mais levando em conta

o fato de ela ter carregado, em casos como o finlandês e o austríaco, a forte marca das circunstâncias de constrangimento geopolítico por parte da URSS no contexto da Guerra Fria.

Evidentemente, a aplicação da lente realista também pode explicar o referido relaxamento doutrinário dos clássicos neutros europeus – afinal, um dos referentes da neutralidade na Guerra Fria, a URSS, sumiu de forma a eliminar um relevante constrangimento para a aproximação ao bloco ocidental.¹¹ Por outro lado, a permanência de posições como a não associação a alianças militares e pactos de defesa coletiva (que permanecem apoiadas por potências externas mesmo em contextos diferentes dos originais),¹² bem como a provisão de intermediação em conflitos, sugerem que fatores como a busca pela segurança (em seu entendimento tradicional) e pelo equilíbrio de poder em termos de capacidades não são suficientes para compreender os elementos associados à neutralidade.

Tentativas de preenchimento dessa lacuna explicativa na literatura foram primariamente feitas pela via construtivista/pós-positivista. Mais do que uma teoria política ou das Relações Internacionais, o Construtivismo pode ser compreendido antes como uma teoria social segundo a qual a ação e a interação humanas moldam e são moldadas pelo mundo material de acordo com cambiantes interpretações normativas e epistêmicas sobre este último (ADLER, 1997, p.322-323).

Em sua aplicação à política internacional, uma decorrência crucial desse argumento – e que se mostra como uma diferença fundamental em relação ao Realismo - se dá em torno da conceptualização do significado e do papel dos recursos materiais. As análises construtivistas convergem na visão de que os recursos e capacidades operados pelos atores das relações internacionais – como os armamentos ou territórios – não possuem significados e implicações em si mesmos. São os próprios atores que lhes atribuem sentidos, que podem ou não se desdobrar em decisões tipicamente salientadas pelos realistas. Segue-se que a condição anárquica do sistema internacional não necessariamente implica, por automatismo, que as ações dos Estados sejam regidas por uma lógica competitiva baseada nos cálculos em torno da distribuição de poder (HURD, 2008, p.299-305).

Com sua teoria do “Equilíbrio de Ameaça” (*Balance of Threat*), o realista Walt (1987, p.26) converge com os construtivistas nesse sentido ao afirmar que a formação de alianças é influenciada não só pelos cálculos em torno das capacidades materiais, mas também –

¹¹ Nesse sentido, é importante ressaltar revelações posteriores de que neutros como Suécia e Suíça cooperavam secretamente com a OTAN já durante a Guerra Fria (COTTEY, 2013, p.454-456).

¹² Como no caso da Rússia frente à Áustria no Pós-Guerra Fria, por exemplo (NOVAKOVIĆ, 2016, p.264).

e de forma mais crucial – pela percepção sobre as intenções dos atores cujo comportamento informa tal decisão. Em termos de ação, as capacidades afetam, como salientou Wendt (1992, p.397), os cálculos estratégicos dos Estados. Contudo, as ações só são tomadas após a formação prévia de identidades e interesses oriundos do histórico de interações entre os Estados, os quais assumem determinadas expectativas de comportamento sobre si e seus pares.

Se o aspecto material por si só não determina os interesses na política internacional, segue-se que outros elementos podem pautar a identidade e a ação dos Estados, inclusive no que tange ao tema da neutralidade. Nesse sentido, Agius (2006) argumenta que as opções de certos países pela neutralidade derivam de fatores endogenamente constituídos. A neutralidade da Irlanda, por exemplo, tem origens no desejo normativo de distanciar-se do Reino Unido enquanto antiga metrópole imperial (COTTEY, 2018a, p.35; JESSE, 2006, p.9-12). Já na Suécia, o desenvolvimento da neutralidade remonta às tentativas de reformulação, no século XIX, da posição internacional do país após o declínio de seu status de potência na Europa, bem como à projeção internacional dos valores e do modelo de bem-estar social sueco ao longo da Guerra Fria (AGIUS, 2006, p.60). Para Goetschel (2011, p.313-316) e Cottey (2018a, p.26), certos países neutros demonstraram agir não somente de acordo com uma lógica “realista”, i.e., adotaram a neutralidade não só como recurso para garantir sua independência e integridade territorial frente aos conflitos no sistema internacional. A postura de não beligerância e independência para si mesmos desdobrava-se, frequentemente, em uma atuação normativa pela contenção do uso da força na política internacional e pelo princípio normativo da independência de todos os Estados frente às grandes potências.

De maneira mais ou menos explícita, esses instrumentais analíticos informam, em grande medida, a literatura sobre a neutralidade da Sérvia. No que certamente pode ser atribuído à desproporcional relevância do assunto para um país de pequenas dimensões e capacidades, a maioria dos trabalhos sobre o tema foi produzida por autores da Sérvia refletindo sobre a perspectiva de seu país.¹³ Apesar de sua importante inserção nas próprias origens da neutralidade sérvia, contudo, a perspectiva e o papel da Rússia foram objeto de relativamente pouca atenção. Sua posição, em geral, foi abordada enquanto componente das relações bilaterais ou inserida nas disputas entre a Rússia e as potências ocidentais nos Bálcãs. Não raro, a posição

¹³ Frequentemente pautadas por considerações normativas/prescritivas, tais análises lidam com questões como as motivações, a essência, os efeitos e a viabilidade da orientação externa sérvia emergida em 2007-2008, chegando a conclusões distintas. A consideração detalhada dessa literatura, contudo, foge ao escopo dessa dissertação, cabendo listar, por outro lado, alguns dos trabalhos que lidaram diretamente com o tema nos eixos mencionados: Ejdus (2014), Đukanović (2016a), Litavski (2012), Novaković (2017), Trapara (2016), Trifković (2016), Vukadinović (2016) e Vuković (2016).

rusa sobre a neutralidade sérvia é indiretamente inferida a partir dessas análises mais amplas. O foco, nesse sentido, está na questão da expansão da OTAN e, em menor grau, da UE.

Nesse sentido, há aqueles que enxergam o posicionamento russo desde um prisma mais próximo à visão realista sobre as relações internacionais. A não entrada da Sérvia (e de outros países dos Balcãs) na OTAN e na UE, seja pela via da neutralidade ou da aliança direta com a Rússia, interessaria a Moscou por significar funcionalmente um acúmulo de poder relativo – especialmente na dimensão militar. Fatic (2010), por exemplo, considera que a Sérvia, por sua relutância em entrar na OTAN, havia se tornado o único país por meio do qual a Rússia poderia compensar a erosão de sua tradicional retaguarda estratégica ocasionada pela expansão da aliança transatlântica no leste europeu no Pós-Guerra Fria. Já Pivovarenko (2016a), escrevendo sobre o quadro balcânico de maneira geral, acredita que a península como um todo continuou objeto de atenção estratégica da Rússia, pois de lá emanariam ameaças ao flanco meridional do território russo – ou, como coloca o autor, a União Eurasiana. Nesse sentido, o interesse russo seria barrar a expansão da OTAN e conservar suas posições na região. Entrando no terreno das recomendações de *policy*, a consecução de tal objetivo, para o autor, poderia ser atingida com o fomento de um bloco regional de países neutros.

Mesmo admitindo uma lógica geopolítica/realista, contudo, o exame do próprio fato de que a quase totalidade do espaço entre Rússia e Sérvia, incluindo os Balcãs, já foi ocupado pela OTAN, pode ser convincentemente tomado para questionar a força de leituras nesse corte – pelo menos, no que diz respeito à Sérvia. O processo de “otanização” dos Balcãs a partir dos anos 1990, na expressão de Nikiforov (2012, p.140-155), levou ao que o analista sérvio Vladimir Trapara (2016a) descreveu como a “finlandização” da Sérvia, uma vez que o país, a exemplo da Finlândia da Guerra Fria, passou a localizar-se completamente na esfera de influência de uma potência contrária a seus principais interesses nacionais – os EUA. No concomitante processo de recuo geopolítico da Rússia ao longo do Pós-Guerra Fria, os Balcãs foram tacitamente excluídos da “esfera de interesses privilegiados” da Rússia, agora reduzida a seu entorno imediato (TRENIN, 2009). Dentro desse quadro geopolítico, como apontaram Trapara (2016a, p.215-216) e Vuković (2016), tanto o atual status de neutralidade quanto uma eventual entrada da Sérvia na OTAN possuem implicações marginais do ponto de vista estritamente militar para a Rússia e os EUA.

Em vista desse mesmo quadro, outro grupo de autores sustenta que a defesa russa de uma Sérvia neutra/fora da OTAN derivaria de considerações eminentemente políticas, ide-

acionais, identitárias ou simbólicas, uma vez que, ao contrário dos séculos XIX e XX, a Rússia não mais teria interesses estratégicos (mormente no sentido militar) nos Bálcãs – pelo menos no que diz respeito às suas partes mais afastadas da costa do Mar Negro, como a Sérvia. Tal fato seria atestado sobretudo pela retirada voluntária, em 2003, dos contingentes russos participantes das missões militares internacionais na Bósnia e Herzegovina e no Kosovo. Essa leitura se aproxima, portanto, das interpretações construtivistas/pós-positivistas sobre a neutralidade na política internacional.

Assim, Petrović (2013), por exemplo, considera que a defesa russa da neutralidade da Sérvia deriva de uma questão de princípio: qualquer expansão da OTAN reforça politicamente a exclusão da Rússia de uma arquitetura de segurança europeia dominada pelos países ocidentais. De maneira similar, Milenković (2012a) considera que a oposição à OTAN é uma questão de princípio para a Rússia, ainda que os Bálcãs não tenham a mesma importância estratégica que o espaço pós-soviético. Esse autor lista, ainda, uma série de outros fatores, também de ordem predominantemente ideacional e simbólica, pelos quais a Rússia é contrária à entrada da Sérvia na OTAN.¹⁴

Para Samorukov (2017), a Rússia, sem ver maiores ameaças à sua segurança na cooperação da Sérvia com a OTAN, teria como principais benefícios do *status quo* correspondente à neutralidade e à narrativa de amizade com a Sérvia a proteção de sua “honra geopolítica” e o cultivo da imagem de grande potência respeitada por um outro Estado europeu que não adere incondicionalmente aos interesses e à agenda das potências ocidentais rivais de Moscou. No que tange à UE, Samorukov (2018) considera que a relação competitiva nos Bálcãs – com potenciais efeitos materiais concretos - derivaria mais da luta russa pela “imagem de si mesma” enquanto grande potência mundial – i.e., com interesses que se estendem para além do espaço pós-soviético.

O argumento da oposição russa à expansão da OTAN como uma questão que transcende a consideração imediata da distribuição de poder militar é inequívoco. Já nos anos 1990, as reações russas aos impulsos intervencionistas da aliança nos conflitos iugoslavos eram informadas em grande medida por suas implicações em termos da marginalização da

¹⁴ Para Milenković, o ingresso da Sérvia na aliança, do ponto de vista russo, implicitamente legitimaria a intervenção da OTAN na Guerra do Kosovo (1999), à qual a Rússia se opôs fortemente. Em segundo lugar, a entrada na OTAN fortaleceria um suposto nexos de indissociabilidade com a integração à UE. Uma vez que a Rússia via o bloco europeu em perspectiva mais positiva do que a aliança militar, seria interessante evitar o nexos obrigatório na associação a ambos os grupos. Por fim, em uma dimensão mais evidentemente material, a entrada da Sérvia na OTAN poderia sinalizar restrições à penetração do capital russo no país, embora este seja um fator decorrente das percepções da elite sérvia, e não do ingresso em si mesmo ou da disposição da Rússia em se relacionar economicamente com países da OTAN.

Rússia da arquitetura de segurança europeia e da negação de seu status de grande potência no sistema internacional (ANTONENKO, 1999; AVERRE, 2009; HEADLEY, 2008; NIKIFOROV, 1999; TSYGANKOV, 2001).

Contudo, a imutabilidade sugerida no argumento da enraizada oposição à OTAN releva as modulações na posição russa com respeito ao tema. No que tange aos Bálcãs, a recepção russa às entradas de Bulgária e Romênia, em 2004, Albânia e Croácia, em 2009, e Montenegro, em 2017, diferiram notoriamente em termos de intensidade – variando da resignação contida, nos quatro primeiros casos, a tons e atitudes mais críticas e assertivas, no último. Tais diferenças indicam, como apontou Tsygankov (2018), que a percepção de ameaça e as correspondentes atitudes tomadas por Moscou variam de acordo com determinados contextos e com o desenvolvimento de suas relações com as potências ocidentais.

Na esteira do conflito na Ucrânia, a rivalidade entre as potências também teve como efeito colateral renovada atenção externa – no mínimo, em nível discursivo - sobre o desenvolvimento da política externa da Sérvia e a questão de sua neutralidade (BLOME et.al., 2014; RUSSIA SEES ... , 2016; VELEBIT, 2017). Um documento do MID de 2016 afirma que a Rússia é contra a expansão da OTAN nos Bálcãs e que as tentativas de incluir os países da região na aliança seriam retaliadas (RÚSSIA, 2016). Nesse sentido, o desenvolvimento da perspectiva russa sobre a neutralidade sérvia também se modulou de acordo com as movimentações nas relações da Rússia com as grandes potências rivais. Ao contrário do que ocorria antes da crise ucraniana, por exemplo, a Rússia passou a apostar de forma mais incisiva na interferência no debate público sérvio sobre questões como a orientação externa do país balcânico – principalmente via agências de comunicação (BECHEV, 2017, p.237-238; LASHERAS; TCHERNEVA; WESSLAU, 2016; SZPALA, 2014).

Por fim, mas não menos importante, são necessárias considerações a respeito do fator UE na neutralidade sérvia e suas percepções pela Rússia. Tanto quanto a OTAN, a Rússia passou a perceber a UE como condutora de sua marginalização na arquitetura de segurança europeia (DIESEN, 2016). A marcha de expansão do bloco para o leste europeu também teve forte caráter geopolítico, na medida em que funcionou de acordo com uma lógica exclusivista que subtendia a restrição do relacionamento político, econômico e securitário de seus (futuros e/ou potenciais) membros e parceiros com a Rússia (SAKWA, 2015a, 2015b). Nesse quadro, o alargamento da UE chocou-se com os interesses russos de forma a gerar o que Ferguson

(2017) chamou de “crise de esferas de influência” na “periferia compartilhada” pelos dois lados, dinâmica que está no cerne de acontecimentos como a crise ucraniana.

Embora a Sérvia geograficamente não faça parte da “periferia compartilhada”, tais elementos estão presentes também no caso do país balcânico. Nesse sentido, já foram mencionadas, na primeira seção deste capítulo introdutório, as demandas de alinhamento à PESC e à PDSC. Đukić e Varga (2017) também destacam o possível sacrifício das relações econômicas entre Rússia e Sérvia como efeito colateral do acesso da Sérvia à UE, incluindo o caso de projetos energéticos específicos. À luz dos avanços em direção ao alinhamento e à solidariedade de bloco nos campos de segurança e defesa, os apelos por uma abordagem “consistente e unificada” com respeito a uma Rússia tida como “desafiadora da ordem de segurança europeia”, ilustram a potencialidade do fortalecimento de mais uma frente contra a Rússia no continente reforçada pela possível adesão de neutros como a Sérvia (UNIÃO EUROPEIA, 2016). Em nível oficial, a Rússia, apesar de afirmar nada ter contra a entrada da Sérvia na UE em si mesma, diz ser crítica às restrições que o bloco tenta impor aos países balcânicos em seu relacionamento com outros Estados. Tais restrições, especialmente no que diz respeito às atuais sanções antirrussas, criam, na visão de Moscou, “novas linhas divisórias na Europa” (ĐUKIĆ; VARGA, 2017, p.5; RÚSSIA, 2016).

Dito isso, deve-se salientar, por outro lado, duas importantes nuances referentes às consequências para as relações com a Rússia de um possível alinhamento ou ingresso da Sérvia na UE. A primeira delas diz respeito aos campos da política externa e de segurança. Embora a conformidade com a PESC e a PDSC seja requisito para o acesso – o que implicaria o alinhamento sérvio com as sanções e outras medidas contrárias à Rússia -, as políticas comuns da UE, em tese, ainda reservam, por outro lado, grande liberdade de ação para seus membros. Por exemplo, o Tratado de Lisboa da UE de 2009 tornou efetivamente facultativa a prestação de assistência militar ou de outra natureza expressa em seu artigo 42.7, que versa sobre o auxílio mútuo em casos de ataques armados aos países do bloco (FERREIRA-PEREIRA, 2015).¹⁵

A segunda ponderação, por sua vez, está no campo das relações econômicas. Apesar de todas as tensões políticas, do efeito negativo das sanções e das tentativas mútuas de redução da interdependência, a UE individualmente tomada continuou sendo a maior parceira

¹⁵ Esta cláusula, inclusive, é uma concessão aos neutros europeus, dando continuidade a questões postas ainda nos 1990 sobre as possibilidades de desenvolvimento da integração política destes países ao bloco (COTTEY, 2018a, p.37-38; FERREIRA-PEREIRA, 2015)

comercial da Rússia, responsável por mais de 40% do valor de exportações/importações russas em 2017. Somando-se a esse percentual a participação de Turquia e EUA, membros da OTAN, os componentes das estruturas euroatlânticas representaram cerca de metade do comércio exterior russo no mesmo ano (COMISSÃO EUROPEIA, 2018c; FORSBERG; HAUKKALA, 2018, p.278). Após o choque inicial negativo das sanções, o comércio e os investimentos entre a Rússia e a UE, por exemplo, registraram elevação a partir de 2016 (GIUMELLI, 2017; THOMAS, 2018).

A experiência passada de alguns países dos Bálcãs também indica que a entrada na UE (e na OTAN), por si só, não impede por absoluto a articulação de seus governos e elites econômicas em grandes investimentos e parcerias com o capital russo, como demonstram os casos de Bulgária, Croácia e Eslovênia (BECHEV, 2017, p.76-79, 104-108). Mesmo no tenso contexto pós-crise ucraniana, a Bulgária, país que possui arranjos de cooperação militar com os EUA e participa de iniciativas da OTAN no Mar Negro,¹⁶ manteve seus laços econômicos e energéticos com a Rússia em alta – apesar de ter sido justamente o país “culpado” pelo cancelamento do *South Stream*, o gasoduto que constituía o principal projeto econômico russo nos Bálcãs (BECHEV, 2017, p.107-108, 219; GIUMELLI, 2017). Já na Croácia, um dos Estados mais pró-ocidentais dos Bálcãs – e onde o efeito das sanções reduziu drasticamente o comércio bilateral – a maior empresa privada do país, enfrentando sérias dificuldades, contraiu volumosos empréstimos junto a dois bancos russos, ilustrando a resiliência de laços entre as elites política e econômica dos dois países (BECHEV, 2017, p.78). Tais fatos, que certamente são de conhecimento dos tomadores de decisão russos, também indicam que a compreensão da natureza das relações entre Rússia, UE e OTAN quanto aos Bálcãs e à Sérvia é incompleta se se assume uma lógica analítica fundada estritamente na disputa por recursos e capacidades.

1.3. Perspectiva e estrutura do trabalho, métodos e fontes

Tendo em vista a discussão precedente e as perguntas de pesquisa postas na primeira seção desta introdução, três são as hipóteses do presente trabalho. A primeira delas diz que a defesa russa da neutralidade sérvia se deve primariamente a considerações políticas-ideacionais, pois mesmo que a Sérvia não faça parte da “esfera de interesses privilegiados” russa

¹⁶ Ver Bechev (2017, p.183-187).

em termos geopolíticos/militares e tenha significado periférico para Moscou nesse sentido, o posicionamento externo do país balcânico implica uma convergência com os posicionamentos russos referentes ao seu papel e ao das potências ocidentais na arquitetura de segurança europeia. Embora uma lógica de corte realista possa explicar os padrões de interação e os resultados da atuação russa na Sérvia, argumentamos, por outro lado, que as origens do posicionamento russo não estão propriamente em considerações sobre a balança de poder tal qual tipicamente entendida na escola realista.

A segunda hipótese é a de que o favorecimento da neutralidade em detrimento da formação de uma aliança militar e da absorção da Sérvia em projetos de integração russos reflete a percepção de que o posicionamento da Sérvia possui repercussões periféricas para a segurança da Rússia em sua rivalidade com as grandes potências, bem como a de que a região dos Bálcãs não constitui uma área de interesses da mesma ordem de importância daquela atribuída pela Rússia ao espaço pós-soviético. Tais percepções, complementadas pela indisposição da própria Sérvia em contrapor-se às estruturas euroatlânticas, dificultaram as possibilidades de compromissos políticos e militares mais fortes entre Moscou e Belgrado. Em conjunto, as duas primeiras hipóteses, portanto, aproximam o trabalho da segunda vertente interpretativa sobre as origens e a atuação da Rússia a respeito da neutralidade sérvia e da orientação externa do país balcânico de modo geral. Por fim, a terceira hipótese é a de que a atuação russa com respeito à neutralidade da Sérvia se desenvolveu, em termos de assertividade e meios utilizados, de acordo com os padrões de relacionamento da Rússia com os EUA/OTAN e a UE, refletindo, nesse sentido, o alcance dos interesses e capacidades russas nos Bálcãs no âmbito da rivalidade entre as potências.

A discussão empreendida ao longo do trabalho e o exame das hipóteses acima expostas fundamenta-se primariamente na revisão da literatura constituída por livros, artigos acadêmicos e outros tipos de produção científica sobre assuntos como a neutralidade da Sérvia, as relações históricas e contemporâneas entre Rússia e Sérvia, as relações da Sérvia com a OTAN e a UE e a política externa russa no Pós-Guerra Fria. São analisados, ainda, diversos documentos oficiais, discursos e declarações dos atores e instituições relacionadas ao tema, a exemplo de órgãos de governo e partidos políticos. Com o fim de reconstituir historicamente o objeto de estudo, lança-se mão, ainda, da consulta à cobertura jornalística.

Ao longo do trabalho, adotamos como ponto de partida conceitual para a neutralidade da Sérvia a delimitação proposta por Trapara (2016a, p.204-205): a permanência fora de

qualquer aliança militar, como (mas não só) a OTAN; e o não alinhamento nos contenciosos entre a Rússia e o “Ocidente liderado pelos EUA” (dentro do que, para os fins do presente trabalho, subentendemos também a UE). No que tange a esta última dimensão, reiteramos a ponderação feita na primeira seção deste capítulo introdutório a respeito de suas consequências em termos de (não) ingresso da Sérvia na UE, na medida em que ela se relaciona, por exemplo, com os requisitos em torno da PESC e da PDSC.

Estruturalmente, o estudo se divide, além deste capítulo introdutório, em mais cinco capítulos. No capítulo 2, é feita uma recapitulação da política externa russa no Pós-Guerra Fria com foco nas questões da arquitetura de segurança europeia e nas relações da Rússia com os EUA/OTAN e a UE nesse âmbito. Procura-se traçar as origens históricas do atual estado de confrontação entre as grandes potências a partir das percepções mútuas de incompatibilidades entre as concepções ocidental e russa sobre a arquitetura de segurança europeia – desavenças essas que se desdobraram no acirramento de contradições e disputas (geo)políticas e militares. Atenção especial é dispensada ao desenvolvimento da concepção russa sobre a arquitetura de segurança europeia. Espera-se, desse modo, prover um quadro de referência do contexto mais amplo da política externa da Rússia e elucidar a racionalidade por trás de seu posicionamento com respeito à Sérvia.

Em sequência, o capítulo 3 oferece um apanhado histórico das relações entre Rússia e Sérvia. O objetivo dessa seção é prover subsídios para a compreensão das transformações históricas do lugar da Sérvia, da ex-Iugoslávia e dos Bálcãs de forma geral na política externa da Rússia/URSS, examinando particularmente a questão da formação de alianças, concretizadas ou não, entre os dois países. Serão expostos os antecedentes históricos (políticos, militares, culturais e econômicos) que pautaram as relações bilaterais até os dias de hoje. A discussão tem início no século XIX, quando são lançadas as bases do Estado sérvio moderno em próxima interação com a atuação da Rússia nos Bálcãs, e se encerra no final do século XX. Por sua importância como pano de fundo imediato para o tema da neutralidade a partir de 2007, as relações russo-sérvias no século XXI são objeto de um capítulo específico, o 4, onde são abordadas em maior detalhe – mas não em exaustão – do que nos períodos tratados no capítulo precedente.

O capítulo 5 dedica-se ao objeto de estudo central e ao exame das hipóteses de trabalho elencadas. Nesta parte, são analisadas as motivações e a atuação russa com respeito à neutralidade da Sérvia desde 2007, bem como discussões e possibilidades de formação de

uma aliança militar russo-sérvia. A exposição se articula com as discussões dos capítulos precedentes. Após discutir as origens da neutralidade sérvia e a posição da Rússia em sua formação, o capítulo buscará, na sequência, lançar luz sobre os interesses e meios russos, bem como evidenciar o efeito de mudanças nas circunstâncias internacionais sobre o posicionamento russo a respeito da neutralidade sérvia, em particular na sequência de eventos como os conflitos na Geórgia e na Ucrânia. São analisadas, ainda, as modalidades de cooperação militar e em segurança entre Rússia e Sérvia e suas possíveis implicações em termos de neutralidade ou aliança para os dois países no período em questão. Após este capítulo, procede-se, finalmente, às considerações finais.

2 A POLÍTICA EXTERNA RUSSA NO PÓS-GUERRA FRIA E A QUESTÃO DA ARQUITETURA DE SEGURANÇA EUROPEIA

Por quase cinco décadas, a URSS, Estado da qual a Rússia é sucessora, protagonizou a Guerra Fria com os EUA. Emergidas da Segunda Guerra Mundial ao mesmo tempo como incontestáveis maiores potências militares no sistema internacional e líderes-modelos de sistemas de organização social tidos como mutuamente incompatíveis, as duas superpotências nucleares travaram uma disputa geopolítica e ideológica de alcance global até o final dos anos 1980.

A Europa foi um dos principais teatros desse conflito. Apesar do gradual – e limitado – desenvolvimento de foros de cooperação multilateral de pretensões pancontinentais, a Europa se viu, ao longo de toda a Guerra Fria, basicamente dividida em dois blocos políticos-militares rivais liderados pelas duas superpotências protagonistas do conflito bipolar. Tal paradigma começou a ruir somente a partir da segunda metade dos anos 1980, quando as novas lideranças reformistas soviéticas renunciaram à noção de uma competição incontornável com os norte-americanos e seus aliados e lançaram um processo de reformas que, de forma involuntária, acabou por conduzir ao colapso do próprio país e de sua esfera de influência no leste europeu.

A nova situação colocou frente à nova Rússia, aos EUA e aos demais Estados europeus - muitos dos quais emancipados da esfera de influência soviética ou surgidos exatamente da desintegração da URSS -, um novo desafio: em quais termos, organizações e instâncias regulariam assuntos de segurança no continente? Ao longo das quase três décadas que se passaram desde a queda do Muro de Berlim, a Rússia, de um lado, e os EUA e a UE – que evoluiu como um ator crescentemente relevante na agenda da segurança continental -, do outro, foram incapazes de atingir um denominador comum para tal problema, gerando um impasse com repercussões geopolíticas e militares de peso. O objetivo deste capítulo é prover um relato histórico dessa disputa, ao mesmo tempo influenciadora e influenciada pelo desenvolvimento da política externa russa no Pós-Guerra Fria.

2.1. O fim da URSS e o surgimento da questão da arquitetura de segurança europeia no Pós-Guerra Fria

O processo que levou ao fim da Guerra Fria e à subsequente emergência do problema da arquitetura de segurança europeia é indissociável das mudanças na política externa soviética lançadas por Mikhail Gorbachev a partir de sua chegada à função de secretário geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) – cargo político máximo do país – em 1985. Compreender tais transformações, por sua vez, requer uma breve incursão sobre os quadro da política doméstica e externa da URSS no período antecedente a tal evento.

No contexto da *Détente* com os EUA, a URSS havia consolidado, nos anos 1970, a paridade nuclear e o reconhecimento do status de superpotência global. No seio da elite soviética, sedimentou-se, também, um consenso doutrinário-ideológico segundo o qual somente o fortalecimento militar do país garantiria sua sobrevivência e poder de barganha na disputa com o rival norte-americano. Na transição dos anos 1970 para os anos 1980, contudo, uma série de eventos e processos abalaram a posição global da URSS. O país envolveu-se em novas disputas no Terceiro Mundo, com destaque para a intervenção no Afeganistão, que corroeram seu prestígio internacional e as relações com os EUA. Tensões militaristas entre os dois blocos na Europa também ganharam novo impulso no início dos anos 1980, e a crise política na Polônia, no mesmo período, pôs em questão a capacidade soviética de controlar e arcar com os custos de manutenção do bloco socialista no leste europeu. Por fim, acumulavam-se sinais de que o modelo socialista soviético passava por um momento de estagnação e marasmo político e econômico, situação perpetuada pela significativa drenagem de recursos que as despesas militares representavam para o país (GRACHEV, 2008, p.17-24; SAKWA, 1998, p.70-76, 221-224; SEGRILLO, 2014, p.11-21; ZUBOK, 2007, p.249-275).¹⁷

Diante desse quadro, Gorbachev ascendeu à liderança soviética com a convicção de que a URSS estava atrasada em termos tecnológicos, econômicos e de bem-estar social em comparação com o bloco capitalista. O novo líder questionava, ainda, a noção de que o “mundo imperialista” estava na iminência de atacar a URSS, bem como a racionalidade da competição militar-nuclear da Guerra Fria (BROWN, 2010, p.245-248; GRACHEV, 2008, p.46). Para Gorbachev, a sobrevivência do socialismo e da competitividade da URSS no

¹⁷ Estimativas colocam entre 16% ou até em mais de um quarto do PIB o volume de gastos militares da URSS no início dos anos 1980. Levando em conta o fato de que a economia soviética era menor do que a norte-americana (cuja fração de gastos militares em relação ao PIB era de cerca de 6%), tal fardo era muito mais significativo para a URSS do que para os EUA (GRACHEV, 2008, p.20; ZUBOK, 2007, p.268).

sistema internacional dependeriam de reformas de largo alcance no âmbito doméstico e na atuação internacional do país. O secretário geral promoveu a substituição da velha guarda responsável pela rigidez doutrinária-ideológica, substituindo-a por quadros favoráveis à modernização liberal interna e a relações mais cooperativas com os EUA e seus aliados (BROWN, 2010, p.248-251; GRACHEV, 2008, p.24-34; ZUBOK, 2007, p.307).

Tal qual articulada por Gorbachev, a *perestroika*, isto é, a reestruturação do socialismo soviético, era indissociável de um contexto internacional favorável para sua execução, no qual a política externa seria um instrumento a serviço das reformas internas. Isto porque, na visão do líder soviético, os países capitalistas não eram essencialmente imperialistas e expansionistas, nem estavam em preparação para um ataque iminente contra a URSS. Uma vez que a probabilidade de uma agressão externa era considerada baixa, os recursos humanos e econômicos até então utilizados pelos soviéticos para fins militares poderiam ser utilizados de outras maneiras. A segurança da URSS, dessa forma, deveria ser buscada eminentemente por meios políticos, livrando-se dos altos custos militares para si e para a sustentação da rede global de aliados soviéticos (GRACHEV, 2008, p.49, 79; SAKWA, 1998, p.265, 270; TSYGANKOV, 2016, p.36, 39; ZUBOK, 2007, p.298-300).

A visão de Gorbachev sobre a política externa soviética e o próprio caráter das relações internacionais de forma geral ficou conhecida como o “Novo Pensamento Político” (NPP). O pilar do NPP soviético era a proposição de que não haveria uma incompatibilidade mutuamente excludente entre capitalismo e socialismo. Dessa forma, a contraposição soviética ao bloco capitalista pela via militar deveria ser moderada, eliminando, em consequência, a necessidade de uma incessante e exaustiva busca pela paridade militar/nuclear. Nesse sentido, a corrida armamentista nuclear, tal qual levada a cabo pela URSS e pelos EUA, passou a ser apresentada como uma perigosa e irracional ameaça à humanidade como um todo. Por fim, a lógica competitiva nas relações interestatais deveria ser abandonada em favor de uma perspectiva universalizante e interdependente da segurança que propunha abordagens pacíficas e concertadas para os problemas internacionais, tendo a ONU como instância central de autoridade (GORBACHEV, 1988; SAKWA, 1998, p.269-270; TSYGANKOV, 2016, p. 36-39).

Em termos normativos, o NPP tinha importantes implicações para o problema da arquitetura de segurança europeia. Conceitualmente, o principal reflexo do NPP nesse campo foi a proposição da “Casa Comum Europeia” (CCE), que, embora já tivesse precedentes no

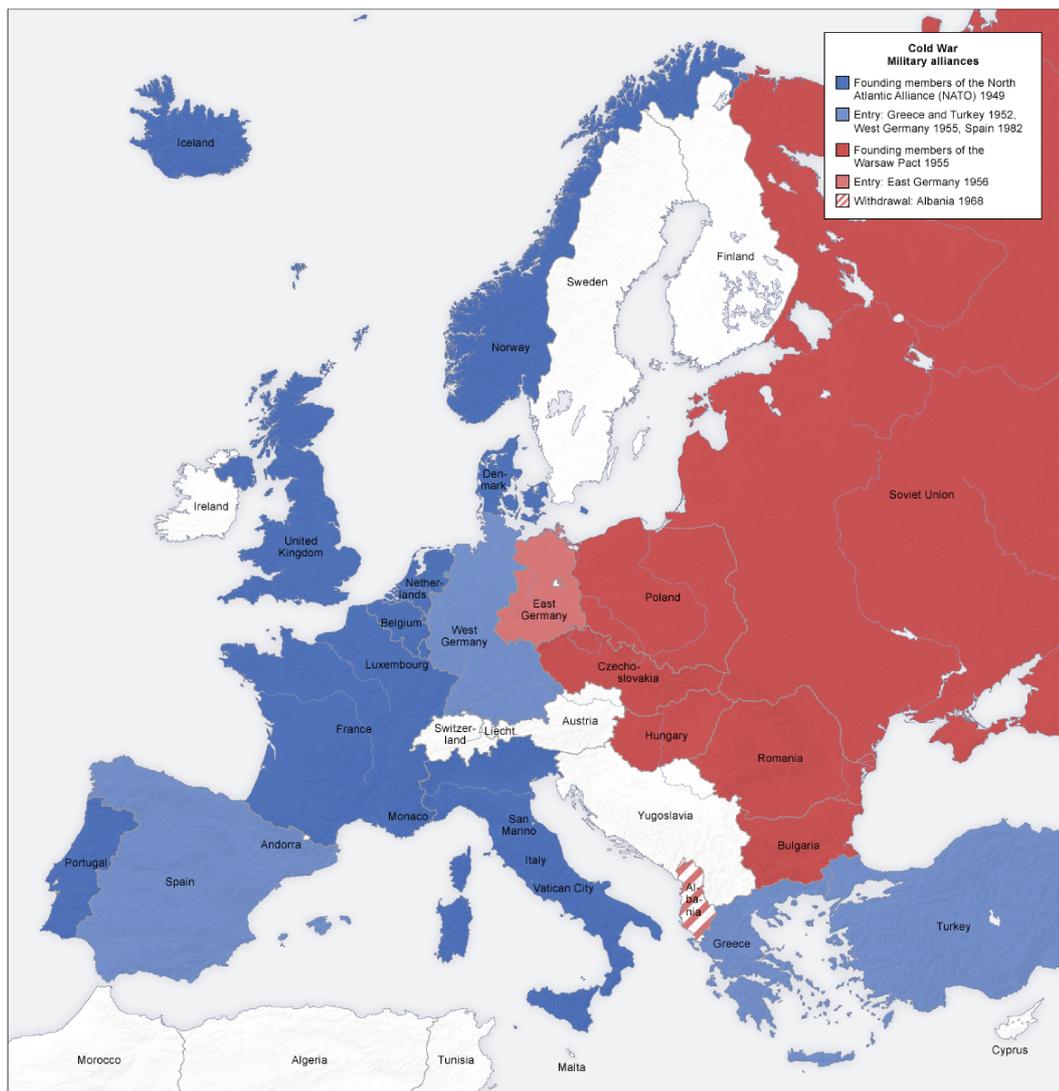
pensamento internacional soviético, foi desenvolvida sob Gorbachev (REY, 2004, p.41). Em seu bojo, a CCE trazia a expectativa de que a confrontação bipolar fosse superada com a transcendência da OTAN e do Pacto de Varsóvia. A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE, derivada da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa, ou CSCE), por sua vez, assumiria o papel de instituição universal dos Estados europeus, com o papel de pilar organizador da segurança continental (TSYGANKOV, 2016, p.47). Além da segurança coletiva, complementada pela redução de arsenais convencionais e nucleares e pela promoção da resolução pacífica de conflitos, a CCE enunciada por Gorbachev continha também elementos econômicos: a longo prazo, o Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON), bloco econômico liderado pela URSS, seria fundido com a Comunidade Econômica Europeia (CEE), precursora da UE, em um esquema de integração contendo países socialistas e capitalistas (REY, 2004, p.39-40).

As convicções de Gorbachev acabaram se consubstanciando em diversas decisões concretas de, como se provaria no futuro, grande importância. Acordos de limitação de arsenais nucleares com os EUA foram assinados em 1987 e 1991 (respectivamente, o tratado INF, que teve concessões assimétricas por parte da URSS, e o START). Já a atividade soviética no Terceiro Mundo foi limitada, incluindo a retirada de tropas do Afeganistão, concluída em fevereiro de 1989. Nova doutrina militar soviética, que preconizava caráter mais defensivo e redução de efetivos e tropas, começou a ser implementada. Nesse sentido, ao assinar o Tratado Sobre Forças Armadas Convencionais na Europa (CFE) em novembro de 1990, a URSS limitou sua capacidade de atuar militarmente contra a OTAN na Europa (BROWN, 2010, p.262-263; TSYGANKOV, 2016, p.42-45; ZUBOK, 2007, p.296-300).

O quadro de segurança na Europa também foi alvo de medidas de enorme impacto. Em 1988, Gorbachev, em consonância com o intento de abandonar a políticas das esferas de influência das superpotências, anunciou a diminuição das tropas soviéticas em países do bloco socialista, que teve início no ano seguinte (GORBACHEV, 1988; TSYGANKOV, 2016, p.44; ZUBOK, 2007, p.322). O abandono da chamada Doutrina Brezhnev, isto é, a noção de soberania limitada e da subordinação política-estratégica dos países do bloco socialista à URSS, indicada por tal decisão, foi posteriormente confirmado nas revoluções do leste europeu em 1989-1990. Então, a URSS aceitou de forma pacífica a ascensão de forças políticas alternativas, as transformações nos regimes comunistas locais e o início da desintegração do Pacto de Varsóvia pela vontade dos próprios Estados componentes

de sua esfera de influência (ASMUS, 2002, p.10-11; LÉVESQUE, 2010). No caso mais emblemático de superação da divisão leste-oeste na Europa da Guerra Fria, a Alemanha, com o comunismo desmontado em sua parte oriental, unificou-se como membro da OTAN com aquiescência da URSS, que viu dobrada sua preferência inicial de que ela se tornasse um país neutralizado ou componente, ao mesmo tempo, da aliança ocidental e do Pacto de Varsóvia (HAFTENDORN, 2010; REY, 2004, p.56-57; ZUBOK, 2007, p.323-330).

Mapa 1 – A evolução da OTAN e do Pacto de Varsóvia na Europa (1949-1990)



Fonte:Wikimedia Commons (2006).

Em sintonia com o espírito da época e com o pensamento de Gorbachev, documentos multilaterais como a “Carta de Paris para uma Nova Europa”, resultante da

CSCE de Paris em 1990, enunciaram o fim da “era de confrontação e divisão na Europa” e a “indivisibilidade” da segurança no continente (CSCE, 1990). Na prática, contudo, as sementes da perpetuação de uma Europa dividida e com problemática interação com a Rússia foram lançadas exatamente naquele período. O Pacto de Varsóvia se autodissolveu sem que se demandasse reciprocidade por parte da OTAN, nem que as tropas norte-americanas deixassem a Europa (ASMUS, 2002, p.10; GRACHEV, 2008, p.210). Documentos publicados pelo National Security Archive norte-americano revelam que Gorbachev, no contexto das negociações sobre a unificação alemã, restringiu-se a demandar que a OTAN não expandisse suas forças em direção às fronteiras soviéticas para além da Alemanha unificada, recebendo de diversos líderes ocidentais afirmativas nesse sentido, bem como menções à inclusão da URSS em um novo sistema de segurança na Europa (SAVRANSKAYA; BLANTON, 2017).

No clima político de 1990-1991, os países da (ex)esfera de influência soviética já demonstravam a vontade de romper definitivamente com a herança de submissão ao centro imperial russo-soviético e “retornarem à Europa” por meio da aproximação ou mesmo integração às estruturas políticas, militares e econômicas ocidentais, contrariando a crença de Gorbachev sobre sua transformação em social-democracias neutralizadas (ASMUS, 2002, p.9-14; REY, 2004, p.55-58; TSYGANKOV, 2016, p.47-48). Ao mesmo tempo em que a *rationale* original da OTAN, isto é, a contraposição à URSS, desaparecia, a aliança também indicava, naquele mesmo período, aspirações doutrinárias a novas missões, como lidar com as consequências de conflitos étnicos e disputas territoriais na Europa. Nesse sentido, demonstrava-se um autoatribuído papel de centralidade na segurança europeia e a possibilidade de aproximação aos países da Europa Oriental (POULIOT, 2010, p.154-155; SIMIĆ, 2010, 39-62, 72-75; ZAGORSKY, 2017, p.33).

No contexto do fim da Guerra Fria, Rey (2004, p.59) destaca que a concepção de CCE de Gorbachev, apesar de sincera e de ter ganhado certa adesão entre a opinião pública e líderes europeus, permaneceu largamente uma ficção. O idealismo e as inclinações a concessões unilaterais e assimétricas tornaram Gorbachev, nas palavras de Zubok (2007, p.328-331), o “coveiro do poder soviético”. Dentro da URSS, os desdobramentos das reformas econômicas; a abertura política, que reduziu o controle do PCUS sobre a sociedade e a representação política; e o decréscimo do controle das estruturas de governo centrais sobre as repúblicas – incluindo a Rússia, que teve Boris Yeltsin eleito como presidente em junho de 1991 –, lançaram forças que acabariam por conduzir ao desmonte do sistema

socialista e ao próprio colapso do país, formalizado no final de 1991. Ao longo desse processo, surgiram quinze novos Estados independentes correspondentes às quinze repúblicas soviéticas. A Rússia herdou o grosso do território, dos recursos e das instituições da URSS (SAKWA, 2008a, p.9-39; SEGRILLO, 2014, p. 21-85).

Ao contrário da percepção prevalecente nos EUA sobre o fim da Guerra Fria como uma vitória ocidental, tal caráter autoinfligido da dissolução da URSS passou a constituir, para muitos russos, o fundamento para demandas futuras de reconhecimento do status de potência global da Rússia sucessora do Estado soviético (STENT, 2015, p.3-6). Nesse sentido, como afirmou Sakwa (2017, p.1-10), a ideia de Gorbachev de um continente unificado e com a inserção equitativa da URSS/Rússia, fundamentada na interpretação de uma vitória conjunta – isto é, também soviética – na Guerra Fria, viria a se tornar, em sua essência, compartilhada pelos futuros líderes russos. O embate entre tal visão e a interpretação de uma vitória exclusiva do Ocidente, cujo corolário era o de que seu modelo e as instituições euroatlânticas supostamente vitoriosas no conflito bipolar deveriam simplesmente se expandir sem assimilar os termos de interação preferidos por Moscou, daria a tônica para as problemáticas relações com a Rússia no Pós-Guerra Fria.

2.2. Consenso liberal ? A era Yeltsin e as primeiras tensões russo-ocidentais

Econômica e militarmente debilitada e tendo recuado geoestrategicamente “de Magdeburgo a Smolensk”,¹⁸ a Rússia nascida do colapso do Estado soviético em 1991 ingressou em um período que prometia relações harmônicas com as potências ocidentais e a construção conjunta com estas últimas de uma arquitetura de segurança para o continente europeu. Isto porque, conforme autores russos como Alexei Arbatov (1993, p.9-10) e Andrei Tsygankov (2016, p.61-65, 73), Boris Yeltsin, o primeiro presidente da Rússia pós-soviética, e sua equipe de reformistas, particularmente o ministro de relações exteriores Andrei Kozyrev, alinhavam-se ao histórico (pró-)ocidentalismo no pensamento de política externa russa, demonstrando disposição em estender ainda mais a lógica cooperativa de Gorbachev.

Em suma, a tradição ocidentalista no pensamento de política externa russa historicamente vê o Ocidente como uma civilização avançada à qual a Rússia deveria se

¹⁸ Expressão utilizada por Arbatov (1999, p.192) para ilustrar a saída militar da Rússia da esfera de influência soviética do leste europeu. Magdeburgo é uma cidade localizada nos limites ocidentais da antiga Alemanha Oriental; Smolensk, uma cidade nas proximidades da atual fronteira ocidental russa com Belarus.

aproximar e adotar como inspiração para seu desenvolvimento interno. Nas circunstâncias históricas específicas do imediato Pós-Guerra Fria, isto significava a renegação do passado imperial soviético e a adesão ao modelo de organização política e econômica liberal, cuja implantação na Rússia, idealmente, seria viabilizada pelo auxílio econômico maciço vindo das potências ocidentais. Acreditava-se que a Rússia deveria assimilar a economia de mercado - objetivo compartilhado pela nascente classe de capitalistas russos, parte da qual oriunda dos antigos aparatos partidário e burocrático da época comunista e interessada em consolidar e elevar seus ganhos com a nova ordem - e a democracia liberal. Em termos de política externa, o pensamento ocidentalista naquele período assumia a presunção de identidade de interesses e do alinhamento com as potências ocidentais – incluindo a possibilidade de integração às estruturas institucionais coletivas ocidentais -, bem como a diminuição do foco na região da ex-URSS enquanto área de atuação prioritária da Rússia (TSYGANKOV, 2016, p.4-6, 61-65).

No início dos anos 1990, uma série de decisões deu concretude a tal curso. A Rússia ingressou em organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o G-7 (TSYGANKOV, 2016, p.74-76). No campo da segurança internacional, observou-se tendência de alinhamento com a agenda ocidental, por exemplo, na abordagem para os conflitos na ex-Iugoslávia – tema que será abordado em maior detalhe no próximo capítulo. A Rússia alinhou-se, ainda, às pressões norte-americanas sobre governos “indesejáveis”, como os de Iraque, Líbia e Coreia do Norte, e buscou restringir seus laços com países como China e Irã. O governo Yeltsin também incorreu em concessões assimétricas nas negociações sobre arsenais nucleares com os EUA. Por fim, a Rússia, de início, assumiu uma postura “isolacionista” no espaço pós-soviético, reticente quanto ao desenvolvimento da integração regional a partir da Comunidade dos Estados Independentes (CEI)¹⁹ e ao papel de defensora dos russos étnicos dispersos pelas ex-repúblicas soviéticas (HEADLEY, 2008, p.101-104; TSYGANKOV, 2016, p.76-85).

O momento “romântico/atlanticista”,²⁰ de acentuada convergência ocidentalista na política externa russa, contudo, foi de curta duração. Inter-relacionadas, as razões para isso estavam tanto no campo internacional, fruto do desapontamento da administração Yeltsin com

¹⁹ A CEI foi fundada na esteira da dissolução oficial da URSS como uma associação na qual os países emergidos do Estado soviético discutiriam e coordenariam questões políticas, econômicas, culturais e de segurança (SAKWA, 2008a, p.420-434).

²⁰ Epíteto comumente utilizado, conforme Sakwa (2008a, p.368), para designar, em tom crítico, a política externa russa no período de janeiro de 1992 a fevereiro de 1993.

os resultados da idealizada parceria com as potências ocidentais;²¹ quanto no doméstico, com pressões pela reformulação da postura frequentemente tida como subserviente do governo russo. A questão da arquitetura de segurança europeia exerceu papel importante nesse sentido. A proposta russa de integração às estruturas ocidentais subtendia a participação equitativa na tomada de decisões, bem como uma incipiente concepção de que o espaço pós-soviético (à exceção dos países bálticos) seria uma área de primazia russa. Simultaneamente, o governo russo acentuava a possibilidade de fortalecimento de estruturas paneuropeias tendo a OSCE como instituição central – uma espécie de “mini-ONU” regional, regida pelo princípio de consenso entre seus participantes - de coordenação entre os diversos blocos e organismos existentes no continente (SAKWA, 2008a, p.412-413; ZAGORSKY, 2017, p.6-10, 16,29). Primeiros exemplos desse novo quadro foram as intervenções militares russas – e a pretensão de exclusão da OTAN - em conflitos na ex-URSS (precisamente, em Moldova, Geórgia e Tadjiquistão), assim como proposições de Yeltsin sobre a coordenação de atividades entre a CEI e a OSCE (ALLISON, 2013, p.120-133; ZAGORSKY, 2017, p.30)

Nesse sentido, de maneira similar ao ocorrido com Gorbachev, a Yeltsin foi subtendido pelas lideranças ocidentais que a OTAN não se expandiria (pelo menos, não no curto prazo) e que não mais via a Rússia como adversária. O presidente russo também ouviu repetidas afirmativas de que a OTAN estava disposta a relacionar-se com ela como uma parceira em posição equitativa, incluída no sistema de segurança europeu que se buscava construir no Pós-Guerra Fria (GOLDGEIER, 2016; SAVRANSKAYA; BLANTON, 2018). O que se observou na prática, contudo, foram tendências de negligência e marginalização dos interesses russos, tanto no que tange à dimensão qualitativa da OTAN, isto é, em termos das missões aspiradas após a obsolescência da defesa contra a URSS; quanto quantitativa, isto é, a expansão geográfica da aliança com a absorção de novos membros na Europa.

No que tange ao primeiro quesito, o conflito na Bósnia e Herzegovina (ver mapas

²¹ Desde seu início, o governo Yeltsin obteve apoio da administração norte-americana de Bill Clinton (e brevemente, também, de George H.W. Bush). Os EUA buscavam evitar a chegada ao poder de comunistas e nacionalistas ao poder na Rússia, cujos êxitos eleitorais poderiam ameaçar o projeto reformista e cooperativo de Yeltsin. Tal cenário era tido como prejudicial aos interesses hegemônicos norte-americanos, de forma que os EUA dispuseram-se a conceder significativo apoio político e econômico ao governo Yeltsin (STENT, 2015, p.8-25). Em geral, contudo, o resultado da cooperação com os EUA e as outras potências ocidentais ficou aquém do projetado por Yeltsin e Kozyrev. Se, de um lado, o auxílio financeiro ocidental contribuiu para a estabilização macroeconômica da Rússia, sua concessão forjou uma relação de dependência. O governo russo viu ser diminuída sua autonomia decisória como consequência da necessidade de recursos do exterior. Além disso, os investimentos estrangeiros não vieram na medida esperada. Por fim, a aplicação da “terapia de choque” capitalista ocasionou aguda deterioração do padrão de vida dos cidadãos russos (TSYGANKOV, 2016, p.91-92).

6 e 7) foi uma primeira arena onde os choques de concepções com Moscou vieram à tona de forma mais evidente. Apesar de a Rússia ter chancelado, via voto positivo ou abstenções, resoluções no CSNU que autorizaram a atuação da OTAN como guardião dos regimes internacionais de contenção do uso da força no conflito bósnio (com contrapesos no processo decisório na ONU que, em princípio, bloqueariam o unilateralismo por parte da aliança), Moscou temia o voluntarismo de ações militares da aliança. Por vezes sem êxito e sem respaldar suas críticas em reações de impacto, a diplomacia russa passou a insistir, nesse sentido, na primazia de soluções pacíficas e no crivo do CSNU (e, por extensão, de si mesma) para autorizar qualquer ação militar (BECHEV, 2017, p.32-38; HEADLEY, 2008, p.163-164, 228-234; SIMIĆ, 2010, p.90-109). Como destacou Headley (2008, p.165-166, 233), a Rússia, ao agir de tal maneira, expressava o temor de sua marginalização na arquitetura de segurança europeia. Além da negação do status de potência, isto poderia ter potenciais implicações negativas para a margem de manobra estratégica russa em seu próprio entorno pós-soviético.

Problemas similares ocorreram quanto à expansão geográfica da OTAN. A insistência norte-americana em que tal decisão não seria voltada contra a Rússia contradizia a racionalidade daqueles mais interessados em ingressar na aliança. Tão logo emancipadas do domínio soviético, Hungria, Polônia e República Tcheca levantaram a questão de sua absorção pela OTAN tendo em vista, entre outros motivos, garantias críveis de segurança contra uma Rússia potencialmente reacionária no futuro.²² O próprio governo norte-americano (incluindo o presidente Clinton), apesar de admitir não enxergar uma ameaça em curto prazo de uma Rússia enfraquecida militar e economicamente, reconhecia que no futuro, caso suas convicções se provassem erradas, a expansão da OTAN poderia exercer a função de dissuadir Moscou. Naquele contexto, a maneira como se desenvolveram as relações da aliança com a Rússia e os países do leste europeu aspirantes ao ingresso, em que se subtendia que a Rússia não seria tratada de forma equitativa, alimentou desconforto russo com os prospectos

²² Episódios como a fracassada tentativa de golpe de Estado dos comunistas conservadores soviéticos contra Gorbachev, em agosto de 1991, e os posteriores êxitos eleitorais parlamentares dos nacionalistas e comunistas russos fomentavam tais temores e a conseqüente atratividade, aos olhos dos países em questão, de ingressar em um bloco militar que, por via de sua expansão, caminharia rumo às fronteiras russas. A Polônia, por exemplo, possui fronteira com o exclave russo de Kaliningrado. Diversas falas privadas do líder polonês Lech Wałęsa a oficiais norte-americanos na época de discussões sobre a expansão da OTAN, em janeiro de 1994, são bastante ilustrativas dos temores sentidos com respeito à Rússia, mesmo no momentâneo estado de fraqueza pelo qual ela passava. Ao presidente Bill Clinton, por exemplo, Wałęsa afirmou não confiar em acordos com a Rússia, pois esta tinha “[...]em uma mão uma caneta; na outra, uma granada” (SAVRANSKAYA; BLANTON, 2018. Tradução nossa). Já a Madeleine Albright, então embaixadora dos EUA na ONU e futura secretária de Estado de Clinton, disse: “Para domar o urso [...] vocês devem colocá-lo dentro de uma jaula e não permitir que corra livremente pela floresta”(ASMUS, 2002, p.62. Tradução nossa.). Tais visões negativas de ex-satélites soviéticos perpetuaram-se no futuro (POULIOT, 2010, p.109-110).

de sua posição na segurança europeia (ASMUS, 2002, p.12-17, 53-56, 66-77, 93-96). Nesse sentido, o analista militar russo Alexei Arbatov assim resumiu as inquietações russas:

Para a Rússia, não ficaram claras as seguintes perguntas: se a OTAN se expande como uma aliança militar defensiva, onde está a ameaça a seus novos membros, contra a qual tal expansão forneceria proteção ? E se a OTAN se expande em outro papel – como base para um novo sistema de segurança europeu de manutenção da paz – então qual o motivo de tal pressa, e porque a opinião de Moscou não é levada em conta ? Se havia razões para pressa, então porque a Rússia não foi vista seriamente como membro de tal sistema no futuro próximo ? (ARBATOV, 1999, p.194. Tradução nossa.)

Em vista desses problemas, uma nova coalizão “estadista”, composta por industriais do setor armamentista, burocratas e membros dos órgãos militares e de segurança, elevou sua influência à frente do Estado russo. A tradição estadista, em conjunto com a mencionada ocidentalista e a civilizacionista,²³ é uma das três grandes vertentes de pensamento de política externa na Rússia. A corrente estadista, historicamente a mais influente no país, valoriza a independência, a soberania e o poder da Rússia ao lidar com um ambiente externo permeado de ameaças. No contexto do Pós-Guerra Fria, isto significava que um Estado forte e autônomo não deveria ser sacrificado em nome de valores liberais. Em termos de política externa, tal visão acentuava o caráter da Rússia como grande potência independente com interesses próprios, nem sempre coincidentes com os das potências ocidentais (TSYGANKOV, 2016, p.6-8, 68-71, 99-103). Para Headley (2008, p.155-163), um relativo consenso centrista/realista (denominação equivalente ao estadismo de Tsygankov), afirmava-se já no início de 1994, embora isto ainda não significasse, àquela altura, a disposição de pôr em risco o projeto de parceria com as potências ocidentais. A partir de 1993, um consenso começou a emergir no seio da elite política russa sobre a necessidade de evitar a intrusão ocidental na região da CEI, proclamada com uma “zona de interesse e responsabilidade especial” onde a Rússia foi definida por Yeltsin como a “primeira entre os iguais” (ALLISON, 2013, p.121-123).

A “guinada estadista” na política externa russa foi consolidada com a troca de Andrei Kozyrev por Evgeny Primakov à frente do MID, no início de 1996. A política externa russa sob Primakov, ex-diretor do Serviço de Inteligência Externa (SVR, de *Sluzhba*

²³ No esquema de Tsygankov (2016, p.8), os civilizacionistas veem os valores russos como inerentemente opostos aos ocidentais e favorecem a difusão de tais valores para o exterior. No contexto dos anos 1990, isto significava que a Rússia deveria abandonar o que se considerava ser a subserviência às potências ocidentais e a absorção do modelo capitalista liberal. O país deveria, em contraste, afirmar seu domínio geopolítico, com acento no poder militar, sobre a Eurásia (TSYGANKOV, 2016, p.66-67).

Vneshney Razvedki, uma das sucessoras da KGB), assumiu como um de seus objetivos principais contrabalançar as “ambições unipolares” dos EUA, via, por exemplo, costura de coalizões com outros Estados. Ao contrário da época de Kozyrev, a Rússia de Primakov tentou, em nome da formação de um sistema internacional multipolar, cultivar relações especialmente com países não-ocidentais como China, Índia e Irã (TSYGANKOV, 2016, p.97-102, 114-116). A abordagem russa para os Estados da CEI e da ex-URSS também ganhou novos desdobramentos relacionados à segurança na Europa. A Rússia passou a conferir maior atenção à integração política, econômica e de segurança com seus vizinhos em detrimento das estruturas euroatlânticas (TSYGANKOV, 2016, p.100, 119-125; ZAGORSKY, 2017, p.9-10). No que tange à arquitetura de segurança europeia, conforme Zagorsky (2017, p.16-17), a segunda metade dos anos 1990 marcou o início de uma fase em que a Rússia buscou, em vez de insistir no fortalecimento da OSCE, instituir mecanismos de consultas, tomada e execução de decisão conjuntas com a OTAN para minimizar os prejuízos de sua expansão – uma vez que tal cenário, àquela altura, já era tido como inevitável (TSYGANKOV, 2016, p.107-108; ZAGORSKY, 2017, p.16-17).

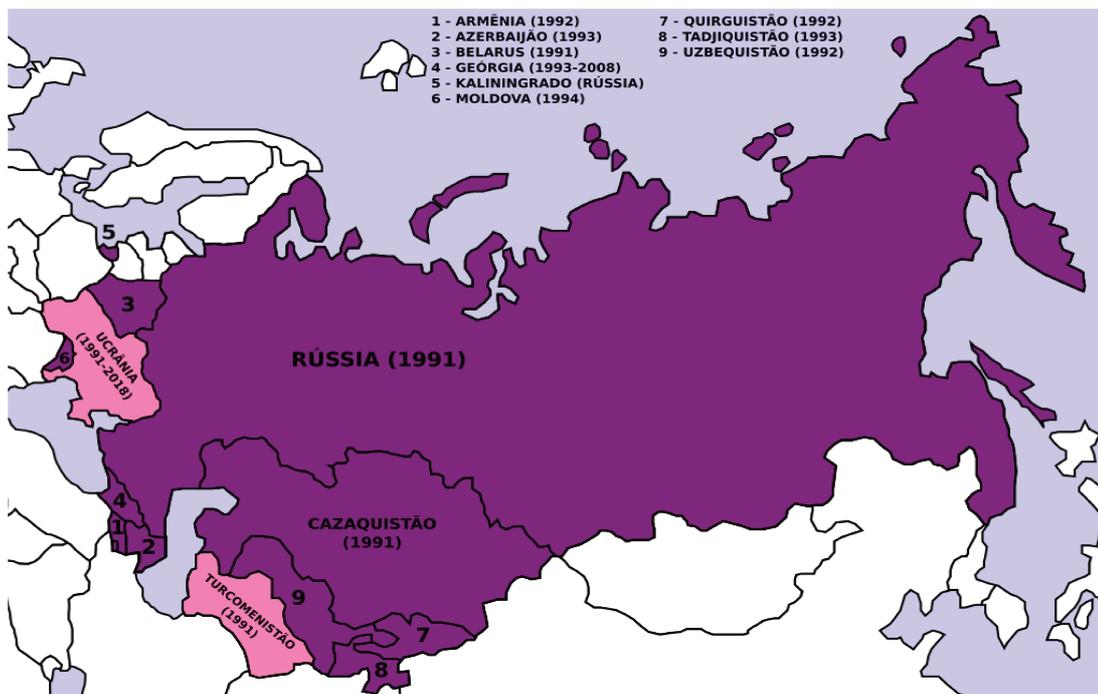
As tentativas de forjar uma espécie de relação especial com a OTAN culminaram na assinatura do Ato Fundador Rússia-OTAN de maio de 1997. Além de instituir a cooperação em diversos domínios, o acordo atendeu a diversas das principais demandas russas, como a não disposição de armas nucleares nos novos Estados membro e a limitação das tropas estacionadas nos países da aliança. Foi estabelecido, ainda, o Conselho Conjunto Permanente Rússia-OTAN (*NATO-Russia Permanent Joint Council*, PJC), foro para consultas e tomada de decisões em base consensual. O Ato Fundador, contudo, não conferiu à Rússia o direito de veto nem linhas vermelhas para a expansão da aliança para os Estados da ex-URSS. Mesmo assim, poucos meses depois - certamente na esperança da efetividade futura do acordo - a oficialização da expansão da OTAN com o convite estendido a Polônia, Hungria e República Tcheca na cúpula da organização em julho de 1997 acabou não gerando uma crise de maior impacto com a Rússia (TSYGANKOV, 2016, p.107-108; ZAGORSKY, 2017, p.49-55).

Paralelamente à OTAN, os anos 1990 foram também a época de início de uma nova rodada de alargamento da UE, confirmando que a tendência dominante para o continente europeu seria a de centralidade política, econômica e securitária das estruturas euroatlânticas. Em 1993 a UE estabeleceu os chamados Critérios de Copenhague para expansão, e em 1995 já absorveu três tradicionais países neutros no continente: Áustria, Finlândia e Suécia.

Naquela época, contudo, a perspectiva de alargamento da UE – e suas implicações em termos de segurança - não suscitou maiores disputas nas relações com a Rússia, que viriam a surgir com maior evidência, como se verá adiante neste trabalho, somente nos anos 2000. Em 1994 (ratificado em 1997), os dois lados assinaram um Acordo de Parceria e Cooperação, que estabeleceu os parâmetros do relacionamento econômico e do diálogo político entre Rússia e UE (FORSBERG; HAUKKALA, 2018, p.270; ZAGORSKY, 2017, p.40-41).

Para a Rússia, os resultados da nova política externa associada a Primakov, que continuou a influenciá-la após assumir a função de primeiro-ministro em setembro de 1998 (o diplomata Igor Ivanov tornou-se, a partir de então, o chefe do MID), foram mistos. Mesmo em contínuo declínio material, a Rússia, como atestou o Ato Fundador com a OTAN e seus dispositivos, conseguiu extrair certas concessões da superpotência norte-americana. Por outro lado, tentativas de formar coalizões com Estados não ocidentais, bem como a de integrar o espaço pós-soviético, não tiveram a reciprocidade projetada. Neste último caso, inclusive, a asserção da influência russa suscitou resistência de países como Azerbaijão, Geórgia, Moldova e Ucrânia (o chamado grupo GUAM), que se juntaram de forma a constituir um contrapeso contra a Rússia (TSYGANKOV, 2016, p.125-130).

Mapa 2 – A CEI e seus Estados associados



Fonte: Elaboração própria a partir de Wikimedia Commons (2009).

O problema da arquitetura de segurança europeia, contudo, foi a arena da mais séria crise nas relações entre a Rússia e as potências ocidentais desde o fim da Guerra Fria: o conflito no Kosovo em 1998-1999 (ver mapas 6 e 7). Assim como na Bósnia e Herzegovina poucos anos antes, os EUA, uma vez acirrada a violência na República Federal da Iugoslávia (RFI) ao longo de 1998, demonstraram vontade de intervir militarmente para castigar o regime de Slobodan Milošević naquele país e pôr fim ao conflito de suas forças contra os separatistas albaneses do Kosovo. Para tanto, os EUA mobilizariam a OTAN – e desta vez, caso necessário, sem a chancela do CSNU. A Rússia, como de se esperar, posicionava-se de forma contrária a tais ameaças: ao combater o voluntarismo sinalizado pela aliança atlântica, Moscou buscava evitar o esvaziamento de seu status no CSNU, bem como precedentes para interferências de natureza similar no “quintal” pós-soviético russo.²⁴

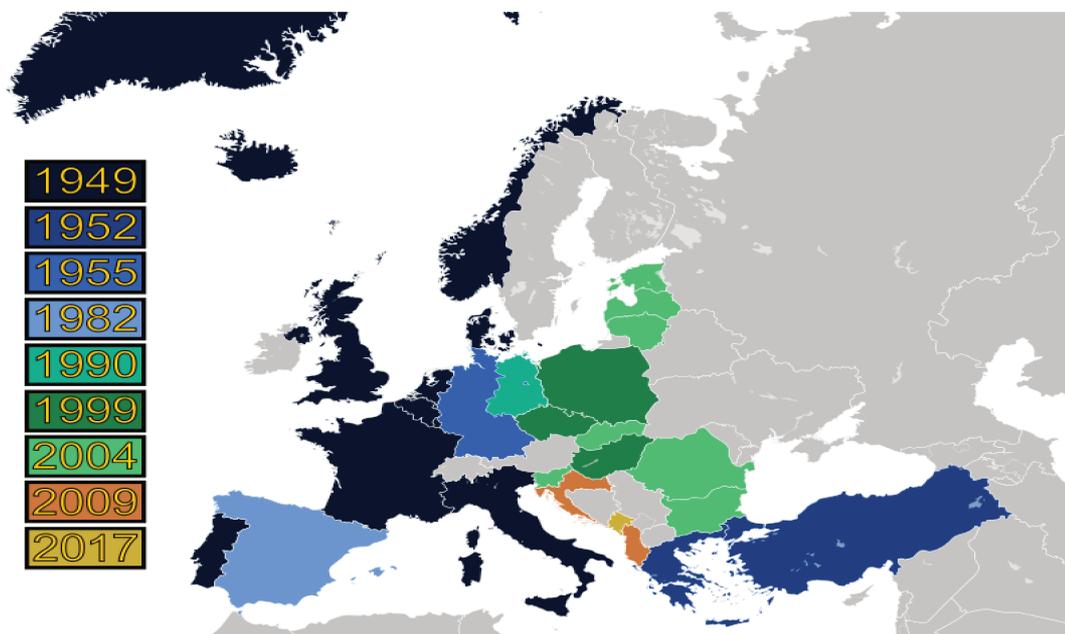
Washington e seus aliados finalmente decidiram intervir em março de 1999 desconsiderando as objeções russas e sem a anuência do CSNU. Na Rússia, a ação foi interpretada largamente como uma agressão e violação do direito internacional e de outras convenções e tratados (como o Ato Fundador). Além disso, por coincidir temporalmente com a rodada de expansão da aliança (absorvendo Hungria, Polônia e República Tcheca. Ver mapa 3) e com a adoção de um novo conceito estratégico que previa ações do mesmo cunho sem autorização da ONU,²⁵ a intervenção confirmou, aos olhos de muitos russos, as aspirações agressivas e hegemônicas dos EUA no Pós-Guerra Fria. Em meio ao momento de mais forte antiocidentalismo no país desde o fim da Guerra Fria, até mesmo liberais ocidentalistas criticaram o uso da força pela OTAN (ANTONENKO, 1999, p.130-134; ARBATOV, 1999, p.218, 223-230; HEADLEY, 2008, p.309-310, 382-388; TRENIN, 2011, p.105).²⁶

²⁴ Para um balanço detalhado do posicionamento da Rússia e das potências ocidentais sobre a questão do Kosovo até março de 1999, ver Headley (2008, p.309-364).

²⁵ Na mesma época, foram traçados paralelos entre o caso do Kosovo e o conflito secessionista checheno e outras questões similares na Rússia e em seu entorno, implicando a possibilidade de interferência ocidental na região da antiga URSS.

²⁶ Na época, protestos ocorriam quase diariamente em frente à embaixada dos EUA em Moscou, onde houve, inclusive, tentativa de ataque armado (cujo registro em vídeo está disponível na plataforma YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=wVuSCwEPhy0>) (HEADLEY, 2008, p.386; STENT, 2015, p.44).

Mapa 3 – A expansão da OTAN



Fonte: Wikimedia Commons (2018).

No calor dos momentos iniciais da guerra, as reações do governo Yeltsin foram bastante assertivas. Além da ácida retórica, a Rússia retaliou a operação da OTAN suspendendo sua participação no Ato Fundador, no PJC e na Parceria para a Paz (PfP),²⁷ bem como retirando sua missão militar da sede europeia da aliança e obstruindo o desenvolvimento de formas de cooperação (ANTONENKO, 1999, p.131; HEADLEY, 2008, p.371; POULIOT, 2010, p.197-198). Um exame menos superficial, contudo, aponta um posicionamento mais moderado e, em certo sentido, contraditório, revelador da “geopolítica das zonas de responsabilidade” e das ambições e limites do projeto de parceria equitativa com as potências ocidentais.

Apesar do clamor de parte da opinião pública e de alusões individuais de oficiais russos sobre uma resposta militar à OTAN, a Rússia foi bastante cautelosa quanto a um envolvimento desse tipo. Sem querer arriscar seriamente a construção de uma parceria, Yeltsin preferiu interagir com as potências ocidentais pela via diplomática. Para tanto, o presidente russo removeu Primakov das negociações de paz e apontou como seu representante Viktor Chernomyrdin, um político sem grande experiência em assuntos internacionais que se distanciava categoricamente do antiocidentalismo prevalente na Rússia naquele momento.

²⁷ A PfP era uma modalidade de cooperação entre a OTAN e os países europeus não membros da aliança instituída nos anos 1990.

Criticado domesticamente, Chernomyrdin fez concessões substanciais para o arranjo pós-conflito no Kosovo (ARBATOV, 1999, p.249; GUSKOVA, 2001, p.289-319; HEADLEY, 2008, p.373-402; POULIOT, 2010, p.199-202; TSYGANKOV, 2016, p.113). Ao final do conflito, o desfecho da famosa “Marcha para Priština”, que aproximou Rússia e OTAN de uma confrontação militar, também evidenciou a fraqueza e a indisposição ao conflito por parte de Moscou. O resultado, assim como na Bósnia e Herzegovina, foi o protagonismo ocidental na resolução de mais um dos problemas críticos da segurança na Europa.²⁸

Adiante, fatos como a admissão da Rússia ao G8 poucos dias após o fim do conflito, assim como o posterior retorno do PJC, atestavam que os desacordos quanto ao Kosovo não levaram a uma ruptura mais séria do padrão de relações com as potências ocidentais desenvolvidas nos anos 1990. Por outro lado, pode-se falar que o conflito deixou cicatrizes e lições mais profundas para o longo prazo. Tal qual indicavam novos documentos de política externa, segurança e defesa, fortaleceram-se na Rússia as convicções sobre a necessidade de se diversificar parcerias externas para fora do eixo ocidental e de se construir uma sistema internacional multipolar com um lugar de destaque para a Rússia enquanto grande potência. Ações como a intervenção da OTAN no Kosovo e o comportamento internacional das potências ocidentais de modo geral passaram a ser considerados como ameaças à segurança nacional e à posição internacional da Rússia (ANTONENKO, 1999, p.134-137; HEADLEY, 2008, p.424-430; POULIOT, 2010, p.206-207). Em meio à tentativa de continuidade do pragmatismo cooperativo, tais percepções negativas dos anos 1990 viriam a ter ecos de longo prazo sobre a política externa russa no século XXI.

2.3. Putin 1: entre o pragmatismo cooperativo e a grande potência assertiva

Após o choque ocasionado pelo conflito no Kosovo, a Rússia, a partir de maio de 2000 sob Vladimir Putin como presidente, procurou dar continuidade ao curso de cooperação com as potências ocidentais lançado por Yeltsin. Sob o novo presidente, contudo, a Rússia viria gradualmente a demarcar e defender seus interesses de forma mais firme com respeito às potências ocidentais e ao problema da arquitetura de segurança europeia.

Nos anos iniciais do primeiro governo Putin, a coalizão governante exibia influências dos pensamentos ocidentalista, cujos desdobramentos interessavam à elite

²⁸ A “Marcha para Priština”, bem como os debates e ações de apoio à RFI/Sérvia no caso da Guerra do Kosovo, serão discutidas em maior detalhe no próximo capítulo.

capitalista russa, e estadista, mais associada aos chamados *siloviki*, isto é, indivíduos provenientes dos órgãos de segurança alçados ao poder pelo novo presidente. O próprio Putin, por sinal, é um egresso da KGB e ex-chefe de uma de suas agências sucessoras, a FSB (SEGRILLO, 2014, p.175-180; TSYGANKOV, 2016, p.136-139).

Nesse sentido, a concepção de interesse nacional formulada concentrava-se na necessidade de modernização e de crescimento econômico da Rússia, a serem catapultados simultaneamente pela exploração, orientada desde um Estado fortalecido e centralizado, dos recursos próprios (principalmente energéticos), bem como pela atração de investimentos ocidentais e políticas macroeconômicas de cunho ortodoxo. Isto não significava, por outro lado, o abandono da autopercepção de grande potência, mas uma reformulação de seu modo de inserção internacional. Uma abordagem mais pragmática, que enfatizava o elemento econômico em detrimento do militar como fonte de poder, era vista como necessária para a Rússia. Para que tal objetivo fosse viabilizado, a competição global por influência com os EUA – tal qual Primakov e Yeltsin ensaiaram - deveria ser evitada em virtude da assimetria de capacidades econômicas e militares, que imporiam altos custos à Rússia.²⁹ Buscava-se acentuar, então, a compatibilidade de interesses e a necessidade de cooperação equitativa entre a Rússia e as potências ocidentais, não mais vistas como ameaças, sobre questões globais como o combate ao terrorismo (SAKWA, 2008b, p.270-279; SEGRILLO, 2014, p.174-178; STENT, 2015, p.53; TSYGANKOV, 2016, p.139-146).

Os eventos de 11 de setembro de 2001 foram vistos como a grande oportunidade para pôr em prática essa abordagem. No período precedente ao ataque aos EUA, como destaca Headley (2008, p.450-452), Putin e a diplomacia russa alertavam para uma “internacional terrorista” que supostamente se estendia das Filipinas ao Kosovo, com centro no Afeganistão e manifestações no Cáucaso. Por representar uma ameaça comum à Rússia e às potências ocidentais, ela deveria, conforme o governo russo, ser combatida conjuntamente. Na esteira do ataque, Putin, contrariando as convicções de grande parte da opinião pública e do *establishment* político e de segurança russos, manifestou simpatia com o esforço de guerra liderado pelos EUA na invasão ao Afeganistão. Além de aceitar a cooperação logística e em inteligência com os norte-americanos, Putin, contrariando suas próprias convicções iniciais, acabou consentindo com a presença militar dos EUA na Ásia Central, parte da “zona de

²⁹ Fatos ilustrativos e simbólicos dessa tendência foram, por exemplo, o fechamento do posto de inteligência russo em Cuba e da base naval russa no Vietnã em 2002 (SAKWA, 2017, p.195; STENT, 2015, p.67). Também no primeiro mandato presidencial de Putin, como se verá em maior detalhe adiante, decisões de cunho similar aconteceriam na Bósnia e Herzegovina e no Kosovo.

responsabilidade” pós-soviética russa – desde que com prazo e objetivos delimitados (SAKWA, 2008b, p. 280-281; STENT, 2015, p.64-66; ZYGAR, 2016, p.48-49).³⁰

O momento de ênfase na cooperação traduziu-se também na postura russa quanto à arquitetura de segurança europeia. O governo russo, por exemplo, não expressou maiores objeções sobre a saída dos EUA do Tratado sobre Mísseis Antibalísticos, um dos pilares do equilíbrio de dissuasão nuclear herdados da Guerra Fria, anunciado pela administração Bush em 2001 (TSYGANKOV, 2016, p.147-148; STENT, 2015, p.73). Com respeito à OTAN, Putin, de início, buscou dar continuidade ao padrão de relacionamento aspirado por Yeltsin ao longo dos anos 1990.³¹ Em 2002, foi instituído o Conselho Rússia-OTAN (NRC, do inglês *NATO-Russia Council*), que se diferenciava do PJC por fazer a Rússia interagir com os membros da aliança simultaneamente, e não após estes terem formado uma posição comum – melhorando, em tese, o prospecto de que a Rússia fizesse ouvir sua opinião em consultas e na tomada de decisões em áreas de interesse comum. Na prática, contudo – e não obstante os avanços em termos de socialização nas atividades da aliança – o problema nevrálgico, do ponto de vista de Moscou, persistiu. Embora decisões no âmbito do NRC só pudessem ser tomadas de forma consensual, os membros da OTAN poderiam decidir qualquer questão sem a participação russa em instâncias próprias da aliança. A Rússia, portanto, continuou sem poder de veto sobre as atividades da OTAN (STENT, 2015, p.75-78; POULIOT, 2010, p.214-215; ZAGORSKY, 2017, p.67-69).

Ainda no que tange à OTAN, o ano de 2004 marcou uma grande rodada de expansão. Além de Bulgária, Eslováquia, Eslovênia e Romênia, Estônia, Letônia e Lituânia, as três ex-repúblicas soviéticas do Báltico, passaram a fazer parte da aliança, fato ao qual a Rússia manifestava críticas (assim como ao prospecto de entrada da Ucrânia). Contudo, a Rússia, embora de forma resignada, não expressou reações negativas mais sérias à nova rodada de alargamento. Ao redor daquele período, Putin reiterava não ver a OTAN como inimiga, e o uso mútuo da força como recurso para resolução de controvérsias parecia largamente excluído. Entretanto, permaneceram a desconfiança e a insatisfação latentes da

³⁰ Um fato frequentemente lembrado em discussões sobre esse assunto é o de que Putin foi o primeiro líder internacional a tentar contatar Bush para expressar solidariedade e apoio. Dois dias antes do atentado, Putin, de posse de informações vindas do Afeganistão, também alertou o presidente estadunidense sobre uma vindoura campanha terrorista (STENT, 2015, p.62-63). O 11 de setembro também serviu, conforme Zhurkin (2014, p.243-244), para a elevação da cooperação entre Rússia e UE no combate ao terrorismo.

³¹ A exemplo de seu predecessor, Putin também ventilava a possibilidade de ingresso da Rússia na OTAN, opção que acabou não sendo levada adiante pelo governo russo nem tomada a sério pela administração Bush nos EUA - especialmente levando em conta as demandas de um lugar especial que, como antecipavam oficiais norte-americanos, a Rússia poderia exigir (STENT, 2015, p.75-76).

Rússia com a OTAN – particularmente em razão da expansão desta última e, como se tornou regra desde os anos 1990, pelo autoatribuído caráter hegemônico que a própria aliança perseguia no sistema internacional, cujo corolário era a negação da equidade e do status de grande potência independente aspirado pela Rússia (POULIOT, 2010, p. 98-111, 140-147; SAKWA, 2008b, p. 281-282, 289; STENT, 2015, p.75-78; ZAGORSKY, 2017, p.66).³²

A UE, por sua vez, foi um eixo ambíguo para a política externa russa. O ímã econômico, particularmente no setor energético, era um importante elemento a ligar os dois lados, percepção que se desdobrou em laços comerciais e de investimentos com os países da Europa Ocidental – embora desacordos quanto às condições de fornecimento fomentassem, do lado da UE e de países do leste europeu, temores sobre a instrumentalização política da oferta de gás por parte da Rússia. Ruídos mais evidentes começaram somente com a chamada Política Europeia de Vizinhança (ENP, *European Neighbourhood Policy*), lançada em 2003, que propunha o prospecto de integração a países do leste europeu, incluindo ex-repúblicas soviéticas, em detrimento de projetos de integração alternativos – como os liderados pela Rússia. Nas concepções estratégicas da UE, a melhoria da segurança dos membros do bloco seria elevada com a melhoria do ambiente de segurança fora deste – em que o conceito de segurança era concebido exatamente como a assimilação das normas institucionais prevaletentes dentro da UE. Surgiu, então, um problema similar ao das relações da Rússia com a OTAN, uma vez que a aplicação da ENP subtendia um papel subordinado e não equitativo para a Rússia – razão porque foi rejeitado em Moscou. Havia, também, a percepção de um problema geopolítico, na medida em que a Rússia temia perder investimentos e recursos tomados pela participação de países do leste europeu nos projetos da UE, bem como sua posição militar em países da ex-URSS (DIESEN, 2016, p.51-52; SAKWA, 2008a, p. 288; TSYGANKOV, 2016, p.194-195; ZAGORSKY, 2017, p.68-70).³³

³² Para um resumo das atividades conjuntas entre OTAN e Rússia nos anos 2000, inclusive as de cunho militar, ver Pouliot (2010, p.123-131).

³³ Um exemplo bastante ilustrativo dessa lógica competitiva, como destacam Diesen (2016, p.62-63, 75) e Zagorsky (2017, p.76, 106-107) foi o caso da Transnístria, autoproclamada república independente que se separou de Moldova no início dos anos 1990. Em 2003, a UE propôs a substituição das tropas de *peacekeepers* russos na Transnístria por uma missão liderada pelo bloco europeu. A Rússia reagiu propondo a Moldova e Transnístria um plano de saída de tropas russas concomitante à restauração da integridade territorial moldava. As contrapartidas seriam a neutralização de Moldova – i.e., à semelhança da Sérvia, não integraria alianças militares como a OTAN – e uma espécie de arranjo federativo que garantiria à Transnístria, onde prevalece sentimento pró-russo, grande influência nos assuntos políticos do país. Mesmo após os dois lados terem sinalizado aceitação da proposta, a UE e os EUA pressionaram Moldova a desistir do plano, uma vez que isso significaria a institucionalização da influência russa (via Transnístria e cláusula de neutralização) no país e a dificultação de sua participação nos projetos de integração ocidentais. Com o malogro do plano, a Rússia, em reação, acabou fortalecendo suas próprias posições militares na Transnístria.

Na transição para o século XXI, por fim, a UE evoluiu para ganhar uma dimensão militar na forma da PDSC, assumindo, desse modo, maior caráter de organização de segurança. As relações da Rússia com a UE no campo da segurança e política externa, conforme Zhurkin (2014, p.235-239), tiveram um marco inicial em declaração do final do ano 2000 que propôs consultas e a possibilidade de cooperação operacional em “gestão de crises”. Os resultados práticos, contudo, foram mais tímidos. No início dos anos 2000, por exemplo, Rússia e UE estabeleceram missões e foros responsáveis pela troca de informações no setor de segurança e defesa. No que tange às operações de “gestão de crises”, o problema da equidade típico das relações da OTAN com a Rússia replicava-se com respeito à UE. A Rússia queixava-se de não ser incluída, por exemplo, na conceptualização de operações do bloco, o que deixou a cooperação bastante incipiente (ZAGORSKY, 2017, p.116).

Apesar de tais tentativas de parceria entre a Rússia e as potências ocidentais, abalos não tardaram a aparecer. Um deles foi a invasão do Iraque em 2003. Liderada pelos EUA, tal operação, assim como na Guerra do Kosovo, trouxe de volta as disputas em torno da autoridade do CSNU (desta vez, colocando países como Alemanha e França na mesma fileira da Rússia), além de tensionar a visão que Putin queria avançar sobre como combater a ameaça comum do terrorismo (STENT, 2015, p.88-96; TSYGANKOV, 2016, p.150-152).³⁴

Pouco tempo depois, eventos no entorno da Rússia contribuiriam para azedar ainda mais as relações com os EUA e a UE. Antes de discuti-las, é fundamental salientar que a concepção de uma “grande potência normal”, desde o primeiro mandato presidencial de Putin, subtendia certo grau de primazia russa na região da CEI. Até mesmo a visão da dimensão econômica como parâmetro de interação da Rússia no sistema internacional, por exemplo, aplicou-se à “zona de responsabilidade” da ex-URSS. O governo russo buscou, por exemplo, afirmar controle sobre o setor energético dos países da região e estabelecer iniciativas de integração econômica regional. A dimensão securitária também estava presente: o governo Putin buscou revigorar a OTSC, além de assegurar a presença militar russa em países como Tadjiquistão e Quirguistão (POULIOT, 2010, p.219-221; SAKWA, 2008a, p.293-298; TSYGANKOV, 2016, p.154-159, 199-200; ZAGORSKY, 2017, p.72).

Nesse sentido, conforme Zagorsky (2017, p.74-75), nas condições de crescente difusão de poder e diminuição da centralidade do Ocidente no sistema internacional, os anos 2000 marcaram o impulso, por parte da Rússia, de sedimentação da arquitetura de segurança

³⁴ A Rússia também tinha importantes laços econômicos com o país do Oriente Médio nas áreas de armamentos e petróleo (STENT, 2015, p.88; ZYGAR, 2016, p.49-51).

européia em um esquema de divisão de zonas de responsabilidade. A integração “eurasiana”, isto é, na região da ex-URSS, seria o pilar liderado pela Rússia, embora concebido como conectado, em bases equitativas, com o vetor euroatlântico. Da parte russa, a “bipolaridade cooperativa”³⁵ subtendida por essa concepção significava, ainda, a demarcação de linhas vermelhas claras para o avanço das estruturas euroatlânticas no espaço pós-soviético.

As chamadas “revoluções coloridas” na região da CEI – em especial na Geórgia, em 2003, e na Ucrânia, em 2004 - desafiavam tal entendimento. Nelas, movimentos nacionais pró-ocidentais e ditos democratizantes, agindo sob o pretexto de desfazer fraudes eleitorais, foram apoiados pelos EUA e pela UE (via, por exemplo, ONGs “promotoras da democracia”) em sua atuação para derrubar regimes tidos por opositores como autoritários e ilegítimos. Na Rússia, o papel norte-americano, particularmente no caso da Ucrânia – onde Moscou viu as forças locais que apoiava serem derrotadas -, era visto como uma cínica agenda geopolítica desenvolvida em detrimento da influência russa. Dadas as críticas ocidentais ao que se considerava uma tendência ao autoritarismo na Rússia quando Putin empreendia a centralização política e administrativa do país, acentuou-se a percepção de que esta questão poderia servir de subterfúgio para uma eventual tentativa de mudança de regime e isolamento geopolítico da própria Rússia (DIESEN, 2016, p.73-74; SEGRILLO, 2014, p.182-187; STENT, 2015, p.78-79, 102-123; TSYGANKOV, 2016, p.161-162, 179; ZAGORSKY, 2017, p.76-77; ZYGAR, 2016, p.130-134).

Diante de tais desafios, que estimularam a ascensão da fração oriunda dos serviços de segurança na coalizão governante russa (inclusive, assumindo maior protagonismo em setores estratégicos da economia, como o energético), o governo Putin, fortalecido pelo período de alto crescimento econômico nos anos 2000 calcado no setor energético, adotou uma postura mais assertiva na consecução da concepção de interesse nacional lançada quando de sua ascensão ao poder (TSYGANKOV, 2016, p.179-185). Nesse sentido, o “manifesto programático” de Putin foi celebrenemente externado em seu discurso na Conferência de Segurança de Munique em 2007. O presidente russo acentuou ser inaceitável para a Rússia um “mundo unipolar”, destacando a histórica independência na condução da política externa de seu país. Entre outros, criticou, ainda, a utilização da força sem autorização do CSNU, a expansão da OTAN e a interferência norte-americana em assuntos internos de outros países

³⁵ Termo utilizado por Zagorsky (2017, p.25), pois deixava espaço, ao contrário de uma “bipolaridade confrontativa”, para a cooperação com o polo euroatlântico da segurança na Europa.

(SEGRILLO, 2014, p.192; STENT, 2015, p.147-149; ZAGORSKY, 2017, p.73).³⁶

Tal retórica se traduziu em atos. No mesmo ano de 2007, os EUA lançaram negociações para instalar partes de seu sistema antimísseis, alegadamente voltado contra o Irã, na Polônia e na República Tcheca. O governo russo considerava essa decisão uma violação do equilíbrio de dissuasão nuclear entre as duas potências. O governo norte-americano anunciou, ainda, acordos para abertura de bases na Bulgária e na Romênia. Declaradamente retaliando tais decisões por parte dos EUA, bem como a expansão da OTAN, a Rússia anunciou a suspensão de sua participação no CFE na segunda metade de 2007 (POULIOT, 2010, p.226; STENT, 2015, p.153-158; ZAGORSKY, 2017, p.104-107).³⁷

Por fim, no último ano do segundo mandato presidencial de Putin, novas tensões emergiram com as potências ocidentais. Uma delas dizia respeito mais diretamente à arquitetura de segurança europeia e ao papel da OTAN. A percepção de competição geopolítica foi fortalecida pelo prospecto, sinalizado em 2008, de entrada de Geórgia e Ucrânia na OTAN, classificada por Putin como “linha vermelha” que a Rússia não aceitaria. O presidente russo foi pessoalmente à cúpula da OTAN em Bucareste em abril de 2008 para tentar dissuadir a aliança de tal opção. O convite às duas ex-repúblicas soviéticas acabou sendo adiado em virtude da relutância de Alemanha e França em cedê-lo naquele momento (POULIOT, 2010, p.221-227; STENT, 2015, p.163-168; TSYGANKOV, 2016, p.193-194; ZAGORSKY, 2017, p.78).

Outra questão de discórdia foi a declaração unilateral de independência do Kosovo, sobre o que mais será falado nos capítulos 4 e 5, apoiada pelos EUA e a maioria dos países da UE em contrariedade ao posicionamento da Rússia – que insistia no consentimento da Sérvia e na chancela do CSNU (e, portanto, de si mesma) para qualquer solução. O governo russo alertava, ainda, que qualquer solução em termos de autodeterminação nos Balcãs seria aplicada também na esfera de influência pós-soviética da Rússia, onde problemas de natureza similar existiam, por exemplo, na Geórgia, e poderiam ser instrumentalizados por Moscou (STENT, 2015, p.159-162; TSYGANKOV, 2016, p.201-202). Pouco tempo após a saída de Putin da presidência, tais ameaças se concretizariam de modo a causar a nova “mais séria crise” com as potências ocidentais desde o fim da Guerra Fria. A ênfase na tentativa de

³⁶ A negatividade com que a fala de Putin foi recebida pelos países ocidentais é ilustrada pela reação do ministro de relações exteriores da República Tcheca, para quem Putin havia demonstrado “clara e convincentemente porque a OTAN tinha de se expandir” (STENT, 2015, p.148. Tradução nossa.).

³⁷ No que tange ao CFE, Zagorsky (2017, p.106-107) considera que as atividades dos EUA e da OTAN podem ter sido, na verdade, uma desculpa para a Rússia – seu real motivo, na verdade, sendo uma retaliação à negação do referido plano russo para Moldova.

parceria, contudo, viria a permanecer e ganhar importantes desdobramentos, ao mesmo tempo em que a persistência de dissensos antigos indicava a incompatibilidade crônica de interesses entre a Rússia e as potências ocidentais.

2.4. O tandem Medvedev-Putin e o Tratado de Segurança Europeia

A substituição de Vladimir Putin por Dmitri Medvedev na presidência da Rússia, a partir de maio de 2008, foi acompanhada de grandes expectativas de superação das tensões entre a Rússia e as potências ocidentais ao final dos anos 2000. Escolhido a dedo por seu predecessor, Medvedev, que não fazia parte do círculo de *siloviks*, tinha – e cultivava – a reputação de um modernizador liberal. Sua escolha deveria sinalizar a imagem de uma Rússia aberta à cooperação no sistema internacional, especialmente à luz do descarte de Sergei Ivanov – um *silovik*, ex-ministro de defesa e encarregado das relações com os EUA – como possível sucessor de Putin (SAKWA, 2011, 271-275, 283-291; ZYGAR, 2016, p.176-180).

Ao mesmo tempo, Putin manteve sua influência na política russa, tanto interna quanto externa, a partir de diversos fatores. Um deles era o constitucionalmente forte cargo de primeiro-ministro que assumiu. O outro era o capital político informal derivado de sua popularidade, da influência sobre a burocracia estatal e do consolidado papel de árbitro de interesses entre as diferentes facções componentes das coalizões governantes. Formou-se, desse modo, o chamado “tandem”³⁸ Medvedev-Putin à frente da Rússia (SAKWA, 2011, p.271-274, 285, 308-313; SEGRILLO, 2014, p.193-197).

O vetor resultante de tais forças ideológicas/políticas e de novos estímulos, como os efeitos deletérios da crise econômica mundial de 2008-2009, foi uma grande continuidade com o curso precedente da política externa russa conjugada a novas ênfases na cooperação com as potências ocidentais, cujo capital era desejado no âmbito das “alianças modernizadoras” a serem buscadas pelo governo Medvedev-Putin (STENT, 2015, p.222; TSYGANKOV, 2016, p.212-213). Diante de tal configuração ambígua, as fontes de discordância, frustrações e tensões com as potências ocidentais em temas como a arquitetura de segurança europeia continuaram vivas de modo a causar significativos problemas.

Três meses após o início da administração presidencial de Medvedev, a Guerra Russo-Georgiana veio a ilustrar tais ambiguidades. Em agosto de 2008, Moscou e Tbilisi

³⁸ O termo tandem refere-se a um tipo de bicicleta manejada por duas pessoas.

protagonizaram uma disputa militar pela Ossétia do Sul, região separatista da Geórgia apoiada pela Rússia, que o governo nacionalista pró-ocidental de Mikheil Saakashvili (o líder da referida revolução colorida de 2003) procurava incorporar ao controle georgiano. A vitória militar russa foi seguida do reconhecimento das independências da Ossétia do Sul e da Abecásia, a outra região separatista da Geórgia filiada à Rússia. Tal ato, assim como a própria ação militar que a precedeu, foi fundamentado em argumentos similares aos empregados pelas potências ocidentais com respeito ao Kosovo – concretizando, portanto, as ameaças feitas pela Rússia na época das negociações de status da província sérvia. Dentre os reflexos mais evidentes para as relações da Rússia com as potências ocidentais, destaca-se a suspensão dos contatos com a OTAN. O NRC, por exemplo, só voltou a funcionar em março do ano seguinte (POULIOT, 2010, p.223-224; ZAGORKSY, 2017, p.90).

Para além das motivações imediatas, contudo, o conflito deve ser compreendido por suas origens estruturais nas disputas por influência na “vizinhança compartilhada” entre a Rússia e as estruturas euroatlânticas. Desde a “Revolução das Rosas” de 2003, a Geórgia havia aprofundado notoriamente sua cooperação militar com os EUA e, como visto na seção precedente, aspirava, a contragosto da Rússia, ao ingresso na OTAN. O acesso, por sua vez, seria facilitado se o governo georgiano reestabelecesse controle sobre todo o território que reivindicava, objetivo que suscitou uma escalada de tensões com a Rússia em meados dos anos 2000 (MIELNICZUK, 2013, p.162-164; STENT, 2015, p.107-110, 163-168).³⁹ Ao agir militarmente a forjar alianças com Estados que, na visão da Geórgia, violam sua integridade territorial, a Rússia, portanto, demarcou de forma clara linhas vermelhas em sua zona de responsabilidade e elevou os custos de uma eventual tentativa de extensão da OTAN para o país caucasiano (ALLISON, 2008, p.1161-1166). Como colocou Sakwa (2017, p.153. Tradução nossa), “O conflito russo-georgiano de agosto de 2008 foi a primeira guerra para parar o alargamento da OTAN.”

Diante desse quadro de tensão, a guerra no Cáucaso foi vista pelo governo russo, ao mesmo tempo, como uma oportunidade para persuadir as potências ocidentais a aderirem a sua concepção da segurança na Europa – a qual, conforme Moscou, evitaria tal tipo de conflito (TSYGANKOV, 2016, p.216-217). Tal empreendimento, lançado antes mesmo da Guerra Russo-Georgiana, foi um dos focos da política externa de Medvedev. Logo após

³⁹ A guerra de 2008 também possui um longo histórico que remonta a um conflito originário no contexto de dissolução da URSS, a partir do qual a Abecásia e a Ossétia do Sul, sob grande influência da Rússia, tornaram-se *de facto* separadas da Geórgia. Para um resumo desse histórico e dos antecedentes mais imediatos da guerra de 2008, ver Allison (2008, 2013), Mielniczuk (2013) e Zygar (2016, p.127-130,174-175, 183-197).

assumir o posto de presidente, Medvedev começou a difundir uma proposta de Tratado de Segurança Europeia (TSE), lançando uma campanha diplomática para persuadir os outros países do chamado espaço euroatlântico a aderirem a ela.⁴⁰ Tradicionais pontos de atrito entre a Rússia as potências ocidentais figuravam entre os princípios organizadores da proposta: o respeito à soberania e à integridade territorial dos Estados, bem como a não interferência em assuntos internos e a “segurança unificada” - i.e., não elevar a própria segurança às custas de outro país/bloco. O direito à neutralidade, i.e., o não pertencimento a nenhum bloco, também figurava no discurso russo (STENT, 2015, p.238-241; ZAGORSKY, 2017, p.80-83).

As ideias articuladas pelo governo russo foram condensadas em um projeto publicado e circulado junto a países, blocos e organizações internacionais no final de 2009. Em torno dos princípios acima mencionados, a proposta russa tinha os contornos de um tratado internacional propriamente dito, incluindo procedimentos de consultas e tomada de decisões consensuais e juridicamente vinculantes entre países, blocos e organizações internacionais no espaço “de Vancouver a Vladivostok” - a exemplo, conforme o documento, da OTAN, UE, OSCE, OTSC e CEI (RÚSSIA, 2009a).

A implementação de tal acordo, segundo as intenções russas, possibilitaria a transcendência do sistema “OTAN-cêntrico” (e EU-cêntrico) da segurança europeia ao teoricamente permitir, por exemplo, um implícito poder de veto da Rússia sobre a atuação da aliança atlântica (SAKWA, 2017, p.142-144; ZAGORSKY, 2017, p.95-96).⁴¹ Nesse sentido, Trenin (2013, p.143-144) afirma que a Rússia estava, de fato, propondo um acordo legal de não expansão da OTAN para os Estados da ex-URSS e a não utilização do território dos novos membros da aliança para atividades consideradas ameaçadoras à Rússia e seus aliados (como, por exemplo, o sistema antimísseis norte-americano).

De maneira similar, Trapara (2017, p.223-224) destaca o caráter duplo do TSE: se, de um lado, ele propunha a elevação a nível jurídico da “segurança indivisível”, o acordo, por outro, ao conter elementos como o reconhecimento de alianças militares, a discricionariedade da defesa/segurança coletiva e a possibilidade de saída em nome de “interesses nacionais supremos”, permitiria um tipo de divisão na segurança europeia. Na prática, tais elementos, como ressaltou o autor sérvio, significariam o reconhecimento mútuo das zonas de

⁴⁰ Considera-se como pontapé inicial da campanha russa um discurso de Medvedev a políticos e representantes da sociedade civil alemã em junho de 2008 em Berlim.

⁴¹ Nesse sentido, Zagorsky (2017a, p.97-99) aponta falhas dentro do TSE, pois os mesmos instrumentos concebidos para resguardar os interesses russos poderiam ser invocados por outros Estados/blocos contra Moscou, potencialmente anulando a possibilidade de veto e o poder discricionário desejados pela Rússia.

responsabilidade euroatlântica (EUA) e eurásiana (Rússia) na Europa, ao mesmo tempo em que, para assuntos de alcance geral, as duas partes teriam um espaço de consultas equitativo.⁴² Desse modo, seria garantido o interesse russo consolidado ao longo do Pós-Guerra Fria em uma esfera de influência e no concerto paritário de grandes potências.

O TSE proposto pela Rússia, contudo, não encontrou a recepção desejada entre as potências ocidentais, que rejeitavam o prospecto de restrições às atividades da OTAN e o reconhecimento de uma esfera de influência russa. Os EUA consideravam o sistema existente com a OSCE e o NRC suficientes para a gestão da segurança continental. Os países europeus, por sua vez, o receberam de forma mista. Enquanto os mais influentes, como Alemanha e França, mostraram-se abertos ao diálogo, os do leste europeu, com suas tradicionais inseguranças infladas pela experiência recente da Geórgia, viram a proposta russa com desconfiança. Ao longo de 2009 e 2010, discussões foram conduzidas no âmbito da OSCE sobre o assunto, embora sem levar a progressos tangíveis. Como resultado, a própria Rússia, desapontada com os resultados de sua iniciativa, gradualmente a deixou de lado (STENT, 2015, p.238-241; TSYGANKOV, 2016, p.218; ZAGORSKY, 2017, p.86-95).

Na ausência de progresso, os dois lados continuaram a buscar seus objetivos na questão da segurança na Europa. A Rússia deu seguimento ao processo que culminaria na constituição da União Econômica Eurasiática (UEE). Em 2010, foi formada a União Alfandegária Eurasiática com Belarus e Cazaquistão, com convite estendido à Ucrânia no ano seguinte. Já em 2012, foi lançado o Espaço Econômico Comum, arranjo de livre circulação de bens, capital e trabalho com pretensões de abertura ao restante dos países da CEI. Paralelamente, no campo de segurança e defesa, o período do tandem Medvedev-Putin foi de iniciativas de fortalecimento da OTSC e da presença militar russa na Ásia Central. Uma questão particularmente importante, nessa dimensão, foram as negociações com a Ucrânia que resultaram na extensão do acordo bilateral sobre a presença militar russa na Crimeia, então região autônoma ucraniana. Uma consequência do acordo era exatamente a dificuldade da entrada do país na OTAN. O governo ucraniano também declarou o status extrabloco do país, i.e. renunciou ao ingresso na aliança militar ocidental. Foi exatamente na sequência da Guerra

⁴² Tratando-se, portanto, de uma tentativa de formalização e legitimação da “bipolaridade cooperativa” a que se fez menção na seção anterior. Nesse sentido, Zagorsky (2017, p.111) lembra que a OTSC, em 2004, enviou uma proposta de formalização de suas relações com a OTAN. Promovida pela Rússia como uma iniciativa conducente exatamente à divisão de zonas de responsabilidade entre as duas organizações, a proposta, diante da falta de consenso entre os membros da OTAN, acabou não tendo resposta. No contexto da crise ucraniana, a própria OTSC também a deixou de lado. Nas palavras de Trenin (2009, p.14. Tradução nossa), “A visão ideal de Moscou sobre a arquitetura de segurança europeia provavelmente seria algo como um comitê OTAN-OTSC flanqueado por Estados permanentemente neutros, como a Ucrânia.”

Russo-Georgiana, ainda, que Dmitri Medvedev enunciou a noção de uma “esfera de interesses privilegiados” no entorno pós-soviético da Rússia (SAKWA, 2017, p.146-147; TRENIN, 2009; TSYGANKOV, 2015; 2016, p.223-226; ZAGORSKY, 2017, p.118-119).

Do lado euroatlântico, novos elementos de atrito, em primeiro momento, foram lançados pela UE com o surgimento, em 2009, da Parceria Oriental (EaP, *Eastern Partnership*). A EaP consistia em uma iniciativa para forjar a cooperação econômica, política e securitária oferecida a Armênia, Azerbaijão, Belarus, Geórgia, Moldávia e Ucrânia. De traços geopolíticos potencialmente exclusivistas, isto é, que prejudicariam as possibilidades de participação em outros projetos de integração, ela foi capitaneada pelas lideranças polonesas (e suecas) e vista pelos EUA deliberadamente como um instrumento de contraposição à influência russa nos países da ex-URSS. Iniciativas russas de participação conjunta nos assuntos nessa região foram rejeitadas pela UE, contribuindo para que a Rússia gradualmente percebesse a EaP como mais um instrumento de separação de seus vizinhos e de negação, por via da exclusão na arquitetura de segurança continental, de seu papel como uma grande potência independente à frente de seus próprios projetos de integração regional (BORKO, 2018, p.14-17; DIESEN, 2016; MOVCHAN, 2017, p.3-4; SAKWA, 2017, p.139-141; ZAGORSKY, 2018, p.118).

Da parte da UE, o ceticismo manifestava-se, ainda, nos desentendimentos quanto aos termos do fornecimento e consumo de energia proveniente da Rússia, que tensionava a tentativa do governo Medvedev, no âmbito das referidas alianças modernizadoras, de aprofundar investimentos e projetos nesse setor (como, por exemplo, o *South Stream*) (TSYGANKOV, 2016, p.217-219). Por fim, a busca pela operacionalização da cooperação militar direta encontrou dificuldades no tradicional problema do compartilhamento de poder decisório com a Rússia.⁴³

No que tange aos EUA, expectativas de relaxamento foram alimentadas pela ideia do *reset*, isto é, a proposta de recomeço pragmático das relações com a Rússia a partir de 2009 por parte da administração presidencial de Barack Obama. Sob o novo presidente norte-americano, questões como a expansão da OTAN no espaço pós-soviético foram relegadas a segundo plano na política externa dos EUA, bem como as críticas à situação política doméstica na Rússia. Obama e Medvedev acordaram nova redução de arsenais nucleares e a

⁴³ Em 2008, as forças armadas russas entraram como participantes nas missões militares da UE (realizadas como parte da PDSC) no Chade, na República Centro-Africana e na costa do Chifre da África (DIESEN, 2016, p.104-105; ZAGORSKY, 2017, p.116; ZHURKIN, 2014, p.248-251).

cooperação logística com a atuação militar dos EUA/OTAN no Afeganistão.⁴⁴ O presidente norte-americano também anunciou a suspensão da instalação do sistema antimísseis dos EUA na Polônia, República Tcheca e Romênia, embora sem dar garantias de que uma eventual restauração do projeto não seria voltada contra a Rússia. Moscou alinhou-se aos EUA no arranjo de sanções internacionais autorizado no CSNU contra o Irã ocasionado pelo programa nuclear deste último. A Rússia, por fim, restringiu a venda de armamentos a Teerã (SAKWA, 2017, p.114; STENT, 2015, p.211-212, 218, 223-232).

Tradicionalis áreas de desacordo, contudo, voltaram a mostrar sua força e começaram a enterrar a proposta de normalização sugerida pelo *reset* de Obama. O papel dos EUA e seus aliados nas revoltas do Oriente Médio a partir de 2011 foi interpretado na Rússia, inclusive entre círculos próximos ao *policy making*, como uma reprise da agenda das revoluções coloridas. Um evento crucial nesse sentido foi a operação conjunta dos países da OTAN (de início, liderados pela França) para a derrubada do regime de Muammar Al-Gadafi na Líbia ao longo de 2011 – violando, na visão de Moscou, o mandato conferido pelo CNSU para monitorar o conflito naquele país (ao abster-se na votação pertinente, a Rússia implicitamente autorizou a operação).⁴⁵ A ação militar ocidental na Líbia trouxe novamente à tona a questão do compartilhamento de poder decisório com a Rússia – dessa vez, no CSNU. Temores de que tal cenário se repetisse na Síria de Bashar al-Assad, histórica aliada russa na região, fizeram a Rússia e as potências ocidentais afirmarem-se em lados opostos no conflito sírio (STENT, 2015, p.247-250; ZVYAGEL'SKAYA, 2014, p.74-101).

A deterioração final do *reset* foi sacramentada no final de 2011. Três meses após o anúncio da candidatura presidencial de Putin, denúncias de fraude nas eleições parlamentares russas de dezembro daquele ano ocasionaram grandes protestos de rua nas cidades do país, que tiveram continuidade até a eleição presidencial de março de 2012. A percepção de similaridade de tal situação com as outras revoluções coloridas, bem como o envolvimento da então secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton (que publicamente manifestou apoio às queixas dos manifestantes russos) e do embaixador dos EUA na Rússia Michael

⁴⁴ Alguns episódios foram especialmente simbólicos da cooperação entre Rússia e EUA sobre o Afeganistão. A Rússia permitiu, por exemplo, a operação de um ponto de trânsito de material da OTAN em seu próprio território, na cidade de Ulyanovsk – a terra natal de Lenin. Contingentes russos e norte-americanos também conduziram operações conjuntas de combate ao tráfico de drogas em solo afegão (STENT, 2015, p.231-232; TSYGANKOV, 2016, p.215-216).

⁴⁵ A opção de Medvedev pela abstenção quanto à Líbia foi objeto de um dissenso público com Putin, que se opunha ao intervencionismo ocidental. As consequências da operação da OTAN na Líbia, vistas por Putin como parte de uma agenda norte-americana potencialmente voltada contra a própria Rússia, teria exercido grande influência na decisão do tandem pela candidatura de Putin à presidência em 2012 (ZYGAR, 2016, p.240-243, 248-251).

McFaul (reuniu-se com opositoristas), fizeram Putin enxergar uma tentativa de mudança de regime no país (SAKWA, 2014, p.126-128; SEGRILLO, 2008, p.208-214; STENT, 2015, p.244-246). Vitorioso nas eleições – e com Medvedev marginalizado no posto de primeiro-ministro -, Putin iniciou seu terceiro mandato presidencial sob o signo de tensões com as potências ocidentais, que se agravariam de forma aguda nos anos subsequentes tendo a questão da segurança na Europa como um dos seus principais móveis.

2.5. Putin 2: a Rússia na renovada era de rivalidade entre as grandes potências

Em vista do contexto narrado acima, as relações entre a Rússia e as potências ocidentais quando do início do terceiro mandato presidencial de Vladimir Putin começaram de forma pouco alvissareira. Diante do sentimento de “fortaleza sitiada” que abatia parte da elite russa, a narrativa de resistência à interferência externa e de oposição aos EUA tornou-se uma importante fonte de legitimidade para Putin.⁴⁶ Sob crescentes críticas ocidentais quanto à política doméstica e aos projetos de integração regionais que liderava, o terceiro governo Putin resgatou a assertividade do período pré-Medvedev, enfatizando a capacidade de defesa frente a ameaças externas com um Estado forte e independente (SAKWA, 2014, p.159-165; STENT, 2015, p.253, 283; TSYGANKOV, 2016, p.233-241).

O pragmatismo cooperativo permaneceu, é verdade, no relacionamento com os EUA e a UE, principalmente no que tange a tentativas de aprofundamento de laços econômicos e em aspectos pontuais como o Afeganistão e o combate ao terrorismo. Contudo, o histórico de desapontamentos russos com as tentativas de parceria equitativa com as potências ocidentais se desdobrava cada vez mais, por exemplo, no desenvolvimento de laços políticos, econômicos e securitários com países não ocidentais, com destaque para a China e agrupamentos como o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) (TSYGANKOV, 2016, p.241-251).

De 2012 em diante, o quadro de estranhamento entre a Rússia e as potências ocidentais se aprofundaria, tendência cujo estopim esteve relacionado exatamente à questão da arquitetura de segurança europeia. No final de 2013, a disputa pelas esferas de influência

⁴⁶ Essa tendência foi acompanhada por uma nova onda conservadora na legislação social russa e por restrições à atividade oposicionista no país – incluindo aquelas vinculadas a órgãos norte-americanos voltados para a “promoção da democracia” (SAKWA, 2014, p.159-165; SEGRILLO, 2014, p.219-221; STENT, 2015, p.253, 283).

na "vizinhança compartilhada" ganhou um novo e impactante capítulo. No âmbito da EaP, o governo ucraniano do presidente Viktor Yanukovich deveria assinar, na Cúpula de Vilnius (Lituânia) de novembro daquele ano, um Acordo de Associação com a UE. Ao mesmo tempo, a ex-república soviética era também cortejada pela Rússia, que desejava incluí-la na UEE. A adesão da Ucrânia às iniciativas da UE inviabilizaria seriamente seus prospectos de integração na UEE, bem como os laços econômicos bilaterais com a Rússia, país com quem tinha grande interdependência econômica. O setor industrial ucraniano, por exemplo, era proximamente interligado ao complexo militar-industrial russo. Além disso, a Ucrânia poderia se tornar uma porta de entrada para bens dos países da UE no mercado russo, cujos produtores seriam prejudicados pela maior competitividade daqueles provenientes do outro lado da Europa. Por fim, o acordo oferecido pela UE subtendia a progressiva convergência da Ucrânia com o bloco em termos de política externa, segurança e defesa. Tendo em vista esses fatores, a Rússia, ante a indisposição da UE em compatibilizar os dois projetos de integração, pressionou o governo de Yanukovich a não aderir às iniciativas da UE. Em 2013, o governo russo, por exemplo, impôs restrições comerciais à Ucrânia (SAKWA, 2015b, p.74-80).

Em face das incertezas que enfrentava sobre os benefícios do acordo com a UE, Yanukovich - assim como o governo armênio, que também foi alvo de pressões russas - acabou refugando a assinatura. Pouco tempo depois, o governo ucraniano assinou com o governo russo um acordo envolvendo o empréstimo de 15 bilhões de dólares e descontos no preço do gás vendido pela Rússia.⁴⁷ Entretanto, uma parcela da sociedade ucraniana não aceitava tal decisão, que via como uma desistência do que considerava uma benigna "perspectiva europeia". Somado a insatisfações com a corrupção e o autoritarismo, este foi o estopim para grandes protestos contra o governo de Yanukovich. Seguindo roteiro similar ao das revoluções coloridas, as manifestações, que contavam com a participação da extrema direita antirrusa do país e ativo apoio de oficiais dos EUA,⁴⁸ assumiram contornos violentos frente à reação do governo de Yanukovich, culminando com a derrubada deste último e a instalação de um governo nacionalista e pró-ocidental em fevereiro de 2014.⁴⁹

⁴⁷ Proposta feita pela Rússia ainda antes da cúpula da EaP com vistas a fazer Yanukovich desistir do acordo com a UE (TSYGANKOV, 2015).

⁴⁸ A diplomata norte-americana Victoria Nuland, responsável pelo escritório de assuntos europeus do Departamento de Estado, chegou a participar presencialmente das manifestações, distribuindo alimentos aos ucranianos que protestavam contra Yanukovich. O senador do Partido Republicano John McCain, conhecido por suas visões virulentamente antirussas, também participou dos protestos em Kiev (SAKWA, 2015b, p.86-87; STENT, 2015, p.289).

⁴⁹ Para uma análise detalhada dos eventos na Ucrânia e suas conexões com fatores domésticos e internacionais, ver Sakwa (2015b).

Para a Rússia, a ascensão do novo governo em Kiev foi interpretada como o primeiro passo para a aceleração da integração euroatlântica da Ucrânia, inclusive no caso da OTAN. Os potenciais resultados concretos de tal curso seriam, do ponto de vista de Moscou, a perda de influência na "zona de responsabilidade" pós-soviética (via, por exemplo, o cancelamento da presença militar na Crimeia) e o questionamento do papel de primazia da Rússia na região. Tendo em vista esse quadro, a reação russa foi dura: além da suspensão do acordo selado com Yanukovich (uma forma de punição econômica ao novo governo), Moscou se aproveitou das insatisfações da população do sudeste ucraniano, historicamente russófona/russófila e com grande presença étnica russa, contra o novo governo nacionalista pró-ocidental em Kiev. Assim, os movimentos secessionistas que surgiram na região foram apoiados militar e politicamente pela Rússia, que, além de anexar a Crimeia em março de 2014, auxiliou as nascentes Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk em sua luta armada contra o governo central no leste ucraniano (STENT, 2015, p.286-292; TSYGANKOV, 2015; 2016, p.251-254; ZYGAR, 2016, p.336-357). Resgatando o argumento de Sakwa (2017, p.153), se o conflito contra a Geórgia em 2008 foi a primeira guerra para barrar a expansão da OTAN, o da Ucrânia, como ressaltou o autor, pode ser considerado a segunda.

Na sequência da anexação da Crimeia e da eclosão dos separatismos no leste ucraniano, os EUA e a UE passaram a retaliar a Rússia com uma série de ações: de imediato, a suspensão do G-8; em mais longo prazo, a introdução de sanções econômicas contra oficiais, empresas e cidadãos russos acusados de envolvimento com os eventos na Ucrânia ou simplesmente ligados ao governo Putin. Outros tipos de restrição comercial também foram lançados contra a Rússia. O governo russo, por sua vez, reagiu com a restrição da importação de bens de países que haviam aderido às sanções ocidentais (SAKWA, 2015b, p.187-205; STENT, 2015, p.293, 296-297; ZAGORSKY, 2017, p.121).

Os desdobramentos dos eventos na Ucrânia não se restringiram aos campos político e econômico. Desde então, tem-se observado uma nova militarização ao redor do Báltico e do Mar Negro, as áreas de contato entre as estruturas euroatlânticas e a Rússia. Ainda em 2014, o governo Obama lançou novas iniciativas de fortalecimento da presença militar norte-americana na Europa e de aperfeiçoamento das capacidades militares de seus aliados no continente. Tendo em vista primariamente os temores dos países do Báltico e da Polônia, que historicamente possuem maiores desconfianças com a Rússia,⁵⁰ grandes

⁵⁰ Em países como Estônia e Letônia, a presença de expressivas minorias étnicas russas suscita, para políticos locais e das potências ocidentais, temores sobre um "cenário ucraniano" nesses Estados.

exercícios militares voltados contra a suposta ameaça russa passaram a ser realizados na região. Novos batalhões da OTAN foram estacionados na Estônia, Letônia, Lituânia e Polônia. Já no Mar Negro, intensificaram-se patrulhas navais dos EUA, que incluíram Bulgária e Romênia, dois países costeiros, nas referidas iniciativas militares para a Europa (BECHEV, 2017, p.183-186; SAKWA, 2017, p.197-207; ZAGORSKY, 2017, p.125-126).

Medidas de natureza similar foram tomadas na Rússia. Já na década passada, a experiência da guerra contra a Geórgia (ocasião em que as forças armadas russas, não obstante a vitória, demonstraram uma série de deficiências) havia estimulado a implementação de um ambicioso projeto de reforma e modernização militar lançado em 2008 (RENZ, 2018; SAKWA, 2017, p.192-193). No novo contexto pós-crise ucraniana, por sua vez, a Rússia reforçou a presença militar em suas fronteiras oeste e sudoeste. Apesar de também ter ocorrido nas fronteiras ocidentais russas ao redor do Báltico,⁵¹ tal processo teve maior expressão no entorno da Ucrânia e no Mar Negro, com o que a Rússia, contrariando o alarmismo ocidental sobre a situação no entorno báltico, tem indicado qual área, de fato, percebe como maior fonte de riscos e arena de eventuais ações militares (SAKWA, 2017, p.197-207; ZAGORSKY, 2017, p.127-128).

Embora a magnitude e as consequências práticas dessa tendência não devam ser superdimensionadas,⁵² tal processo, de todo modo, possui importante significado político para a segurança na Europa. Do lado ocidental, ele foi acompanhado de uma nova retórica acidamente crítica da Rússia (particularmente da parte dos EUA) e de uma movimentação doutrinária na OTAN que, embora dentro de certos limites, novamente tornou a Rússia, em uma maneira remanescente da Guerra Fria, objeto de “contenção”. Similarmente, a UE, em tom mais moderado, definiu a Rússia, em virtude de seu envolvimento na Ucrânia, como um desafio à segurança da Europa. Já aos olhos da Rússia, os episódios na Ucrânia e suas

⁵¹ Por exemplo, no exclave de Kaliningrado, que faz fronteira com Polônia e Lituânia, foi instalado em 2016 o sistema de mísseis Iskander (SAKWA, 2017, p.198; ZAGORSKY, 2017, p.127-128).

⁵² Zagorsky (2017, p.125-127), por exemplo, ressalta que os novos batalhões da OTAN na Polônia e nos países do Báltico, de um ponto de vista estritamente técnico, não ferem o Ato Fundador e estão dentro de limites propostos pela Rússia em 2009. Similarmente, este autor ressalta que iniciativas da mesma magnitude não foram tomadas no Mar Negro, justamente a região militarmente mais visada pela Rússia. Por fim, a OTAN não concedeu à Geórgia o convite ao ingresso. Sakwa (2017, p.187, 203), embora conceda que os referidos batalhões “violam o espírito” do Ato Fundador Rússia-OTAN, ressalta que tais reforços não desrespeitam formalmente o acordo, constituindo uma espécie de resseguro de natureza eminentemente simbólica. Mesmo assim, como ressaltam Golub e Alekseyev (2017), não há quaisquer indicativos nem uma racionalidade aparente em eventuais ações ofensivas da Rússia contra os países do Báltico. Como enfatizam esses autores, o cenário de uma confrontação direta entre a OTAN e a Rússia permaneceu baixo. Por fim, Sakwa (2017, p.192-196) também enfatiza que, apesar de o hiato de capacidades militares ter diminuído, a assimetria global entre a Rússia e a OTAN permaneceu gritantemente favorável a esta última, o que não torna tão evidente o prospecto de uma confrontação militar direta.

consequências confirmaram uma suspeita de que o país era, de fato, encarado como uma ameaça pelas potências ocidentais. Em Moscou, sedimentou-se a visão de que a OTAN constitui um instrumento para minar a condição da Rússia como uma potência independente, de valores e interesses distintos no sistema internacional. Tal senso de insegurança quanto à OTAN e à atuação das potências ocidentais de forma geral foi refletido em diversos documentos e no pensamento militar, de política externa e de segurança do país. A partir do período dos eventos na Ucrânia, o governo russo também lançou uma “contraofensiva” midiática direcionada às potências ocidentais conduzida por meios de comunicação voltados para os públicos local e estrangeiro (GOLUB; ALEKSEYEV, 2017; SAKWA, 2015a; 2017, p.186-215; TSYGANKOV, 2018, p.3-7).

À exceção de discussões pertinentes a questões pontuais, a exemplo do conflito na Ucrânia, formatos multilaterais e bilaterais envolvendo a Rússia e as potências ocidentais, como o NRC e aqueles existentes com a UE, foram suspensos. Apesar de certa permanência do discurso mútuo sobre a necessidade de construção conjunta de uma arquitetura de segurança para a Europa, debates e esforços para que se atinja uma “nova Yalta”, isto é, a concepção de uma bipolaridade cooperativa amadurecida por Moscou desde os anos 1990, tornaram-se ainda menos populares entre as potências ocidentais - inclusive, entre círculos mais moderados nestas últimas (SAKWA, 2017, p.259-260; ZAGORSKY, 2017, p.121, 129). Como ressaltou Sakwa (2015a), sedimentou-se uma divisão entre a comunidade euroatlântica – tendo a UE como uma espécie de braço civil e a OTAN, o militar – e uma Rússia que rejeitava exercer um papel subalterno e que capitaneava seus próprios projetos de integração, como a UEE vigente desde o início de 2015 com Armênia, Belarus, Cazaquistão e Quirguistão.⁵³

A inesperada vitória de Donald Trump na eleição presidencial norte-americana de 2016 gerou expectativas de que, pelo menos da parte dos EUA, a “pacificação” desse quadro poderia acontecer. Isto se devia, primariamente, ao fato de Trump ter se notabilizado - além de conexões (supostas ou reais) com a Rússia -, por opiniões divergentes das do *establishment* norte-americano sobre temas que tradicionalmente causavam atrito com Moscou. Entre eles, destacava-se exatamente o tema da OTAN: Trump, ao longo de sua campanha eleitoral,

⁵³ A entrada em vigor da UEE, por exemplo, impediu que a Armênia assinasse um acordo de livre comércio com a UE, no âmbito da EaP, em 2017. Em 2014, Moldova, Geórgia e Ucrânia já haviam assinado acordos de cooperação com o bloco europeu (BORKO, 2018, p.19-25). Na esteira desse evento, a Rússia, replicando medidas similares adotadas na década anterior para retaliar a Moldova por sua aproximação às estruturas euroatlânticas, introduziu novas restrições econômicas contra esse país (MOVCHAN, 2017, p.6-7).

afirmou que a aliança era uma organização obsoleta, uma vez que a ameaça à qual se referia, a URSS, havia sumido (PARKER, 2016).⁵⁴

Se posta em prática, a opinião que Trump professava em público durante a campanha teria importantes implicações para as possibilidades de reorganização da arquitetura de segurança europeia de maneira mais conforme às preferências da Rússia. Nos EUA, por exemplo, análises enfatizavam como a visão do então futuro presidente, por irem ao encontro de visões russas sobre a questão da segurança na Europa, poderia conduzir a uma espécie de reedição da *Détente* da Guerra Fria (TAYLER, 2016). Na Rússia, houve, também, projeções – mais precavidas - sobre uma melhoria das relações com os EUA e seus reflexos sobre a segurança na Europa. Para Dmitry Suslov (2016), diretor do fórum de discussões Valdai, a chegada de Trump ao poder sinalizava possibilidades de alívio das pressões militares da OTAN sobre a Rússia, bem como o relaxamento da política de sanções e da postura norte-americana concernente ao conflito na Ucrânia.

Uma vez iniciada a administração Trump, contudo, o que se observou foi grande continuidade com práticas e parâmetros afirmados em períodos anteriores. Logo no início do mandato do novo presidente, os EUA, por exemplo, executaram ataques contra alvos do regime de Bashar al-Assad sem anuência do CSNU – i.e., da Rússia – em retaliação a supostos ataques químicos perpetrados pelo governante sírio. Tal cenário, que se repetiria em 2018, evocava as já tradicionais queixas russas sobre o intervencionismo norte-americano.⁵⁵ Já quanto ao tema da OTAN e da arquitetura de segurança europeia, Trump, em grande medida, também deu seguimento aos passos de seus antecessores. As iniciativas militares lançadas por Obama, por exemplo, foram mantidas. Foi sob a administração Trump, também, que a OTAN, sob críticas de Moscou, absorveu o Montenegro em meio à forte retórica antirrusa característica do contexto pós-crise ucraniana (BECHEV, 2018). A OTAN, por fim, encaminhou o processo de acesso da Macedônia do Norte, também enquadrado pelo governo

⁵⁴ Como candidato, Trump chegou a sinalizar, ainda, que não veria problemas em romper a aliança com os parceiros transatlânticos se estes não incorressem nos custos de sua manutenção. Entre os outros temas em que o então candidato, a priori, apresentava convergência com a Rússia, estavam as críticas ao intervencionismo político e militar de seu país, bem como a questão do combate ao terrorismo, na qual dizia-se aberto a cooperar com Moscou (HOLLAND, 2016; PARKER, 2016; SIDDIQI; JACOBS, 2016)

⁵⁵ Embora não tenham relação imediata com a questão da segurança na Europa, os eventos na Síria são interessantes para ilustrar a permanência de tensões entre Rússia e EUA – cujos reflexos dificilmente deixam de se sentir em outros teatros. Criticadas publicamente pelo governo russo, as ações norte-americanas ocorreram mediante contatos com Moscou para evitar choques com o pessoal e militares russos estacionados na Síria desde o início das operações militares da Rússia nesse país em 2015 (PENTAGON, 2018). Tendo em vista essa situação, conhecidos analistas russos como Dmitri Trenin (2018a) e Aleksandr Gol'ts (2018) traçaram paralelos com a Crise dos Mísseis de 1962, denotando o elevado estado de tensões entre Rússia e EUA.

norte-americano como espaço de confronto com a Rússia (MARUSIC, 2018). No que diz respeito à Ucrânia, a administração Trump também foi além de Obama ao viabilizar a transferência de armamentos ao governo ucraniano (POSEN, 2018, p.22). As sanções à Rússia lançadas na esteira da crise ucraniana, por sua vez, não só foram mantidas, como se expandiram e ganharam justificativas e alvos cada vez mais amplos relacionados a outras áreas da política externa russa (TIMOFEEV, 2018).

Para o influente analista russo Sergei Karaganov (2014), diretor honorário do *think tank* russo Conselho de Política Externa e de Defesa, as potências ocidentais tentaram submeter a Rússia, ao longo do Pós-Guerra Fria, a uma espécie de “sistema de Versalhes” similar, guardadas as proporções, ao direcionado à Alemanha na esteira da Primeira Guerra Mundial. À diferença de punições territoriais e pecuniárias diretas, como no caso alemão, os termos que se tentou impor à Rússia “derrotada” na Guerra Fria foram sua rejeição a um papel marginal no sistema internacional e o avanço das estruturas euroatlânticas para países da ex-URSS. A Rússia, contudo, rejeitava tal papel e manifestava o desejo de conservar sob sua influência exatamente as áreas vislumbradas pelas potências ocidentais. Os governos Yeltsin, Putin e Medvedev, por meio das iniciativas discutidas ao longo deste capítulo, tentaram repetidamente chegar a uma arquitetura de segurança que garantisse os interesses russos e os conciliasse aos da comunidade euroatlântica. Diante das persistentes negativas ocidentais e do aparentemente imparável avanço euroatlântico, a Rússia, em 2014, demonstrou de maneira enfática sua discordância com o novo “sistema de Versalhes” lançado ao fim da Guerra Fria, suscitando uma “retomada da rivalidade de grandes potências.”⁵⁶

Essa rivalidade, nas palavras de Trenin (2018b, p.4-5. Tradução nossa), persistiu na forma de um “conflito assimétrico” tendo Rússia e EUA como principais adversários e russos e europeus “mutuamente estranhados”. Tal conflito tem sido marcado “[...] pela adversidade política e a rejeição moral mútua, restrições econômicas, intensa guerra informacional e sabotagens eletrônicas ou de outros tipos”. Passadas três décadas desde o fim da Guerra Fria, portanto, um novo tipo de divisão fincou raízes na Europa, tendo a Rússia como protagonista.

⁵⁶ Expressão usada por Trenin (2014), na sequência da crise ucraniana.

3 AS RELAÇÕES HISTÓRICAS ENTRE RÚSSIA E SÉRVIA

Russos e sérvios frequentemente foram aliados ao longo da história política europeia moderna. Conforme uma narrativa fortemente presente nos dois países e no discurso oficialista bilateral, os dois povos possuem uma longa e resistente amizade fundada nas raízes etnolinguísticas eslavas e na religião cristã ortodoxa que compartilham. Vladimir Putin, por exemplo, em entrevista aos jornais sérvios *Politika* e *Večernje novosti* às vésperas de sua visita a Belgrado em janeiro de 2019 - ocasião na qual foi saudado por cerca de 100 mil pessoas nos arredores do templo ortodoxo de São Sava⁵⁷ - afirmou que as boas relações entre Rússia e Sérvia tinham como base “[...] uma amizade sincera de muitos séculos entre nossos povos, a similaridade espiritual e cultural, as páginas comuns da história, incluindo a heroica luta contra o nazismo na Segunda Guerra Mundial” (PUTIN, 2019.Tradução nossa.). Já Tomislav Nikolić, presidente da Sérvia de 2012 a 2017, em encontro com o ministro de relações exteriores russo Sergei Lavrov em dezembro de 2015, comparou a relação entre Rússia e Sérvia àquela entre mãe e filho. Na ocasião, Nikolić, conhecido por seu discurso russófilo, afirmou que a ajuda russa nunca desapareceu para a Sérvia ao longo da história (NIKOLIĆ: ŠTO ... , 2015).

Tais caracterizações são apenas dois exemplos de abundantes declarações de cunho similar que têm marcado o discurso russo-sérvio no século XXI. Elas, contudo, ocultam um histórico ambíguo de relações bilaterais. Os momentos de próxima cooperação e aliança entre os dois países, em suas diferentes encarnações, intercalaram-se com fases de distanciamento e mesmo hostilidade aberta, determinados pelas aspirações (geo)políticas e ideológicas dos dois lados, bem como pelas flutuações na configuração de forças entre as grandes potências e atores regionais nos Bálcãs. O presente capítulo tem por objetivo expor esse histórico, provendo subsídios para o entendimento do lugar da Sérvia e dos Bálcãs de modo geral na política externa russa até a época em que emerge o tema da neutralidade nas relações russo-sérvias.

⁵⁷ Ver Bechev (2019).

3.1. O Império Russo nos Bálcãs e o desenvolvimento do Estado sérvio moderno até a Primeira Guerra Mundial

Laços entre a Rússia e os sérvios foram estabelecidos antes do longo processo de constituição da Sérvia como um Estado independente, lançado com o movimento de libertação nacional sérvio iniciado no começo do século XIX. Por meio de casamentos, conexões entre as nobrezas sérvia e russa existiam já nos séculos XV e XVI. O célebre tsar russo Ivan IV, o Terrível, por exemplo, era neto de uma nobre sérvia (POPOVIĆ, 2018, p.8). Ao redor daquele período, quando a Rússia começava a se consolidar como polo do cristianismo ortodoxo, e particularmente nos séculos XVII e XVIII, membros da Igreja Ortodoxa Sérvia e outros representantes do povo sérvio, frequentemente apelando para o motivo religioso, dirigiam-se à corte russa na busca por apoio político, material e espiritual diante de pressões dominadoras e assimilacionistas turcas, austríacas e venezianas (DOLGOVA; IVANOVA, 2009; POPOVIĆ, 2018, p.8-9).

Conforme Jelavich (2004, p.2-8), a presença e o envolvimento da Rússia nos Bálcãs começaram a assumir caráter estratégico a partir do reinado do imperador Pedro I Romanov, o Grande, no início do século XVIII. Então, a Rússia começava a expandir sua influência e possessões no flanco sul do império, atuando primariamente em detrimento do Império Otomano, contra quem a Rússia veio a protagonizar diversas guerras. Para fortalecer suas posições na região, a Rússia começou a articular-se com os povos cristãos ortodoxos dos Bálcãs, frequentemente insatisfeitos com as condições de vida sob domínio imperial estrangeiro. Na esteira de guerras contra os turcos, a Rússia começou a consolidar seu papel de potência interessada nos Bálcãs com o Tratado de Kuchuk Kainardji (1774), pelo qual, além de direitos de navegação no Mar Negro, conquistou o direito (em sua interpretação) de interceder politicamente em favor dos cristãos ortodoxos balcânicos no Império Otomano.

Do início do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, os Bálcãs ocuparam lugar importante na política externa do Império Russo. Ainda segundo Jelavich (2004, p.25-41, 200-210), os móveis da atuação russa sobre a região podem ser divididos em três dimensões: econômica, estratégica/geopolítica e ideológica. No campo econômico, os interesses russos concentravam-se sobretudo no escoamento da produção de grãos do sul do império, o que requeria a liberdade de navegação no Mar Negro e nos estreitos turcos. A dimensão estratégica/geopolítica, por sua vez, dizia respeito à proteção do flanco meridional do Império Russo, isto é, garantir que o Mar Negro não fosse utilizado por potências rivais para atacar o

território russo.⁵⁸ Para tanto, a Rússia tradicionalmente devotava maior atenção e interesse aos Principados do Danúbio⁵⁹ e aos territórios búlgaros – uma vez que estes tinham acesso à costa do Mar Negro e à rota terrestre para Istambul. Por fim, o aspecto ideológico consistia no senso de protetora das populações eslavas e/ou cristãs ortodoxas nos Bálcãs.

Dentro desses marcos, a Rússia, ao sabor da volátil política das grandes potências na Europa, começou a articular-se mais firmemente com os sérvios depois que estes se insurgiram no Primeiro Levante Sérvio (1804-1813) contra o domínio otomano.⁶⁰ Exigindo, de início, maior autonomia política frente a Istambul, os rebeldes sérvios, liderados por Đorđe Petrović Karadorđe, originador da dinastia Karadorđević, buscaram apoio russo para avançar sua causa junto aos turcos (JELAVICH, 2004, p.9-12).⁶¹ Com a eclosão da Guerra Russo-Turca de 1806-1812, russos e sérvios – estes últimos, crescentemente pensando na independência -, elevaram sua articulação política e militar. Forças russas e sérvias chegaram a lutar conjuntamente contra o exército turco. Em fevereiro de 1811, por exemplo, tropas russas marcharam e foram saudadas em Belgrado (POPOV, 2013, p.29-30). Contudo, a ajuda russa, então e no futuro, não era incondicional. Ela dependia da capacidade e do desejo russos em lidar com outras frentes diplomáticas e bélicas, assim como acomodar interesses de outras potências interessadas nos Bálcãs e capazes de revidar a articulação russa com os povos balcânicos. Nesse sentido, o historiador sérvio Miloš Ković ressalta os esquemas de divisão de esferas de influência nos Bálcãs a partir do final do século XVIII, nos quais

[...] A Sérvia e as terras habitadas por sérvios nunca pertenceram à Rússia – ou foram destinadas à esfera de interesse da Áustria, ou foram divididas entre Áustria e Rússia, ou a Sérvia foi transformada em uma “zona tampão” entre a sempre austríaca Bósnia e Herzegovina e a Bulgária russa. A Rússia, claro, nunca abdicou de sua “tradicional” influência sobre os sérvios na Sérvia, no Montenegro e na Bósnia e Herzegovina. Somente nos períodos de expansão ou de inexistência de

⁵⁸ Tais objetivos econômicos e geopolíticos eram intimamente inter-relacionados. A exportação de grãos da Ucrânia pelo estreito do Bósforo havia se tornado uma fonte crucial de riqueza e poder para o Império Russo. Já na transição para o século XX, as divisas das exportações de grãos eram vistas como elementos fundamentais para viabilizar a modernização e a industrialização da Rússia. A dependência da navegação segura para que se perpetuassem tais benefícios econômicos, por outro lado, tornava o Império Russo vulnerável ao poder marítimo de outras potências. Para minorar tal problema, um ambiente estratégico-militar favorável era buscado pela Rússia na região (JELAVICH, 2004, p.204-205; LIEVEN, 2001, p.204)

⁵⁹ Os chamados Principados do Danúbio eram Moldávia e Valáquia, localizados na região dos atuais territórios de Moldova e Romênia.

⁶⁰ Antes disso, já no início do século XVIII, a Rússia, por exemplo, havia tentado aliar-se com os sérvios da Áustria na Guerra Russo-Turca de 1710-1713 (DOLGOVA; IVANOVA, 2009, p.34-35).

⁶¹ Já na fase inicial do Primeiro Levante Sérvio, as lideranças locais decidiram buscar apoio da Rússia para sua causa (POPOVIĆ, 2018, p.10). Para o eminente historiador sérvio Čedomir Popov (2013, p.27-28), os contatos estabelecidos pela missão de representantes rebeldes sérvios à Rússia em 1804-1805, que renderam auxílio financeiro e apoio político à causa sérvia, lançaram os próprios fundamentos de criação da diplomacia sérvia moderna.

acordos formais de divisão de esferas de interesse, a Rússia incluía a Sérvia (na época de Karađorđe, ou de Petar I Karađorđević), da mesma maneira que a Áustria conseguia entrar na Romênia (na época de Carol Hohenzollern) e na Bulgária (na época de Ferdinando de Saxe Coburgo). [...] Nos períodos difíceis, nas tratativas com seus competidores balcânicos, a Rússia, via de regra, renunciava primeiro aos Bálcãs Ocidentais – a Bósnia e Herzegovina e, depois, a Sérvia (KOVIĆ, 2016, p.43. Tradução nossa).⁶²

Dentro dessas flutuações, a referida Guerra Russo-Turca trouxe um marco importante com seu desfecho no Tratado de Bucareste de 1812. Replicando a pretensão russa de interferir em favor dos cristãos ortodoxos, este acordo tornou-se, nas décadas subsequentes, o parâmetro para a determinação do status de autonomia da Sérvia no Império Otomano, tendo a Rússia como sua patrocinadora externa (JELAVICH, 2004, p.18-20; POPOV, 2013, p.29-36). Após o Segundo Levante Sérvio (1815-1817), liderado por Miloš Obrenović (fundador da outra dinastia sérvia moderna, a Obrenović), e a Guerra Russo-Turca de 1828-1829, a Rússia também negociou com a Turquia a autonomia, a liberdade religiosa e a definição de fronteiras do nascente Principado da Sérvia, sobre o qual o Império Russo atingiu significativa influência, tentando subordiná-lo aos interesses tsaristas. A diplomacia russa, por exemplo, participou da elaboração da constituição sérvia de 1838 (JELAVICH, 2004, p.100-103; POPOV, 2013, p.32-41; POPOVIĆ, 2018, p.10-11).

Por outro lado, como ressalta Jelavich (2004, p.98-105, 235-236), a relação de protetorado e a influência russa na Sérvia nunca foram tão fortes quanto aquelas exercidas nos Principados do Danúbio e, posteriormente, na Bulgária. Fatores como a maior distância geográfica, a ausência de tropas, a auto-organização dos sérvios⁶³ e a atuação diplomática de potências concorrentes dificultavam a capacidade russa de influir na Sérvia. Não raro, havia também divergências de interesse entre as lideranças sérvias e a Rússia. Neste último sentido, o destino de Ilija Garašanin, autor do *Načertarnije*, famoso projeto de unificação nacional sérvia, é um exemplo ilustrativo. Em 1844, Garašanin, sob influência de revolucionários

⁶² De maneira similar, Jelavich (2004, p.236. Tradução nossa.) ressalta que a Rússia, apesar de sempre buscar uma posição predominante e avançar seus interesses na Sérvia, passou a reconhecer, com o passar do século XIX, que “[...] a posição geográfica da Sérvia abriria este Estado à influência dos Habsburgo e conferiu a este governo um interesse legítimo nos acontecimentos ali”.

⁶³ Nesse sentido, os sérvios sob domínio turco contavam com a importante ajuda de seus compatriotas da vizinha Áustria. Estes passaram a exercer grande influência intelectual, política e religiosa sobre a configuração e o funcionamento da sociedade e do nascente Estado sérvio, que prescindiu do envolvimento de oficiais russos na medida em que ocorria nos Principados do Danúbio. Até o final do século XIX, esta viria a ser uma notória diferença da Sérvia também em relação à Bulgária, que não só teve papel mais determinante do exército russo em sua emancipação do domínio turco, como contou fortemente com oficiais russos em sua administração estatal. Além disso, a elite governante sérvia educava-se majoritariamente na Europa central e ocidental, de onde absorvia referências sobre a organização estatal e as correntes de filosofia política europeias. Por outro lado, evidentemente, deve-se salientar que o pragmatismo na condução da política externa estimulava os sérvios a buscarem o apoio da Rússia (JELAVICH, 2004, p.101-102; KOVIĆ, 2016, p.43, 48).

poloneses, traçou como meta (secreta) de longo prazo para a Sérvia a união com a Bósnia e Herzegovina, o Montenegro e o restante de regiões historicamente habitadas por sérvios no Império Otomano (como o Kosovo, a região de Raška e parte da Macedônia). Naquele período, contudo, a Rússia preferia influir sobre a Turquia sem pôr em questão (pelo menos, não em sua totalidade) a integridade territorial desta última, o que subtendia o controle sobre a autonomia dos movimentos nacionais balcânicos.⁶⁴ Em 1853, Garašanin, francófilo e crítico da ingerência russa, foi demitido do governo sérvio após pressões do imperador Nicolau I (JELAVICH, 2004, p.90, 98, 104-105, 135-136; POPOV, 2013, p.41-44).⁶⁵

Um golpe contra a posição da Rússia na Sérvia e nos Bálcãs veio na sequência da Guerra da Crimeia (1853-1856), resultado da disputa entre as potências por influência e controle nos territórios otomanos, quando o Império Russo foi derrotado pela coalizão formada por Turquia, França, Reino Unido e Reino da Sardenha. Sob pressão das potências, a Sérvia optou pela neutralidade nesse conflito – uma opção à qual se inclinava também a Rússia, que temia que suas já tradicionais conexões com os sérvios servissem de pretexto para ações das outras potências contra o Império Russo.⁶⁶ Após a derrota russa, o Tratado de Paris de 1856, que selou a paz, estabeleceu a desmilitarização do Mar Negro, perdas territoriais russas na Bessarábia, o respeito à integridade territorial do Império Otomano e a instituição de um protetorado coletivo das grandes potências sobre a autonomia dos Principados do Danúbio e da Sérvia (JELAVICH, 2004, p.90-142; POPOV, 2013, p.44-45).

Após a Guerra da Crimeia, a política externa russa sob o famoso ministro de relações exteriores Aleksandr Gorchakov voltou-se para a reversão do Tratado de Paris, particularmente na questão do Mar Negro, obtendo sucesso em 1871. Embora em posição

⁶⁴ Já naquela época, evidentemente, a Rússia considerava a possibilidade de esfacelamento do Império Otomano e o aproveitamento de tal cenário, mas somente como uma opção secundária. Desconfianças das outras potências de que a Rússia, de fato, tinha intenções nesse sentido, foram um dos motivos que levaram à Guerra da Crimeia de 1853-1856 (JELAVICH, 2004, p.112-134).

⁶⁵ Em 1861, Garašanin, reconciliado com a Rússia, acabaria voltando ao governo como ministro de relações exteriores do príncipe Mihailo Obrenović, em uma década na qual o projeto nacional sérvio ganhou nova força na política externa do principado (JELAVICH, 2004, p.153-154; POPOV, 2013, p.46-50; VOJVODIĆ, 2000, p.8-9). O exemplo de Garašanin é um entre outros que ilustram as periódicas contradições entre Rússia e Sérvia no século XIX. A prevalência do autointeresse da Rússia, fortemente pautado pelo jogo entre as potências, bem como as tentativas russas de controle sobre a Sérvia, causavam insatisfação e desapontamento entre parte das lideranças sérvias, estimulando os líderes sérvios a buscarem o apoio de outras potências. Este foi o caso, por exemplo, de Karadorđe durante o Primeiro Levante, com relação a Áustria e França; e de Miloš Obrenović – outrora fiel seguidor das diretrizes russas enquanto príncipe -, no final dos anos 1830, com respeito ao Reino Unido (KOVIĆ, 2016, p.44-45; POPOV, 2013, p.30-35).

⁶⁶ O período às vésperas da Guerra da Crimeia traz um exemplo ilustrativo dos argumentos de Ković e Jelavich citados acima. Visando a um ambiente estratégico mais favorável e a assegurar suas boas intenções, o imperador russo Nicolau I sugeriu que a Áustria poderia ocupar a Sérvia e a Bósnia e Herzegovina ou, posteriormente, estabelecer um Estado sérvio sob tutela conjunta austrorrussa (JELAVICH, 2004, p.126-130).

deteriorada, o império tsarista também continuou a reivindicar conexões privilegiadas com os cristãos ortodoxos balcânicos. Na sociedade russa, tais intenções eram fomentadas pelo acento no fator eslavo, com o fortalecimento da ideologia pan-eslavista. Nesse sentido, a década de 1870 proveu uma importante oportunidade em meio a uma nova rivalidade com o Império Britânico que revigorou o interesse russo por uma situação favorável nos Bálcãs (JELAVICH, 2004, p.144-159).⁶⁷ Em 1875, eclodiu grande revolta na Bósnia e Herzegovina (e, em 1876, nas regiões búlgaras também sob domínio turco). A ocasião foi vista na Sérvia como oportunidade para uma guerra de libertação das regiões habitadas por sérvios ainda sob domínio otomano, declarada sem consentimento russo em junho de 1876. À revelia da política do imperador Alexandre II – que, de início, se opunha a uma guerra sérvio-turca - grupos pan-eslavistas mobilizaram o envio de ao redor de 5 mil voluntários russos para lutar com os sérvios – entre eles, o renomado general Mikhail Chernyayev. Apesar de reconhecer a Bósnia e Herzegovina como zona de influência austro-húngara, a Rússia, com um ultimato à Turquia, salvou a militarmente débil Sérvia do colapso em outubro de 1876 (JELAVICH, 2004, p.159-171; POPOV, 2013, p.54-55; POPOVIĆ, 2018, p.11-12; VOJVODIĆ, 2000, p.7-10).

Declaradamente em nome da defesa dos cristãos ortodoxos, a Rússia declarou guerra à Turquia em abril de 1877, mas somente após acordos com o Império Austro-Húngaro prejudiciais para o projeto nacional sérvio. Os dois lados comprometeram-se a não intervir militarmente na Sérvia, e a Rússia especificamente abdicou de ações (suas e da Sérvia) na Bósnia e Herzegovina – reconhecendo esta última, portanto, como parte da esfera de influência austro-húngara.⁶⁸ Em dezembro de 1877, a Sérvia, sob pressão, aliou-se à Rússia na guerra. Entretanto, a Rússia privilegiou a articulação com os búlgaros e a formação de uma Grande Bulgária em detrimento dos ganhos e desejos territoriais sérvios. Após o fim da guerra, no início de 1878, o Tratado de San Stefano consagrou tais interesses. Contudo, objeções das outras potências (primariamente Áustria-Hungria e Reino Unido) levaram ao Tratado de Berlim, de julho do mesmo ano, que reverteu parte dos ganhos da Bulgária, posta sob supervisão russa, em detrimento da Sérvia. Nesse novo arranjo, a Sérvia, com chancela das potências, tornou-se finalmente um reino independente – sem contar, por outro lado, com

⁶⁷ Naquela época, os avanços geopolíticos russos na Ásia Central foram considerados pelo Império Britânico uma possível ameaça às possessões de Londres na Índia. Nesse sentido, os estreitos turcos e o Mar Negro ganharam renovada importância estratégica/militar para os dois impérios competidores levando em conta, por exemplo, a importância do Canal de Suez, localizado no Mediterrâneo, como linha de comunicação imperial britânica com o oriente; e a tradicional questão da defesa do flanco meridional russo e a posição desta região enquanto linha de comunicação russa para a Ásia Central (JELAVICH, 2004, p.156-157).

⁶⁸ As operações do exército sérvio de 1876 a 1878 concentraram-se no sudeste da Sérvia contemporânea (VOJVODIĆ, 2000, p.10-14).

a Bósnia e Herzegovina, ocupada pelo Império Austro-Húngaro. Decepcionados com a Rússia, os líderes sérvios deram início a uma aproximação à Áustria-Hungria que viria a subordinar futuramente a política externa sérvia a Viena (JELAVICH, 2004, p.170-178, 235-238; POPOV, 2013, p.55-59; POPOVIĆ, 2018, p.11-13; VOJVODIĆ, 2000, p.11-21).⁶⁹

O próximo momento de maior articulação russo-sérvia veio somente no início do século XX, configurando-se nada menos como um dos elementos que levaram à Primeira Guerra Mundial. A partir do final do século XIX, a desfavorável situação econômica, política e militar da Sérvia frente à Áustria-Hungria (sedimentada desde o Congresso de Berlim) fez com que os principais partidos políticos e a opinião pública locais gradualmente passassem a ver na Rússia um contrapeso a Viena (KOVIĆ, 2013, p.148-150). Em 1903, um golpe de Estado mobilizado por militares levou ao poder o rei Petar I Karađorđević, tido como pró-russo. A partir de então, revigorou-se na política externa sérvia o programa de unificação nacional, que tinha grande apoio popular e entre membros das forças armadas, da intelectualidade e da classe política locais. A ideia nacional sérvia, que subtendia aspirações sobre territórios dominados pelos impérios otomano e austro-húngaro, também veio a contar com a simpatia de oficiais e do imperador russo Nicolau II, embora a política oficial russa tendesse a favorecer a independência da Sérvia em suas fronteiras de então. Na busca pela emancipação da influência austro-húngara, a Sérvia tencionou fazer da Rússia seu principal ponto de apoio externo (BATAKOVIĆ, 2013; JELAVICH, 2004, p.238-240, 250-251; KOVIĆ, 2013; POPOVIĆ, 2018, p.14; VOJVODIĆ, 2000, p.418-419).

Na visão de Viena, o simples fortalecimento da ideologia irredentista na sociedade e em parte da elite política-militar da Sérvia, potencialmente articulada com a população sérvia (e, de forma mais ampla, eslava meridional) do império dos Habsburgo (particularmente na Bósnia e Herzegovina), poderia pôr em questão a influência e a integridade territorial deste último – ameaça ainda mais séria, na ótica austro-húngara, com o possível apoio russo. Nesse contexto, qualquer percebido fortalecimento da Sérvia, que buscava se emancipar da influência austro-húngara, era visto com apreensão. Em decorrência,

⁶⁹ Ković (2016, p.46) traz um relato ilustrativo da posição sérvia na época. No Congresso de Berlim, um diplomata russo disse ao ministro de relações exteriores sérvio Jovan Ristić que, para a Rússia, eram mais importantes os seus interesses; depois, os da Bulgária; e, por fim, os interesses da Sérvia. Desde as negociações de San Stefano, a postura pró-búlgara da Rússia se traduzia na negação a Belgrado até mesmo de territórios conquistados pelo exército sérvio no atual sul/sudeste da Sérvia. Graças primariamente à interferência austro-húngara, a Sérvia diminuiu seus prejuízos em Berlim, embora tal apoio tenha vindo ao preço de renunciar à Bósnia e Herzegovina e outras regiões de interesse da Áustria (POPOV, 2013, p.58-59; VOJVODIĆ, 2000, p.14-21). Como ressaltou Jovanović (2010, p.11-13), a “traição” de San Stefano ainda hoje figura no discurso da parcela russófoba da sociedade sérvia como exemplo de que não se deve aproximar da Rússia.

a partir de 1903, as relações entre Viena e Belgrado deterioraram-se agudamente, ao mesmo tempo em que a Rússia se tornou um ponto de apoio da política externa sérvia (BATAKOVIĆ, 2013; JELAVICH, 2004, p.240-241; KOVIĆ, 2013, p.151,155).⁷⁰ Para fortalecer sua posição nos Bálcãs, a Áustria-Hungria, em uma ação fortemente provocadora para o programa nacional sérvio, anexou a Bósnia e Herzegovina em 1908. Para a Rússia, tal ato, assim como o apoio austro-húngaro à independência da Bulgária no mesmo ano, suscitou uma postura reativa de buscar compensações e o fortalecimento de sua posição nos Bálcãs, particularmente pela via da articulação com os Estados balcânicos (JELAVICH, 2004, p.217-235).

De início, a postura russa foi cautelosa para evitar desdobramentos militares entre as potências. Na crise de anexação da Bósnia e Herzegovina em 1908-1909, a Rússia agiu essencialmente em consonância com os acordos de divisão de esferas de influência passados e, sob ultimato germânico, aceitou solução sem as compensações demandadas pela Sérvia. No contexto das Guerras dos Bálcãs de 1912 e 1913, por sua vez, a Rússia, apesar de encorajar a aproximação de Sérvia e Bulgária (à qual se juntaram Montenegro e Grécia), não desejava que estas entrassem em guerra contra a Turquia e também não se dispôs até às últimas consequências para apoiar as reivindicações territoriais sérvias na Albânia, às quais a Áustria-Hungria se opunha fortemente. Por outro lado, a tentativa de reverter o desfecho tido como humilhante na Bósnia e Herzegovina fez afirmar-se o lugar central da Sérvia na política balcânica russa. Essa condição, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, foi complementada pela simpatia de oficiais russos com a ideologia de unificação nacional sérvia/iugoslava presente na Sérvia e a percepção de um ambiente sem outras opções de alinhamento nos Bálcãs, o que teria particulares implicações para as relações de Rússia e Sérvia com a Áustria-Hungria (JELAVICH, 2004, p.217-235, 243-250; POPOVIĆ, 2018, p.13-15).⁷¹

⁷⁰ Em 1906, por exemplo, a Áustria-Hungria lançou uma guerra comercial à Sérvia. Já ao redor daquele período e nos anos posteriores, altos oficiais austro-húngaros também traçavam planos “preventivos” de guerra, ocupação e anexação/desmembramento territorial da Sérvia. O período da crise de anexação da Bósnia e Herzegovina chegou a registrar tensões fronteiriças entre os dois países (BATAKOVIĆ, 2013, p. 322-323; KOVIĆ, 2013, p. 146; VOJVODIĆ, 2000, p.424-426).

⁷¹ A cautela característica da política russa para os Bálcãs naquele período coexistia (e contradizia) com indicações individuais de simpatia, por parte de oficiais russos, à ideologia nacional sérvia. Era o caso, por exemplo, de Nikolay Hartvig, o embaixador russo de 1909 a 1914 que atingiu significativa influência na política doméstica sérvia. Similarmente, o ministro de relações exteriores Sergei Sazonov, em discussões no contexto das Guerras dos Bálcãs, sinalizava – possivelmente, visando a acalmar ânimos naquelas circunstâncias específicas - a possibilidade de ganhos sérvios futuros em detrimento da Áustria-Hungria (BATAKOVIĆ, 2013, p.341-343; JELAVICH, 2004, p.228-229, 244). Por fim, no início de 1914, após reunião em que ouviu de Nikola Pašić, o primeiro-ministro pró-russo da Sérvia, alusões sobre a unificação nacional sérvia-iugoslava, Nicolau II – possivelmente sem a noção exata das potenciais implicações daquilo que tinha ouvido - afirmou que a Rússia “faria de tudo pela Sérvia” (JELAVICH, 2004, p.248; POPOVIĆ, 2018, p.15). Deve-se salientar, contudo, que a questão das intenções da Sérvia no momento específico das vésperas da Primeira Guerra Mundial era bastante complexa: apesar de setores das forças armadas e da sociedade sérvias favorecerem e

No verão europeu de 1914, o fatídico atentado de Sarajevo, na Bósnia e Herzegovina, pôs o que viria a ser o último teste para um século de voláteis relações russo-sérvias. Diante do ultimato e das ameaças de ação militar austro-húngaros contra Belgrado, a diplomacia russa apoiou o posicionamento da Sérvia e dispôs-se a socorrer o aliado diante da declaração de guerra de Viena, que significaria a tomada de um bastião da influência russa na região e a concomitante corrosão de sua posição nos Bálcãs e de seu prestígio internacional (JELAVICH, 2004, p.248-265). Iniciada a guerra, além da mobilização contra os inimigos em comum em outras frentes, a Rússia enviou auxílio militar para operações no território sérvio (TIMOFEYEV; KREMICH, 2014). Tanto para o império tsarista, quanto para a Sérvia, o cumprimento da promessa de aliança acabou lançando a cadeia de eventos que levou ao fim de suas próprias existências. Ao final da guerra, Rússia e Sérvia emergiram em novas – e, por muito tempo, antagônicas entre si - encarnações.

Mapa 4 – Rússia, Sérvia e os Bálcãs às vésperas da Primeira Guerra Mundial



Fonte: Jelavich (2004, p.249).

exibirem maior ativismo no encaminhamento do programa nacional em detrimento da Áustria-Hungria, não havia diretrizes de governo concretas a esse respeito em curto prazo. O próprio Pašić tinha como foco a absorção dos territórios conquistados nas Guerras dos Bálcãs ao Estado sérvio. Após o desgastante esforço militar de 1912-1913, o primeiro-ministro sérvio buscava evitar um conflito com a Áustria-Hungria, o que subentendia não tomar ações que pudessem ser interpretadas como provocativas pelo império dos Habsburgo (BATAKOVIĆ, 2013, p.345-350; SHEMYAKIN, 2011, p.175-178; VOJVODIĆ, 2000, p. 418-427, 442-447).

3.2. A URSS e a Iugoslávia monárquica: da hostilidade mútua à tentativa de aliança

O Império Russo começou a desmoronar ainda durante a Primeira Guerra Mundial. A Revolução de Outubro de 1917 e a subsequente vitória comunista na Guerra Civil Russa, encerrada em 1922, fizeram surgir a URSS. Já o Reino da Sérvia (que naquela época continha também a atual Macedônia do Norte), por sua vez, fundiu-se ao Reino do Montenegro e aos territórios habitados por eslavos meridionais do Império Austro-Húngaro (atuais Bósnia e Herzegovina, maior parte da Croácia, Eslovênia e a província sérvia de Vojvodina) para formar, em 1918, o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (RSCE), com a dinastia Karađorđević no poder. A partir de 1929, o novo país passou a se chamar Iugoslávia.

Mapa 5 - A Sérvia na unificação do RSCE/Iugoslávia monárquica



Fonte: Wikimedia Commons (2017)

Assim como o império tsarista, a URSS continuou interessada nos Bálcãs. Em termos geopolíticos, o regime soviético buscava recuperar as posições da Rússia perdidas na região. Como antes, destacava-se, nesse sentido, a questão dos estreitos e do Mar Negro. Para o governo bolchevique, a experiência da Guerra Civil Russa, quando o Mar Negro foi a porta de entrada para a invasão britânica ao território soviético, mostrou a relevância estratégica-militar daquele espaço para a segurança da URSS.⁷² A continuidade em termos geopolíticos foi acompanhada, por outro lado, de uma reformulação radical do aspecto ideológico. Para a

⁷² Durante as negociações do Pacto Molotov-Ribbentrop de 1939 com a Alemanha nazista, por exemplo, o ministro de relações exteriores soviético Vyacheslav Molotov referia-se aos estreitos como uma “zona de segurança” da URSS, reivindicando o direito de estabelecer bases em seu entorno (HEADLEY, 2008, p.19)

URSS, o elemento ortodoxo e eslavo que caracterizava a política tsarista foi substituído pelo internacionalismo proletário.⁷³ Como antes, evidentemente, ideologia e geopolítica se misturavam: a expansão da revolução socialista significava tanto um avanço contra o capitalismo quanto um fortalecimento político/estratégico da URSS na rivalidade entre as potências (HEADLEY, 2008, p.19-20; ROMANENKO, 2011, p.142-144).

Com respeito ao RSCE/Iugoslávia, a postura da URSS nos anos 1920 e 1930 refletia a ambiguidade típica da atuação internacional do governo soviético de modo geral. De um lado, pela via partidária/secreta do Comintern - a central revolucionária internacional dirigida pelos bolcheviques -, buscava-se fomentar a revolução socialista em escala mundial, o que frequentemente significava desafiar regimes governantes existentes em países capitalistas; do outro, pela diplomacia tradicional de Estado, tencionava-se romper o cerco geopolítico à URSS por meio do estabelecimento de relações diplomáticas “normais” com outros países (DJILAS, 1996, p.49-55; ROMANENKO, 2011, p.154-155). No que tange ao primeiro aspecto, para além do próprio fato de ser um país capitalista, o RSCE/Iugoslávia trazia dois elementos particulares que alimentavam problemas com a URSS - revertendo a maneira como a Sérvia e os Karadorđević eram frequentemente vistos na Rússia tsarista. Tal situação contribuiu para que os dois países só estabelecessem relações diplomáticas oficiais com a Segunda Guerra Mundial já em andamento, em junho de 1940.

O primeiro elemento era o posicionamento do RSCE na Guerra Civil Russa. Ainda antes da unificação iugoslava, o governo sérvio via os bolcheviques como oponentes políticos e ideológicos, apesar de, em primeiro momento, ter negado o envio de tropas para a intervenção das potências capitalistas da Entente contra os bolcheviques. Contudo, após a formação do RSCE, o governo do novo país autorizou a incorporação de combatentes sérvios (ex-prisioneiros de guerra do exército austro-húngaro que já se encontravam em solo russo) em tais ações militares contra as forças revolucionárias soviéticas (ROMANENKO, 2011, p.111-113; VAŠČENKO, 2013). O país balcânico foi um dos maiores receptores de emigrados pertencentes ao movimento contrarrevolucionário russo, incluindo o general Piotr Vrangel, um dos principais líderes deste último.⁷⁴ Até a primeira metade dos anos 1920, o RSCE também mantinha relações diplomáticas com os autoproclamados governos

⁷³ Nesse sentido, Timofejev (2011, p.294) ressalta que a noção de laços especiais eslavos foi profundamente reprimida na URSS nos anos 1920 e início dos anos 1930. A ideia de uma amizade especial russo-sérvia, conforme o autor, ocupava – na melhor das hipóteses – um lugar marginal no “inconsciente coletivo” na URSS.

⁷⁴ No início dos anos 1920, oficiais tsaristas baseados no RSCE, como Vrangel, planejavam atividades militares contra a URSS (ROMANENKO, 2011, p.275-276). Rumores sobre tais atividades constituíam, na época, motivo de controvérsia entre oficiais iugoslavos e soviéticos (KRIZMAN, 1975, p.71-72).

contrarrevolucionários russos. Antipatias pessoais do rei Aleksandar Karađorđević e de seu sucessor, o regente Pavle, foram responsáveis por obstruir o estabelecimento de relações diplomáticas com a URSS, contrariando esforços de oficiais e políticos dos dois países.⁷⁵

A outra particularidade do RSCE/Iugoslávia derivava de seu caráter multiétnico. Para o Comintern, a revolução socialista seria mobilizada não somente pelo fator classe, mas também pela etnia/nação. A tarefa dos comunistas, nesse sentido, era distinguir os nacionalismos dos opressores dos nacionalismos dos oprimidos, alinhado-se a estes últimos para facilitar a revolução socialista. Nesse sentido, Lenin e o Comintern viam o RSCE como um mero projeto expansionista da elite opressora sérvia sobre outros povos, como croatas, eslovenos e macedônios. Para piorar, o país era visto como aliado dos imperialistas britânicos e franceses no sistema de Versalhes voltado para sufocar a URSS. Desse modo, para desestabilizar a Iugoslávia e alcançar mais influência para o projeto socialista, a causa das nações oprimidas deveria ser abraçada pelos comunistas (DJILAS, 1991, p.49-58). A assimilação dessa concepção pelo multiétnico Partido Comunista da Iugoslávia (KPJ, *Komunistička partija Jugoslavije*), contudo, não foi imediata. Maior convergência entre o Comintern e o KPJ viria a ser observada somente a partir de meados dos anos 1920. Então, o KPJ, proibido pelas autoridades locais em 1921, tornou-se mais enfático em sua crítica à “hegemonia burguesa grande-sérvia”. Stalin e o Comintern, por sua vez, acentuavam o potencial das questões nacionais para atingir a revolução na região, manifestando abertura até mesmo para uma eventual dissolução do RSCE/Iugoslávia (DJILAS, 1991, p.61-76).

Nesse sentido, em 1925, o órgão central do comunismo revolucionário chegou a declarar-se abertamente em favor da dissolução do país e da criação de uma federação balcânica socialista. Atuando clandestinamente, o KPJ adotou as diretrizes do Comintern, favorecendo os separatismos croata, esloveno, montenegrino e macedônio em detrimento do predomínio sérvio – manifestado na prevalência de sérvios na dinastia, no sistema partidário e nos órgãos de Estado/governo. Tal política perdurou até meados dos anos 1930. Diante dos avanços do nazifascismo na Europa, percebeu-se que os nacionalismos europeus insatisfeitos, como os existentes na Iugoslávia, poderiam ser instrumentalizados pelas potências fascistas. A partir de então, a política do Comintern e do KPJ, embora sem abandonar as críticas à

⁷⁵ Romanenko (2011, p.113, 153-196) e Krizman (1975, p.68-78) trazem um relato mais aprofundado desse período, incluindo as relações do RSCE com os contrarrevolucionários russos (e seus autoproclamados governos) e os contatos existentes entre URSS e RSCE/Iugoslávia até o reconhecimento diplomático oficial de 1940.

hegemonia sérvia, passou a ser a de uma Iugoslávia unificada,⁷⁶ mas com autonomia regional e étnica, caminhando rumo ao favorecimento do federalismo. Para a URSS, estava em jogo, também, um cálculo geopolítico: países fortes no centro e no sul da Europa passaram a ser vistos como barreiras contra a potencial expansão alemã direcionada ao Estado soviético. Em 1937, o Comintern apontou o comunista croata-esloveno Josip Broz Tito, futuro líder da Iugoslávia socialista, como secretário geral do KPJ (DJILAS, 1991, p.79-102).⁷⁷

No eixo governo-governo, tal abordagem revolucionária da política externa soviética era uma das principais razões pelas quais o RSCE/Iugoslávia se negava a estabelecer relações diplomáticas com a URSS (KRIZMAN, 1975, p.112; ROMANENKO, 2011, p.175, 191-192). Entretanto, as mesmas razões que motivaram a moderação do Comintern instigaram, diante da incerteza que prevalecia na Europa com a ascensão das potências nazifascistas, um pragmatismo que conduziu a uma gradual aproximação entre a URSS e a Iugoslávia monárquica. O governo soviético buscou nova aproximação com Iugoslávia, Romênia e Tchecoslováquia, os países da chamada Pequena Entente, que também temiam o regime nazista (e, no caso iugoslavo, o de Mussolini na Itália).⁷⁸ Os contatos com esses países (e a Turquia) renderam, em 1933, um tratado de segurança coletiva denominado “Convenção sobre a Definição de Agressores” (KRIZMAN, 1975, p.64-65, 76; ROMANENKO 2011, p.184).⁷⁹ No ano seguinte, por sua vez, a Iugoslávia, ainda sem reconhecer *de jure* a URSS, apoiou seu ingresso na Liga das Nações (ROMANENKO, 2011, p.187).

A ambiguidade iugoslava com respeito à URSS perdurou até às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Até o início dos anos 1930, a política externa do RSCE/Iugoslávia foi marcada pelo alinhamento com a França, herdado da Primeira Guerra Mundial e voltado

⁷⁶ Uma outra dimensão desse período foram as diretrizes do Comintern para que os partidos comunistas colaborassem com as chamadas “forças progressistas” para constituir frentes antifascistas nos países da Europa. Tal formulação prevaleceu até o fim da Segunda Guerra Mundial, à exceção do período de “trégua” entre a Alemanha e a URSS ocasionada pelo Pacto Molotov-Ribbentrop, de 1939 a 1941 (DJILAS, 1991, p.83-84).

⁷⁷ Tito, assim como outros destacados comunistas iugoslavos, estudaram a teoria do socialismo e a teoria e prática militares em instituições da URSS nos anos 1930. Tito em especial era um quadro fiel do Comintern e seguidor das diretrizes políticas soviéticas (PAVLOVIĆ, 2013, p.227-230; TIMOFEJEV, 2011, p.188-193).

⁷⁸ A Pequena Entente foi formada em 1920, mobilizada inicialmente pelo interesse comum de seus três membros em conter o revanchismo húngaro e a restauração da dinastia Habsburgo. A aliança entre RSCE/Iugoslávia, Romênia e Tchecoslováquia era apoiada pela França como contrapeso à Alemanha. Do ponto de vista das potências, a aliança era vista também como parte do “cordão sanitário” contra a URSS (DIMITRIJEVIĆ; SRETENOVIĆ, 2008, p.50-54).

⁷⁹ O tratado foi uma reação a uma proposta feita por Mussolini, no mesmo ano, para que as grandes potências capitalistas (Alemanha, Itália, França, Reino Unido) estabelecessem um diretório colegiado para tomada de decisões conjuntas sobre assuntos internacionais, além de defender o direito ao rearmamento de países revisionistas como Alemanha, Áustria, Bulgária e Hungria e a revisão de tratados de paz do Pós-Primeira Guerra Mundial (KRIZMAN, 1975, p.64-65). Para o historiador iugoslavo Bogdan Krizman (1975, p.76-78), o acordo, apesar da posterior insistência do rei Aleksandar Karađorđević no não reconhecimento *de jure*, pode ser considerado um reconhecimento *de facto* indireto da URSS pela Iugoslávia.

para garantir a ordem política-territorial de Versalhes. Diante da debilidade francesa em lidar com o desafio da Alemanha nazista, pretendente a subverter tal ordem, bem como a vontade de Paris em aproximar-se da Itália fascista – a principal rival da Iugoslávia no entreguerras, aspirante a territórios no litoral desta última desde o fim da Primeira Guerra Mundial -, os governos iugoslavos, especialmente sob o príncipe regente Pavle Karađorđević, passaram a tentar garantir a segurança do país a partir do relacionamento direto com as duas potências fascistas (DIMITRIJEVIĆ; SRETENOVIĆ, 2008, p.50-64; KRIZMAN, 1975, p.83-85).⁸⁰

A posição geopolítica da Iugoslávia, contudo, tornou-se mais vulnerável com as expansões territoriais de Alemanha e Itália ao redor de suas fronteiras.⁸¹ Pressionada pelas potências do Eixo na iminência da Segunda Guerra Mundial a alinhar-se, a Iugoslávia buscou seguir uma política de neutralidade na tentativa de simultaneamente aplacar os potenciais agressores e conservar sua integridade territorial. Iniciada a guerra, em setembro de 1939, tal política foi oficializada, ao mesmo tempo em que o governo iugoslavo passou a buscar alternativas de segurança junto às outras grandes potências, como França e Reino Unido, para contrabalançar pressões alemãs e italianas (ŽIVOJINOVIĆ, 2002, p.217-225).

Foi nesse contexto que, pensando principalmente (mas não só) na ameaça italiana, a Iugoslávia buscou o apoio da URSS. No primeiro semestre de 1940, sob o príncipe regente Pavle, as relações diplomáticas foram finalmente estabelecidas. Para Stalin, o interesse soviético era conservar a independência (i.e., a neutralidade) da Iugoslávia e contrabalançar a influência alemã – sem, no entanto, incorrer em atitudes que pudessem precipitar o ataque nazista à URSS, como indicava a negativa em transferir armamentos para Belgrado (GIBIANSKY, 2011a, p.315-316, 324-325; KRIZMAN, 1975, p.112; TIMOFEJEV, 2011, p.233-234; ŽIVOJINOVIĆ, 2002, p.226-227). Entretanto, a absorção da região pelo Eixo, que o analista russo Konstantin Nikiforov (2012,p.144-146) denominou de “fascistização” dos Balcãs, acabou se desdobrando em intensas pressões alemãs. Sem prospecto de receber auxílio do Reino Unido, que também pressionava Belgrado a alinhar-se a seus interesses na guerra, a Iugoslávia cedeu e juntou-se ao Pacto Tripartite dos países do Eixo em 25 de março de 1941 (GIBIANSKY, 2011a, p.323-330; ŽIVOJINOVIĆ, 2002, p.226-237).

⁸⁰ A segunda metade dos anos 1930 coincidiu, ainda, com aguda elevação das relações comerciais entre a Alemanha e os países balcânicos. No caso iugoslavo, o desejo de se aproveitar de tais laços econômicos foi explicitamente buscado pelos governos do período (KRIZMAN, 1975, p.83-87).

⁸¹ Em março de 1938, o *Anschluss* entre a Alemanha nazista e a Áustria fez o III Reich vizinho da Iugoslávia. Em abril de 1939, por sua vez, a Itália ocupou a Albânia, e em outubro de 1940, a Grécia. Ao longo do entreguerras, Itália e RSCE/Iugoslávia protagonizaram uma disputa territorial na costa balcânica do Adriático. Os dois países também competiam por influência sobre a Albânia.

O alinhamento iugoslavo com as potências fascistas, contudo, foi de curta duração. Dois dias após a entrada no pacto, um grupo de oficiais das forças armadas iugoslavas – predominantemente sérvios – insatisfeitos com o direcionamento político interno e externo do país, executaram um golpe de Estado, possivelmente com envolvimento britânico.⁸² Apesar das garantias (de ordem táctica), a Alemanha e Itália de que a participação no Pacto Tripartite seria mantida, o novo governo iugoslavo buscou na URSS uma alternativa de segurança na forma de um pacto de defesa mútua. Os soviéticos, novamente, preferiram uma abordagem mais cautelosa, tentando conciliar o interesse em dissuadir as ações alemãs nos Bálcãs com o cuidado em não incorrer em atitudes que pudessem precipitar a agressão alemã. No acordo assinado por Stalin em 5-6 de abril, constava somente a menção a uma política amistosa mútua em caso de agressão. O líder soviético também aprovou o envio de armamentos à Iugoslávia (GIBIANSKY, 2011a, p.334-343). Os cenários projetados em Moscou e Belgrado, contudo, não se realizaram. O golpe na Iugoslávia havia suscitado desconfiança em Hitler, que decidiu punir o país e assegurar uma situação favorável para a Alemanha nazista nos Bálcãs. Horas depois de soviéticos e iugoslavos terem chegado a um acordo, as potências do Eixo atacaram a Iugoslávia, lançando as condições para um novo capítulo nas relações entre esta e a URSS.

3.3. A URSS e a Iugoslávia socialista: da aliança à divergência de caminhos na Guerra Fria

Em 6 de abril de 1941, a Iugoslávia monárquica foi atacada por Alemanha, Itália e Hungria, um dos países insatisfeitos com a ordem de Versalhes que também havia se aliado às potências do Eixo. Em poucos dias, a Iugoslávia foi derrotada militarmente e, sob ocupação estrangeira, teve seu território retalhado pelos invasores e seus aliados em diversas entidades políticas. A Sérvia, por exemplo, foi estabelecida como um protetorado alemão em um território menor do aquele do período pré-iugoslavo. Parte da classe política iugoslava e o

⁸² Apesar de se saber do interesse do Reino Unido em tal cenário e de seus contatos com os oficiais golpistas, a documentação disponível, conforme Gibiansky (2011a, p.332-333), não permite afirmar em que medida os britânicos articularam ou influíram na trama. Versões sobre o suposto envolvimento soviético, segundo este mesmo autor, também carecem de evidência. Nesse sentido, há relatos sobre um suposto sinal verde soviético para uma ideia do presidente tchecoslovaco Edvard Beneš sobre um golpe de Estado na Iugoslávia em 1938. Alicerçado na articulação com oficiais nacionalistas sérvios nas forças armadas iugoslavas, o suposto plano, que envolveria a derrubada do governo inclinado à cooperação com as potências do Eixo, foi abortado em virtude da desconfiança do agente soviético sobre a viabilidade da articulação com os membros das forças armadas iugoslavas (ROMANENKO, 2011, p.298-300; TIMOFEJEV, 2011, p.225-226)

monarca Petar II Karađorđević, proclamado rei pelos golpistas de 1941, estabeleceram um governo no exílio politicamente filiado ao Reino Unido.

Assim como no período monárquico, a política da URSS para a Iugoslávia foi marcada por uma série de ambiguidades. Após a invasão de abril, a URSS, ainda buscando não provocar os alemães, rompeu contatos diplomáticos com o governo iugoslavo. Somente após a agressão nazista à URSS, em junho de 1941, Moscou estabeleceu relações diplomáticas oficiais com o governo iugoslavo monárquico no exílio, dizendo-se a favor da restauração do Estado iugoslavo independente e da não interferência em sua futura configuração política interna.⁸³ Ao mesmo tempo, contudo, a URSS mantinha contatos (de início, não admitidos) com os partizans, o movimento de resistência antifascista multiétnico liderado pelos comunistas de Tito, e negava-se a promover a submissão destes à autoridade do grupo monarquista/nacionalista sérvio do coronel Dragoljub “Draža” Mihailović, conhecido como o “Exército Iugoslavo na Pátria” (*Jugoslovenska vojska u otadžbini*) ou simplesmente com os chetniks.⁸⁴ Este último, que lutava pela restauração da Iugoslávia monárquica, era composto quase exclusivamente por sérvios e favorecido pelo governo iugoslavo no exílio como seu braço armado contra os ocupantes. Os chetniks protagonizaram uma guerra civil com os partizans no território iugoslavo e eram acusados por estes últimos e pelos soviéticos de ineficiência e colaboração com as potências nazifascistas (GIBIANSKY, 2011b, p.434-438; PAVLOVIĆ, 2013, p.230-236; TIMOFEJEV, 2011, p.254-266).

Provando-se uma força efetiva frente a seus inimigos, como os chetniks, as administrações e exércitos ocupantes e os colaboradores locais destes últimos, os partizans começaram, ainda durante a guerra, a estabelecer os órgãos de governo precursores do futuro Estado iugoslavo socialista, negando a autoridade do governo monárquico no exílio. No final de 1943, foi decidido que a nova Iugoslávia seria uma federação composta por seis repúblicas: além da Sérvia, eram elas Bósnia e Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Macedônia e Montenegro (GIBIANSKY, 2011c, p.453-458).

Rumo ao final da guerra, a URSS exerceu papel importante na vitória dos partizans e na formação da Iugoslávia socialista. Na Conferência de Teerã de novembro/dezembro de 1943, os Aliados decidiram apoiar militarmente o movimento

⁸³ Timofejev (2011, p.254-258, 265-289) destaca que, nas etapas iniciais da guerra na Iugoslávia, houve discussões entre a URSS, o Reino Unido e o governo iugoslavo no exílio sobre a formação de uma aliança soviético-iugoslava. Moscou também chegou a se dizer favorável à expansão territorial da Iugoslávia restaurada em detrimento de Itália e Bulgária. Houve por fim, tentativas de contato entre agentes da URSS e os chetniks.

⁸⁴ Do sérvio *četnik*, termo referente a milícias que lutavam contra o domínio otomano nos Bálcãs.

partizan, tido como mais eficiente e ativo no combate aos alemães e seus colaboradores. Ao longo de 1944, tal decisão facilitou o envio de equipamento e o treinamento militar em grande escala providos pela URSS às forças de Tito.⁸⁵ Em setembro de 1944, Tito acertou com Stalin operação conjunta para a liberação da Sérvia da ocupação nazista. A ofensiva partizan com as tropas soviéticas vindas da Bulgária e da Romênia, que significou o reconhecimento do governo de Tito como governo legítimo da Iugoslávia por parte da URSS, conduziu à liberação praticamente completa da Sérvia ao longo do outono europeu de 1944, bem como à derrota decisiva dos chetniks.⁸⁶ Em 20 de outubro, a capital Belgrado foi liberada por partizans iugoslavos e soldados soviéticos. Enquanto o Exército Vermelho prosseguiu rumo à Hungria e, posteriormente, à Áustria, as forças de Tito deram seguimento à liberação da parte ocidental e setentrional da Iugoslávia, concluída na primeira metade de 1945. A consolidação da vitória militar abriu caminho para a constituição da Iugoslávia socialista, federativa e republicana, inicialmente fundada em traços similares aos do socialismo soviético, em novembro de 1945 (DIMIĆ, 2018, p.19-20; GIBIANSKY, 2011d, p.487-499; 2011e, p.547-558; PAVLOVIĆ, 2013, p.223-224; TIMOFEJEV, 2011, p.259-266, 318-333).

No imediato pós-guerra, o avanço militar do Exército Vermelho sobre a Europa Oriental, com a presença militar na Bulgária e na Romênia, e a vitória de movimentos liderados por comunistas locais na Albânia e na Iugoslávia, garantiu, por um breve período, a extensão da esfera de influência soviética por quase todos os Bálcãs até o Adriático. Em termos estratégicos e geopolíticos, contudo, o foco permaneceu em grande medida similar àquele de períodos históricos anteriores: embora, diante do aparecimento do deterrente nuclear, a importância militar dos estreitos turcos e do Mar Negro tenha sido relativizada do tradicional ponto de vista defensivo, estas áreas conservaram sua importância como ponto de

⁸⁵ A partir de então, o Reino Unido, convencido da inefetividade dos chetniks no combate aos ocupantes, cortou seu apoio a Draža Mihailović e, buscando conservar sua influência na Iugoslávia, tentou reconciliar o movimento partizan com o governo monárquico no exílio com vistas a formar um nexo de autoridade política-militar único na Iugoslávia (sob pressão, o rei Petar II oficialmente removeu Mihailović do posto de chefe do Estado maior na Iugoslávia, concordando, em seguida, com a autoridade militar de Tito). Os EUA acataram a decisão sobre o apoio a Tito, abrindo caminho para que britânicos e soviéticos, as potências mais interessadas nos Bálcãs, discutissem o destino da Iugoslávia. Desde o verão europeu de 1943, os partizans iugoslavos também passaram a receber significativo apoio militar dos EUA e do Reino Unido (GIBIANSKY, 2011d, p.488-489, 495-496; PAVLOVIĆ, 2013, p.232-236).

⁸⁶ Houve tentativas de contato de parte dos chetniks sérvios com o Exército Vermelho, mas as propostas de cooperação contra os alemães, à exceção de raras e confusas ocasiões pontuais (oriundas do desconhecimento de alguns oficiais soviéticos), não se concretizaram. No geral, os chetniks eram tratados pelas lideranças e militares soviéticos como inimigos das tropas da URSS e colaboradores dos ocupantes (GIBIANSKY, 2011d, p.499; TIMOFEJEV, 2011, p.333-364).

saída para uma fortalecida frota naval com capacidade de atuação global.⁸⁷ Ao final da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, demandas nesse sentido ocasionaram um dos primeiros desacordos com os EUA e o Reino Unido sobre as esferas de influência na Guerra Fria. Um outro indicativo da maior importância atribuída aos países costeiros do Mar Negro foi o famoso “Acordo de Percentagens” de outubro de 1944 entre Churchill e Stalin, pelo qual Reino Unido e URSS acertaram a divisão de esferas de influência nos Bálcãs. De maneira análoga à “concessão” da Grécia ao Reino Unido, Bulgária e Romênia – que também viria a fazer fronteira com a Moldova e a Ucrânia soviéticas - foram definidas como áreas predominantemente soviéticas. Embora Stalin, nas negociações com Churchill, tenha insistido em maior influência da URSS sobre a Iugoslávia, o líder soviético acatou a “divisão” do país de maneira igualitária com os britânicos (BANAC, 1988, p.15; GIBIANSKY, 2011d, p.500-501; HEADLEY, 2008, p.19-20; RAJAK, 2010, p.202-203).

Mapa 6 – A Sérvia na Iugoslávia socialista



Fonte: Wikimedia Commons (2013).

⁸⁷ Posteriormente, a Iugoslávia assumiu certa importância nesse sentido, como indicava o desejo soviético de estacionar sua frota naval no Adriático iugoslavo para fortalecer suas posições nos Bálcãs, no Mediterrâneo e no Oriente Médio (BOGETIĆ, 2008, p.362, 368).

A mesma geopolítica das potências, acompanhada por considerações ideológicas no seio do nascente bloco socialista, seria responsável por desfazer a aliança de 1944 e desencadear um processo que transformou URSS e Iugoslávia em adversários no final dos anos 1940 e início dos anos 1950. Na condução da política externa soviética, Stalin, além de seguir uma lógica fortemente pautada pela *Realpolitik*, partia do princípio de liderança da URSS sobre o bloco socialista. Tito, por outro lado, demonstrava tendências autonomistas que desafiavam tais princípios. Já na época da guerra, essa diferença de perspectivas, em que pese o culto à URSS e a Stalin entre os partizans iugoslavos, se traduzia em divergências. O elemento revolucionário⁸⁸ e antimonárquico do movimento de Tito, por exemplo, ia de encontro à estratégia de guerra de Stalin, que prezava pela aliança com os EUA e o Reino Unido para vencer o Eixo. Ao longo do conflito, as lideranças soviéticas frequentemente pressionavam pela moderação do programa político dos partizans iugoslavos - por razões de ordem pragmática e em curto prazo - para evitar a percepção de provocações da parte do governo iugoslavo monárquico e, o que era ainda mais sério, dos padrões externos deste último (BANAC, 1988, p.3-16; GIBIANSKY, 2011c, p.453-458; 2011d, p.503-505).

Apesar da convergência ideológica e da satisfação soviética com a política externa iugoslava de modo geral, tensões latentes e dissensos nesse campo permaneceram nos momentos finais da guerra e nos anos iniciais do pós-guerra, quando Tito consolidava o regime comunista na Iugoslávia. A possibilidade de um comportamento mais intransigente da Iugoslávia na disputa fronteira com a Itália na região de Trieste, por exemplo, era vista pela URSS como uma potencial perturbação para suas relações com os EUA e o Reino Unido. Em questões como as manifestações de concepções próprias de cooperação/integração com os outros países socialistas balcânicos, a busca pela influência sobre a Albânia e o apoio aos comunistas na Guerra Civil Grega,⁸⁹ a Iugoslávia dava sinais de um comportamento autonomista e protagonista na região. Os efeitos de tal tendência em termos de insubordinação (contida ou não pelos soviéticos) à URSS desafiavam a presumida e autoatribuída liderança soviética no bloco socialista, bem como os arranjos geopolíticos soviéticos com as potências

⁸⁸ Especialmente no início da guerra, medidas revolucionárias foram tomadas pelos comunistas iugoslavos em territórios controlados pelos partizans. Contudo, devido à impopularidade de tal abordagem, o movimento passou deliberadamente a evitar menções explícitas ao socialismo em detrimento da ênfase no caráter de libertação nacional do movimento partizan, como tática para angariar maior apoio popular (BANAC, 1988, p.82-83; GIBIANSKY, 2011c, p.457).

⁸⁹ Em respeito à esfera de influência britânica, Stalin absteve-se de intervenção em favor dos comunistas gregos frente aos rivais nacionalistas destes últimos (RAJAK, 2010, p.203-206).

capitalistas (BANAC, 1988, p.3-44; GIBIANSKY, 2011d, p.503-505; 2011f, p.567-575; PAVLOVIĆ, 2013, p.236-242; RAJAK, 2010, p.209-213; SIMIĆ, 2008, p.37-50).

Tal comportamento fomentou a indisposição de Stalin e das lideranças soviéticas com a Iugoslávia, que atingiu seu pico em 1948. Naquele ano, a Iugoslávia foi expulsa do Cominform, uma espécie de sucessor do Comintern criado em 1947, e submetida a uma virulenta propaganda difamatória liderada pela URSS. Os comunistas iugoslavos foram exortados a derrubarem Tito. Consultores soviéticos foram retirados do país, que também sofreu com a ruptura de acordos de cooperação bilaterais e severas restrições econômicas por parte dos Estados do bloco socialista. Este último era um agudo problema para a Iugoslávia, cuja economia severamente atingida pela guerra, naquela época, dependia fortemente dos laços com os países do bloco soviético. Por fim, as tensões se estenderam também ao campo militar, suscitando a possibilidade de um conflito armado entre a Iugoslávia e o bloco soviético. Escaramuças fronteiriças com satélites da URSS passaram a ocorrer regularmente, e do início dos anos 1950 até a morte de Stalin, havia indícios de que a URSS e seus aliados do bloco soviético tomavam preparativos para ações militares contra a Iugoslávia (ANIKEYEV, 2011, p.620-621; GIBIANSKY, 2011f, p.575-589; KRAMER, 2017; PAVLOVIĆ, 2013, p.242-247; RAJAK, 2010, p.209-212; ROMANENKO, 2011, p.461-469).

Para as possibilidades de uma aliança entre URSS e Iugoslávia ao longo da Guerra Fria, os eventos de 1948 tiveram implicações geopolíticas e ideológicas impactantes e duradouras. Para contrabalançar as pressões soviéticas, a Iugoslávia, embora sem abandonar a ideologia socialista, começou a aproximar-se das potências ocidentais. Para estas últimas, a existência de um dissidente no bloco socialista foi abraçada como oportunidade de contraposição geopolítica e ideológica à URSS. No início dos anos 1950, a articulação entre a Iugoslávia e os EUA rendeu significativo suporte econômico e militar norte-americano (e, em menor escala, britânico e francês) a Belgrado. Em conjunto com seus tratados militares de 1953-1954 com Grécia e Turquia, ambas membros da OTAN, tal aproximação fez a Iugoslávia compor, embora de forma fugaz, o sistema de arranjos militares ocidental voltado para contrabalançar o bloco soviético⁹⁰ (ANIKEYEV, 2011, p.617-646; BJELAJAC, 2010, p.230-236; BOGETIĆ, 2008, p.316-317; RAJAK, 2010, p.214-215; SIMIĆ, 2008, p.62-78; SIMIĆ, 2010, p.28-33).

⁹⁰ No que tange ao acordo com Grécia e Turquia e suas negociações, Anikeyev (2011, p.622-646) ressalta que os motivos iugoslavos passavam também por considerações com respeito à Itália, com quem a Iugoslávia ainda manteve, até 1954, o problema em torno da região de Trieste.

No campo ideológico, por sua vez, uma implicação mais imediata na Iugoslávia foi o combate ao “inimigo interno”, i.e., aos apoiadores da URSS. Houve expurgos no KPJ e a perseguição, incluindo encarceramento, de milhares de iugoslavos acusados de apoio à linha soviética de modo geral.⁹¹ Em longo prazo, as pressões estratégicas da transição dos anos 1940 para os anos 1950, bem como as dificuldades do modelo econômico adotado até então (agravadas pelo contexto externo desfavorável) e a necessidade de diferenciar-se da URSS enquanto oponente ideológico, estimularam a Iugoslávia a desenvolver um modelo de socialismo alternativo, que a diferenciaria tanto da URSS quanto do sistema capitalista (RAJAK, 2010, p.212-216; SIMIĆ, 2008, p.79-81; EDEMSKY, 2011). Como destacou Dejan Jović (2008, p.59), a Iugoslávia socialista gradualmente passou a afirmar sua identidade como um antípoda não só de sua predecessora monárquica e burguesa, mas também da concepção soviética do socialismo. As origens da política externa não alinhada/extrabloco da Iugoslávia na Guerra Fria também remontam ao período do final dos anos 1940 e início dos anos 1950, estimuladas pelos problemas na interação com os dois blocos rivais na Europa e inspirada na postura e nas experiências de países africanos e asiáticos percebidas como similares às da Iugoslávia (EDEMSKY, 2011, p.646-654; PAVLOVIĆ, 2013, p.247).

De forma concomitante ao afastamento da Iugoslávia com relação às potências ocidentais, a normalização de relações do país com a URSS veio somente após a morte de Stalin, ocorrida em 1953. Seu sucessor, Nikita Khrushchev, tomou a iniciativa de reconciliação com a Iugoslávia, que culminou com a Declaração de Belgrado de 1955. Com esse documento, a URSS reconheceu que seu relacionamento com a Iugoslávia (e os países do bloco socialista) seria pautado pelo tratamento equitativo. No ano seguinte, a Declaração de Moscou propôs a normalização de relações entre a Liga dos Comunistas da Iugoslávia (SKJ, *Savez komunista Jugoslavije*)⁹² e o PCUS. Em uma vitória de Tito, este documento reconheceu a igualdade entre os partidos comunistas. A Iugoslávia, de todo modo, rejeitou incluir-se no bloco socialista, opção que perdurou pelo restante da Guerra Fria de forma a constituir um elemento de tensões e desconfianças latentes com a URSS. Vale ressaltar, por sinal, que a “deserção” da Iugoslávia também seria somente a primeira de outras futuras “perdas” geopolíticas e ideológicas da URSS nos Bálcãs: nos anos 1960, a Albânia de Enver

⁹¹ Estima-se em ao redor de 55 mil a quantidade de simpatizantes da URSS, membros ou não do KPJ, registrados na Iugoslávia de 1948 a 1955. Mais de 16 mil iugoslavos foram condenadas no período de 1948 a 1963 por acusações de apoio à URSS. Sérvios e montenegrinos constituíam cifra desproporcional, em comparação com seu percentual na população da Iugoslávia, das vítimas de tal repressão (cerca de dois terços do total) (BANAC, 1988, p.149-151; CVETKOVIĆ, 2008, p.289, 294).

⁹² Denominação que o KPJ assumiu a partir de 1952.

Hoxha rompeu com Moscou e aliou-se à China e, posteriormente, seguiu uma política isolacionista até os anos 1980; já a Romênia, apesar de permanecer no bloco soviético, desenvolveu uma política crescentemente independente a partir dos anos 1960. Dos países socialistas dos Bálcãs, apenas a Bulgária permaneceu um fiel satélite soviético no Pacto de Varsóvia e no COMECON até o fim da Guerra Fria (ver mapa 1) (DIMIĆ, 2018, p.21-23; HEADLEY, 2008, p.20-22; RAJAK, 2010, p.216-221).

Nesse sentido, a busca da URSS por recolocar a Iugoslávia em sua órbita, de um lado, e o desejo iugoslavo de conservar sua autonomia e independência, do outro, constituíam um fator de complicação nas relações bilaterais. Um exemplo ilustrativo, nesse sentido, foi a rejeição da Iugoslávia em legitimar a liderança da URSS no movimento socialista mundial por via de sua não assinatura da Declaração dos Doze Partidos Comunistas em Moscou em 1957, assim como as exhibições de individualidade ideológica/programática do KPJ. Para a URSS, o exemplo iugoslavo representava uma ameaça à unidade e à capacidade do bloco socialista de fazer frente à OTAN, bem como à consecução do projeto revolucionário em escala mundial. As intervenções soviéticas na Hungria, em 1956, e na Tchecoslováquia, em 1968, sinalizavam, para os iugoslavos, o quanto a URSS estava disposta a afirmar seu controle sobre o bloco socialista na Europa, desmentindo, na prática, muito do espírito das declarações acima mencionadas.⁹³ No caso da ação do Pacto de Varsóvia na Tchecoslováquia, Tito e as lideranças iugoslavas interpretaram a argumentação soviética da Doutrina Brezhnev como uma ameaça implícita, ainda que latente e de longo prazo, de interferência no próprio país.⁹⁴ Não obstante tais elementos, as relações econômicas e militares bilaterais desenvolveram-se de forma significativa. A URSS, por exemplo, era a terceira maior parceira comercial da Iugoslávia, atrás somente da Alemanha Ocidental e da Itália. Após a suspensão do programa de cooperação militar da Iugoslávia com os EUA, no final dos anos 1950, a principal fornecedora de armamentos e equipamento militar para Belgrado, a partir do início da década de 1960, tornou-se a URSS (BOGETIĆ, 2008, p.321-343, 359-368; DIMIĆ, 2018, p.23-31; PAVLOVIĆ, 2013, p.248-251).

⁹³ A Iugoslávia condenou a primeira intervenção soviética na Hungria, em 24 de outubro, mas apoiou a segunda, iniciada em 4 de novembro, por considerar que as reformas empreendidas pelas novas lideranças húngaras consistiam em uma “contrarrevolução”. Neste segundo caso, as discordâncias entre URSS e Iugoslávia surgiram em torno do destino de Imre Nagy e seus parceiros, protagonistas das reformas húngaras que se abrigavam na embaixada iugoslava em Budapeste, após a transição de poder ocasionada pela intervenção soviética (BOGETIĆ, 2008, p.331-332).

⁹⁴ Bjelajac (2010, p.242) destaca que a Iugoslávia, durante a intervenção soviética na Tchecoslováquia, tomou medidas de alerta militar. Conforme Bogetić (2008, p.363-365), a Iugoslávia, seguindo o movimento pendular de aproximação e distanciamento da URSS e dos EUA até então, procurou em Washington um contrapeso a eventuais ameaças soviéticas à independência da Iugoslávia.

Por fim, é necessário ressaltar que a “separação” da Iugoslávia também não significou que não pudesse haver convergência com a URSS em diversas questões de política internacional, primariamente em virtude da – em que pesem as divergências – semelhanças ideológicas com a URSS (PAVLOVIĆ, 2013, p.246-247, 251-252, 255). Conforme o historiador sérvio Dragan Bogetić (2008, p.365-366), a Iugoslávia, até o início dos anos 1970, quando o Movimento dos Não Alinhados ganhou força enquanto alternativa política, praticou um “não alinhamento desequilibrado” em favor da URSS, isto é, seus posicionamentos sobre a maioria dos principais assuntos internacionais, em que pese a independência iugoslava em termos de não pertencimento aos blocos rivais da Guerra Fria, eram similares àqueles da URSS em detrimento dos EUA. URSS e Iugoslávia, por exemplo, tinham posicionamento similar sobre o processo de descolonização no chamado Terceiro Mundo. A Iugoslávia também reconheceu diplomaticamente a Alemanha Oriental e convergia com a URSS no que concerne aos conflitos e à interferência ocidental no Oriente Médio (BOGETIĆ, 2008, p.335-339, 356-360; PAVLOVIĆ, 2013, p.248-249, 257-259). Por outro lado, como destaca Romanenko (2011, p.717-718), a Iugoslávia foi crítica da intervenção soviética no Afeganistão iniciada em 1979.

Nos anos derradeiros da Guerra Fria, após a morte de Tito (1980), as mudanças na URSS do reformista Gorbachev refletiram-se, também, nas relações com a Iugoslávia. Em linha com a renúncia da Doutrina Brezhnev em Moscou, a “reconciliação final” entre os dois países se deu durante a visita do último líder soviético à Iugoslávia, em março de 1988. URSS e Iugoslávia assinaram, então, a “Declaração Soviético-Iugoslava”. Afirmando a superação definitiva “das discordâncias e do fardo do passado”, o documento reafirmou o conteúdo das referidas declarações dos anos 1950, enfatizando aspectos como o respeito mútuo à soberania, à integridade territorial, à equidade e à não interferência em assuntos internos de cada Estado. O respeito aos caminhos próprios rumo ao socialismo também ganhou destaque, com o que a URSS implicitamente admitiu não possuir o monopólio de interpretação e condução do socialismo mundial. Em discurso no parlamento iugoslavo, Gorbachev chegou a admitir publicamente que a ruptura de 1948 foi “culpa da liderança soviética” (ROMANENKO, 2011, p.740-758). As possibilidades de desdobramentos positivos daquele momento, contudo, logo esbarrariam no processo de desintegração tanto da URSS quanto da Iugoslávia.

3.4. A URSS/Rússia, a Sérvia/os sérvios e a desintegração da Iugoslávia

Ao mesmo tempo em que a URSS vivia o período de transformações sob Gorbachev e o desmonte de sua esfera de influência no leste europeu, a Iugoslávia passava por uma crise política/econômica e pelo crescente questionamento dos próprios fundamentos de existência do país.

Os problemas em torno do compartilhamento de poder e recursos entre as seis repúblicas entre si (a Sérvia ainda contava com duas regiões autônomas, Kosovo e Vojvodina) e entre estas e o nível federal de governo sempre foram um dos temas nevrálgicos do desenvolvimento histórico do país desde a sua fundação, e tornaram-se ainda mais agudos no final dos anos 1980. Com forte autoridade calcada nas narrativas de sua liderança na vitória partizan, da construção de um modelo socialista autóctone e da conquista de uma posição prestigiada e independente para a Iugoslávia na arena internacional, Tito exercia o papel de árbitro nessas disputas e constituía uma figura amalgamadora entre as diferentes regiões e etnias. Sua morte, em 1980, criou um ambiente mais permissivo para o acirramento dos dissensos entre as repúblicas e regiões autônomas do país, problema agravado pela erosão de legitimidade do modelo socialista decorrente da forte crise econômica da década de 1980.

Nesse contexto, a Sérvia assumiu uma posição destacada nas disputas intrainiugoslavas, manifestando grande descontentamento com o arranjo (con)federal estabelecido em 1974. As lideranças sérvias consideravam que a descentralização afetava até mesmo o controle da Sérvia sobre suas duas províncias autônomas. Após assumir, em 1986-1987, a liderança da Liga dos Comunistas da Sérvia (SKS, *Savez komunista Srbije*), o ramo do SKJ na Sérvia, Slobodan Milošević potencializou tais insatisfações e buscou, de forma enérgica, reestruturar o federalismo iugoslavo de maneira mais centralizadora e condizente com os interesses da Sérvia (JOVIĆ, 2008, p. 172-176, 191-200, 333-342).

O empreendimento das lideranças sérvias, contudo, suscitou temores na Eslovênia e na Croácia, as duas repúblicas mais desenvolvidas da Iugoslávia e que mais apoiavam o arranjo de 1974. A segunda metade dos anos 1980 era também uma época de maior abertura política, que além de culminar no estabelecimento do pluripartidarismo, envolvia maior permissividade nos debates públicos para com os nacionalismos dos povos da Iugoslávia - os quais, por sua vez, amplificavam as disputas entre as unidades administrativas. A percepção de incompatibilidade de interesses gradualmente levou à sedimentação do separatismo, nos

casos esloveno e croata, e do redesenho étnico de fronteiras, no caso sérvio, como soluções para o impasse iugoslavo.⁹⁵

O problema, contudo, era que as fronteiras administrativas nem sempre correspondiam à distribuição étnica da população. Havia, por exemplo, expressivas populações sérvias na Croácia e na Bósnia e Herzegovina, as quais preferiam manter-se, de alguma maneira, unidas à Sérvia.⁹⁶ Ao longo dos processos que levaram às declarações de independência da Croácia, em junho/outubro de 1991, e da Bósnia e Herzegovina (por força de sua maioria demográfica bosniaca e croata), em março de 1992, os sérvios dessas duas repúblicas reagiram de maneira análoga, vindo a estabelecer suas próprias entidades políticas – respectivamente, a República Sérvia de Krajina (*Republika Srpska Krajina*, RSK) e a República Sérvia (*Republika Srpska*), apoiadas política e militarmente pela Sérvia e pelo Exército Popular Iugoslavo (*Jugoslovenska Narodna Armija*, JNA) na dinâmica formativa das guerras na Croácia (1991-1995) e na Bósnia e Herzegovina (1992-1995). Esfacelada, a República Socialista Federativa da Iugoslávia estabelecida por Tito em 1945 deu lugar, em 1992, à República Federal da Iugoslávia (RFI), composta somente pela Sérvia de Milošević, sua república dominante, e o Montenegro.

Em seus momentos derradeiros, a URSS de Gorbachev acompanhou com atenção esse processo. Para o presidente soviético, a Iugoslávia derivava sua importância principalmente das similaridades com a URSS enquanto federação multinacional/multiétnica. Na mesma época em que Gorbachev conduzia discussões sobre a reestruturação do federalismo soviético, acreditava-se que a Iugoslávia era uma espécie de “espelho” para a URSS, pois os acontecimentos no país balcânico poderiam repercutir sobre a unidade do

⁹⁵ Para um relato das disputas internas que precederam os conflitos na ex-Iugoslávia, ver Jović (2008).

⁹⁶ De acordo com o censo iugoslavo de 1981, o último realizado antes do contexto imediato dos conflitos de desintegração do país, havia 8,14 milhões de Sérvios na Iugoslávia, correspondentes a 36,3% de uma população de 22,4 milhões de pessoas. Desses, 6,18 milhões viviam na Sérvia (66,4% da república. Na Sérvia, havia ainda como minoria expressiva 14% de albaneses, concentrados primariamente no Kosovo, onde correspondiam a 77,4% da população); 1,32 milhão na Bósnia e Herzegovina (32% da república; 39,5% eram bosníacos e 18,4% croatas); 531 mil na Croácia (11,6% da república; 75,1% eram croatas); 44,6 mil na Macedônia (2,3% da república; macedônios eram 67,8% e albaneses 19,8%); 42,2 mil na Eslovênia (2,2% da república; 90,5% eram eslovenos); e 19,4 mil no Montenegro (3,3% da república; montenegrinos constituíam 68,5%) (IUGOSLÁVIA, s/a, p.11-12). Deve-se considerar, ainda, o fato de muitos montenegrinos historicamente se considerarem membros componentes ou próximos da nação sérvia de forma mais ampla. Por exemplo, cerca de uma década após a primeira fase de desintegração da Iugoslávia, na medida em que a questão identitária montenegrina se politizava no contexto de disputas sobre união ou separação da Sérvia, o número de autodeclarados sérvios elevou-se agudamente no Montenegro - chegando a 30% no censo de 2003, contra 40,6% montenegrinos, três anos antes do referendo que pavimentou a independência do Montenegro em 2006 (MORRISON, 2018, p.111-112).

Estado soviético.⁹⁷ Nesse sentido, Gorbachev indicava a preferência pela manutenção da integridade territorial iugoslava, tentando harmonizar a posição da URSS com a das potências ocidentais que naquele estágio ainda pensavam da mesma maneira – como os EUA. Assim, quando a Eslovênia e a Croácia declararam suas independências, no final de junho de 1991, o MID soviético reagiu afirmando seu apoio à integridade territorial da Iugoslávia e às suas estruturas centrais de governo (GUSKOVA, 2001, p.510-512; HEADLEY, 2008, p.67-72; ROMANENKO, 2011, p.767-772, 785).

Havia, também, convergências entre o círculo de Milošević e setores políticos/militares na URSS, com diversos relatos de tentativas de articulação entre os dois lados. Em março de 1991, por exemplo, o ministro da defesa iugoslavo Veljko Kadijević, a mando de Borisav Jović (aliado de Milošević que representava a Sérvia na presidência coletiva iugoslava), teria consultado militares soviéticos, incluindo o ministro da defesa Dmitri Yazov, sobre a possibilidade de a URSS defender seu país de uma eventual intervenção das potências ocidentais em caso de um golpe de Estado na Iugoslávia. Tal cenário, que representaria uma reversão das doutrinas de defesa e política externa da Iugoslávia na Guerra Fria, foi rejeitado pelos militares soviéticos, que temiam uma reação ocidental negativa (BECHEV, 2017, p.27; ROMANENKO, 2011, p.780-782).⁹⁸ Posteriormente, em julho, Kadijević teria consultado Yazov sobre as possibilidades de transferência de armamentos e de apoio soviético ante uma intervenção ocidental contra a Iugoslávia. A resposta, novamente, foi negativa. Por meio de Yazov, Kadijević também soube que Gorbachev teria afirmado que a URSS só poderia auxiliar a Iugoslávia pela via diplomática (GUSKOVA, 2001, p.510). Por fim, às vésperas do golpe dos conservadores soviéticos, em agosto, houve relatos de que Kadijević teria acertado a aquisição de equipamento de guerra da URSS para a Iugoslávia. O suposto acordo não foi honrado em virtude do fracasso do golpe (HEADLEY, 2008, p.74).⁹⁹

Após a secessão relativamente pacífica da Eslovênia e o acirramento do conflito na Croácia, Gorbachev, em outubro de 1991, tentou atuar como intermediário entre Milošević

⁹⁷ Ao longo de 1991, por exemplo, havia contatos e expressões de apoio mútuo entre as repúblicas secessionistas iugoslavas e suas homólogas soviéticas. Lituânia e Geórgia, por exemplo, estiveram entre os primeiros países a reconhecerem as independências de Croácia e Eslovênia (HEADLEY, 2008, p.72-74).

⁹⁸ Pensando na sobrevivência da Iugoslávia, o mesmo Kadijević, conforme Romanenko (2011, p.786), sugeria que uma Iugoslávia forte também seria conveniente para os EUA como um contrapeso à influência de outras potências, como a Alemanha e a Rússia, nos Bálcãs. A indisposição da URSS em envolver-se militarmente também é atestada, como destacam Guskova (2001, p.511) e Headley (2008, p.72), por seu endosso, em setembro de 1991, de uma resolução no CSNU que introduziu embargo de armas à Iugoslávia.

⁹⁹ Nesse sentido, o círculo de Milošević e, supostamente, o próprio presidente sérvio, teriam tacitamente apoiado a tentativa de golpe na expectativa de receber apoio do eventual novo governo na URSS (BECHEV, 2017, p.27; HEADLEY, 2008, p.78, 291; NIKIFOROV, 1999, p.49-50; ROMANENKO, 2011, p.801-802).

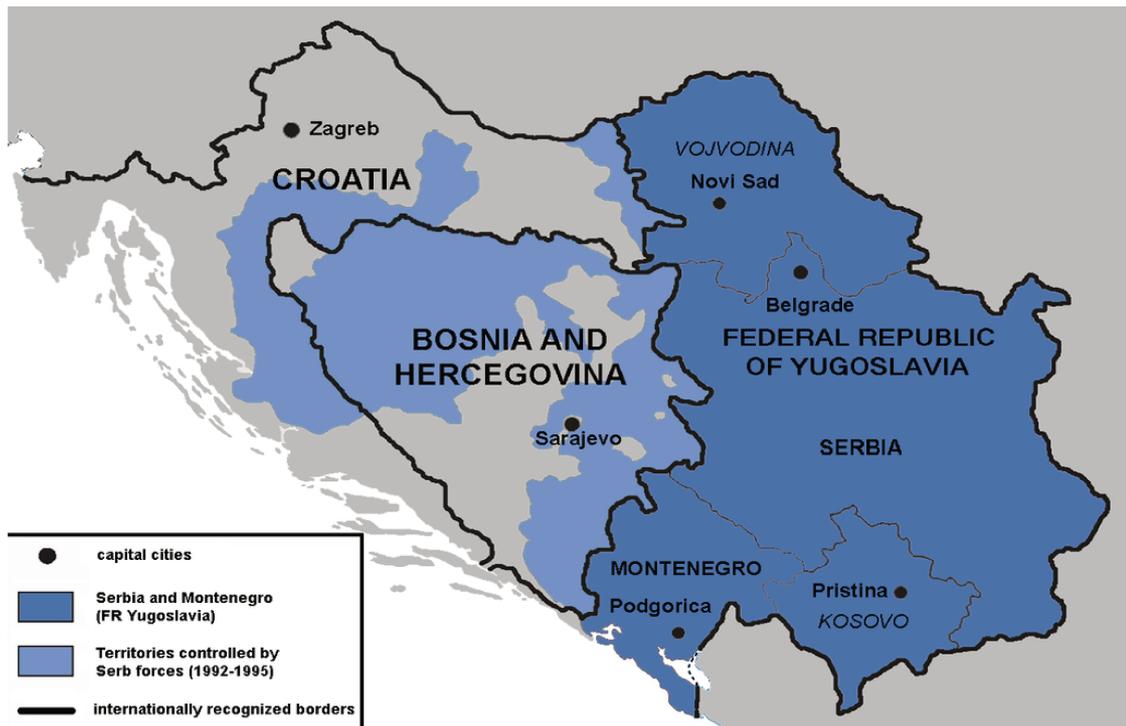
e os separatistas croatas, ao mesmo tempo em que alertou a JNA para a necessidade de moderação. Apesar da simpatia com a integridade iugoslava, o cada vez mais impotente líder soviético condenava os métodos de Milošević para atingir tal objetivo, que julgava contrariarem o ideal de uma federação multinacional equilibrada. Ademais, as lideranças soviéticas gradualmente aceitavam a irreversibilidade da desintegração da URSS e da Iugoslávia, moderando o tom em favor da unidade iugoslava (GUSKOVA, 2001, p.511-512; HEADLEY, 2008, p.75-77; ROMANENKO, 2011, p.791-799).

Finda a URSS, a desintegração da Iugoslávia viria a ocupar um lugar importante na política externa e nos debates políticos domésticos da Rússia ao longo de todos os anos 1990. Tal fato, contudo, advinha não tanto da percepção da existência de interesses materiais específicos ou de aspectos de segurança relevantes diretamente relacionados à região. Além da continuidade do fator deterrente nuclear para mitigar as tradicionais considerações de defesa – concernentes ou não ao Mar Negro e aos estreitos turcos especificamente -, o surgimento da Ucrânia independente entre a Rússia e os Bálcãs também significou a criação de um *buffer* para hipotéticos ataques terrestres como os de 1941. Por se configurarem como uma das principais crises internacionais no imediato Pós-Guerra Fria, os conflitos na Iugoslávia – e, conseqüentemente, as possibilidades de articulação entre a Rússia e os sérvios – derivavam sua importância primariamente das implicações que possuíam para a definição do status da Rússia no sistema internacional do Pós-Guerra Fria (BECHEV, 2017, p.23,30; HEADLEY, 2008, p.54-61; KANDEL, 1999, p.77; ROMANENKO, 1999, p.101).

O posicionamento da Rússia sobre a RFI e os conflitos na Bósnia e Herzegovina e na Croácia refletiu, em grande medida, as flutuações na política externa de Yeltsin. A fase liberal-internacionalista, por exemplo, refletiu-se na harmonização quase incondicional com as potências ocidentais – o que significava um viés contra os sérvios e a RFI. O governo Yeltsin reconheceu as independências de Eslovênia, Bósnia e Herzegovina e Croácia em 1992 – o que significou, por extensão, a negação da legitimidade internacional da República Sérvia e da RSK. No caso da RFI, a Rússia não chancelou sua integração plena na ONU enquanto sucessora da Iugoslávia socialista. Já em maio de 1992, a Rússia votou a favor da Resolução 757 no CSNU, que impôs severo regime de sanções internacionais à RFI em virtude de seu envolvimento na Bósnia e Herzegovina. No final do mesmo ano, a Rússia, em linha com os EUA, apoiou Milan Panić, o rival de Milošević na eleição presidencial sérvia tido como

moderado (BECHEV, 2017, p.32-33; GUSKOVA, 2001, p.513-522; HEADLEY, 2008, p.84-115, 131-133; KANDEL, 1999, p.72; NIKIFOROV, 2012, p.161-162).

Mapa 7 – A RFI, a República Sérvia e a RSK durante as guerras iugoslavas



Fonte: Wikimedia Commons (2019).

A orientação liberal-internacionalista liderada pela dupla Yeltsin-Kozyrev logo suscitou reações negativas no cenário político russo, criando um padrão que viria a perdurar por toda a década de 1990. No debate público e no parlamento, a oposição à política do governo Yeltsin – na forma, por exemplo, de discursos, resoluções e cobranças ao MID – vinha principalmente de dois campos.¹⁰⁰ De um lado, havia os que Headley (2008, p.108-112) chamou de “centristas-realistas”, cujo pensamento era mais próximo à da vertente estadista do pensamento de política externa russa. Políticos e intelectuais desse campo, presentes na burocracia estatal e no parlamento, acentuavam a necessidade de uma política externa mais

¹⁰⁰ Guskova (2001, p.506-562), Headley (2008) e Nikiforov (1999) trazem relatos detalhados dos debates públicos, das visões da comunidade especialista russa e de iniciativas tomadas pelos parlamentares, oficiais e políticos russos com respeito à Iugoslávia, bem como seus dissensos com o MID e Kozyrev.

assertiva, independente e que não praticasse um alinhamento pró-ocidental automático tido como deletério para a defesa dos interesses nacionais russos.

Do outro lado, havia a oposição “nacional-comunista” (mais próxima ao pensamento civilizacionista), que criticava de maneira virulenta a política “antissérvia” de Yeltsin. Esse grupo tachava o posicionamento russo como excessivamente submisso às potências ocidentais e acusava Yeltsin e Kozyrev de não levarem em conta o status de potência e as particularidades civilizacionais da Rússia – fatores que “naturalmente” deveriam colocá-la em trincheiras opostas às das potências ocidentais e em favor dos “irmãos ortodoxos sérvios”. Uma vez acirrado o conflito na Bósnia e Herzegovina, a RFI e a República Sérvia tornaram-se destino frequente de opositores de Yeltsin, que lá estabeleceram contatos tanto com o governo de Milošević quanto com políticos mais russófilos e antiocidentais, como o ultranacionalista Vojislav Šešelj, famoso líder do Partido Radical Sérvio (SRS, *Srpska radikalna stranka*). Repetindo, em menor escala, o ocorrido em 1875-1878, centenas de voluntários russos se juntaram às forças sérvias na Bósnia e Herzegovina¹⁰¹ (BECHEV, 2017, p.27-30; HEADLEY, 2008, p.104-108; ROMANENKO, 1999, p.104).

Somada ao crescente sentimento de marginalização pelas potências ocidentais, tal recepção negativa estimulou uma mudança de curso no posicionamento do governo russo para a crise na ex-Iugoslávia. A Rússia passou a enfatizar seu status de grande potência, moderando o alinhamento automático com as potências ocidentais. Enfatizava-se com maior veemência a primazia do CSNU (e, portanto, a anuência da Rússia) na autorização do uso da força por atores externos (naquele contexto específico, a OTAN, que já demonstrava aspirações intervencionistas) e a indispensabilidade da opinião russa para a resolução do conflito. Moscou buscou distanciar-se, ainda, do viés “antissérvio” prevalecente entre as potências ocidentais e tentou balancear seu posicionamento sobre os “culpados” dos conflitos, comportando-se de certa forma como “advogada” dos sérvios – embora isto passasse longe de um apoio incondicional. A Rússia buscou, nesse sentido, persuadir a RFI e a República Sérvia a participarem de forma “construtiva” das negociações de resolução do conflito (BECHEV, 2017, p.31-33; GUSKOVA, 2001, p.531-546; HEADLEY, 2008, p.117-119; KANDEL, 1999, p.72-73; NIKIFOROV, 2012, p.162-163).

Exemplos característicos dessa postura foram as intervenções diplomáticas para tentar evitar ataques da OTAN contra as forças da República Sérvia; a participação no Grupo

¹⁰¹ Um deles foi Igor “Strel’kov” Girkin, um dos protagonistas dos movimentos separatistas no leste ucraniano em 2014 (BECHEV, 2017, p.28-29).

de Contato, formado por Alemanha, EUA, França e Reino Unido; e as sinalizações de moderação das sanções antissérvias no CSNU. Isto não significava, contudo, a disposição à confrontação com as potências ocidentais. Após 1992, a Rússia continuou a votar a favor ou a abster-se nas votações de diversas resoluções no CSNU que davam margem para o uso da força pela OTAN - ainda que com contrapesos no processo decisório na ONU que, em princípio, bloqueariam o unilateralismo por parte da aliança. O emprego (ou ameaça de emprego) da força pela aliança atlântica, na prática, veio a direcionar-se efetivamente contra a República Sérvia e a RSK, em meio a frequentes objeções russas. A postura de “advogada” dos sérvios, por sua vez, nem sempre era bem-sucedida, pois frequentemente esbarrava na intransigência destes últimos frente às grandes potências – incluindo a própria Rússia. Ao mesmo tempo, parlamentares russos continuavam a exigir uma política mais independente e pró-sérvia (propondo, por exemplo, a remoção unilateral completa das sanções), sem, no entanto, conseguir maior êxito junto à administração Yeltsin (BECHEV, 2017, p.33-37; GUSKOVA, 2001, p.531-548; HEADLEY, 2008, p.140-141, 151-155, 167-210, 216-219).

Críticos russos como Guskova (2001, p.531-548) e Nikiforov (1999; 2012, p.162-164) contrastam o desejo por maior protagonismo e equidade com a permanência, de fato, de uma política incapaz ou mesmo indisposta a romper o padrão de alinhamento e marginalização da Rússia frente às potências ocidentais. A aparente proximidade com os sérvios frequentemente era apenas direcionada ao público doméstico russo e não raro consistia de pressões para que eles, no final das contas, aquiescessem às demandas ocidentais. Iniciativas ocasionais tomadas por setores da burocracia, por parlamentares e por militares russos no sentido de articular planos independentes e mais favoráveis às posições da RFI e da República Sérvia nos conflitos foram frequentemente sabotadas por Kozyrev e o MID. A cooperação com os sérvios também se dava dentro de certos limites. No caso da RFI, como ressaltou Headley (2008, p.202-203), o estabelecimento de um acordo de cooperação militar em 1995 não envolveu a transferência de armamentos russos, e só entraria em vigor uma vez encerradas as sanções internacionais contra a RFI. Nikiforov (1999) também menciona repetidos apelos de representantes da República Sérvia – inclusive de seu presidente Radovan Karadžić - por maior envolvimento político e militar da Rússia na região em detrimento das potências ocidentais, apelos esses que frequentemente não encontraram a resposta desejada.

No final das contas, a nova posição russa não atingiu os objetivos traçados nem, muito menos, evitou que os sérvios fossem decisivamente atacados militarmente pelos EUA e

seus aliados na Croácia e na Bósnia e Herzegovina. Mesmo no período de maiores críticas às atitudes ocidentais contra os sérvios, a Rússia não tinha meios nem vontade de demonstrar sua insatisfação para além da dimensão verbal, vendo sua influência reduzida nos rumos da região. Tal postura revelava, de forma indireta, o caráter periférico dos interesses da Rússia na zona de conflito (KANDEL, 1999, p.73). Apesar de ter sido posteriormente incluída como um dos garantes da paz, a Rússia foi marginalizada no processo que levou ao Acordo de Dayton, que selou o fim do conflito na Bósnia e Herzegovina em 1995, e na IFOR/SFOR, a missão de *peacekeeping* liderada pela OTAN estabelecida naquele país após o fim do conflito. As tropas russas, totalizando inicialmente 1600 soldados, foram estacionadas no setor de responsabilidade dos EUA e, indiretamente, subordinavam-se à cadeia de comando da OTAN (BECHEV, 2017, p.37-40; GUSKOVA, 2001, p.546-551; HEADLEY, 2008, p.211-260).¹⁰²

O conflito no Kosovo se provaria um desafio ainda maior para a Rússia. Após o fim dos conflitos na Bósnia e Herzegovina e na Croácia, a Rússia aproximou-se da RFI, cuja postura desafiadora frente às potências ocidentais alinhava-se à política externa de Primakov. Foram estabelecidos, por exemplo, acordos bilaterais de cooperação econômica e militar. Além disso, a Rússia frequentemente atuava em favor da reintegração da RFI à comunidade internacional e agia como um escudo contra pressões ocidentais ao regime internacionalmente criticado de Milošević. Nesse sentido, por outro lado, o alinhamento com Belgrado poderia significar uma nova e indesejável situação de confrontação com as potências ocidentais. A Rússia buscou, diante da escalada de violência entre as forças sérvias e albanesas a partir de 1997, evitar uma intervenção não autorizada da OTAN e garantir que a sua voz e a da RFI fossem ouvidas nas tratativas de resolução do conflito. O governo russo também expressava certa simpatia com a interpretação sérvia sobre o conflito no Kosovo (BECHEV, 2017, p.39-44; GUSKOVA, 2001, p.554-558; HEADLEY, 2008, p.288-293, 309-364). Como antes, contudo, isto não significava a disposição ao apoio irrestrito à Sérvia. Como destacam Guskova (2001, p.554) e Headley (2008, p.317-324), a Rússia apoiou decisões como o embargo de armas à RFI (que também era direcionado, evidentemente, às forças albanesas),

¹⁰² Tropas russas localizavam-se no território da ex-Iugoslávia desde sua inclusão na UNPROFOR, missão sob os auspícios da ONU estabelecida na Croácia em 1992. No mesmo ano, a UNPROFOR foi estendida para a Bósnia e Herzegovina, para onde parte dos contingentes russos da Croácia foram transferidos no início de 1994 (HEADLEY, 2008, p.85-87, 137-140, 167-174). É digno de nota, nesse sentido, que oficiais dos EUA, nos anos subsequentes, viam as tropas russas como pró-sérvias e tentavam diminuir o escopo de sua atuação na Bósnia e Herzegovina e, futuramente, no Kosovo (BECHEV, 2017, p.37-40; HEADLEY, 2008, p.253, 406-416).

bem como persuadiu Milošević a moderar o uso da violência e considerar a questão da autonomia do Kosovo.

Uma vez iniciada a guerra, o governo Yeltsin, apesar das pressões domésticas por reações militares, agiu de forma bastante cautelosa para evitar uma confrontação com as potências ocidentais. A Rússia se limitou a enviar um navio coletor de inteligência para o Mediterrâneo, mas somente, segundo o ministro Igor Ivanov, para monitorar a movimentação de bombardeiros norte-americanos conforme o tratado de arsenais nucleares START – e não espionar em favor da RFI (HEADLEY, 2008, p.371-375). Ainda em 1998, quando se elevava o espectro de uma ação da OTAN contra a RFI, uma delegação de deputados russos visitou o país e propôs que ele se unisse à União Estatal de Rússia e Belarus. A concretização de tal proposta poderia ter impacto significativo, uma vez que a união continha o compromisso com a defesa coletiva. Iniciada a guerra, o parlamento da RFI, com apoio de Milošević, votou em favor do acesso, e em abril de 1999, por grande maioria, a Duma estatal (câmara baixa do congresso russo) votou para que o governo Yeltsin iniciasse tal procedimento. A iniciativa, contudo, acabou não sendo levada adiante por Yeltsin, que em virtude de suas implicações militares, não levava a sério o prospecto de inclusão da RFI (AMELINA, 2017; HEADLEY, 2008, p.347, 386; TRAPARA, 2016a, p.204). Por fim conforme fontes militares sérvias, contatos foram feitos, antes e durante a Guerra do Kosovo, para que a RFI adquirisse armamentos russos, como o sistema antiaéreo S-300. Apesar da boa vontade de parte dos militares russos, o governo Yeltsin, também nesse caso, acabou não dando sinal verde para que a iniciativa seguisse adiante (BJELAJAC, 2010, p.293-299).

Naquela época, um último episódio pertinente para a questão da dimensão militar do envolvimento russo no conflito do Kosovo - com potenciais implicações para a defesa da integridade territorial da RFI e uma aliança desta com a Rússia - foi a mencionada Marcha para Priština.¹⁰³ Trata-se da famosa operação semisecreta autorizada por Yeltsin na qual 200 *peacekeepers* russos deslocaram-se da Bósnia e Herzegovina, onde estavam estacionados no âmbito da IFOR/SFOR, rumo ao Kosovo em junho de 1999, ao final da guerra. O objetivo da operação era, com o apoio de reforços vindos da Rússia, o estabelecimento de um setor de ocupação próprio na missão internacional que se instalaria no Kosovo. Antes da Marcha para Priština, esta era uma das demandas de militares russos nas negociações sobre o status da Rússia na missão internacional. Os militares russos almejavam que tal setor se localizasse

¹⁰³ Tradução aproximada para o português do inglês *Priština Dash*, ou *Бросок в Приштину/Brosok v Prishtinu* em russo

exatamente no norte do Kosovo, região habitada majoritariamente por sérvios e adjacente ao restante do território da Sérvia (GUSKOVA, 2014, p.329-340; HEADLEY, 2008, p.404-416; MILENKOVIĆ, 2013).

Ao chegarem no aeroporto de Slatina, que serve Priština (capital do Kosovo) – sendo saudadas, no caminho, pela população sérvia –, as tropas russas protagonizaram um tenso episódio com a OTAN. Oficiais dos EUA, levando em conta a quebra do princípio de unidade de comando e o presumido viés pró-sérvio das tropas russas, temiam que tal cenário levasse à partilha do Kosovo. Por isso, o general norte-americano Wesley Clark ordenou a tomada do aeroporto e o bloqueio de reforços russos, o que poderia suscitar a possibilidade de uma confrontação direta entre Rússia e OTAN. Celebremenente falando em “não iniciar a Terceira Guerra Mundial”, o general britânico Michael Jackson negou-se a tomar ações nesse sentido, efetivamente mitigando o cenário de confronto. Além disso, sem dispor de recursos nem de reforços – sob pressão norte-americana e dos líderes da OTAN, Bulgária, Hungria e Romênia não permitiram o trânsito dos aviões russos por seu espaço aéreo, assim como a Ucrânia – a Rússia acabou tendo de recuar.¹⁰⁴ No final das contas, foi aceito um modelo de missão similar ao da IFOR/SFOR. Por ele, os contingentes russos (de início, 3600 soldados) ficaram, ainda que de forma indireta, subordinados à estrutura de comando da OTAN e sem zona de responsabilidade própria, dispersos pelo Kosovo (predominantemente em áreas de maioria étnica albanesa) em setores de responsabilidade das potências ocidentais. A Rússia, por fim, apoiou a Resolução 1244 no CSNU. Este documento, inspirado no acordo de paz aceito pela RFI, estabeleceu o esquema de administração internacional no Kosovo em termos que, embora nominalmente garantissem a soberania e integridade territorial sérvias, efetivamente colocaram a região fora do controle de Belgrado. A polícia e as forças armadas sérvias, por exemplo, tiveram de se retirar do Kosovo (GUSKOVA, 2014, p.289-340; HEADLEY, 2008, p.251-256, 388-422).¹⁰⁵

¹⁰⁴ Referindo-se ao papel de Bulgária, Hungria e Romênia no bloqueio à operação russa, a secretária de estado dos EUA Madeleine Albright afirmou o quão acertada foi a decisão norte-americana de promover a expansão da OTAN (a Hungria já era membro da aliança, enquanto que Bulgária e Romênia eram candidatas ao acesso) (GUSKOVA, 2014, p.337). O argumento de Albright é indicativo da lógica de domínio norte-americano da segurança na Europa subjacente à expansão da OTAN, bem como da concepção dos Balcãs como uma esfera de influência norte-americana. Por outro lado, Guskova (2014, p.337) menciona que a Hungria, na verdade, teria permitido o trânsito de aviões russos por um curto período, oportunidade que acabou não sendo aproveitada pela Rússia.

¹⁰⁵ Nesse sentido, a atuação da Rússia nas negociações de paz para o Kosovo, particularmente no que tange ao papel exercido por Viktor Chernomyrdin (que pressionou a RFI a aceitar termos desfavoráveis), é frequentemente tido no país como um dos pontos baixos da diplomacia de Yeltsin e mesmo equacionada a uma traição do interesse nacional (GUSKOVA, 2014, p.289-319; STENT, 2015, p.160).

À diferença de membros das forças armadas, que indicavam efetivamente desejar maior protagonismo militar russo na RFI, o presidente Yeltsin, com a Marcha para Priština, certamente buscava primariamente elevar o prestígio internacional da Rússia e aplacar o sentimento nacionalista ocasionado no país pela crise no Kosovo (HEADLEY, 2008, p.414-415). O desfecho da ação se encaixava na lógica de não desafiar essencialmente o projeto de parceria equitativa com as potências ocidentais em nome dos sérvios. Especialmente na fase inicial dos anos 1990, Guskova (2001, p.549) e Nikiforov (2012, p.155-158) atribuem tal tendência ao desejo de conquistar o reconhecimento das potências ocidentais, das quais se esperava, tendo em vista a instável situação interna na Rússia, apoio político e econômico. De maneira similar, o analista russo Pavel Kandel (1999, p.76-77) considera que não havia razões fortes para que a Rússia entrasse em confronto com seus principais credores, investidores e parceiros comerciais em nome dos interesses nacionalistas sérvios, uma vez que, dado o recuo geopolítico russo do Mediterrâneo Oriental (no período soviético) para a costa do Mar Negro, os conflitos na ex-Iugoslávia não afetariam a segurança da Rússia.

O voluntarismo da visão dos “tradicional interesses russos” favorecida especialmente pela oposição “nacional comunista” russa, como também destacou Kandel (1999, p.70-71), esbarrava em alguns fatores objetivos. Na caótica transição russa dos anos 1990, faltava a base material, ideológica e política que respaldasse a continuidade dos padrões históricos de grande potência. Um reflexo disso foi o caráter efetivamente secundário da atuação russa nos Bálcãs em um período crítico para a Sérvia, situação que desfez, em grande medida, o histórico protagonismo russo na região desde o fim do século XVIII.

4 RÚSSIA E SÉRVIA NOS BÁLCÃS DO SÉCULO XXI

Vistos os antecedentes históricos das relações entre Rússia e Sérvia e da presença russa nos Bálcãs, o presente capítulo discorre sobre a articulação entre os dois países e a presença russa na região no século XXI. Seu objetivo é fornecer, em linhas gerais, um pano de fundo para o tema da neutralidade sérvia, expondo as principais tendências, condições estruturais e eventos na região ao longo do período. A análise empreendida constitui o substrato mais imediato para a compreensão da abordagem da Rússia com respeito à neutralidade sérvia, e divide-se em dois momentos ordenados de forma cronológica: antes e depois das negociações sobre o status do Kosovo e o grande projeto energético russo na região – assuntos aos quais a Sérvia está intimamente ligada, e que são comumente vistos como marcos da presença da Rússia nos Bálcãs.

4.1. A abordagem russa para a Sérvia e os Bálcãs depois da Guerra do Kosovo

Nos primeiros anos após o fim do conflito no Kosovo, a Rússia continuou a envolver-se com os Bálcãs. Nesse sentido, a RFI de Milošević, em virtude de sua orientação anti-OTAN, era vista como uma potencial aliada política no crescentemente afirmado empreendimento russo de contrapor-se a um “mundo unipolar”. Em visita à região em junho de 2001, Vladimir Putin destacou os fatores históricos e geopolíticos, como a proximidade dos Bálcãs às fronteiras russas, que justificariam uma suposta importância estratégica do “sudeste europeu” para Moscou (HEADLEY, 2008, p.430-431).

No campo político, tal posicionamento era observado em diferentes questões. Um evento crucial, por exemplo, foi a controversa queda do regime de Milošević. Para setembro de 2000, foram agendadas eleições presidenciais na RFI, na quais Milošević teria como principal concorrente a Oposição Democrática da Sérvia (DOS, *Demokratska opozicija Srbije*) – um amplo agrupamento composto por liberais pró-ocidentais e nacionalistas conservadores. Naquele período, os EUA e a UE posicionavam-se abertamente de forma contrária a Milošević. Além da promessa de remoção de sanções, do início da integração euroatlântica e da concessão de volumoso auxílio financeiro ao país em caso de vitória

oposicionista, Washington e seus aliados europeus apoiaram e financiaram a oposição sérvia (ANTONIĆ, 2015, p.344-349, 391-394).

Na Rússia, era comum a percepção de que as potências ocidentais estavam em busca de ganhos geopolíticos em vez de atingir genuínos objetivos humanitários e democratizantes na região da ex-Iugoslávia ao longo dos anos 1990. Nesse sentido, autores como Arbatov (1999, p.214-215, 255-256), por exemplo, consideravam que a remoção de Milošević era um grande objetivo norte-americano ao longo de todos os anos 1990. Em linha com seus posicionamentos anteriores, os nacionalistas e comunistas russos também rotulavam a oposição iugoslava como lacaios ocidentais (HEADLEY, 2008, p.435-438).

Após o pleito, a oposição acusou o governo Milošević de fraudar os resultados em detrimento de Vojislav Koštunica, o nacionalista do Partido Democrático da Sérvia (DSS, *Demokratska stranka Srbije*) que concorreu como candidato do DOS. A coalizão oposicionista proclamou a vitória de Koštunica e, somada a outros setores da sociedade civil, mobilizou greves e manifestações contra o governo. Os crescentes protestos, somados ao apoio externo à oposição e à insubordinação a Milošević em parte significativa da polícia e das forças armadas, levaram, em cinco de outubro de 2000, à queda do regime inaugurado no início dos anos 1990 (ANTONIĆ, 2015, p. 344-394). A partir de então, foi lançada uma nova etapa na política externa sérvia. A chamada “integração euroatlântica”, que subtendia o ingresso à UE e, possivelmente, à OTAN, foi assumida como direcionamento externo pelas ex-forças oposicionistas que ascenderam ao poder na esteira da queda de Milošević (ĐUKANOVIĆ, 2016a, p.272; EJDUS, 2014, p.48; FILIMONOVIĆ, 2010, p.185; NOVAKOVIĆ, 2016, p.282).

Diante dos acontecimentos na RFI, a Rússia, conforme Headley (2008, p. 436-438), exibia traços do “dogma realista” e foi largamente reativa com respeito à postura ocidental, procurando agir de forma a se mostrar como uma potência independente, defensora do princípio da não intervenção em assuntos internos de outros Estados. Em meio à crise entre governo e oposição na Sérvia, Vladimir Putin, mencionando os laços históricos que ligavam russos e sérvios, tentou se apresentar como mediador entre Milošević e Koštunica. Já no dia seguinte ao cinco de outubro, Igor Ivanov viajou a Belgrado para mediar a transição de poder de Milošević para Koštunica, alegadamente tendo também oferecido asilo político ao primeiro na Rússia (ANTONIĆ, 2015, p.375-378).¹⁰⁶

¹⁰⁶ A suposta oferta foi rejeitada por Milošević, que permaneceu na Sérvia e foi extraditado para o Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (TPII) em Haia, na Holanda, em março de 2001. A Rússia, contudo,

No final das contas, a Rússia acabou reconhecendo a vitória oposicionista. Além do ímã econômico no setor energético (a RFI era uma compradora de gás russo e fonte de investimentos para projetos nesse campo), o governo russo estabeleceu boas relações especialmente com o nível federal de governo representado por Koštunica. Nesse sentido, a Rússia ofereceu-lhe apoio político na forma da reintegração do país à ONU, da qual a RFI fora suspensa no início dos anos 1990. A Rússia também inclinava-se a apoiar Koštunica em suas disputas com o pró-ocidental Zoran Đinđić, o líder do DOS pertencente ao Partido Democrático (DS, *Demokratska stranka*) que se tornou primeiro-ministro da Sérvia. Đinđić era favorável à cooperação com os norte-americanos na questão do julgamento de Milošević no Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (TPII), uma condição imposta por Washington para a concessão de ajuda econômica ao país. (BECHEV, 2017, p.56-57; HEADLEY, 2008, p.438-441).

A Rússia também continuou a defender a integridade territorial da RFI. Sobre o Kosovo, Moscou consistentemente cobrava a execução rígida das disposições da Resolução 1244 do CSNU e criticava as missões de segurança e administração internacionais. Estas eram acusadas pela Rússia de atuar efetivamente em prol da fragmentação territorial da Sérvia, por exemplo, via sua conivência com a limpeza étnica de sérvios e a atuação de milícias albanesas,¹⁰⁷ bem como pelos passos tomados em direção ao estabelecimento do autogoverno do Kosovo (HEADLEY, 2008, p.441-445). A importância da manutenção da integridade territorial da RFI, inclusive, foi mencionada no Conceito de Política Externa, documento oficial da política externa russa, do ano 2000 (RÚSSIA, 2000).

A unidade da RFI também era contestada fora do Kosovo. Na segunda metade dos anos 1990, o líder montenegrino Milo Đukanović procurou afastar-se de Milošević e perseguir um caminho pró-ocidental e de maior autonomia para sua república, que em 2006 viria a culminar com sua independência e separação da Sérvia.¹⁰⁸ Na época de Milošević, a Rússia, nesse sentido, tinha uma postura ambígua: pensando na sobrevivência de um “aliado” frente às potências ocidentais, Moscou defendia, por um lado, a integridade da RFI; do outro,

acabou se tornando o lar de sua família. A esposa e o filho de Milošević, bem como seu irmão Borislav, embaixador da RFI em Moscou de 1998 a 2001, passaram a viver na Rússia. O mencionado Veljko Kadijević, temendo processo no TPII, também se estabeleceu na Rússia em 2001, onde ficou até seu falecimento, em 2014. Em 2008, o ex-general iugoslavo recebeu cidadania russa (BECHEV, 2017, p.56, 255-256).

¹⁰⁷ Os próprios militares russos da KFOR chegaram a ser vítimas de ataques armados de grupos albaneses. A Rússia também alertava para a presença de tais milícias no sul da Sérvia, onde uma rebelião ganhou força em 2000-2001 nas áreas de população albanesa adjacentes ao Kosovo (HEADLEY, 2008, p.444-445).

¹⁰⁸ Em virtude de tal postura, Đukanović foi recompensado pelas potências ocidentais com a moderação dos bombardeios da OTAN ao Montenegro na Guerra do Kosovo (HEADLEY, 2008, p.431; MORRISON, 2018, p.95- 97).

apelava para o diálogo entre Sérvia e Montenegro, pois temia que a escalada de tensões levasse a um novo conflito responsável não só pela desintegração da RFI, como também por provocar novas e indesejadas tensões com a OTAN – que poderia novamente aspirar a intervir na região.¹⁰⁹ Após a queda de Milošević, a Rússia apoiou Koštunica em suas disputas com as lideranças e o secessionismo montenegrinos (HEADLEY, 2008, p.431-433, 440).

Tal atuação política da Rússia, contudo, contrastava com o reconhecimento tácito cada vez mais aberto do primado ocidental nos Balcãs, e conseqüentemente, dos limites práticos de envolvimento russo com a RFI/Sérvia. Na esteira do fim das guerras de desintegração da Iugoslávia dos anos 1990, os EUA deram seqüência ao seu protagonismo nos conflitos e tornaram-se a força dominante nos Balcãs, procurando transformar a região em uma espécie de esfera de influência “consorciada” gerida em conjunto com a UE e em grande medida chancelada pelas elites locais. Além do papel na estabilização pós-conflito na Sérvia/Kosovo, Bósnia e Herzegovina e Macedônia¹¹⁰ exercido por meio de missões militares, diversas iniciativas foram tomadas para aproximar e/ou absorver os países da região na OTAN, com adesão praticamente universal entre os países balcânicos. Gradualmente, tal aproximação passou a ser vista pelos líderes locais, por exemplo, como garantias de integridade territorial para seus países e um seguro contra novos conflitos (ĐUKANOVIĆ, 2016b, p.38-43, 85-99; ENTINA, 2018).

Nas palavras de Bechev (2017, p.181.Tradução nossa.), tal papel crucial do Ocidente é “A característica definidora da ordem de segurança no sudeste da Europa [...] uma diferença tanto com respeito ao antigo espaço soviético quanto ao Oriente Médio”. Em suas diferentes encarnações no século XXI, a Sérvia, como demonstra a mencionada mudança de direcionamento após a queda de Milošević, também não ficou de fora de tal processo - inclusive, também, por motivos de ordem prática referente à atuação da KFOR no Kosovo. Como parte da União Estatal de Sérvia e Montenegro, sucessora da RFI de 2003 a 2006, a Sérvia, por exemplo, assinou acordos de trânsito de tropas da OTAN para o Kosovo e de cooperação com a Guarda Nacional de Ohio norte-americana. Após a separação do

¹⁰⁹ O prospecto de uma guerra civil no Montenegro no final dos anos 1990 e início dos 2000 não era absurdo. As divisões entre os lados pró-autonomia x pró-união com a Sérvia na elite e na sociedade montenegrinas haviam crescido significativamente. Tais divisões manifestavam-se nas forças armadas, na polícia e em grupos paramilitares, fazendo elevar o risco de um conflito interno na época da Guerra do Kosovo. Em março de 2000, a cúpula da OTAN chegou a alertar Milošević para não provocar um conflito no Montenegro, ilustrando o tipo de temor sentido pela Rússia quanto às implicações de um eventual novo conflito (HEADLEY, 2008, p.431-433; MORRISON, 2018, p.69-81, 95-109).

¹¹⁰ Em 2001, uma rebelião albanesa estourou na Macedônia, quando novas missões da OTAN – desta vez, a convite do governo macedônio e com consentimento russo – foram enviadas para desarmar os rebeldes e encaminhar uma solução política pacífica para o conflito (HEADLEY, 2008, p.452-453).

Montenegro, a Sérvia ingressou na PFP em 2006, embora o documento de intenções enviado à OTAN no ano seguinte, em um ato precursor da neutralidade militar proclamada no final de 2007, não mencionasse o desejo de entrar na aliança (NOVAKOVIĆ, 2016, p.282-283).

Se, sob Yeltsin, a efetiva subordinação das tropas russas à OTAN nas missões internacionais na Bósnia e Herzegovina e no Kosovo já dava indicações da admissão dessa condição, tal percepção dos limites da influência russa continuou sob Putin. Mesmo quando, na esteira do conflito na Macedônia, Moscou tentou ligar os eventos nos Bálcãs aos da Chechênia e do entorno russo pela via do terrorismo – propondo uma frente comum com as potências ocidentais para combatê-lo -, a Rússia implicitamente reconhecia que a OTAN deveria tomar a responsabilidade para lidar com a situação nos Bálcãs. Numa época, como visto no capítulo 2, em que Putin buscou construir uma parceria com as potências ocidentais, a Rússia reagiu ao convite de ingresso estendido pela OTAN a Bulgária e Romênia, em 2002, de maneira contida e essencialmente retórica.¹¹¹ Da mesma maneira, sete anos depois – e em período de nova tentativa de aproximação com os EUA e a UE – a absorção de Albânia e Croácia não foi objeto de maiores tensões ou objeções por parte de Moscou (BECHEV, 2017, p.76, 99-102; HEADLEY, 2008, p.445-457; ZAGORSKY, 2017, p.66).

De maneira mais ressentida, e com consequências de maior impacto potencial para a Sérvia, tal reconhecimento veio também com a decisão de retirar as tropas russas das missões de paz na Bósnia e Herzegovina e no Kosovo, em 2003.¹¹² Uma vez que se via marginalizada e sem influência no processo decisório, a Rússia decidiu livrar-se dos custos de tal presença e canalizar seus recursos para áreas de interesse militar mais premente. Às lideranças em Belgrado, a Rússia teria justificado tal decisão pela ausência de interesses políticos e econômicos no Kosovo, bem como pela indisposição em ser cúmplice com o que considerava ser os maus rumos da região sob prevalência ocidental. Nesse sentido, Vladimir Putin admitia publicamente que a presença de tropas russas sem capacidade de influência efetiva privaria de sentido o envolvimento militar russo no Kosovo. O ceticismo quanto a um envolvimento militar russo na ex-Iugoslávia levando em conta, de modo geral, motivos como os elencados acima era expresso por setores das forças armadas russas já na ocasião do envio

¹¹¹ Bulgária e Romênia também ingressaram na UE em 2007.

¹¹² Naquele momento, havia 320 soldados russos no Kosovo (no início da missão, em 1999, eram cerca de 3000) e 650 na Bósnia e Herzegovina. Uma centena de oficiais de polícia russos, contudo, permaneceu no âmbito da missão internacional no Kosovo (BECHEV, 2017, p.258). Similarmente, na Bósnia e Herzegovina, a Rússia tomou parte na missão policial da UE lançada em 2003, embora com a contribuição mais modesta de apenas cinco – e posteriormente, ainda menos - membros (ZHURKIN, 2014, p.237). A comparação com o mencionado caso da Transnístria (ver nota de rodapé 33, página 51) é ilustrativa da diferença de abordagem entre os Bálcãs e o espaço pós-soviético.

de tropas de *peacekeeping* para a Croácia, em 1992 (HEADLEY, 2008, p.85-86, 138-140, 462; MILENKOVIĆ, 2013; NIKIFOROV, 2012, p.164).

A admissão da primazia ocidental nos Bálcãs ocorria, também, com respeito à presença da UE. Em 2003, o bloco europeu, nas palavras de Bechev (2017, p.54. Tradução nossa), “assumiu a responsabilidade pelos ‘Bálcãs Ocidentais’ dos EUA”. Naquele ano, a UE prometeu, na cúpula de Salônica (Grécia), que todos os países da região seriam incorporados no bloco em troca de reformas políticas e econômicas e de esforços de reconciliação entre si. Para a Rússia, conforme este mesmo autor, a presença de uma UE expandida nos Bálcãs dificilmente desafiava os interesses de segurança vitais russos, uma vez que Moscou deslocava suas atenções para outros teatros mais próximos de suas fronteiras (BECHEV, 2017, p.55). Nesse sentido, escrevendo ainda no final dos anos 1990, mas com reflexão que se provaria consistente com a situação futura, Kandel (1999, p.77) afirma que a estabilização da região seria um elemento importante para a presença econômica russa, primariamente no que diz respeito às exportações de gás e petróleo. Além disso, os Bálcãs ganhariam importância para a Rússia no contexto das disputas por rotas de trânsito de gás e petróleo da bacia do Mar Cáspio – mas, ainda assim, como um eixo de menor interesse em comparação com outros parceiros e competidores, como as potências ocidentais, os países do espaço pós-soviético, a Turquia e o Irã.

A assimilação dessa abordagem inseria-se na tendência mais ampla da política externa de Putin em calibrar, como vimos no capítulo 2, os interesses e capacidades da Rússia, atribuindo maior ênfase à atuação diplomática e econômica como fontes de poder e influência para o país. Nesse último sentido, no início dos anos 2000, o capital russo – privado ou com participação estatal, uma distinção nem sempre clara no país - buscou elevar sua presença nos Bálcãs, atuando primariamente no setor energético - seja em busca de contratos de fornecimento de gás e petróleo para os Estados balcânicos, seja na sua inclusão nas rotas de trânsito de energia para os grandes mercados da Europa ocidental. Um aspecto característico dessa tendência era a busca pela interação com o máximo possível de países balcânicos, evidenciando uma lógica tipicamente capitalista. Empresas russas também penetraram em setores como telecomunicações e indústria pesada, e o comércio bilateral com os países da região aumentou sensivelmente na década de 2000 (HEADLEY, 2008, p.463-467).¹¹³

¹¹³ Para um apanhado das relações econômicas da Rússia com os países dos Bálcãs (e do restante do chamado sudeste europeu) a partir dos anos 2000, ver Bechev (2017).

Desde o início dos anos 2000, a Sérvia também se encaixou como exemplo de tal abordagem. No campo econômico, ainda em agosto de 2000, Rússia e RFI assinaram acordo de livre comércio parcial que continua vigente até hoje para a Sérvia (SIMIĆ, 2014, p.22).¹¹⁴ No que tange a investimentos, apesar de um ambiente ainda relativamente fechado em virtude da faceta pró-ocidental nos governos pós-Milošević,¹¹⁵ acordos bilaterais no campo energético foram selados já em 2003, ano em que a petrolífera russa Lukoil adquiriu ações em uma das principais distribuidoras de petróleo da Sérvia. Tal cooperação econômica frequentemente andava de mãos dadas com laços políticos: Koštunica e o DSS, por exemplo, abriram as portas para novos investimentos e aquisições russas no setor de gás, atuando como intermediários no setor entre Belgrado e Moscou (BECHEV, 2017, p.55).

4.2. As negociações de *status* do Kosovo e a expansão energética: a “volta” da Rússia, via Sérvia, aos Bálcãs ?

A segunda metade da primeira década do século XXI trouxe novas oportunidades e projetos de atuação política e econômica da Rússia nos Bálcãs. No primeiro sentido, destacam-se as discussões sobre o status final do Kosovo no âmbito da ONU, que colocaram Moscou no centro de uma questão regional com implicações globais.¹¹⁶

Ao invocar a norma da integridade territorial contra as potências ocidentais, a Rússia emergiu como uma espécie de protetora da Sérvia, cujos líderes – fossem os pró-ocidentais do DS, como o então presidente sérvio Boris Tadić, ou os mais nacionalistas do DSS, como o primeiro-ministro Koštunica – conscientemente convergiram no sentido de buscar apoio em Moscou, trazendo a Rússia, à diferença do que ocorria nos anos 1990 e início dos 2000, para o centro da política externa sérvia (BECHEV, 2017, p.58-62).

¹¹⁴ O acordo, estendido em protocolo de 2011, vale para bens com no mínimo 51% de produção local na Sérvia. Ele não cobre, contudo, alguns dos importantes itens da economia sérvia, como parte da produção agrícola e de automóveis (BECHEV, 2017, p.66-67; SIMIĆ, 2014, p.22).

¹¹⁵ O autor sérvio Miša Đurković (2012, p.6,13) destaca que a política econômica sérvia nos anos 2000 (em sua maior parte) foi dirigida pelo G17, um partido antirruso que executou a agenda favorecida pelas potências ocidentais. Nesse sentido, Đurković destaca que o capital russo foi deliberadamente desencorajado de investir na Sérvia exatamente na época em que as coalizões governamentais eram compostas pelo DSS. Argumentação similar, como vimos na introdução, é encontrada em Milenković (2012a, p.5-6), que atribui tal fato a um fatalismo das elites sérvias sobre a escolha entre a cooperação com o Ocidente ou a Rússia.

¹¹⁶ Em virtude da importância e das relações desse tema para a formação da neutralidade sérvia e para as possibilidades de aliança da Rússia com a Sérvia, este tema será abordado de maneira mais detida no próximo capítulo – cabendo, por ora, um relato mais resumido sobre os desdobramentos deste e de outros assuntos mais diretamente relacionados à neutralidade sérvia, como a cooperação militar.

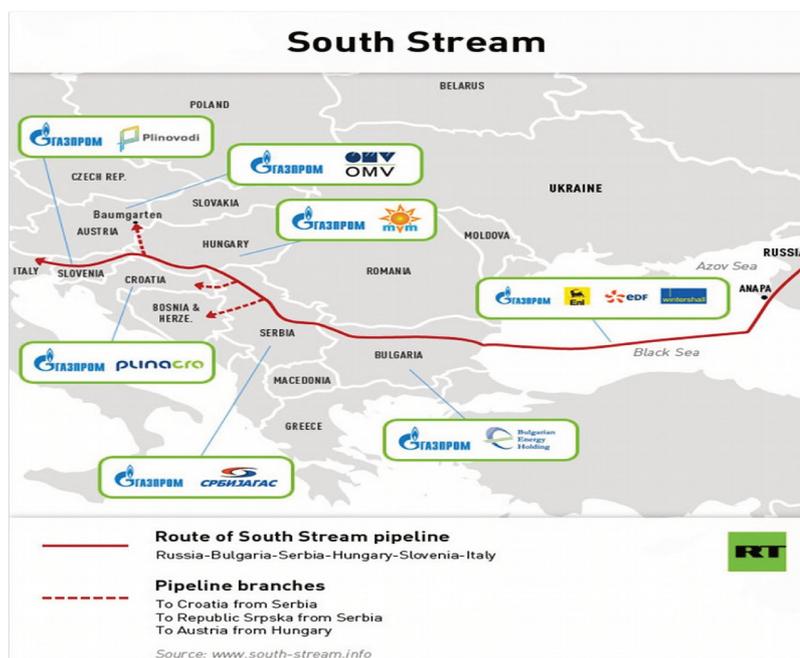
O grande salto na cooperação econômica russo-sérvia também aconteceu exatamente no contexto da aproximação em torno da questão do Kosovo. Em janeiro de 2008, às vésperas da declaração de independência do Kosovo, os governos russo e sérvio encaminharam a venda de maioria acionária e de ativos da companhia petrolífera estatal sérvia NIS para a Gazpromneft, subsidiária da Gazprom russa. Em troca, a empresa russa se comprometeu a realizar novos investimentos na Sérvia e a incluir o país balcânico no projeto de gasoduto *South Stream*, o principal projeto econômico russo nos Bálcãs no século XXI – ao qual Putin, como presidente e primeiro-ministro, devotou largos esforços. Em virtude das vantagens obtidas pela Rússia, como o valor notoriamente abaixo da avaliação da NIS e a maioria acionária obtida no consórcio de construção do *South Stream*, o acordo foi largamente visto como uma barganha política no contexto da aproximação russo-sérvia sobre o Kosovo.¹¹⁷ De maneira similar ao que ocorria com Koštunica e o DSS, o setor de gás sérvio, a partir de 2008, ficou nas mãos do Partido Socialista da Sérvia (SPS, *Socijalistička partija Srbije*), partido de Slobodan Milošević e Ivica Dačić, que além da maior inclinação a cooperar com a Rússia, possuía conexões com o *establishment* político da Rússia (BECHEV, 2017, p.64-66, 207, 215; ĐURKOVIĆ, 2012, p.13-14; LOBANOV, 2016, p.232; RELJIĆ, 2009a, p.28).¹¹⁸ Ainda no que tange ao campo econômico, o referido acordo de livre comércio da era Milošević foi expandido em 2011 (ĐUKIĆ; VARGA, 2017).

Nas palavras de Bechev (2017, p.207. Tradução nossa.), “O *South Stream* sinalizou o zênite da influência russa no sudeste da Europa”. Em consonância com o argumento de Kandel trazido na seção anterior, foi por essa via, inclusive, que os Bálcãs foram classificados como região de interesse estratégico para a Rússia no Conceito de Política Externa de 2013 (RÚSSIA, 2013a).¹¹⁹ De maneira similar, Nikiforov (2012, p.166) vê nos projetos energéticos russos um dos indicadores – além da perene memória social sobre a proximidade com os eslavos ortodoxos - de que o interesse russo pelos Bálcãs, enquanto região estrategicamente importante para a Rússia, nunca desapareceu.

¹¹⁷ As ações da NIS foram vendidas por 400 milhões de euros, ao passo que o valor estimado da empresa, de acordo com relatório publicado posteriormente pelo próprio governo da Sérvia, era de cerca de 3 bilhões. Quanto ao *South Stream*, a Sérvia foi o único país que concedeu 51% das ações do consórcio à Gazprom, enquanto que todos os outros países restantes envolvidos com o projeto acertaram uma divisão de 50%-50% com a empresa russa (BECHEV, 2017, p.65-66, 260).

¹¹⁸ O SPS surgiu como herdeiro do SKS em 1990.

¹¹⁹ O que não significa, contudo, que a atuação russa na área fosse/seja plenamente regida por uma lógica geopolítica rigidamente competitiva com outros países. O *South Stream* e outros projetos da Gazprom contavam, por exemplo, com participação de grandes empresas de energia de Alemanha, França e Itália (BECHEV, 2017, p.205-207).

Mapa 8 – Rota projetada do gasoduto *South Stream*

Fonte: Europe ... (2016).

Diante desse contexto, ao redor de 2008/2009, oficiais sérvios e russos reiteravam o estabelecimento de uma parceria estratégica entre os dois países, atestada, além dos elementos mencionados acima, por contatos em alto nível (em outubro de 2009, por exemplo, Dmitri Medvedev realizou visita à Sérvia) e pela coordenação de posições em diferentes assuntos internacionais. Como dito na introdução deste trabalho, na mesma época, a Sérvia não se alinhou à política comum da UE com respeito ao conflito Rússia-Geórgia e suas consequências (PETROVIĆ, 2010a, p.25). Na formulação do então presidente sérvio Boris Tadić, a Rússia, enquanto defensora da integridade territorial sérvia no Kosovo, consolidou-se como um dos quatro pilares da política externa do país balcânico – ao lado dos EUA, da UE e da China (JANJIĆ; BUJOŠEVIĆ, 2009).

Para além do discurso, contudo, os limites de tal parceria gradualmente se revelariam, especialmente quando posta em perspectiva com o relacionamento da Sérvia com as potências ocidentais e as estruturas euroatlânticas. Quanto ao Kosovo, o mote principal da nova aproximação russo-sérvia, as esperanças dos dois lados foram frustradas com a declaração unilateral de independência da província, em fevereiro de 2008, apoiada pelos EUA e a quase totalidade dos membros da UE.¹²⁰ Esforços diplomáticos sérvios, apoiados

¹²⁰ Nesse sentido, é importante lembrar que, dois anos antes, outra fragmentação territorial envolvendo a Sérvia – desta vez, consentida – havia ocorrido. Após referendo em maio, o Montenegro de Milo Đukanović declarou, em junho de 2006, sua independência, reconhecida, em seguida, pela Rússia. Em que pese a menciona-

pela Rússia, de reabrir essa questão na Corte Internacional de Justiça (CIJ), fracassaram quando, dois anos depois, o veredicto do tribunal não enxergou ilegalidade na declaração de independência. Após isso, ainda em 2010, em uma iniciativa com participação da própria Sérvia, negociações sobre o Kosovo foram transferidas do âmbito direto da ONU, onde a Rússia dispõe de poder de veto, para a alçada da UE, diminuindo a capacidade de influência russa sobre a questão. Tais negociações sob mediação do bloco europeu tiveram início em 2011 (ADOPTING ..., 2010; BECHEV, 2017, p.61-64).

Expectativas de maior aproximação entre Rússia e Sérvia surgiram com a chegada do Partido Progressista Sérvio (SNS, *Srpska napredna stranka*) ao poder. O partido é liderado por Aleksandar Vučić e Tomislav Nikolić, que até 2008 foram próximos colaboradores do controverso russófilo ultranacionalista Vojislav Šešelj no SRS. Em virtude das inclinações à cooperação com a UE e os EUA por parte de seus líderes, o SNS surgiu em 2008 como uma dissidência do SRS e ascendeu na cena eleitoral sérvia com beneplácito ocidental (BOCHSLER, 2010, p.110-113; PRIBIĆEVIĆ, 2011, p. 141-143; TRAPARA, 2016a, p.214).¹²¹ Por outro lado, como se verá no próximo capítulo, o partido complementava as “credenciais” do passado nacionalista e russófilo de Nikolić e Vučić¹²² com promessas de maior cooperação com a Rússia e a afirmação da neutralidade sérvia (PARTIDO PROGRESSISTA SÉRVIO, 2011). A exemplo do DSS e do SRS, mencionado por Đurković (2012, p.13-14) como o partido sérvio com melhores conexões na Rússia – ao lado do SPS – o SNS também possuía laços na Rússia, como um acordo de cooperação com o Rússia Unida, o maior partido do país e uma das bases de apoio a Vladimir Putin (que por ele concorreu à presidência russa em 2012). O SNS ganhou as eleições parlamentares e presidenciais (com

da postura de defesa da integridade da RFI, a Rússia havia desenvolvido contatos com Đukanović desde o final dos anos 1990. Nos anos 2000, além da abertura de um consulado em Podgorica, a capital montenegrina, a Rússia também elevou seus laços com o Montenegro por via de investimentos de seus cidadãos no mercado imobiliário e do grande fluxo de turistas russos para a ex-república iugoslava. O magnata russo Oleg Deripaska, tido como próximo a Putin, adquiriu em 2005 a empresa montenegrina de alumínio responsável por 20% do PIB e 80% das exportações do Montenegro (BECHEV, 2017, p.68-69; HEADLEY, 2008, p.431-432). O referido Miša Đurković (2012, p.20), expoente da intelectualidade nacionalista conservadora na Sérvia, queixa-se de que a Rússia, por meio principalmente da entrada de capital russo no setor imobiliário da costa montenegrina, indiretamente viabilizou a independência do Montenegro. Na visão do autor, a entrada desses recursos elevou o padrão de vida local sob um governo separatista, indiretamente dando legitimidade e uma base financeira para a campanha de referendo sobre a secessão.

¹²¹ Informações dos bastidores dão conta de que o próprio Boris Tadić e a cúpula do DS teriam buscado deliberadamente estimular o cisma no SRS – o principal rival do DS nas eleições de 2008 - com vistas a elevar a fatia “pró-europeia” do eleitorado sérvio (RUDIĆ, 2014). Desde então, o SRS entrou em aguda decadência eleitoral com a perda de votos e quadros para o SNS. Đurković (2012, p.13) considera que o acordo de cooperação entre o SNS e o Rússia Unida servia mais como instrumento de propaganda para o eleitorado sérvio, e que os representantes do partido, como Nikolić, não gozavam de “confiança excessiva” dos russos.

¹²² Vučić também havia sido ministro da informação no governo de Slobodan Milošević na época da Guerra do Kosovo, fato que constituía mais um atributo de sua bagagem nacionalista.

Nikolić sobre Tadić) em 2012, e formou coalizões com o SPS. Já no ano seguinte, foi sob o governo liderado pelo SNS que se formalizou a assinatura da declaração de parceria estratégica entre Rússia e Sérvia.

Por outro lado, os governos do SNS deram continuidade ao processo de “normalização” das relações com o Kosovo, uma exigência da UE para a admissão de ambos, iniciado sob o governo liberado pelo DS em 2011. Em 2013, a Sérvia chegou até mesmo a aceitar, pelo Acordo de Bruxelas de 2013, a operação do sistema legal kosovar em todo o território do Kosovo – inclusive, na região norte, que desde a declaração de independência funcionava, em grande medida, de forma independente de Priština e integrada à Sérvia.¹²³ Para as relações russo-sérvias, essas negociações trouxeram um outro elemento bastante indicativo sobre quem as lideranças em Belgrado passaram a enxergar como responsáveis imediatos pela segurança da população sérvia no Kosovo: foi a Sérvia quem, no contexto do Acordo de Bruxelas, insistiu que a OTAN atuasse como garante da segurança no norte do Kosovo (ĐUKANOVIĆ, 2013, p.373).¹²⁴

Mesmo após a chegada ao poder do SNS, tentativas de atração do capital russo para a Sérvia acabaram não trazendo resultados expressivos. A Rússia não assumiu posição similar à alcançada no campo energético em outros setores relevantes da economia sérvia. Na parte financeira, por exemplo, grandes bancos russos como o Sberbank e VTB ingressaram no mercado sérvio no início dos anos 2010, porém vindo a ocupar posições marginais no país. Empresas russas não participaram de leilões de ativos estratégicos como as empresas de telecomunicação e aviação sérvias (esta última, vendida a uma empresa dos Emirados Árabes Unidos). Similarmente, planos para aquisições e investimentos nos setores de energia elétrica e atômica acabaram não se concretizando. No campo siderúrgico/metalúrgico, por sua vez, embora empresas russas operem na Sérvia, o maior conglomerado produtor de aço local foi vendido não à empresa russa que havia manifestado interesse em sua aquisição, e sim a uma

¹²³ Nos anos subsequentes ao Acordo de Bruxelas, houve significativos avanços formais na extensão do sistema de Priština ao norte do Kosovo, inclusive em áreas cruciais como a polícia e o judiciário (EMINI; STAKIĆ, 2018). Por outro lado, a Sérvia continuou a exercer significativa influência política nessa região por meio da manutenção de parte de suas instituições e de estruturas de poder formais e informais. Nesse sentido, o alcance efetivo da autoridade das instituições kosovares permaneceu, em medida significativa, limitado no cotidiano da região (CAPUSSELA, 2018; LOXHA, 2019; ROSSI, 2018; ZUPANČIĆ, 2018). No capítulo seguinte, mais será falado sobre a questão do norte do Kosovo e suas conexões com a Rússia.

¹²⁴ A OTAN/KFOR assumiu a responsabilidade de autorizar ou não a operação da Força de Segurança do Kosovo (FSK), o então protoexército kosovar, na região. De acordo com a Sérvia, os representantes sérvios no norte do Kosovo também teriam que conferir tal autorização, que também existiria, conforme oficiais do governo sérvio, para unidades especiais de polícia do Kosovo (BEZ ..., 2013; DAČIĆ: NATO ..., 2018; SITUACIJA, 2018 ...; TUHINA, 2019).

estatal chinesa. Um exceção notável a essa tendência de concentração no setor energético, contudo, aconteceu no setor de transportes e infraestrutura. Em 2010, acordo bilateral concedeu à estatal russa RZhD a modernização da malha ferroviária da Sérvia, que, embora com significativos avanços, tem enfrentado, por outro lado, dificuldades de implementação (BECHEV, 2017, p.66-67; ENTINA, 2016, p.19-20; LOBANOV, 2016, p.249; SAMORUKOV, 2017, p.8-10).¹²⁵

Diante desse quadro, Đurković (2012) enfatiza que a Sérvia não figurou, nem na política oficial, nem no grosso das reflexões da intelectualidade analítica da política externa russa, como uma prioridade para Moscou. Um indicativo nesse sentido seria a deficiência de conexões econômicas e sociais na Sérvia – muito inferiores, como ressaltou o autor, às cultivadas pelas potências ocidentais, que estabeleceram grande influência não só sobre a classe política e o aparelho estatal (incluindo o de segurança) da Sérvia,¹²⁶ mas também sobre sua sociedade civil de forma geral, aproveitando-se do chamado “*soft power*” - isto é, via meios de comunicação, atuação de ONGs, financiamento de organizações, etc. Ao contrário das potências ocidentais, a Rússia, à época desta reflexão de Đurković, não havia desenvolvido tal tipo de capilaridade social, restringindo-se predominantemente a atuar junto aos tomadores de decisão sérvios. A presença midiática russa também era bastante tímida.

¹²⁵ Falando estritamente em termos de capilaridade e diversidade de investimentos, pode-se falar também em certa limitação da presença do capital sérvio na Rússia. Entina (2016, p.20-21) destaca que, em 2013, investimentos sérvios na Rússia acumulavam 500 milhões de euros. Đurković (2012, p.13,15,17) destaca ligações comerciais e operacionais de certos grupos sérvios na Rússia, particularmente o do político e ex-membro do DSS Nenad Popović, tido como um indivíduo com importantes contatos políticos na Rússia. Por outro lado, Đurković resalta que os principais magnatas sérvios não possuíam laços significativos na Rússia – ao contrário, uma vez que tinham inclinações pró-ocidentais, dificultaram, conforme este autor, a entrada do capital russo na Sérvia e tinham relações predominantemente negativas com a Rússia.

¹²⁶ Nesse sentido, Vrzić (2011), por exemplo, elenca diversas ocasiões em que as potências ocidentais, particularmente os EUA, interferiram em questões da política doméstica sérvia. Houve, por exemplo, casos de pressões pela nomeação de chefe de Estado maior das forças armadas sérvias e pela formação de coalizões de governo, bem como financiamento de partidos políticos alinhados à agenda ocidental. No mesmo sentido, Trapara (2016a, p.208-212) também destaca a pervasiva influência ocidental na dinâmica política doméstica da Sérvia em aspectos como a definição de quadros governantes; a “chantagem” do eleitorado sérvio, isto é, a sinalização de benefícios para o país em caso de vitórias eleitorais de partidos alinhados com os interesses ocidentais; e a autocensura praticada nos principais meios de comunicação sérvios com respeito a críticas às potências ocidentais. Conforme relatos da mídia sérvia, o SNS, por exemplo, também foi alvo de investidas norte-americanas para a formação de uma coalizão que desse continuidade às negociações com o Kosovo lançadas em 2011 (SAD NE ... , 2012). Em uma leitura próxima da interpretação dos setores mais nacionalistas e russófilos na Sérvia, o jurista sérvio-montenegrino Dejan Mirović, ex-deputado pelo SRS, em recente livro sobre a russofobia entre os sérvios, chega a falar em uma “elite russófoba” (composta por políticos, analistas, intelectuais, meios de comunicação, etc), distinta do “povo pró-russo” na Sérvia contemporânea. Distinções nesse sentido, conforme o autor, também estariam presentes em outros períodos históricos, sendo percebidas inclusive por destacados intelectuais russos como Fiodor Dostoyevsky e Nikolai Danilevsky (MIROVIĆ, 2017, p.25-42).

Assim como no período 2008-2009, o novo ambiente de tensões na Europa ocasionado pelos eventos na Ucrânia suscitou uma nova onda de atenção para os laços russo-sérvios em meio à acirrada rivalidade de potências a que se fez referência no segundo capítulo deste trabalho. De destaque, nesse sentido, certamente é a área militar, assunto ao qual devotaremos maior atenção no próximo capítulo. Com base em um acordo de cooperação militar celebrado no final de 2013, Rússia e Sérvia deram início, em 2014, a treinamentos conjuntos de suas forças armadas com frequência regular. Houve, também, crescimento nas transferências de armamentos da Rússia para a Sérvia (BECHEV, 2017, p.188-189; ENTINA, 2016, p.18; LOBANOV, 2016, p.254). Mesmo com as referidas concessões do governo sérvio quanto ao Kosovo, a Rússia também continuou a exercer o papel de defensora da posição sérvia nas tentativas de bloquear o ingresso do Kosovo em determinadas organizações internacionais. O apoio russo fez-se concreto na bastante publicizada ocasião da votação sobre a entrada do Kosovo na UNESCO, em novembro de 2015 (IRISH, 2015). Meses antes, no mesmo ano, outra ocasião de coordenação entre Rússia e Sérvia que chamou bastante atenção regional e internacional foi o veto russo a uma proposta de resolução levada pelo Reino Unido ao CSNU que classificava como genocídio o massacre de Srebrenica (Bósnia e Herzegovina), cometido pelas forças da República Sérvia contra bosníacos em julho de 1995 (RUSSIA VETOES ..., 2015).

Na época desta última votação, o então presidente sérvio Tomislav Nikolić escreveu carta pessoal a Vladimir Putin solicitando ao líder russo o uso do veto para evitar um ato que por, na visão de Nikolić, condenar somente os sérvios por um crime de tal natureza, levaria os Balcãs “à beira de uma nova guerra” (CEROVINA, 2015; LOBANOV, 2016, p.242-243).¹²⁷ Por fim, um outro elemento de destaque no envolvimento russo com a Sérvia nesse período, em certa medida novo e que se distancia do âmbito estritamente interestatal/intergovernamental, foi a elevação do esforço de disseminar uma narrativa pró-russa no debate público no país balcânico, lançando mão, por exemplo, de agências de comunicação estatais como a Sputnik (BECHEV, 2017, p.227-231; LASHERAS; TCHERNEVA; WESSLAU, 2016, p.9).

¹²⁷ Um evento relacionado à votação sobre Srebrenica é ilustrativo do quanto o assunto tomou a atenção da região da ex-Iugoslávia e como, ao agir em ambientes como o CSNU, a Rússia pode influir sobre o ambiente político local/regional. Na solenidade realizada em Srebrenica para os vinte anos dos acontecimentos de 1995, Aleksandar Vučić, na época primeiro-ministro da Sérvia, foi fisicamente atacado com calçados e garrafas atirados pelo público presente (DŽIZDIĆ; PANIC, 2015).

É preciso salientar, contudo, que tal movimento em direção à afirmação da presença e da influência da Rússia na Sérvia e no restante dos Bálcãs nesse período não abalou os referidos elementos estruturais que constroem a articulação de Moscou com Belgrado. Apesar de não aderir às sanções ocidentais antirussas, que poderiam redirecionar comércio e investimentos da Rússia para a Sérvia, o país balcânico viu seu comércio exterior e o fluxo de investimentos estrangeiros permanecerem fortemente pendentes para a UE. Em 2013, isto é, o último ano anterior às sanções, as importações russas constituíam 7,2% do total dos bens vendidos pela Sérvia, ao passo que em 2016 caíram para 5,3%. As exportações russas para a Sérvia, por sua vez, variaram de 9,2% a 7,8%. Já as importações e exportações da Sérvia para a UE, no mesmo período, giraram ao redor de dois terços do total sérvio. Em 2017, por fim, a UE foi responsável por 64,5% do comércio exterior sérvio, ao passo que à Rússia correspondeu o percentual de 6,7% (COMISSÃO EUROPEIA, 2018a; SAMORUKOV, 2017, p.10). Do lado russo, a Sérvia, de 2010 a 2018, figurou, em média, como o 48º maior parceiro comercial, responsável por 0,28% do total do comércio russo. Também em média, a Sérvia correspondeu, no mesmo período, a 0,22% das exportações e 0,39% das importações russas (DYNAMICS ..., 2018; RUSSIAN TRADE ... , 2019). Em 2011, o acordo de livre comércio da era Milošević foi harmonizado com a União Aduaneira de Belarus, Rússia e Cazaquistão. Em 2016, negociações foram iniciadas para estender o acordo de livre comércio russo-sérvio para toda a UEE. Sua continuidade, contudo, é incerta, pois ele deve ser anulado se a Sérvia entrar na UE (ĐURIĆ, 2016; ĐUKIĆ; VARGA, 2017; EVROAZIJSKA, 2016 ...).

No que diz respeito a investimentos líquidos, a Rússia, à exceção do pico de 30% referente aos investimentos iniciais na NIS em 2009, teve cifras variando de 1% a 5% no período subsequente, ao passo que a UE foi responsável por 70%-80% (SAMORUKOV, 2017, p.9). Vale ressaltar que a pauta econômica russo-sérvia continuou excessivamente concentrada no setor energético, tendo os combustíveis minerais, e o gás natural especificamente, como principais produtos de exportação da Rússia para a Sérvia.¹²⁸ Nesse sentido, o cancelamento do *South Stream*, em 2014, prejudicou seriamente a posição econômica da Rússia nos Bálcãs. O malogro do grande projeto russo na região, além de privar

¹²⁸ De 2010 a 2018, a partir de dados do serviço alfandegário russo, conclui-se que os combustíveis minerais corresponderam em média a aproximadamente 53,9% do total de exportações russas para a Sérvia. Apesar da permanência de tal concentração, percebe-se uma tendência decrescente no período: de ao redor de 70%, em 2010 e 2011, a pouco mais de 50%, em 2018. Em termos absolutos, a receita média das exportações russas desse gênero para a Sérvia no período foi de cerca de 490 milhões de dólares, com picos de 614 e 734 milhões, respectivamente, em 2010 e 2011 (DYNAMICS ... , 2018; RUSSIAN TRADE ... , 2019).

a Sérvia de uma importante fonte de renda projetada com as receitas do trânsito de gás, fez o país balcânico pensar em novas alternativas de fornecimento. Tentativas de manutenção desse eixo da parceria energética russo-sérvia tiveram continuidade nas discussões sobre o gasoduto *Turkish Stream*, visto como alternativa ao *South Stream* (KANDEL, 2018, p.52; LOBANOV, 2016, p.250-253; SAMORUKOV, 2017).¹²⁹

Já a elevação da cooperação militar russo-sérvia coexistiu com a crescente cooperação da Sérvia com a OTAN. Em 2015, por exemplo, entrou em vigor um Plano de Ação de Parceria Individual (IPAP, *Individual Partnership Action Plan*) entre a Sérvia e a aliança, considerado a modalidade que permite o mais elevado nível de cooperação com a aliança para um país que não deseja ingressar nela. Em anos recentes, o número de exercícios militares da Sérvia com a OTAN e seus países membro superou por um fator de dez vezes as atividades desse tipo conduzidas com a Rússia. É com a OTAN e seus Estados, por fim, que a Sérvia conduziu a reforma de suas forças armadas e com quem seus oficiais mantém contatos mais frequentes (BECHEV, 2017, p.190; ENTINA; PIVOVARENKO; NOVAKOVIĆ, 2018, p.21 ĐUKANOVIĆ, 2016a, p. 277; PIVOVARENKO, 2018; SAMORUKOV, 2017, p.10-13; TRAPARA, 2016a, p. 211).

Tendo em vista esse quadro geral, Kandel (2008) e Reljić (2009b, p.23-25) destacam que mesmo o “retorno da Rússia” aos Bálcãs articulado com a Sérvia em 2008-2009 não dava sinais de um questionamento mais amplo da primazia da OTAN e da UE na região. A Rússia não pensava, por exemplo, em constituir uma espécie de bloco alternativo para os Bálcãs. Pelo contrário, como ressaltou Kandel (2008), naquela época, desde o ponto de vista de Moscou, o “futuro europeu” da região era considerado uma virtude em termos de possibilidades de exploração econômica e de harmonização de interesses da Rússia com a UE – desde que esta última levasse em conta, evidentemente, os interesses russos.

Houve, é verdade, ocasiões como a reação da Rússia ao processo de entrada do Montenegro na OTAN, em 2015-2017, que poderia apontar para uma mudança nesse sentido. A Rússia abraçou, política e midiaticamente (e, talvez, financeiramente) parte da oposição pró-russa montenegrina, que em 2015, por exemplo, agitou a pauta anti-OTAN nos protestos contra o governo pró-ocidental de Milo Đukanović. Em seguida, às vésperas da eleição

¹²⁹ Cerca de 80% do gás (e 70% do petróleo cru) consumidos na Sérvia são provenientes da Rússia. O peso de tal relação de dependência, contudo, deve ser ponderado. De um lado, somente 12% da matriz energética sérvia é proveniente do gás. Por outro, os setores econômicos que dele se alimentam são de grande relevância: o aquecimento urbano e o setor industrial (BECHEV, 2017, p.201, 218, 279; SAMORUKOV, 2017, p.10).

parlamentar montenegrina de 2016, o governo montenegrino afirmou ter frustrado uma suposta tentativa de golpe de Estado pró-russo – que incluiria até mesmo, conforme a acusação governista, o assassinato de Đukanović. Ainda segundo o governo montenegrino, cidadãos russos ligados aos órgãos de segurança da Rússia seriam protagonistas no esquema, embora a acusação, de forma geral, padeça de uma série de aspectos problemáticos.¹³⁰ No ano seguinte, contudo, o Montenegro ingressou na OTAN sem que a Rússia – para além das contra-sanções de praxe - explorasse a alta dependência econômica que o país balcânico tem de Moscou para retaliar a decisão (BECHEV, 2018, p.8-13; SAMORUKOV, 2017, p.17-29). O contraste é chamativo, por exemplo, em comparação com as retaliações russas aplicadas a países como Geórgia, Moldova e Ucrânia, ou, em uma situação similar (em termos de elevação de tensões), àquela desferida à Turquia na esteira da derrubada, em 2015, do caça russo que operava na Síria.

A reação russa à concretização da entrada do Montenegro na OTAN é um indicativo de que, muito embora as relações da Rússia com as potências ocidentais tenham se deteriorado e feito Moscou assumir um comportamento, de fato, mais assertivo, isso não necessariamente significou uma mudança, em última instância, na essência de como a Rússia enxerga sua inserção nos Bálcãs. Isto vale, também, para o caso da Sérvia. Como destacou Samorukov (2017, p.8,17) e visto nesta seção, os rumos das relações russo-sérvias continuaram seguindo, em grande medida, os parâmetros e o alcance lançados em 2008-2009 (a cooperação energética e a questão do Kosovo) em meio à elevação dos laços da Sérvia com as estruturas euroatlânticas - o que não contradiz as concepções de esferas de influência ainda hoje prevalentes em Moscou.

Nesse sentido, Trapara (2016a, p.204-216) destaca o caráter “finlandizado” da Sérvia, i.e., sua semelhança com a posição da Finlândia neutra durante a Guerra Fria. Assim como o país do norte europeu, a Sérvia viu-se como um Estado pequeno inserido na esfera de influência de uma grande potência que é contrária a seus principais interesses nacionais: os EUA. Washington (e seus principais aliados europeus), por exemplo, tem atuado pela extensão do reconhecimento internacional da independência do Kosovo, a ser coroado pela

¹³⁰ Bechev (2018, p.10-12) e Samorukov (2017, p.23-25), levando em conta sérias inconsistências da acusação oficial e no comportamento das autoridades montenegrinas à época dos eventos de 2016 e na posterior condução do processo judicial, apontam para a dubiedade da narrativa avançada pelo governo montenegrino. Por outro lado, parte da evidência apresentada, de fato, aponta para o envolvimento de cidadãos russos possivelmente conectados com as estruturas de segurança da Rússia. Contudo, elementos como o desfecho da suposta conspiração e as reações dos governos russo e montenegrino indicam que a trama, mais provavelmente, se deu sem a chancela do Kremlin.

entrada deste último na ONU – algo que os governos sérvios desde 2008 não se dispuseram a aceitar. Além da questão do Kosovo, os EUA têm atuado pela diminuição da autonomia da República Sérvia na Bósnia e Herzegovina, algo que, na visão do autor, também contraria o interesse nacional da Sérvia e sua posição como garante do acordo de paz que pôs fim à guerra no país vizinho. Por fim, os norte-americanos e seus aliados europeus difundem a narrativa do papel negativo da Sérvia e dos sérvios enquanto responsáveis e principais malfeitores nas guerras de desintegração da Iugoslávia nos anos 1990.¹³¹

Adiante no argumento de Trapara, se tais fatores tornam o alinhamento irrestrito da Sérvia com as potências ocidentais antitético à consecução dos interesses nacionais do país, assumir uma postura completamente desafiadora da esfera de influência dos EUA – inclinando-se, por exemplo, a uma aliança com a Rússia, uma potência rival dos norte-americanos – atrairia severa retaliação da OTAN. Diante dessas circunstâncias, a solução encontrada pelas lideranças sérvias no século XXI tem sido um *modus vivendi*. De um lado, a submissão parcial aos interesses das potências ocidentais para angariar a confiança destas últimas, ilustrada, por exemplo, pelas referidas concessões quanto ao Kosovo; a aceitação das reformas neoliberais; a cooperação com os países da vizinhança (respeitando, por exemplo, a soberania e a integridade territorial da Bósnia e Herzegovina); e a colaboração com o TPII. Ainda assim, por outro lado, a Sérvia encontra margens para a consecução do núcleo duro de seu interesse nacional por outros meios. É o caso, por exemplo, da obstrução do reconhecimento internacional do Kosovo, que geralmente envolve a busca do apoio da Rússia. Nas condições de domínio norte-americano nos Bálcãs, os EUA, a princípio, poderiam facilmente violar a neutralidade sérvia sem que a Rússia, com sua esfera de influência restrita ao entorno pós-soviético, pudesse resistir de maneira efetiva – restando-lhe uma eventual retaliação na forma da violação da neutralidade de países mais próximos como Azerbaijão e Uzbequistão. Tal cenário, contudo, não seria conveniente para os EUA em sua frente geopolítica mais ampla contra a Rússia, razão porque Washington tem respeitado a neutralidade sérvia. Além disso, a violação da neutralidade sérvia e a contestação mais dura do núcleo do interesse nacional sérvio por parte dos EUA e seus aliados poderia suscitar uma custosa reação da Sérvia e dos sérvios ao estilo da assertividade demonstrada por estes nos

¹³¹ No caso finlandês, conforme Trapara (2016a, p.198-199), a potência dominante era a URSS e a incompatibilidade principal de interesse nacional era a questão dos modelos políticos-sociais (capitalismo escandinavo/democracia liberal favorecidos na Finlândia x socialismo). O próprio Trapara (2016b) e Pivovarenko (2016b) também enxergam similaridades entre a situação atual da Sérvia e aquela da Iugoslávia monárquica nas vésperas da Segunda Guerra Mundial (até a agressão nazifascista de abril de 1941), quadro discutido no capítulo 3 desta dissertação.

anos 1990, contribuindo para tal posicionamento dos EUA e seus aliados (TRAPARA, 2016a, p.204-216).

Em suma, uma década depois do “retorno” de 2008-2009, como resumiu Kandel (2018, p.56), a Rússia continuou a possuir capacidades para ganhos táticos, mas não para levar a cabo uma competição paritária com as estruturas euroatlânticas nos Bálcãs. Tendo em vista a moldura histórica construída ao longo deste capítulo, veremos, a seguir, como se desenvolveu o tema da neutralidade da Sérvia desde a perspectiva da Rússia.

5. A RÚSSIA E A NEUTRALIDADE SÉRVIA

Amparado no substrato analítico da política externa russa no Pós-Guerra Fria e do histórico das relações entre Rússia e Sérvia, o presente capítulo analisa a questão da neutralidade sérvia na pauta bilateral e as implicações das diversas articulações russo-sérvias sobre este tema.

Em diálogo com os elementos expostos anteriormente, o objetivo desta seção é examinar as três perguntas e as correspondentes três hipóteses de pesquisa delineadas no capítulo introdutório da dissertação. Antes de proceder à análise, cabe recapitulá-las. Quanto à primeira pergunta, isto é, o por quê de a Rússia defender a neutralidade sérvia, tentaremos demonstrar que as motivações russas são de natureza eminentemente política-ideacional. Como enfatizado no capítulo anterior, a Sérvia e a região da ex-Iugoslávia de forma geral não foram vistas como componentes da “esfera de interesses privilegiados” da Rússia em termos geopolíticos e militares no período desde o início da neutralidade sérvia. Por outro lado, a Sérvia, ao não aderir, por via de sua neutralidade, aos elementos das estruturas euroatlânticas crescentemente vistos de forma negativa em Moscou, converge com a concepção russa sobre como deve se ordenar a segurança europeia – i.e., uma ordem em que se reconheça a “zona de responsabilidade” da Rússia na região da ex-URSS e sua inclusão equitativa em um concerto paritário entre as grandes potências.

No que diz respeito à segunda pergunta, isto é, os motivos pelos quais a Rússia não forjou uma aliança militar com a Sérvia e não buscou incluí-la plenamente em projetos de integração política, econômica e securitária, argumentamos que tal direcionamento nas relações entre os dois países não se deu, além da indisposição sérvia para tanto, em virtude da percepção de repercussões periféricas do posicionamento sérvio para a segurança da Rússia na rivalidade desta última com as potências ocidentais. Além disso, em consonância com as concepções de esfera de influência amadurecidas na Rússia ao longo do Pós-Guerra Fria, a Sérvia e os Bálcãs não foram vistos como áreas de interesse da mesma ordem que o espaço pós-soviético. Por fim, no que concerne à maneira como a questão da neutralidade evoluiu na agenda russo-sérvia, argumenta-se que seu desenvolvimento em termos da assertividade e dos meios utilizados pela Rússia para avançar seus interesses acompanhou o padrão de relações entre Moscou e os EUA/OTAN e a UE, bem como o alcance dos interesses e capacidades russas nos Bálcãs.

A análise seguirá ordem cronológica. Em primeiro lugar, será provido um contexto geral das negociações de status final do Kosovo, elencando os interesses e opções postas aos atores envolvidos com o tema. Em seguida, discute-se as maneiras como Rússia e Sérvia se articularam com relação ao assunto do Kosovo e suas perspectivas quanto às potências ocidentais. Estes elementos, como se verá adiante, foram determinantes para o surgimento da neutralidade sérvia e as possibilidades de uma aliança militar entre os dois países. Na terceira parte, discute-se os efeitos do acirramento da rivalidade entre as potências, ocasionado pela Guerra Russo-Georgiana, sobre a posição internacional da Sérvia. Este período, como vimos no capítulo 2, foi também de difusão da iniciativa russa para o TSE, cujas implicações para a Sérvia também são analisadas.

Na quarta seção do capítulo, são discutidas as modalidades de relacionamento no campo militar e de segurança entre Rússia e Sérvia e suas implicações para a política de neutralidade ou formação de uma aliança russo-sérvia. São abordados temas como o CHRS, a participação da Sérvia na OTSC e o acordo militar de 2013. Por fim, a quinta seção analisa os efeitos, em diversas dimensões, da crise ucraniana para a inserção da Sérvia na nova tendência de acirramento da rivalidade entre a Rússia e as potências ocidentais.

5.1. Rússia, Sérvia e as negociações sobre o *status final* do Kosovo: contextualização

Em linha com o arranjo pós-conflito no Kosovo mencionado nos capítulos 3 e 4, uma plataforma de discussões sobre o status final da província foi estabelecida pelo Grupo de Contato, do qual fazia parte a Rússia, em novembro de 2005. O documento não foi explícito quanto à questão da independência, limitando-se a afirmar que o desfecho do processo deveria ser compatível com o direito internacional e que não haveria retorno à situação pré-conflito nem mudanças no território do Kosovo (via partilha ou união com outro Estado). Soluções unilaterais foram enquadradas como “inaceitáveis”, e a decisão final deveria ser referendada pelo CSNU (ONU, 2005).

As negociações entre as delegações sérvia e albanesa foram conduzidas pelo enviado especial da ONU Marti Ahtisaari entre fevereiro de 2006 e março de 2007 (NOGUEIRA, 2015, p.216). Desde o início das negociações, as posições das duas principais partes interessadas estavam, em sua essência, delimitadas, e assim permaneceram até seu encerramento. Flexível quanto a questões de organização administrativa e de concessão de autonomia à provín-

cia, a Sérvia, por outro lado, era veemente em defender sua integridade territorial e rejeitar a independência; para os albaneses, por sua vez, a independência era um princípio do qual não recuariam de forma alguma (BECHEV, 2017, p.59-60; NOGUEIRA, 2015, p.217; WELLER, 2008a, p.666-670).

A relativa rigidez de posições também se aplicava aos principais atores externos interessados na resolução da questão do Kosovo. Pensando na autodeterminação da maioria albanesa, EUA, França e Reino Unido aludiam à independência como resultado final. A Rússia, por sua vez, posicionava-se contra esse resultado, apresentando-se como defensora da norma da inviolabilidade da integridade territorial. Nesse sentido, já em 2006, Vladimir Putin expressava a possibilidade de que a Rússia vetaria no CSNU qualquer solução não consensual entre Sérvia e Kosovo. Ademais, expressando o que viria a ser um elemento frequente na perspectiva russa sobre o Kosovo, o presidente russo falava que qualquer tipo de solução para o Kosovo serviria de precedente para outros conflitos territoriais, como os da Abecásia e da Ossétia do Sul – o que poderia indicar que, no final das contas, a Rússia poderia ter ganhos em uma solução unilateral para o Kosovo (BECHEV, 2017, p.60; KANDEL, 2006; KERLINDSAY, 2009, p.28-33, 43). Dessa maneira, Moscou tentava sinalizar, por exemplo, os custos de uma solução unilateral para as potências ocidentais, uma vez que a Rússia teria justificativas para impor sua vontade de tal maneira em seu entorno.

A proposta inicial de Ahtisaari foi apresentada em fevereiro de 2007. O plano de “independência supervisionada” estabelecia diversos atributos típicos de um Estado soberano para o Kosovo, como a criação de forças de defesa, símbolos nacionais e a possibilidade de participação plena em organizações internacionais. As missões internacionais permaneceriam temporariamente com vistas a auxiliar na consolidação das instituições kosovares e na integração multiétnica. Como de se esperar, as discordâncias entre a Sérvia e o Kosovo continuaram. Após nova rodada de negociações, novo documento e sugestões do enviado especial foram discutidos por meses no CSNU, onde as desavenças entre os dois lados foram replicadas pelas posições de seus apoiadores externos. A implementação do Plano Ahtisaari, diante da perspectiva de veto russo, não foi votada. Frente ao impasse, um novo formato final de negociações foi endossado no âmbito da ONU. Realizadas de agosto a dezembro daquele ano, as rodadas serviram para que a Sérvia e o Kosovo dialogassem com mediação de uma *troika* composta por representantes dos EUA, da UE e da Rússia (NOGUEIRA, 2015, p. 218-220). A aquiescência ocidental às objeções russas por mais negociações foi interpretada como uma vi-

tória diplomática da Rússia em benefício da Sérvia (BECHEV, 2017, p.61; KER-LINDSAY, 2009, p.81).

As negociações conduzidas pela *troika* encerraram-se sem conduzir a uma solução consensual para o impasse do Kosovo. Os modelos de autonomia e compartilhamento de poder apresentados pela Sérvia foram rejeitados pelos albaneses, cuja intransigência em favor da independência não conseguiu dobrar a vontade de Belgrado. Para os EUA, isso sinalizou a exaustão definitiva do processo de definição do status, que, a partir de então, deveria ser encerrado com uma decisão conducente à secessão do Kosovo – mesmo que tomada unilateralmente e sem a anuência do CSNU, i.e., da Rússia (e potencialmente da China). A UE, por sua vez, não conseguiu formar uma posição única.¹³² Ainda assim, na prática, a UE sinalizou a prontidão em executar os ofícios de supervisão internacional previstos pelo Plano Ahtisaari rejeitado pela Sérvia (WELLER, 2008b, 1236-1237).

No que tange à Rússia, Moscou considerava que o encerramento das negociações da *troika* não significava o fim do processo de definição do status, que deveria continuar sem prazo definido até que a Sérvia e o Kosovo encontrassem um denominador comum. No contexto das tensões (mencionadas no capítulo 2) com os EUA em torno do sistema antimísseis norte-americano na Europa Oriental e da suspensão da participação russa no CFE, a Rússia, ciente de que as indicações de veto não pareciam suficientes para fazer valer sua vontade, reforçou as ameaças de retaliação na forma do reconhecimento das independências de Abecásia e Ossétia do Sul (KER-LINDSAY, 2009, p.90).

Todavia, os EUA e a UE articularam-se com as lideranças albanesas para viabilizar a declaração unilateral de independência, feita em 17 de fevereiro de 2008 com apoio político de Washington e Bruxelas e desenhada após consultas e auxílio técnico-jurídico provido principalmente pelos norte-americanos (NOGUEIRA, 2015, p.221-224; WELLER, 2008b, p.1233). O ordenamento legal do novo país veio a ser explicitamente construído nas bases do Plano Ahtisaari. Dos pontos de vista de Rússia e Sérvia, realizava-se, assim, a temida declaração de secessão, que dentro de pouco tempo veio a ser reconhecida pela maioria dos países ocidentais.

¹³² Enquanto França e Reino Unido, seguidos por uma Alemanha posteriormente convencida pelo argumento da urgência de uma solução definitiva, agitavam em favor da independência, membros de menor escalão do bloco – em grande parte, temerosos das implicações do Kosovo para seus próprios problemas separatistas – pronunciavam-se em favor de um arranjo referendado pelo CSNU (KER-LINDSAY, 2009, p.85-89).

5.2. Rumo a uma aliança militar ? O fator russo na questão do Kosovo e no surgimento da neutralidade da Sérvia

Diante da posição hostil por parte dos EUA e da UE quanto à integridade territorial sérvia, como Sérvia e Rússia conceberam possíveis reações ao problema em comum da secessão unilateral do Kosovo e aos apoiadores internacionais desta última, que se desenhavam como adversários em comum para Moscou e Belgrado ?

Logo de início, vale ressaltar, nesse sentido, que a Sérvia frequentemente se via em posição desfavorável ao longo de todo o processo de definição de status do Kosovo.¹³³ Além disso, o favorecimento explícito da independência por nomes como o presidente norte-americano George W. Bush, sua secretária de estado Condoleezza Rice e o presidente francês Jacques Chirac, contribuíram para sedimentar desconfianças, repúdio e ressentimentos sérvios contra as potências ocidentais (KER-LINDSAY, 2009, p.29, 76, 86).

No que tange à Rússia, por sua vez, é preciso enfatizar que, apesar de a antipatia à secessão do Kosovo ter sido sempre evidente, havia indicações à época de que o veto à validação do Plano Ahtisaari ou outras eventuais soluções não consentidas por Belgrado não seria um dado. Embora o repúdio à proposta fosse manifestado publicamente e nos bastidores, na primeira metade de 2007 circulavam informações – aparentemente, de conhecimento de lideranças sérvias - de que a diplomacia russa não dava como certo o veto em caso de votações no CSNU, podendo conformar-se com a “inevitabilidade” da independência do Kosovo e optar, por exemplo, pela abstenção (KER-LINDSAY, 2009, p.62; SOLOV’YEV, 2007).

De início, a situação em torno do Plano Ahtisaari dividiu a coalizão governante na Sérvia sobre como e onde encontrar apoio para fortalecer sua posição nas negociações. De um lado, o primeiro-ministro Koštunica apostava suas fichas em Moscou, ao passo que o presidente Boris Tadić não tinha tanta convicção a respeito da posição russa (KER-LINDSAY, 2009, p.62). Como visto no capítulo anterior, Koštunica, por seu perfil mais nacionalista e reticente no relacionamento com as potências ocidentais - em contraposição ao pró-ocidentalismo mais entusiasmado do DS, ao qual pertenciam Đinđić e Tadić -, encontrou maiores simpatias da Rússia na Sérvia pós-Milošević.

¹³³ O próprio apontamento de Marti Ahtisaari como mediador, por exemplo, foi motivo de objeções por parte da Sérvia, uma vez que o político finlandês possuía ligações com a ONG *International Crisis Group*, favorável à secessão do Kosovo (KER-LINDSAY, 2009, p.27). Segundo Bechev (2017, p.59), por outro lado, a Rússia ignorou tais reclamações. Ahtisaari era conhecido por visões mais benevolentes sobre a Rússia, além de já ter cooperado com a Rússia na época do conflito no Kosovo, quando negociou o acordo de paz com o referido Viktor Chernomyrdin.

De fato, tal predisposição, certamente não de forma acidental, traduziu-se no fato de o político do DSS ter tomado a dianteira em se aproximar da Rússia para consolidar a frente antissecessão (NOVAKOVIĆ, 2016, p. 280). De acordo com o próprio Koštunica, a coordenação dos dois países contra a implementação do Plano Ahtisaari foi selada no encontro que teve com Vladimir Putin em junho de 2007 em São Petersburgo, onde teria desfeito as dúvidas do presidente russo acerca da posição sérvia sobre a proposta de resolução do impasse do Kosovo. Coincidentemente, conforme o ex-primeiro-ministro sérvio, foi também exatamente a partir daquele período, isto é, o verão europeu de 2007, que o DSS começou a promover uma campanha nacional pela neutralidade como forma de retaliar os EUA e a UE pela “tomada” do Kosovo (KOŠTUNICA, 2013, p.22-23).¹³⁴

Nos meses que se seguiram, a atuação do partido governante pela neutralização da Sérvia ganhou corpo, frequentemente invocando a amizade com a Rússia em suas declarações e atividades. Em setembro de 2007, por exemplo, Koštunica, falando ao comitê principal do DSS, afirmou que, embora seu partido devesse concordar com a cooperação de seu país com a OTAN, a entrada na aliança deveria ser descartada em virtude não só da manutenção da “liberdade de decisão do país”, como também da duvidosa moralidade da associação a uma aliança que “[...] nos bombardeou, depois entrou no Kosmet¹³⁵ com suas forças militares e em seguida¹³⁶ – contornando o CSNU e ignorando a ONU – reconheceu a independência unilateralmente declarada de uma parte orgânica de nosso país” (KOŠTUNICA, 2007. Tradução nossa.). Na ocasião, à Rússia e a Putin foram endereçados agradecimentos por suas atitudes contra a fragmentação da Sérvia:

Já falei várias vezes e hoje vou repetir que sou pessoalmente agradecido, assim como toda a Sérvia também é agradecida, ao presidente Putin e à Federação Russa pela política de princípios mútua na defesa da Carta da ONU e dos mais básicos fundamentos do direito internacional, nos quais repousam a paz e a estabilidade do mundo contemporâneo. Sabemos bem, e o povo sérvio lembrará, que foi a Rússia quem evitou a fragmentação da Sérvia no CSNU. Por isso, *continuaremos a conduzir uma política comum e harmonizada com a Rússia*, e não vamos parar de insistir que qualquer solução para a província deve ser consonante com a constituição da Sérvia e a Carta da ONU (KOŠTUNICA, 2007. Tradução e grifo nossos).

¹³⁴ Vale ressaltar que ameaças de retaliação dessa natureza já haviam sido manifestadas por Koštunica anteriormente, por exemplo, em novembro de 2006. Curiosamente, e ilustrando as diferenças de abordagem na coalizão governante na Sérvia, poucos dias depois da declaração de Koštunica foi oficializado o aceite da Sérvia para participar da PfP, decisão mobilizada por Tadić (KER-LINDSAY, 2009, p.49).

¹³⁵ Junção das palavras *Kosovo i Metohija*, nome completo da província em sérvio. Metohija (em albanês, *Dukagjin*) corresponde a parte do oeste do território do Kosovo.

¹³⁶ Essa parte se refere a um cenário (naquela época) hipotético levantado por Koštunica.

No mês seguinte, o comitê principal do DSS adotou a “Declaração sobre a neutralidade militar da Sérvia”. A neutralidade militar é definida no documento como a “[...] melhor e mais confiável maneira para que a Sérvia resguarde sua soberania estatal, a integridade e a independência”, enquanto que a entrada na OTAN faria a Sérvia participar de guerras que não eram de seu interesse, bem como “[...] limitaria sua independência e liberdade de decisão política, ameaçaria as vidas de nossos cidadãos e obstruiria a transformação interna e o progresso do país” (DSS, 2007. Tradução nossa). A declaração lançou, por fim, a proposta de que eventual decisão sérvia por uma aliança militar deveria ser votada em referendo nacional.

Por fim, em dezembro, a neutralidade militar veio a ser coroada como política de Estado na Sérvia. A referida “Resolução da Assembleia Nacional sobre a proteção da soberania, da integridade territorial e da ordem constitucional da República da Sérvia” foi aprovada em 26 de dezembro de 2007. A proposta, enviada pela equipe de negociações da Sérvia para o Kosovo, conquistou os votos de 220 deputados – no que se incluíam aqueles pertencentes aos dois partidos protagonistas da cena política local – de um total de 250. Somente os parlamentares dos partidos mais radicalmente pró-ocidentais e de diversas minorias da Sérvia – incluindo a albanesa - foram contrários, perfazendo um total de 14 votos (ČEKEREVAC, 2007; EJDUS, 2014, p.51-52).

A votação, contudo, não se deu antes de intensas lutas entre o DSS e o DS, pois o primeiro exigia artigo que condicionasse o ingresso da Sérvia na UE à garantia de respeito à integridade territorial sérvia por parte do bloco europeu (P.R., 2007; SYSOIEV, 2007). Embora o documento final classificasse as intenções da UE de estabelecer sua missão policial no Kosovo como um “ato de ameaça à soberania, à integridade territorial e à ordem constitucional da República da Sérvia” (SÉRVIA, 2009. Tradução nossa), e apelasse para que a assinatura do Acordo de Estabilização e Associação (AEA) com o bloco se desse somente se avaliada como conducente à proteção dos interesses sérvios no Kosovo, o “veto retaliatório” somente se aplicou à OTAN:

Em virtude do papel geral da OTAN, desde o ilegal bombardeio da Sérvia sem a decisão do Conselho de Segurança [da ONU] até o Anexo 11 do rejeitado Plano Ahtisaari, no qual se define a OTAN como “órgão final” de poder no “Kosovo independente”, a Assembleia Nacional toma a decisão de proclamar a neutralidade militar da República da Sérvia com relação às alianças militares existentes até a eventual convocação de referendo no qual seja tomada decisão final sobre essa questão (SÉRVIA, 2009. Tradução nossa.)

Ao longo do processo de afirmação inicial da neutralidade da Sérvia, qual foi a perspectiva e o papel da Rússia ? O *timing* do desenvolvimento dessa agenda no país balcânico, intensificada pelo DSS justamente após os contatos de Koštunica com Putin em junho de 2007, poderiam sugerir que a Rússia exerceu uma função importante nesse sentido, com a negativa sérvia quanto à OTAN fazendo parte de uma tentativa mais ampla de afinação política com a Sérvia direcionada a adversários e problemas comuns aos dois países. Há indícios de que considerações para com Moscou exerceram papel relevante na decisão das autoridades sérvias. Em condição de anonimato, um ex-membro do DSS na coalizão governante no período admitiu ao pesquisador sérvio Igor Novaković que a neutralidade militar, mais do que uma simples retaliação aos EUA e seus aliados transatlânticos por causa do Kosovo,

[...] mais provavelmente foi uma tentativa do governo da Sérvia de demonstrar à Rússia, que se opunha à continuidade da expansão da OTAN, que a Sérvia pensava seriamente sobre a não aceitação do Plano Ahtisaari. Esse foi somente um de uma série de passos que deveriam assegurar a consistência russa na “defesa” do Kosovo e Metohija no âmbito da ONU (além da venda de maioria acionária na NIS; do acordo para construção do *South Stream*; do oferecimento de aquisição de outras empresas estatais; e do estabelecimento de uma base conjunta para operações de emergência [civil], entre outros. (NOVAKOVIĆ, 2016b, p.281. Tradução nossa.)

A afirmação é consistente com o relato de Koštunica e as informações trazidas acima a respeito da coordenação em torno do Plano Ahtisaari – isto é, a Rússia, apesar da tendência de concordar com a posição sérvia sobre a questão do Kosovo, ainda não dava garantias duras de veto e procurava assegurar-se de que Belgrado, de fato, se oporia ao plano. O relato trazido por Novaković também parece, à primeira vista, corroborar a tese de uma “grande barganha” entre Rússia e Sérvia em torno da cooperação sobre o Kosovo. A partir desses indícios, contudo, não é possível afirmar se a neutralidade militar foi uma condição imposta pelo governo russo para um eventual veto no CSNU e a continuidade do apoio à Sérvia na questão do Kosovo de modo geral.

A tese de uma barganha russo-sérvia pode ser questionada pela consideração do fator doméstico na Sérvia – isto é, um estímulo externo não seria uma condição necessária e suficiente para que o governo sérvio tomasse tal decisão. É verdade que havia, entre os grupos governantes sérvios de então, atlanticistas – principalmente entre os membros do DS – e que o país, como demonstra o caso da Pfp, buscava elevar o perfil de sua colaboração com a aliança. Todavia, é necessário lembrar que a rejeição popular à OTAN sempre foi muito grande. Críti-

cas a ela, principalmente na iminência da “tomada” do Kosovo, constituiriam um importante elemento de legitimação para qualquer partido com pretensões sérias de governo.

Como destaca Filip Ejdus (2014), o próprio Koštunica construía a narrativa em favor da neutralidade em torno do trauma coletivo da intervenção da aliança contra os sérvios nos anos 1990. Até mesmo os grupos favoráveis à cooperação com a OTAN sempre a defendiam de forma discreta para evitar danos a sua popularidade (à exceção de partidos radicalmente pró-ocidentais, mas de popularidade marginal, como o Liberal Democrático - LDP). Por fim, como se sabe, a posição russa sobre a questão do Kosovo foi relativamente constante ao longo de todo o período de negociações de status. Com efeito, não parece tão evidente que uma “grande barganha” envolvendo a promessa de neutralidade militar tenha sido necessária para convencer a Rússia a auxiliar a Sérvia na resolução do problema do Kosovo, embora o clima geral de aproximação certamente tenha contribuído para encaminhar questões como a parceria energética.

Publicamente, a posição russa sobre a neutralidade sérvia foi comedida. Perguntado em entrevista ao jornal sérvio *Večernje novosti* sobre a influência da declaração de neutralidade militar do DSS sobre as relações bilaterais, o então embaixador russo em Belgrado Aleksandr Alekseyev respondeu que “[...] não consideramos a expansão da OTAN um processo natural, que contribui para a estabilidade na Europa. No mínimo, não é responsável nos pedir qualquer tipo de apoio à expansão da OTAN” (ALEKSEYEV, 2007. Tradução nossa). Em linha com a tradicional retórica russa de não interferência em assuntos internos de outros países, Alekseyev afirmou ainda que “[nós russos] nunca condicionamos nossas relações às decisões do outro lado” (ALEKSEYEV, 2007. Tradução nossa).

As discordâncias com os países ocidentais também não significavam a disposição em auxiliar militarmente a Sérvia no contexto da questão do Kosovo, ou torná-la, por exemplo, parte de um *front* antiocidental com a Rússia – a começar, certamente, porque a própria Sérvia, apesar de especulações e de uma retórica por vezes ameaçadora de certos de seus representantes (reciprocada por correspondentes medidas de dissuasão por parte da KFOR), descartava o uso da força para se contrapor à tentativa de secessão do Kosovo (KER-LINDSAY, 2009, p.93-96). Na época, é verdade, foi repercutida declaração do “falcão” russo Dmitri Rogozin,¹³⁷ então representante da Rússia junto à OTAN, para quem o reconhecimento da in-

¹³⁷ Nacionalista bastante crítico da OTAN e dos EUA, Rogozin foi representante da Rússia junto à aliança militar ocidental de 2008 a 2011. Durante o terceiro mandato presidencial de Vladimir Putin, tornou-se vice-primeiro-ministro responsável pela indústria militar. Na Sérvia, Rogozin ganhou manchetes dos jornais locais em janeiro de 2016 quando, ao discutir com o então primeiro-ministro Vučić a venda do sistema antiaéreo

dependência do Kosovo pela UE e uma possível violação do mandato internacional na região pela OTAN justificariam o uso da força para que a Rússia “fosse respeitada” (RUSSIAN NATO ..., 2008).¹³⁸

No âmbito prático, contudo, a postura russa foi mais comedida e tal cenário parece ter sido, de fato, descartado. Comentando declaração de Tomislav Nikolić, então candidato do SRS e principal rival de Tadić na eleição presidencial sérvia de 2008, de que a presença militar russa na Sérvia (em conjunto com as tropas norte-americanas/da OTAN) seria desejável e compatível com a neutralidade militar, Alekseyev afirmou que tal cenário não havia, na época, sido examinado em Moscou. Apesar de não excluir a avaliação de tal opção - “se os sérvios nos solicitarem” -, Alekseyev, ecoando a maneira como a Rússia, conforme exposto no capítulo anterior, via sua atuação nos Bálcãs no século XXI, foi categórico em afirmar que o caráter das relações com a Sérvia seria fundamentado em dimensões diferentes da militar, como a presença econômica e o apoio político (ČEKEREVAC; ALBUNOVIĆ, 2007; MITRINOVIĆ, 2007).

Declarações de outros oficiais russos também davam indicações de que era essa a maneira como a Rússia via a situação na Sérvia. O general Yuri Baluyevsky, então chefe de Estado maior russo, por exemplo, ressaltou a inexistência de tratados ou pedidos de auxílio militar vindos da Sérvia. Além disso, o problema do Kosovo também não suscitou a elevação do grau de alerta das forças armadas russas na fronteira ocidental do país – i.e., aquela com a OTAN, implicando que a questão nos Bálcãs não era interpretada como uma ameaça mais séria à segurança ou uma afronta política à Rússia que suscitasse, em si mesma, respostas militares. Em linha com frequentes indicações das lideranças políticas de seu país, contudo, Baluyevsky sugeriu que a separação e o reconhecimento do Kosovo seriam reciprocados por parte da Rússia – sem explicitar, contudo, a natureza das possíveis retaliações - em outras questões territoriais na área da ex-URSS (RF ..., 2007; SERBIYA NE ..., 2008).

Uma vez declarada a independência do Kosovo, a reação russa (e sérvia), de fato, foi consonante com tais indicações. Como se sabe, a declaração dos líderes albaneses não suscitou um conflito armado com a Sérvia, muito menos um em que a Rússia, com tropas ou material, auxiliou militarmente seu parceiro balcânico a pedido deste último. A resposta russa aos eventos nos Bálcãs restringiu-se, em sua essência, ao campo político e diplomático. Logo

russo S-300, afirmou que a posse de tal armamento em 1999 evitaria os ataques da OTAN (ROGOZIN ..., 2016).

¹³⁸ Posteriormente, Rogozin acabou negando que a Rússia usaria a força para resolver a questão do Kosovo, afirmando que suas palavras anteriores foram mal interpretadas (RUSSIA WILL ..., 2008).

após a declaração de independência kosovar, o parlamento russo sinalizou que, em vista do acontecido nos Bálcãs, soluções do mesmo cunho poderiam ser aplicadas para a Abecásia e a Ossétia do Sul. Além de falas públicas críticas, a Rússia apoiou, em outubro de 2008, a solicitação da Sérvia para que a CIJ avaliasse a legalidade da declaração de independência do Kosovo. À corte, em 2009, a Rússia enviou uma extensa argumentação favorável ao ponto de vista sérvio sobre a secessão kosovar (BECHEV, 2017, p.62-63; STENT, 2015, p.161-162).

Como visto no segundo capítulo desta dissertação, o revide russo de maior impacto às potências ocidentais pela atuação destas na questão do Kosovo veio não nos Bálcãs, mas no Cáucaso. Ecos do Kosovo também se fizeram sentir seis anos depois, como demonstram Rotaru e Troncotă (2017), quando da participação russa na anexação da Crimeia. A resposta russa aos eventos em torno do Kosovo também seguiu as linhas de projeções de destacados analistas russos, a exemplo de Fyodor Lukyanov (2007, 2008) e Pavel Kandel (2006). Para tais autores, estava em jogo para Moscou não tanto a situação nos Bálcãs em si – uma região onde a Rússia já não teria interesses securitários relevantes –, e sim seus ecos para o posicionamento russo frente às potências ocidentais na Europa e a definição de sua margem de manobra na esfera de influência no espaço pós-soviético.

5.3. Os desdobramentos da Guerra Russo-Georgiana e do Tratado de Segurança Europeia

No mesmo ano da declaração de independência do Kosovo, um outro evento de impacto na Europa trouxe uma potencial complicação para as relações russo-sérvias e um novo *input* para a neutralidade do país balcânico. Na sequência da Guerra Russo-Georgiana de 2008, como exposto no segundo capítulo deste trabalho, a Rússia reconheceu como Estados independentes a Abecásia e a Ossétia do Sul. Como destacaram Deyermond (2016) e Allison (2013, p.150-169), as ações militares e a decisão pelo reconhecimento por parte da Rússia foram formuladas em termos similares aos argumentos usados pelas potências ocidentais com respeito ao Kosovo em 1999 e 2008.

Do ponto de vista de Moscou, as contradições entre a Rússia e as potências ocidentais acentuadas pelos choques do Kosovo e da Geórgia foram projetadas na Sérvia, que se viu em uma situação embaraçosa. De um lado, o presidente Medvedev e oficiais russos, como o controverso embaixador na Sérvia Aleksandr Konuzin (que assumiu o posto logo após

a declaração de independência do Kosovo), enfatizavam que a posição russa com respeito ao Kosovo não mudaria. Do outro, afirmavam que os casos de Abecásia e Ossétia do Sul eram especiais e que, portanto, o reconhecimento de suas independência por parte da Rússia seria justificado (MEDVEDEV, 2009; PETROVIĆ, 2010a, p.28-33; AMBASADOR ..., 2008).¹³⁹ A diplomacia russa classificou a Sérvia como “simpática” a sua posição sobre o conflito no Cáucaso, colocando-a ao lado dos países da OTSC nesse sentido. Embora esclarecendo que a Rússia respeitaria a decisão soberana de qualquer Estado nesse sentido, o embaixador Konuzin deixou implícito, ainda, que seu convite ao reconhecimento internacional das independências de Abecásia e Ossétia do Sul estendia-se, também, à Sérvia (AMBASADOR..., 2008; SOROKINA, 2008).

O problema para o país balcânico assumiria, ainda, outros desdobramentos de caráter estrutural com as pressões implícitas vindas das potências ocidentais. Também em 2008, a Sérvia assinou o AEA com a UE. Apesar de o acordo legalmente entrar em vigor somente a partir de 2013, a Sérvia, por ele, assumiu como medida conducente ao seu ingresso no bloco o compromisso político com a adesão a medidas, acordos, diretrizes e resoluções políticas no seio da UE, assim como a harmonização de suas posições em instituições internacionais (JOVIĆEVIĆ, 2016, p.25-26). Já em 2008 e nos anos subsequentes, a UE adotou posicionamentos em defesa da integridade territorial da Geórgia em foros como o Conselho da UE e o Conselho Permanente da OSCE. A Sérvia repetidamente não se alinhou a tais resoluções, bem como a outras com conteúdo concernente à Rússia e ao espaço pós-soviético (NOVAKOVIĆ; KAJGANOVIĆ; NIKČEVIĆ, 2013, p.42-48). Manifestava-se, assim, uma tentativa de *modus vivendi*, por parte da Sérvia, entre as grandes potências – no que se subentendia, evidentemente, o desejo de não irritar a Rússia, que se posicionava como a principal defensora da integridade territorial sérvia com respeito à questão do Kosovo.¹⁴⁰

Tais tentativas de conciliação levando em conta os contraditórios interesses das grandes potências tiveram ecos, ainda, na dimensão militar. Em abril de 2009, a Sérvia, atendendo a solicitações de Moscou, cancelou sua participação em um exercício militar da OTAN na Geórgia, o qual a Rússia dizia considerar uma ameaça a sua segurança (SERBIAN “NO” ..., 2009). Na esfera política, por sua vez, a Rússia, particularmente por meio do embaixador Konuzin, passou a tomar posições mais assertivas no debate público sobre a

¹³⁹ A tese da natureza *sui generis* do caso do Kosovo é exatamente um dos principais argumentos utilizados pelos defensores de sua independência (NOGUEIRA, 2015, p.270-279).

¹⁴⁰ Novaković, Kajganović e Nikčević (2013, p.47) também destacam o não alinhamento com resoluções pertinentes à China, a outra “aliada” da Sérvia dentro no CSNU.

orientação externa sérvia. Em aparições públicas e nos meios de comunicação de maior circulação na Sérvia, Konuzin, embora afirmando que seu país nada tinha contra o ingresso da Sérvia na UE, apelava para o sentimento nacional e questionava a positividade do relacionamento da Sérvia com as estruturas euroatlânticas, levando em conta fatores como a necessidade de cooperação com o TPII, no caso da UE; e o papel exercido na secessão do Kosovo desde 1999, no caso da OTAN (SERBIYA MEZHDU..., 2009; TASIĆ, 2009). Além de Konuzin, outras figuras do *establishment* de política externa e de segurança da Rússia, como o mencionado Dmitri Rogozin, alertavam que a entrada da Sérvia na OTAN significaria o reconhecimento da independência do Kosovo (TRIKIĆ; ĐAKOVIĆ, 2010).

Também eram feitas alusões aos potenciais efeitos colaterais negativos de tal caminho para as relações com a Rússia, a exemplo do abandono do acordo de livre comércio entre os dois países, e ameaças de retaliações não especificadas em caso de ingresso na OTAN – implicitamente rotulada como uma organização voltada contra a Rússia e perpetuadora da exclusão desta última do sistema de segurança europeu. No que tange especificamente à neutralidade sérvia, o embaixador russo expressava confiança na observação da declaração de 2007 e no respeito à opinião pública predominantemente contrária à entrada da Sérvia na aliança militar ocidental (SERBIYA MEZHDU..., 2009; RADEKA, 2010; TASIĆ, 2009). Ao mesmo tempo, em um lapso de sinceridade que sinalizava a hierarquia de prioridades de seu país, Konuzin admitiu que a entrada da Sérvia na OTAN, em virtude da ausência de fronteiras deste país com a Rússia, não representaria “uma grande ameaça” a Moscou – ao contrário dos casos de Geórgia e Ucrânia -, embora uma eventual concretização desse cenário certamente conduziria a uma mudança “cardinal” nas relações russo-sérvias (SERBIA MEZHDU ..., 2009).

Em 2009, um outro importante evento fomentou debates sobre a compatibilidade de interesses entre Rússia e Sérvia e o papel da neutralidade em suas relações. Em 20 de outubro, o presidente russo Dmitri Medvedev realizou pomposa visita a Belgrado no aniversário de 65 anos da liberação da capital sérvia da ocupação nazista por meio da ação conjunta dos partizans iugoslavos com o Exército Vermelho. Além da assinatura de acordos bilaterais, como o de inclusão da Sérvia no *South Stream*, a ocasião foi também uma de exibição das ideias russas sobre o TSE (que dentro de um mês seria publicado em versão preliminar pelo governo russo) e de sondagem de sua receptividade no país balcânico. Conforme alegava a mídia sérvia na época, a Sérvia supostamente teria um “lugar especial”

na iniciativa do governo russo (NENADIĆ, 2009). Em discurso realizado no parlamento sérvio, Medvedev, além de exaltar a amizade bilateral, ressaltou as virtudes da concepção russa da arquitetura de segurança europeia, deixando implícito o efeito deletério do sistema hegemônico pelas potências ocidentais sobre a questão do Kosovo. Curiosamente, embora a iniciativa difundida pelo governo russo defendesse explicitamente o respeito à opção pela neutralidade de qualquer Estado, não houve menções a esse aspecto - em tese, um bom argumento persuasivo para a atração da anfitriã Sérvia - no discurso de Medvedev (MEDVEDEV, 2009).

O tema de uma eventual adesão da Sérvia ao TSE, de todo modo, esteve presente na pauta da visita, embora sem gerar nenhum compromisso oficial explícito ou acordo entre os dois lados. Contrariando menções na mídia sobre um suposto “lugar significativo” da Sérvia, Medvedev afirmou apenas que a iniciativa russa seria uma plataforma benéfica, do ponto de vista de países não pertencentes a alianças militares (embora sem citar explicitamente a Sérvia), para a discussão de assuntos europeus. Nesse sentido, o presidente russo e seu homólogo sérvio Boris Tadić restringiram-se a expressões protocolares - sem impacto concreto, como o futuro demonstraria - de prontidão para lidar com o assunto (RÚSSIA, 2009a, 2009b). Tal foi, também, o posicionamento do ministro de relações exteriores sérvio Vuk Jeremić, que restringiu-se a afirmar que a Sérvia desejava ser parte do diálogo lançado pelo governo Medvedev (RADEKA, 2009).

Apesar da reação oficial cautelosa por parte do governo sérvio, bem como do aparente desinteresse russo em forçar maiores debates nesse sentido, a proposta, primariamente desde um ponto de vista normativo, suscitou interesse na comunidade acadêmica sérvia. Na visão do analista Žarko Petrović (2010b, p.101-102, 111-113), tal posicionamento “moderado” do governo sérvio - já expresso em ocasiões anteriores, como em contatos dos ministros de relações exteriores Vuk Jeremić e Sergei Lavrov -, ia na contramão de expectativas russas quanto a um alinhamento mais enfático por parte do país balcânico, em especial levando em conta a tendência de coordenação de posicionamentos sobre o Kosovo em foros internacionais. Expressando suas preferências normativas, este mesmo autor considerava a postura sérvia correta, uma vez que o país, em sua visão, não deveria fugir dos trilhos de harmonização com a política da UE.

Do outro lado, o analista Miljan Filimonović (2010, p.183-188) considerou que a Sérvia teria a ganhar com a aceitação da proposta de Medvedev, uma vez que esta traria temas

como o respeito à integridade territorial e à soberania entre os Estados novamente ao centro da abordagem sobre os assuntos de segurança na Europa, assim como a supremacia de órgãos como a ONU - onde a Rússia possuía direito de veto – e a OSCE. Para o mesmo autor, a tese de um “lugar significativo” para seu país na visão russa sobre a arquitetura de segurança europeia teria, portanto, fundamento – mas não no sentido de um suposto reconhecimento da importância da Sérvia para a Rússia, e sim no sentido de que o TSE potencialmente traria importantes benefícios em termos da defesa da integridade territorial da Sérvia quanto ao Kosovo.

Dando continuidade à estratégia de influir no debate público na Sérvia, assuntos como o TSE e a cooperação da Sérvia com a OTAN e a UE tornaram-se tema frequente no discurso da diplomacia russa para o país balcânico. Até o fim de sua estadia como embaixador na Sérvia, Aleksandr Konuzin, com entrevistas e textos publicados nos principais meios de comunicação sérvios, como os jornais *Danas*, *Politika* e *Večernje novosti* e os semanários *NIN* e *Vreme*, tornou-se um personagem de destaque nas controvérsias públicas sobre a orientação externa sérvia.

Nesse sentido, o TSE era classificado como uma alternativa positiva para a segurança de um país neutro como a Sérvia em detrimento da cooperação ou ingresso na OTAN – cuja boa vontade para com Belgrado, como indicava o diplomata russo, era bastante questionável em vista de seu papel na consolidação da secessão do Kosovo. Enfatizava-se, ainda, o argumento de que entrar na aliança atlântica significaria a renúncia completa à província secessionista, bem como o de que qualquer decisão no sentido de ingresso deveria ser submetida à opinião pública. No que tange à UE, Konuzin destacava que, embora tanto Moscou quanto Belgrado estivessem legitimamente interessados em ampliar seus laços com o bloco, a entrada da Sérvia no bloco teria efeitos colaterais negativos não só para as relações com a Rússia (na forma da restrição dos laços econômicos, incluindo a viabilidade de projetos no setor energético), como para a própria Sérvia, uma vez que a UE (como a OTAN) atuava abertamente em favor do Kosovo separatista (KONUZIN, 2010, 2012; IVANJI, 2012; RADEKA, 2010; RÚSSIA, 2011a).

Argumento de natureza similar, embora em tom significativamente mais moderado, foi vocalizado por Vladimir Putin em visita à Sérvia no final de março de 2011 (época do 12º aniversário da intervenção da OTAN na Guerra do Kosovo e das então correntes operações da aliança na Líbia). A exemplo de Medvedev em 2009, o então primeiro-

ministro russo teve uma pomposa recepção na sua estadia em Belgrado, cujo objetivo principal era dar garantias ao governo sérvio sobre a execução do projeto do *South Stream* (SYSOIEV; IVANOV, 2011). Perguntado por jornalistas sobre o tema da integração europeia da Sérvia, Putin, em linha com o direcionamento buscado pela administração Medvedev, afirmou que o assunto não preocupava a Rússia, mas que os dois lados trabalhariam para evitar que tal processo prejudicasse as relações bilaterais (RÚSSIA, 2011b).

Putin também teria enfatizado a parlamentares sérvios que qualquer expansão da OTAN seria vista como uma ameaça à Rússia, utilizando o exemplo de uma hipotética situação pouco positiva para ilustrar seu argumento: uma vez associada à aliança, a Sérvia também estaria sujeita ao *diktat* dos membros mais poderosos, podendo se tornar, por exemplo, uma plataforma de mísseis direcionados à Rússia – o que exigiria, por sua vez, respostas militares por parte de Moscou (não contra a Sérvia, como tratou de frisar Konuzin, e sim “contra os mísseis”) (MILENKOVIĆ, 2011; MILENKOVIĆ, 2012b; TASIĆ, 2011).

Tentativas de influenciar os rumos da política externa sérvia e da política de neutralidade não se restringiam a tais métodos de participação pública. Um outro exemplo ilustrativo dessa abordagem e que suscitou acalorada repercussão na Sérvia foi o envolvimento do embaixador Konuzin com o SNS. Em preparação para as eleições presidencial e parlamentar de 2012, o partido, com o slogan “tanto o Kosovo, quanto o futuro europeu da Sérvia”, realizou seu congresso (que também comemorava os três anos de existência do SNS) em outubro de 2011 na cidade de Niš, a terceira maior da Sérvia. A ocasião foi utilizada para a apresentação do programa eleitoral do partido, que, em termos de política externa, prometia conciliar o ingresso na UE e “as melhores relações possíveis com os EUA” à “intensificação da cooperação com a Rússia”. O programa do SNS defendia, ainda, a manutenção da política de neutralidade militar da Sérvia (NAPREDNJACI ..., 2011; PARTIDO PROGRESSISTA SÉRVIO, 2011).

Entusiasticamente saudado pela plateia,¹⁴¹ Konuzin participou do congresso do partido. Nele, fez um discurso no qual implicitamente exaltou o SNS, que classificou como “um dos principais demonstrativos das preferências dos cidadãos da Sérvia”. Na Sérvia, a manifestação de Konuzin foi interpretada por analistas como um apoio ao partido e uma tentativa de, levando em conta o forte sentimento russófilo e o tradicional ceticismo quanto às

¹⁴¹ Assim como diplomatas de Cuba e China. Representantes dos EUA, da Alemanha e do Montenegro, por sua vez, foram vaiados, o que suscitou intervenção de Aleksandar Vučić para que os presentes demonstrassem “hospitalidade” (NAPREDNJACI ..., 2011).

potências ocidentais na sociedade sérvia, sinalizar quem contava com o apoio de Moscou – esperando, desse modo, direcionar o eleitorado local a uma força política que se apresentava como mais afeita a acomodar os interesses russos no país (NAPREDNJACI ..., 2011; MILENKOVIĆ, 2012b). Entre os setores mais acentuadamente pró-ocidentais da Sérvia, por sua vez, a participação de Konuzin no congresso do SNS foi alvo de veementes críticas. Famoso por seus posicionamentos russófobos em política externa, o deputado Nenad Čanak, líder da Liga dos Social-Democratas de Vojvodina (parte da coalizão parlamentar do DS de Boris Tadić), afirmou que a performance do embaixador russo foi uma “clara ameaça de Putin à soberania da Sérvia” (PRETNJA ..., 2011).¹⁴²

Por fim, outro exemplo famoso de exibição das virtudes da Rússia em comparação à UE e à OTAN foi a situação envolvendo os sérvios do Kosovo em 2011. Após a declaração de independência de fevereiro de 2008, quatro municípios habitados por sérvios na região norte do Kosovo rejeitaram a submissão ao governo albanês e continuaram a funcionar, em grande medida, de maneira separada do restante do Kosovo e integrada à Sérvia (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2011). Em 2011, passos foram tomados pelas autoridades kosovares para estabelecer controle na região, incluindo, em julho, uma tentativa de tomar à força dois postos fronteiriços (ou “linhas administrativas”, como a Sérvia ainda hoje prefere oficialmente), ocasionando confrontos com a população local. Apoiadas pela UE, as autoridades do Kosovo gradualmente conseguiram seu objetivo após o incidente, culminando em um acordo com a Sérvia, chancelado pelo bloco europeu, sobre a gestão conjunta dos postos. Os sérvios do norte do Kosovo, contudo, rejeitavam tal prospecto e a possibilidade de integração às instituições kosovares de modo geral – contrariando, nesse sentido, a posição negociadora do governo sérvio, que não intercedeu de forma assertiva em seu favor em 2011 (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2013; LOBANOV, 2014, p.95-96).

Sentindo-se abandonados, os sérvios locais, por meio de diversas organizações, decidiram se dirigir à Rússia para obter auxílio para sua causa. Em novembro de 2011, uma carta aberta endereçada ao presidente Medvedev, ao primeiro-ministro Putin - “nosso protetor”-, ao embaixador Konuzin e à Duma, bem como ao patriarca Cirilo da Igreja Ortodoxa Russa, explanava, em tons dramáticos, a situação da população sérvia no Kosovo.

¹⁴² O próprio presidente sérvio Boris Tadić envolveu-se na polêmica, declarando, dias depois, que embaixadores não deveriam participar de tal maneira em comícios políticos no país em que estão lotados (POSOL RF ..., 2011). Em resposta a críticas nesse sentido, o MID, à época, pronunciou-se em defesa do diplomata russo, afirmando que tal tipo de contato “com todas as forças políticas” do Estado em questão constitui uma “prática diplomática internacional comum” (MID ..., 2011).

Criticando a postura “vassala” do governo em Belgrado com respeito às potências ocidentais, os signatários solicitavam a recepção de cidadania russa para ter na “mãe Rússia” uma protetora efetiva (COMITÊ DOS SÉRVIOS, 2011). Em pouco tempo, a petição acumulou cerca de 20 mil assinaturas – uma cifra expressiva, levando em conta a estimativa de ao redor de 100 mil sérvios no Kosovo –, que foram encaminhadas à embaixada russa em Belgrado e, na sequência, às autoridades russas em Moscou. O paralelo com a situação na Geórgia em 2008, quando a Rússia utilizou exatamente a proteção de seus cidadãos como um dos argumentos para justificar a intervenção em favor da Ossétia do Sul (por anos, habitantes da região haviam recebido passaportes russos) logo foi levantado por analistas (SYSOIEV; CHERNENKO; YUSIN, 2011).

A petição, contudo, colocou Sérvia e Rússia em uma situação embaraçosa. Uma eventual aceitação unilateral por parte dos russos significaria uma admissão de que o governo sérvio era incapaz de proteger seus próprios cidadãos e certamente azedaria as relações entre os dois países. O então ministro sérvio para o Kosovo, por exemplo, rotulou o pedido como “incompatível com o patriotismo”. Da parte russa, oficiais como Konuzin e Lavrov, em meio às tradicionais críticas ao papel da OTAN e da UE no Kosovo e expressões de solidariedade com a difícil situação dos sérvios na região, afirmaram que as autoridades russas examinariam a viabilidade do pedido. No entretanto, o governo russo deu início ao envio de ajuda humanitária (como alimentos) aos sérvios do Kosovo (IZ RUSIJE ... , 2011).

A solicitação de cidadania acabou sendo rejeitada em dezembro. Conforme oficiais russos, ela não se adequava à legislação do país. Como espécie de compensação, Medvedev autorizou a continuidade do envio de ajuda humanitária aos sérvios do Kosovo. A chegada do comboio de caminhões russos ao destino foi conturbada pela indisposição dos sérvios locais em envolver oficiais da missão policial da UE no Kosovo na entrega dos bens. O embaixador Konuzin esteve presente na região, onde se reuniu com líderes sérvios locais (MID RF ..., 2011; SAMEDOVA, 2012; KOSOVO-BOUND ..., 2011).

Apesar do grande eco midiático e social desse e de outros episódios,¹⁴³ bem como de percepções sobre a interferência russa nos assuntos sérvios, é necessário ressaltar os limites

¹⁴³ Ao longo de toda sua controversa estadia na Sérvia, o episódio mais polêmico de Konuzin foi um ácida intervenção (não programada) no Fórum de Segurança de Belgrado de setembro de 2011. Nesse espaço tradicionalmente ocupado pela intelectualidade pró-ocidental local e por visitantes (pró)ocidentais, o embaixador russo criticou duramente a postura da OTAN e da UE quanto à questão do Kosovo (contrapondo-a ao posicionamento benigno de seu país sobre o interesse nacional sérvio), bem como, implicitamente, a conivência e subserviência do governo sérvio para com as potências ocidentais. A pedido da plateia indisposta com sua dura fala, Konuzin abandonou o recinto. O episódio pode ser visto na plataforma YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=FRrxYVXI3EI>.

práticos de tal abordagem em incidir, para além da opinião pública, nas escolhas da elite governante sérvia. Os frequentes alertas sobre os efeitos colaterais negativos da integração às estruturas euroatlânticas e as críticas ao papel da UE e da OTAN, por exemplo, bem como demonstrações de apoio aos presumidos interesses nacionais sérvios, não eram acompanhados de pressões ou estímulos da natureza dos que foram empregados por Moscou, por exemplo, para dissuadir países como Armênia, Moldova e Ucrânia de se envolverem com as estruturas euroatlânticas ou incliná-los a participar dos projetos de integração e cooperação capitaneados pela Rússia.

Nesse sentido, Miša Đurković (2012, p.2. Tradução nossa), falando especificamente sobre a atuação do embaixador russo, considerava que esta última refletia mais “[...] uma frustração do que uma demonstração de força planejada, isto é, uma intimidação que seguiria o exitoso modelo com o uso de porrete por parte de seus colegas ocidentais”. Embora tal impotência, certamente, também se devesse às limitações impostas à elite sérvia pela posição “finlandizada” do país, deve-se enfatizar a ausência, por parte da Rússia, de uma concepção estratégica similar àquela existente na zona de responsabilidade pós-soviética, indicando que o interesse russo quanto à Sérvia era, no final das contas, questionar política e ideacionalmente as práticas que expressavam o domínio ocidental nos assuntos de segurança europeia. O caso dos sérvios do norte do Kosovo é ilustrativo nesse sentido, ao demonstrar a incapacidade ou indisposição de ambos os lados em capitalizar uma questão que feria o presumido interesse da Sérvia: nem mesmo um problema tão sério como a integridade territorial foi suficiente para articular uma modalidade de cooperação em segurança mais forte e de contrapeso às potências ocidentais entre Rússia e Sérvia.

5.4. Neutralidade ou aliança ? A cooperação militar-securitária entre Rússia e Sérvia

5.4.1. O Centro Humanitário Russo-Sérvio: uma base militar russa na Sérvia ?

Para além de discussões sobre a arquitetura de segurança europeia, a referida visita de Medvedev a Belgrado em outubro de 2009 abriu as portas para outra área de relacionamento russo-sérvio com possíveis implicações de peso para a neutralidade da Sérvia ou eventuais opções de aliança militar com Moscou: a área militar e de segurança.

Um dos acordos assinados pelos dois governos no contexto da estadia do presidente russo foi o referente à cooperação na área de defesa civil. Por, ele Rússia e Sérvia, representadas, respectivamente, pelo Ministério de Situações de Emergência da Rússia (MChS)¹⁴⁴ e pelo Ministério do Interior da Sérvia (MUP), acordaram a condução de atividades conjuntas e a possibilidade de provisão de auxílio mútuo (e a países terceiros) no combate às consequências para a sociedade, bens materiais/culturais e o meio ambiente de desastres naturais e acidentes ocasionados pela atividade humana. Além do elemento humano, tal auxílio compreenderia, ainda, o emprego de equipamento e materiais necessários para a viabilização de operações conjuntas. Para facilitar a execução das atividades listadas pelo acordo, foi previsto, ainda, o estabelecimento de uma infraestrutura física no território sérvio denominada como “centro humanitário”, a ser gerido conjuntamente pelos dois países e regulado por outro acordo bilateral específico (RÚSSIA, 2009c).

Em entrevista publicada pelo jornal *Politika* no dia seguinte à assinatura do acordo, Ivica Dačić, à época ministro do interior sérvio, deu maiores detalhes sobre o funcionamento do centro, a ser localizado em Niš. Dačić enfatizou que a infraestrutura serviria de base para atividades como o combate a incêndios e aos efeitos para a população de enchentes, terremotos e acidentes químicos, bem como a remoção de minas terrestres. O ministro esclareceu, ainda, que se tratava de uma forma de cooperação “fundada no componente civil”, “absolutamente não militar”, e que funcionaria de acordo com normas da UE na área de defesa civil, na qual a Rússia já conduzia cooperação com o bloco europeu. Por fim, Dačić deixou aberta a possibilidade de estacionamento de aviões e helicópteros russos no local (GUCIJAN, 2009).

Apesar dessa aparente “inofensividade”, o acordo, no contexto da aproximação russo-sérvia de 2008-2009, chamou a atenção da mídia e de analistas, na região e no exterior, como um possível desdobramento militar da renovada presença russa nos Bálcãs. Já no dia seguinte à assinatura do acordo, a conhecida agência norte-americana Stratfor, por exemplo, publicou um texto em seu site, intitulado “Sérvia: os olhos da Rússia nos Bálcãs” (*Serbia: Russia’s Eyes in the Balkans*), no qual analisava os possíveis fins e implicações do centro humanitário a ser instalado no país balcânico.

¹⁴⁴ Tal denominação e a sigla MChS são as abreviações mais comumente utilizadas para referir-se ao órgão, cujo nome completo é Ministério da Federação Russa para Assuntos de Defesa Civil, Situações de Emergência e Eliminação de Consequências de Desastres Naturais (*Ministerstvo Rossiiskoi Federatsii po delam grazhdanskoj oborony, chrezvychainym situatsiyam i likvidatsii posledstviy stikhiinykh bedstvii*).

A agência chamou a atenção para o envolvimento do MChS, classificado como um órgão com capacidades paramilitares conectado às estruturas de segurança da Rússia, bem como de seu chefe Sergei Shoigu (futuro ministro de defesa da Rússia, a partir de novembro de 2012), membro do Conselho de Segurança Nacional da Rússia e oriundo do GRU, o órgão de inteligência militar russo. Em conjunto com esses fatores, a escolha de Niš, cidade localizada em um importante corredor de transportes, dotada de aeroporto e sede de um importante batalhão das forças armadas sérvias, era tida como um possível indicador de que essa infraestrutura poderia ser convertida para fins militares no futuro – muito embora houvesse, como reconhece o texto, sérios obstáculos para tanto, decorrentes, entre outros fatores, da presença regional da OTAN (SERBIA: RUSSIA’S ..., 2009).

Meios de comunicação da Sérvia e da região também passaram a repercutir argumentos de cunho similar. Acentuava-se, por exemplo, as possíveis utilizações do centro para operações antiterroristas. Já a localização em Niš, cidade próxima à futura estrutura do *South Stream* e ao Kosovo (que sedia a base norte-americana de *Bondsteel*), bem como boatos anônimos de que a Rússia estaria interessada no estacionamento permanente de militares russos para vigiar o equipamento do centro (incluindo aviões e helicópteros), alimentavam especulações de que o centro poderia se tornar, no futuro, uma infraestrutura militar russa na Sérvia (MATIĆ, 2009; MIHOVILOVIĆ, 2009; MILADINOVIĆ, 2010).

O analista sérvio Aleksandar Fatić (2010, p.449-452), por sua vez, conectou a suposta possibilidade de militarização do centro humanitário na Sérvia com o objetivo russo de contrabalançar o avanço da OTAN rumo às fronteiras russas, processo que havia erodido a tradicional retaguarda estratégica-militar no leste europeu conducente à segurança da URSS/Rússia. Para este autor, a instalação de uma base russa na Sérvia serviria, também, para a proteção da infraestrutura do *South Stream*. Possibilidades de cunho similar foram levantadas por Đukanović e Gajić (2012, p.59-63), em análise sobre o desenvolvimento das relações russo-sérvias. Por outro lado, Ivica Dačić, Vuk Jeremić e outros oficiais sérvios, assim como Sergei Shoigu, negavam de forma veemente qualquer possibilidade de caráter militar da instalação em Niš. Seus argumentos eram corroborados por outros analistas sérvios (BASE ... , 2010; DAČIĆ: U NIŠU ..., 2011; GUCIJAN, 2009; MILADINOVIĆ, 2010).

Se a Rússia estivesse, de fato, em busca de estabelecer uma infraestrutura militar na Sérvia, tal fato teria implicações sérias para a manutenção da neutralidade sérvia, uma vez que a presença militar estrangeira em solo sérvio configuraria uma tensão não só com a

premissa de independência subjacente a qualquer posicionamento neutro, como também contradiria disposições do direito internacional¹⁴⁵ sobre a postura de um país neutro frente a (potenciais) beligerantes.¹⁴⁶ Seria o caso, então, de a Sérvia caminhar para uma aliança militar com a Rússia e afastar-se da neutralidade, possivelmente se transformando, por exemplo, em uma espécie de “base” russa voltada contra as potências ocidentais. Nesse sentido, em que medida os laços russo-sérvios em torno do centro humanitário, de fato, apontaram para tal direcionamento ao longo do período coberto pelo presente estudo ?

O passo inicial para tal análise é a compreensão da natureza e das funções do MChS russo. O MChS faz parte das chamadas “estruturas de força” da Rússia, isto é, o conjunto de órgãos que possuem pessoal armado ou formações militarizadas. Ele surgiu no momento de dissolução da URSS e do surgimento da Rússia pós-soviética sob Yeltsin como órgão responsável primariamente por lidar com as consequências de desastres naturais ou ocasionadas pela ação humana, a exemplo de incêndios, enchentes e terremotos. Parte dos quadros do MChS é composta por militares, e o ministério também é encarregado de operações de defesa civil de forma coordenada com as forças armadas e as outras estruturas de força russas – inclusive, em período de guerra. Embora sem empregar a força militar, tropas do MChS atuaram, por exemplo, no auxílio à população civil em diversos dos conflitos pós-soviéticos ocorridos na Ásia Central, no Cáucaso e em Moldova ao longo dos anos 1990, bem como no conflito checheno dentro da própria Rússia. O ministério também possui ou possuía diversos acordos de cooperação internacional – inclusive com a OTAN, com quem chegou a conduzir exercícios conjuntos (RE NZ, 2018). A especialista em assuntos militares e de segurança russos Bettina Renz assim resume o caráter “híbrido” do MChS:

O MChS pode ser descrito como uma organização híbrida. De um lado, ele é um serviço militar com o treinamento, os armamentos, os veículos e a aviação necessários a seu dispor; do outro, *ele é responsável por missões de caráter inteiramente humanitário nas quais seu treinamento e equipamento militares são utilizados somente para o propósito de autodefesa* (RE NZ, 2005, p.568. Tradução e grifo nossos.)

Além dessas potenciais limitações para a atuação militar do MChS, é necessário levar em conta, ainda, o contexto das negociações para o estabelecimento do centro humanitário na Sérvia. Informações dos bastidores disponibilizadas pela plataforma *Wikileaks*

¹⁴⁵ Particularmente as Convenções de Haia mencionadas no capítulo introdutório deste trabalho. Ver nota de rodapé 8, página 19.

¹⁴⁶ Nesse sentido, Novaković (2016, p.289) ressalta que – admitindo o ponto de vista da Sérvia sobre sua integridade territorial - a presença e a infraestrutura militar da KFOR no Kosovo não representa uma violação da neutralidade, uma vez que a missão está subordinada a um mandato internacional conferido pelo CSNU.

indicam que a Rússia, de fato, não buscou junto a seus interlocutores sérvios que a instalação tivesse caráter militar. Em vez de soldados, portanto, o centro teria somente “bombeiros” e lidaria primariamente com o tipo de atividades comumente exercidas pelo MChS e que estão indicadas no acordo de 2009. Além disso, ainda que o governo russo desejasse estabelecer uma infraestrutura militar, Moscou encontraria resistência dentro da Sérvia. Nos bastidores, o ministério da defesa sérvio – na época chefiado pelo atlanticista Dragan Šutanovac (pertencente ao DS) –, manifestava ceticismo quanto a qualquer tipo de presença permanente russa no país. Por fim, o próprio Ivica Dačić, signatário do acordo de 2009 com a Rússia, afirmou à embaixada norte-americana em Belgrado que não havia intenção de sediar uma base russa em Niš (ĐURKOVIĆ, 2012, p.12; NINIĆ, 2012). A concepção do centro, portanto, é consonante com as percepções russas sobre o tipo de atuação da Rússia nos Bálcãs e os interesses e implicações desta região para a segurança do país.

Em abril de 2012, Rússia e Sérvia finalmente assinaram novo acordo específico referente à instalação do centro, que levaria o nome de Centro Humanitário Russo-Sérvio (CHRS). Entre as atividades a serem conduzidas pelo centro, encontram-se aquelas já indicadas no documento de 2009 e no discurso público de oficiais russos e sérvios: prevenção e eliminação das consequências de situações de emergência (como apagamento de incêndios); prestação de auxílio à população exposta a situações de emergência; realização de projetos na Sérvia e nos países da região dos Bálcãs, inclusive a remoção de minas; treinamento e qualificação de especialistas na prevenção e eliminação de consequências de situações de emergência; realização de testes e demonstrações de tecnologias de resgate e combate a incêndios; por fim, outras questões que não “contradigam os objetivos de estabelecimento do centro”. Não constam explicitamente, portanto, menções a atividades contraterroristas ou outras de natureza militar. Os funcionários russos do CHRS receberiam status de pessoal administrativo-técnico lotado junto à embaixada da Rússia em Belgrado. Nesse último ponto, contudo, o acordo de 2012 deixou indefinida a situação quanto à imunidade e aos privilégios do centro e de seus funcionários, questão que seria objeto de novo acordo futuro (RÚSSIA, 2012). Como será visto adiante, essa questão viria a fomentar, após a crise ucraniana, novas polêmicas sobre o caráter do CHRS.

Desde o início do funcionamento do CHRS, em 2012, o centro tem atuado nos moldes previstos por seu acordo. Sua intervenção foi tida como relevante, por exemplo, no auxílio à população quando das grandes enchentes que assolaram a Sérvia e a Bósnia e

Herzegovina no primeiro semestre de 2014. O CHRS também participou de atividades relacionadas à acomodação de migrantes dentro da Sérvia durante o grande fluxo destes para a Europa em 2014-2015 (LOBANOV, 2016, p.237; PETA ..., 2017). Por fim, outro indício de que o centro não se encaminhou secretamente para atividades militares (ou de inteligência, como também se tem ventilado) é o fato de ele ser aberto à visita – inclusive, para diplomatas e jornalistas ocidentais (SAMORUKOV, 2017, p.13). A julgar por tais indicadores, o centro não representou, no período coberto por esse estudo, uma reversão da abordagem básica da Rússia com respeito à presença militar e à natureza de seus interesses na região dos Balcãs, exposta no capítulo anterior. De todo modo, discussões sobre a natureza do centro humanitário na Sérvia continuaram e foram acirradas, como se verá adiante, pela crise ucraniana.

5.4.2. A participação da Sérvia na OTSC

Fora o CHRS, os laços entre Rússia e Sérvia no campo militar e de segurança gradualmente ganharam outros desdobramentos. Um deles foi a participação da Sérvia na OTSC, a aliança militar/organização de segurança coletiva liderada pela Rússia no espaço pós-soviético.

A OTSC surgiu em maio de 1992 como o Tratado de Segurança Coletiva (TSC) pouco após a dissolução oficial da URSS. Dado o malogro da tentativa de formação de forças armadas unificadas da CEI, a iniciativa do tratado era forjar a cooperação militar entre os países da região. O acordo propunha, por exemplo, a coordenação de políticas de segurança entre os Estados membro, a proibição de seu ingresso em alianças consideradas hostis a outros signatários e a existência de uma cláusula de defesa mútua. Em 2002, primariamente como resposta aos desafios de segurança suscitados pela situação no Afeganistão e a presença dos EUA na Ásia Central, a organização foi reformulada como a OTSC, tendo como seus membros, além da Rússia, Armênia, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e, de 2006 a 2012, Uzbequistão (DEYERMOND, 2018, p.421-422).

A partir de seu foco inicial na guerra interestatal clássica, a OTSC, desde a reformulação de 2002, deslocou crescentemente sua atenção para questões como o terrorismo, o tráfico de drogas, missões de paz, cybersegurança e revoluções coloridas. De maneira similar ao que ocorre com a OTAN, a dimensão de segurança coletiva da OTSC, além da

formação de órgãos próprios de discussão e tomada de decisão colegiada, encontrou sua institucionalização na condução de exercícios militares e, de forma menos exitosa, na formação de unidades de combate e sistemas de defesa geridos conjuntamente (DEYERMOND, 2018, p.422-424). Por outro lado, Novaković (2016, p.280) acentua que a OTSC não possui cláusulas e mecanismos que impliquem o automatismo da defesa coletiva entre seus membros, tais quais os existentes na OTAN e, em menor escala, na UE.

Por via da assimetria relativa de capacidades em comparação com os outros membros, a Rússia tem exercido papel dominante na OTSC – embora, evidentemente, não absoluto – nas dimensões política, organizacional, ideológica e militar. A OTSC é tida por Moscou como uma organização central na provisão de segurança na região da CEI, particularmente - como indica a própria composição de seus membros – no que diz respeito à Ásia Central, onde constitui veículo para o exercício das abordagens russas para problemas de segurança locais. Uma vez que os compromissos assumidos pelos membros da OTSC subtendem a restrição de seu relacionamento securitário com outros Estados, ela também configura, por extensão, uma maneira de resguardar os interesses estratégicos da Rússia em sua “zona de responsabilidade” em detrimento de outros atores externos (DEYERMOND, 2018, p.424-428).

Em outubro de 2010, parlamentares sérvios foram convidados por seus homólogos russos a participarem, como observadores, na Assembleia Parlamentar da OTSC. Oficialmente, convite foi estendido por Boris Gryzlov, então presidente desta organização. A lógica seguida pelos deputados russos era a de que a participação da Sérvia nesse órgão constituiria um contrapeso à participação permanente da delegação do país na Assembleia Parlamentar da OTAN. O argumento implícito era o de que, desse modo, a política de neutralidade sérvia ganharia mais credibilidade e consistência (MRDIĆ, 2010; SERBIYA MOZHET ..., 2011).

A Assembleia Parlamentar da OTSC foi instituída em 2006 como um espaço em que representantes dos países da organização poderiam discutir, entre outros, questões de sua cooperação nas áreas militar, política e jurídica internacionais. A partir de tais discussões, o órgão é responsável por confeccionar recomendações aos parlamentos nacionais e ao Conselho de Segurança Coletiva - a instância executiva máxima da OTSC, composta pelos chefes de Estado dos países membro - e outros órgãos da própria OTSC. Até o momento, os três presidentes da Assembleia foram figuras conhecidas do *establishment* político russo.

Todos tinham em comum o fato de acumularem, ao mesmo tempo, a função de presidente da Duma: Boris Gryzlov,¹⁴⁷ de 2006 a 2012; Sergei Naryshkin,¹⁴⁸ de 2012 a 2016; e Vyacheslav Volodin,¹⁴⁹ a partir de 2016 (DEYERMOND, 2018, p.422; ASSEMBLEIA ..., 2019).

Por determinado período, a questão da participação da Sérvia na OTSC ficou em *stand by* em virtude, supostamente, da relutância das lideranças russas e do MID em lidar com um país neutro. A situação mudou, contudo, com a ascensão do SNS ao poder na Sérvia, período que coincidiu, conforme o referido Gryzlov, com o desejo russo de construir uma parceria estratégica com a Sérvia. O governo liderado pelo partido de Aleksandar Vučić e Tomislav Nikolić, então, aceitou o convite russo e enviou uma solicitação de acesso à Assembleia Parlamentar da OTSC. A entrada da Sérvia, em seguida, foi oficializada em abril de 2013 (MUKHIN, 2013).

Na Rússia, o fato chamou a atenção de analistas e de oficiais. Para Gryzlov, que havia viabilizado o ingresso da Sérvia no ano anterior, aquele havia sido “o primeiro passo” rumo à parceria estratégica que a Rússia buscava construir com a Sérvia. Já seu sucessor à frente da Assembleia Parlamentar, Naryshkin, classificou o evento como uma confirmação da “séria influência” do órgão na arena internacional. Em tom similar, o secretário-geral da OTSC, Nikolai Bordyuzha, definiu o acontecimento como uma “extensão das fronteiras da OTSC” e o “fortalecimento” de sua autoridade. Por fim, houve aqueles que enxergavam cenários de maior impacto na elevação dos contatos da Sérvia com a OTSC. Para o ex-general Leonid Ivashov, um dos protagonistas da Marcha para Priština de 1999, conhecido por suas visões de linha dura sobre a política externa russa, tratava-se de um primeiro passo no sentido de desenvolvimento das relações entre Rússia e Sérvia, inclusive no campo militar, e no sentido de fortalecer a posição de Belgrado quanto à questão do Kosovo. Ivashov até mesmo admitia uma possibilidade futura de envio de tropas e de auxílio militar da OTSC para a Sérvia (MUKHIN, 2013; GREKOV, 2013).

Na prática, a modalidade de participação da Sérvia na OTSC parece ter influência e consequências limitadas sobre a política de segurança sérvia, bem como sobre seus laços nessa área com a Rússia. Ainda no momento de oficialização da participação da Sérvia, o

¹⁴⁷ Ex-presidente e um dos atuais líderes do Rússia Unida, Gryzlov também foi membro do Conselho de Segurança da Federação Russa.

¹⁴⁸ Chefe da administração presidencial de Dmitri Medvedev e, a partir de 2016, chefe da SVR. Naryshkin também é membro do Conselho de Segurança da Federação Russa.

¹⁴⁹ Membro do Conselho de Segurança da Federação Russa. Em sua atuação na Duma, Volodin também é tido como um dos responsáveis pela guinada ideológica conservadora/nacionalista a partir do terceiro mandato presidencial de Vladimir Putin (ZYGAR, 2016, p.293-309).

próprio secretário Bordyuzha enfatizava a diferença qualitativa entre o status de observador restrito à Assembleia Parlamentar e aquele de observador na OTSC como um todo. Na ausência desta última dimensão, conforme o político russo, a Sérvia não tomaria parte em atividades da OTSC em si. Bordyuzha afirmou, ainda, que uma eventual entrada da Sérvia como participante plena da aliança não chegou a ser discutida (MUKHIN, 2013).

O exame da participação da delegação de deputados sérvios na Assembleia Parlamentar da OTSC também corrobora a percepção do efeito restrito de tal modalidade de cooperação. O órgão constitui não tanto um canal de coordenação de políticas com o governo russo, e sim um espaço para a comunicação de posicionamentos da Sérvia sobre temas de política internacional e nos Bálcãs, bem como assuntos de interesse dos membros da aliança, incluindo garantias do status neutro do país balcânico.¹⁵⁰ De modo geral, o tema da Assembleia Parlamentar da OTSC na pauta russo-sérvia parece, desse modo, seguir as concepções indicadas originalmente por seus propositores russos: criar um contrapeso, ainda que simbólico, à cooperação da Sérvia com a OTAN e reforçar sua imagem como um país que, por via de sua neutralidade, apresenta-se como amigável à Rússia na segurança europeia.

5.4.3. Os acordos militares russo-sérvios

A cooperação militar russo-sérvia, como já dito anteriormente neste trabalho, começou a ganhar maior escopo logo após a chegada do SNS ao poder na Sérvia. Em um intervalo de pouco mais de três meses após sua vitória eleitoral de maio de 2012, o presidente sérvio Tomislav Nikolić viajou à Rússia duas vezes para reunir-se com Vladimir Putin. Na primeira delas – também a primeira após sua eleição, ainda em maio -, Nikolić garantiu a Putin que a Sérvia “nunca será parte da OTAN” (SYSOIEV, 2012).

Na segunda, em setembro, os dois mandatários discutiram as possibilidades de cooperação no setor militar. Ainda no segundo semestre de 2012, Dmitri Rogozin encontrou-se em Belgrado com Aleksandar Vučić, então no cargo de ministro da defesa. Na ocasião, os dois acordaram projetos de modernização de armamentos e possibilidades de construção de uma fábrica de veículos blindados na Sérvia. Em maio de 2013, por fim, Vučić e Shoigu acordaram a concessão de crédito russo para que a Sérvia adquirisse, junto a Moscou, seis caças MiG-29 e dois sistemas de radar. Tais aquisições representariam, para a Sérvia, a

¹⁵⁰ O site do parlamento sérvio (<http://www.parlament.gov.rs/narodna-skupstina-.872.html?SearchText=odkb>) provê cobertura regular sobre a participação da delegação do país na Assembleia Parlamentar da OTSC.

possibilidade de modernização da frota de sua força aérea, a qual contava com antigos jatos soviéticos que aproximavam-se da exaustão de sua vida útil (LOBANOV, 2014, p.94, 97-98; 2016, p.254).

Ainda em maio de 2013, Vladimir Putin e Tomislav Nikolić selaram o acordo de parceria estratégica entre Rússia e Sérvia, sobre o qual tratativas vinham sendo conduzidas desde governos anteriores aos liderados pelo SNS (MIHAJLOVIĆ, 2013). O documento ecoa o típico discurso russo sobre a construção de uma ordem mundial multipolar, a autoridade da ONU e o respeito mútuo a elementos como a soberania e a integridade territorial dos signatários. Elementos da época do TSE de Medvedev também estavam presentes, indicando a permanência do pensamento russo sobre a arquitetura de segurança europeia. O documento, por exemplo, fala na “[...] contribuição para o estabelecimento, no espaço de Vancouver a Vladivostok, de um sistema de segurança mais efetivo e universal, que leve em conta os interesses de todos os membros da comunidade internacional” (RÚSSIA, 2013b. Tradução nossa.). Para questões do domínio estritamente bilateral, a declaração também mencionava consultas e a coordenação de posicionamentos em questões regionais e internacionais de interesse mútuo. Por fim, no que tange à questão militar, o documento falou na “[...] extensão da cooperação militar em bases duradouras” (RÚSSIA, 2013b. Tradução nossa.).

Tais disposições foram materializadas em acordo celebrado no final do mesmo ano. O “Acordo entre o governo da Federação Russa e o governo da República da Sérvia sobre cooperação militar” traçou como modalidade de cooperação, entre outros, a realização de exercícios conjuntos (ou a presença de um dos lados como observador) e a educação e o treinamento militares, bem como a realização de consultas e contatos bilaterais regulares sobre a área. Por fim, o documento não impõe qualquer restrição aos direitos e obrigações assumidos por Rússia e Sérvia em outros acordos internacionais separados dos quais eram parte. É digno de nota que o acordo de 2013 não possui cláusulas de provisão de auxílio mútuo, novamente sugerindo a satisfação da Rússia com o caráter neutro da Sérvia, embora o acordo não contenha quaisquer menções explícitas à neutralidade. Por outro lado, por fim, o documento também menciona a possibilidade de outras formas de cooperação acordadas pelos dois lados (RÚSSIA, 2013c). Este último fator, evidentemente, abre espaço para novos tipos de articulação militar futura entre Rússia e Sérvia com possíveis implicações para os temas da neutralidade/aliança.

5.5. Os ecos da Ucrânia

Como no caso da Guerra Russo-Georgiana e suas consequências, o tensionamento das relações entre a Rússia e as potências ocidentais subsequente à crise política e ao conflito na Ucrânia refletiu-se sobre o posicionamento internacional da Sérvia. A anexação da Crimeia ocasionou uma reedição do dilema posto aos líderes sérvios em 2008, quando do reconhecimento das independências de Abecásia e Ossétia do Sul pela Rússia. Oficiais russos, incluindo o próprio presidente Putin, traçavam paralelos entre o direito à autodeterminação da Crimeia com aquele do Kosovo, empregando lógica similar àquela utilizada pelas potências ocidentais nos Bálcãs para justificar a separação e posterior anexação russa da região que pertencia à Ucrânia (ROTARU; TRONCOTĂ, 2017). A própria declaração de independência feita pelo parlamento da Crimeia afirma levar em conta o veredicto da CIJ sobre o Kosovo em 2010, segundo o qual declarações unilaterais de independência feitas por regiões de Estados não constituem violação de normas do direito internacional (CRIMEIA, 2014).

Um primeiro teste relevante para o posicionamento da Sérvia foi a votação, em 27 de março de 2014, de uma resolução sobre o respeito à integridade territorial ucraniana apresentada por Kiev na Assembleia Geral da ONU. A Sérvia foi um dos vinte e quatro países que não compareceram à votação. Cem Estados membro da ONU, incluindo os EUA e a totalidade dos membros da UE, apoiaram a resolução pró-ucraniana, ao passo que onze, incluindo a Rússia, foram contra. Os cinquenta e oito restantes se abstiveram (ONU, 2014). Na esteira da anexação da Crimeia, Aleksandar Vučić, então vice-primeiro ministro da Sérvia, afirmou que seu país permaneceria neutro com respeito à crise ucraniana e jamais seria um “inimigo” da Rússia. Tal posicionamento foi saudado por Aleksandr Chepurin, o embaixador russo em Belgrado desde setembro de 2012, como “correto” (BILBIJA, 2014).

Posicionamentos similares por parte da Sérvia vieram a se tornar um aspecto frequente da política externa do país balcânico, gerando potenciais problemas com sua integração à UE. Após tornar-se oficialmente candidata ao acesso, em março de 2012, e iniciar as negociações para tanto em janeiro de 2014, a Sérvia assumiu o compromisso com a progressiva harmonização de sua política externa com a política externa comum da UE (o 31º dos 35 capítulos de requisitos avaliados para a admissão). Ao contrário dos anos subsequentes à Guerra Russo-Georgiana, o ambiente internacional de 2012 até a crise ucraniana havia se acalmado, de forma que as atividades comunitárias da UE em política externa diminuiu,

inclusive no que tange a controvérsias referentes à Rússia. Com efeito, os anos de 2012 e 2013 foram marcados por uma harmonização praticamente completa das posições da Sérvia com aquelas da UE. Tal quadro predominantemente favorável ao governo sérvio, contudo, começou a mudar após a crise ucraniana (PERKUČIN; NOVAKOVIĆ, 2015).

Em 2014, o percentual de harmonização da Sérvia caiu para ao redor 50% (cifra significativamente menor do que as de outros candidatos dos Bálcãs, à exceção da Bósnia-Herzegovina), sendo as iniciativas da UE referentes à soberania e à integridade territorial da Ucrânia grandes responsáveis por tal queda. A Sérvia não aderiu, por exemplo, às sanções direcionadas a oficiais e entidades russas introduzidas naquele ano. Apesar de flutuações em termos percentuais de 2015 a 2018, o padrão de alinhamento da Sérvia seguiu basicamente o mesmo: apesar de permanecer reconhecendo oficialmente a integridade territorial ucraniana tal qual entendida em Kiev e nas principais capitais ocidentais, o país continuou não endossando as sanções antirrussas e outras declarações de viés pró-ucraniano, bem como críticas da atuação da Rússia com respeito à Ucrânia. Em questões como o conflito na Síria, a Sérvia também tendeu a não aderir a posicionamentos da UE críticos ao envolvimento da Rússia no Oriente Médio (NOVAKOVIĆ; ALBAHARI; BOGOSAVLJEVIĆ, 2019; NOVAKOVIĆ; MILENKOVIĆ, 2016; NOVAKOVIĆ; PERKUČIN, 2017; PAVKOVIĆ; PERKUČIN; NOVAKOVIĆ; BOGOSAVLJEVIĆ, 2018; PERKUČIN; NOVAKOVIĆ, 2015). Com o passar dos anos, garantias direcionadas à Rússia (e alertas às potências ocidentais) de que tal comportamento não mudaria viraram um tema de praxe para oficiais sérvios do mais alto escalão, como Aleksandar Vučić, Ivica Dačić e Tomislav Nikolić (SERBIA SAYS ..., 2016; SERBIA WILL ..., 2014; TOMISLAV ..., 2016).

Tal política da Sérvia chamou a atenção das potências externas. Embora, até o momento, o capítulo 31 não tenha sido explicitamente aberto nas negociações de acesso, relatórios da Comissão Europeia têm rotineiramente mencionado as ocasiões de não alinhamento da Sérvia com a UE em questões referentes à Rússia e apelado para a “melhoria” de tal quadro (COMISSÃO EUROPEIA, 2014, 2015, 2016, 2018c). Dos EUA, também vieram pressões implícitas à tentativa de neutralidade por parte da Sérvia. Em uma ocasião que chamou bastante atenção do público local no final de 2017, um diplomata norte-americano responsável por assuntos balcânicos declarou que “não se pode sentar em duas cadeiras ao mesmo tempo, especialmente se elas estão tão longe entre si”, suscitando rechaço de oficiais sérvios (SIMIĆ, 2017).

Em nível oficial, a Rússia, por sua vez, continuou a insistir no ponto de vista ambíguo que havia se consolidado em anos anteriores, embora com maior acento nas dificuldades surgidas após a crise ucraniana. Em documento do MID publicado em 2016, os Bálcãs, em virtude dos fatores históricos, culturais e religiosos que conectam os povos eslavos ortodoxos, foram classificados como um eixo de tradicional e contínuo interesse na política externa russa. Apesar do reconhecimento implícito de que a região se desenvolvia sob a égide da UE, destacou-se que a Rússia possuía “[...] questionamentos quanto a parte dos métodos utilizados em Bruxelas para a realização de sua estratégia nos Bálcãs” (RÚSSIA, 2016. Tradução nossa.).

A crítica referia-se exatamente às possibilidades de conciliação entre a integração europeia e o relacionamento com países fora da UE. Para a Rússia, era “[...] de princípio importante que a entrada dos países do sudeste da Europa na UE não estabelecesse novas linhas divisórias na Europa” (RÚSSIA, 2016. Tradução nossa.) que pudessem colocar tais Estados diante de uma artificial escolha entre a UE e a Rússia, como ocorre após a implementação das sanções antirrussas emanadas por Bruxelas. É interessante notar, nesse sentido, a ausência de menções a projetos de integração russos para a região, o que, de forma concomitante ao implícito reconhecimento da primazia da UE nos Bálcãs, sinaliza a permanência do pensamento de “zonas de responsabilidade” em Moscou. Ainda assim, a marginalização da Rússia implicada pelas sanções da UE assume papel importante e com potenciais consequências materiais negativas. No que tange à OTAN, por fim, o documento afirma a contrariedade da Rússia à expansão da aliança nos Bálcãs, que suscitaria a tomada de respostas por parte de Moscou (RÚSSIA, 2016).

De forma similar ao período pré-crise ucraniana, oficiais russos continuaram a tentar interferir no debate público sobre a posição internacional da Sérvia tendo em vista o problema das sanções e do alinhamento com a UE. Logo após mais uma vitória parlamentar do SNS, em abril de 2016, Aleksandar Vučić, em meio a negociações para a formação da coalizão governante na Sérvia, ouviu de Putin, em visita a Moscou em maio, o desejo de que indivíduos dedicados ao desenvolvimento das relações entre Rússia e Sérvia tivessem garantido um “lugar digno” no governo sérvio (LOBANOV, 2016, p.248-249).

Embora estilisticamente menos ácido do que seu predecessor, o novo embaixador Chepurin, por sua vez, já vinha, desde antes da crise ucraniana, dando continuidade aos métodos tradicionais pelos quais a Rússia vinha tentando fazer valer seu ponto de vista sobre

a integração euroatlântica da Sérvia. Chepurin, por exemplo, afirmou que a entrada da Sérvia na OTAN constituía uma linha vermelha para a Rússia, e que embora Moscou nada tivesse contra o ingresso da Sérvia na UE em si mesmo, ele não deveria ocorrer às custas do bom relacionamento russo-sérvio (ČEPURIN: BILO BI ... , 2013). Em entrevista ao semanário NIN, o embaixador russo afirmou que a Rússia estava “satisfeita” com o fato de a Sérvia não planejar entrar na OTAN (ALEKSANDAR ..., 2013).

Após a crise ucraniana, tais mensagens da Rússia para a sociedade sérvia ganharam uma amplificação. Em linha com as características do “conflito assimétrico” entre as potências descritas por Dmitri Trenin (ver tópico 2.5), a dimensão informacional tornou-se uma arena de novas iniciativas russas na Sérvia. Em 2014, foi criada no país uma filial da *Rossiya Segodnya* (“Rússia Hoje”), agência responsável pela criação de um portal de notícias no país balcânico (LOBANOV, 2016, p.256). Em uma época na qual a Rússia abraçou o chamado “*soft power*” (*myagkaya sila*) como instrumento de asserção do interesse nacional – o termo figura no Conceito de Política Externa de 2013 -, a *Rossiya Segodnya* surgiu exatamente no período dos protestos que geraram a crise ucraniana, em dezembro de 2013, como guarda chuva para diversas agências russas. Ela seria dirigida pelo controverso apresentador da televisão estatal russa Dmitri Kiselyov, tido como uma espécie de porta-voz ideológico do Kremlin (BECHEV, 2017, p.226-228; SAKWA, 2017, p.189).

Na Sérvia, o principal desdobramento dessa nova tendência na política externa russa no período pós-crise ucraniana foi a abertura de uma filial da agência Sputnik News em 2015. O portal veio a se somar a uma série de outras organizações (como a filial sérvia do portal *Russia Beyond the Headlines*) no país em um esforço de conformar o debate público local de uma maneira favorável ao interesse e às visões de mundo da Rússia.¹⁵¹ Nesse sentido, capitaliza-se, como já faziam os oficiais russos, o sentimento russófilo e o ressentimento antiocidental enraizados entre os sérvios e já presentes no cenário midiático local, dando voz a opiniões não veiculadas comumente nos principais meios de comunicação sérvios (BECHEV, 2017, p.237-238; SAMORUKOV, 2017, p.40; TRAPARA, 2016a, p.215). O objetivo principal, como resumiu Dimitar Bechev (2017, p.236-237,243), tem sido construir uma imagem positiva da Rússia, ao mesmo tempo que se busca desacreditar os EUA e a UE. Embora a Rússia, como destaca este autor, tenha continuado essencialmente incapaz de controlar a política externa de países balcânicos como a Sérvia e de desafiar o domínio

¹⁵¹ Para uma discussão sobre outros meios e organizações ligadas ao “*soft power*” russo, ver Bechev (2017, p.225-244) e Szpala (2014).

regional dos EUA e da UE, a influência angariada a partir do “*soft power*” - do qual as agências de comunicação são tidas como parte importante – consegue avançar a imagem da Rússia como um polo de poder em pé de igualdade com as potências ocidentais – i.e., exatamente um dos elementos da concepção russa da arquitetura de segurança europeia.

5.5.1. A cooperação militar russo-sérvia e suas implicações no período pós-crise ucraniana

Na última seção do segundo capítulo deste trabalho, bem como no capítulo quatro, foram discutidos os desdobramentos militares da revigorada rivalidade entre a Rússia e as potências ocidentais e suas implicações sobre os Bálcãs. Estas tendências ocorreram em paralelo ao fortalecimento das relações militares e de segurança entre Rússia e Sérvia, às quais também já se fez breve menção no capítulo anterior e na introdução. Esta seção tem por objetivo discutir em maior detalhe as relações entre as duas questões e suas implicações sobre a neutralidade e as possibilidades de uma aliança militar russo-sérvia.

O ano da erupção do conflito armado na Ucrânia teve importantes marcos para o desenvolvimento das relações entre Rússia e Sérvia no campo de segurança. Em outubro de 2014, Vladimir Putin repetiu o feito de Dmitri Medvedev e visitou Belgrado na época do aniversário da liberação da capital sérvia na Segunda Guerra Mundial, que completava 70 anos. Para além da tradicional pompa que acompanha as estadias dos líderes russos na Sérvia, a visita teve como resultado concreto a assinatura de um novo acordo de cooperação militar-técnica. Desta vez, ele foi centrado especificamente na regulação da transferência e manutenção de equipamento (RÚSSIA, 2014). Assim como seu predecessor, o documento, certamente mais por sua natureza eminentemente técnica, não se dedicou ao aspecto político: não há, por exemplo, menções à neutralidade militar ou à defesa mútua entre Rússia e Sérvia.

Pouco tempo depois da visita de Putin, o acordo militar de 2013 teve seus primeiros frutos em termos de exercícios militares. Em novembro de 2014, a setenta quilômetros da fronteira da Sérvia com a Croácia – um membro da OTAN -, Rússia e Sérvia executaram o primeiro exercício conjunto em sua história recente. Cerca de 400 soldados dos dois países, 207 dos quais paraquedistas russos, ensaiaram uma operação antiterrorista no exercício SREM 2014. Em setembro de 2015, uma modalidade de exercícios realizada por Rússia, Sérvia e Belarus, o “Irmandade Eslava” (*Slavyanskoye bratstvo*), foi conduzida nos arredores de Novorossiisk, cidade portuária na costa russa do Mar Negro. Ainda em 2015, no

mês de outubro, Rússia e Sérvia lançaram a série de exercícios aéreos BARS, realizada pela primeira vez na Rússia. No ano seguinte, caças e helicópteros russos voaram no céu sérvio com a realização do BARS no país balcânico. A julgar pelas declarações de oficiais e da mídia (pró)russa na Sérvia, a Rússia tem utilizado tais oportunidades para avançar sua abordagem de problemas de segurança: o mencionado “Irmandade Eslava” de 2015, por exemplo, treinou operações com cenários similares a “revoluções coloridas” (BECHEV, 2017, p.188; LOBANOV, 2016, p.254; PIVOVARENKO, 2018; SOKOLOV, 2015; V SERBII ..., 2016). Nos anos subsequentes, os exercícios russo-sérvios (e bielorrussos) tiveram continuidade, embora, como já ressaltado no capítulo anterior, com frequência muito menor do que as atividades desse cunho realizadas pela Sérvia com a OTAN e seus Estados-membro.

As mencionadas negociações para a aquisição de armamentos russos de 2012-2013, por sua vez, tiveram continuidade, embora com dificuldades de concretização. Para o analista militar sérvio Aleksandar Radić (2016), a demora em receber o equipamento russo se devia a fatores como a falta de recursos financeiros do governo sérvio. A primeira entrega, de fato, ocorreu somente em abril de 2016, quando a Sérvia recebeu dois helicópteros russos do tipo Mi-8. Esse ano foi, também, de mais negociações de transferência de equipamento militar russo, incluindo caças e sistemas antimíssil. Em dezembro, por exemplo, os governos russo e sérvio acertaram a transferência de seis caças MiG-29 e trinta tanques T-72. A entrega dos MiGs ocorreu ao longo de outubro de 2017 observando o simbolismo característico do oficialismo russo-sérvio: a cerimônia de apresentação dos caças ocorreu no 73º aniversário da liberação de Belgrado, com a presença do presidente Aleksandar Vučić e de Sergei Shoigu (BECHEV, 2017, p.189; LOBANOV, 2016, p.247, 254; SHOIGU ..., 2017).¹⁵²

Em contraste com o desenvolvimento da cooperação russo-sérvia em treinamentos e na venda de equipamento militar, o CHRS, apesar dos desejos russos, não avançou da maneira esperada. Como exposto no tópico 5.4.1, o acordo de 2012 sobre o estabelecimento do centro deixou em aberto a concessão de imunidade e benefícios diplomáticos para o pessoal do CHRS. Este problema permaneceu presente na pauta bilateral entre Rússia e Sérvia nos anos seguintes. De acordo com oficiais do centro, a recepção de tal status facilitaria a

¹⁵² Com relação aos MiGs adquiridos pela Sérvia, uma curiosidade importante e ilustrativa do estado de tensões na segurança europeia marcou a logística de entrega dos caças. Não se sabia se Bulgária e Romênia, membros da OTAN, permitiriam que os aviões voassem para a Sérvia passando por seus espaços aéreos (episódio que remete aos problemas de logística enfrentados pela Rússia na Marcha para Priština de 1999). Aleksandar Vučić, então, sugeriu que os jatos fossem transportados desmontados, como de fato aconteceu em outubro de 2017 (BECHEV, 2017, p.276; RUSSIA FORMALLY ..., 2017). Em abril de 2018, a Sérvia acertou a aquisição de mais quatro MiG-29s – desta vez, de Belarus (SERBIA RECEIVES ..., 2018).

aquisição de equipamento necessário para suas atividades, uma vez que, com um eventual tratado, não mais seria necessário o pagamento de impostos e tarifas de importação (DIREKTOR ..., 2017). Nesse sentido, esperava-se que um acordo fosse assinado durante a referida visita de Putin a Belgrado em outubro de 2014, o que acabou não acontecendo. A não assinatura foi atribuída a pressões ocidentais (RADIĆ, 2016; ZORIĆ, 2017). Conforme o semanário alemão *Der Spiegel*, a primeira-ministra alemã Angela Merkel, que após a crise ucraniana havia manifestado preocupações com a potencial atuação russa nos Bálcãs (citando especificamente a Sérvia) pressionou Vučić a não assinar o acordo sobre o CHRS, temendo que este pudesse se transformar em um centro de espionagem russo (BLOME et.al., 2014).

O descontentamento russo com a situação foi expresso de maneira bastante evidente no início de 2016. Em fevereiro daquele ano, o parlamento sérvio ratificou o chamado acordo NSPO com a OTAN, que concedeu imunidade diplomática, liberdade de trânsito e acesso à infraestrutura militar sérvia a representantes da agência logística da aliança – benefícios similares aos que eram buscados por Moscou para o CHRS. Paralelamente ao desenvolvimento dos laços militares russo-sérvios, este constituía mais um passo de aproximação da Sérvia à aliança militar ocidental. Em 2015, como mencionado no capítulo anterior, entrou em vigor o acordo IPAP com a OTAN, que estabeleceu os marcos para uma série de atividades políticas (incluindo uma espécie de “diplomacia pública” dentro do país sobre a cooperação com a OTAN) e militares (como treinamentos e a destruição de “armamentos supérfluos”). Além do IPAP, tecnicamente similar aos planos procurados por países que desejam ingressar na OTAN, o ano de 2015 marcou a ratificação do acordo SOFA, que regula a estadia de tropas de países participantes de atividades da OTAN na Sérvia (BECHEV, 2017, p.190; LOBANOV, 2016, p.235-236, 244-245; RADOSAVLJEVIĆ, 2017).

Muito embora os novos acordos com a OTAN não tenham estabelecido que a Sérvia desejava entrar na aliança, nem que esta tenha adquirido plena liberdade de atuação no país – críticos sugeriam se tratar de uma quase ocupação-¹⁵³ tal aproximação suscitou fortes críticas da oposição e de setores pró-russos da cena política sérvia.¹⁵⁴ No início de 2016, às

¹⁵³ O acordo SOFA, por exemplo, regula a estadia de tropas uma vez estacionadas em território sérvio. Já o passo anterior, isto é, a decisão de receber as tropas, continua alvo de acordos separados a serem aprovados pelo governo sérvio, como coloca o documento (SÉRVIA, 2014, p.2).

¹⁵⁴ Em sua coluna no tradicional jornal *Politika*, o atual deputado de oposição Đorđe Vukadinović (2016. Tradução nossa), editor do portal Novo Pensamento Político Sérvio, afirmou que “Talvez a Sérvia não entrou formalmente na OTAN, mas a OTAN entrou consideravelmente na Sérvia”. Em reação a tal tipo de crítica, o então presidente Tomislav Nikolić publicou um texto no jornal *Večernje novosti* negando este tipo de argumento e enfatizando que as modalidades de cooperação estabelecidas com a OTAN não violavam a neutralidade sérvia (NIKOLIĆ, 2016).

vésperas de eleições parlamentares, grupos nacionalistas e pró-russos da Sérvia mobilizaram protestos anti-OTAN em Belgrado e em outras cidades sérvias com milhares de pessoas. Com bandeiras da Rússia, *banners* de Putin e slogans como “A Sérvia não é uma colônia da OTAN”, as manifestações tiveram ampla cobertura de agências russas como a RT e a Sputnik. Em um dos protestos, os manifestantes dirigiram-se do centro de Belgrado até a embaixada russa para solicitar apoio (1,000s ..., 2016; BECHEV, 2017, p.236; PROTEST ..., 2016; SERBS ..., 2016).

Oficiais russos aproveitaram a ocasião para exercer críticas implícitas ao governo sérvio. Maria Zakharova, por exemplo, afirmou que a relação entre a Sérvia e a OTAN assemelhava-se a um quadro de Síndrome de Estocolmo imposto pela aliança ocidental ao país balcânico (‘SPECIAL HUMILIATION’ ..., 2016). Tendo em vista o acordo recentemente assinado pela Sérvia com a OTAN, o embaixador Chepurin, em entrevista publicada pela Sputnik, afirmou que não haveria razões para não conferir os benefícios buscados para o CHRS, ainda mais em se tratando, conforme o diplomata, de uma infraestrutura de natureza e objetivos incomparavelmente “humildes” em relação à OTAN (ČEPURIN: NEMA ..., 2016). A questão do status diplomático do CHRS, bem como a aproximação da Sérvia à OTAN, foi levantada pela Rússia em encontros bilaterais em 2016 (LOBANOV, 2016, p.244-245). Na ausência, como vimos anteriormente neste capítulo, de dimensões militares para o CHRS, tais tentativas de receber um tratamento “simétrico” ao dispensado à OTAN – para além, evidentemente, das melhorias operacionais para o centro em si - parecem constituir, como argumentou Samorukov (2017, p.13-14), uma compensação simbólica para conferir credibilidade à neutralidade da Sérvia e afirmar o status da Rússia como um ator relevante na segurança europeia.¹⁵⁵

Uma lógica similar, em grande medida, está também presente na questão das transferências de armamentos e dos exercícios conjuntos com a Sérvia. Vistas estritamente pela lógica das capacidades, evidentemente, as duas questões, ao conferirem ao país balcânico recursos para o emprego da força, o tornam mais preparado para defender-se de hipotéticas tentativas de agressão externa que conduzam, por exemplo, a uma violação de seu status neutro. Em uma eventual aliança militar, elas também deixariam a Sérvia melhor capacitada

¹⁵⁵ A título de curiosidade, uma pesquisa de opinião pública na Sérvia divulgada pelo *think tank* atlanticista Centro de Estudos Euroatlânticos (*Centar za evroatlantske studije*, CEAS), realizada pouco antes dos protestos anti-OTAN e da polêmica do CHRS de 2016, mostrou que 57% da população do país de 18 a 35 anos era favorável ao estabelecimento de uma base militar russa na Sérvia (CEAS, 2016).

para auxiliar a Rússia e constituir um contrapeso à OTAN, tendo em vista, por exemplo, as discutidas tensões ao redor das fronteiras meridional e ocidental russas e no Mar Negro.

Uma análise mais aprofundada da provisão de capacidades militares russas para a Sérvia, contudo, indica outros caminhos interpretativos para as ações da Rússia – a começar pelo próprio fato, como visto neste capítulo, de que as negociações com o governo do SNS para questões como o acordo militar e a aquisição de armamentos tiveram início antes das tensões ocasionadas pela Ucrânia. Um outro fator a se levar em conta é a natureza específica dos recursos adquiridos pela Sérvia. No século XXI, as forças armadas sérvias passaram por um período de desmonte no âmbito das reformas de padronização com a OTAN (ENGEL’HARDT, 2018; PIVOVARENKO, 2017). No início de 2016, a força aérea sérvia encontrava-se em estado bastante desfavorável. A frota de caças e helicópteros sérvia, de origem soviética produzida nos anos 1970 e 1980, exauria sua vida útil e há muitos anos não ganhava novos investimentos (RADIĆ, 2016).¹⁵⁶ Desse modo, pode-se falar que, do ponto de vista sérvio, a aquisição de equipamentos russos no período pós-crise ucraniana responde mais a um estímulo pragmático de modernização e reposição dos recursos já existentes (especialmente à luz da histórica operação de equipamento soviético por parte da Sérvia/Iugoslávia) (ENGEL’GARDT, 2018; PIVOVARENKO, 2017) e menos à necessidade de elevação qualitativa e quantitativa¹⁵⁷ de capacidades para fazer frente a um hipotético contexto imediato de ameaças à neutralidade ou de formação de aliança militar com a Rússia.

Por fim, deve-se levar em conta as intenções dos atores. Por mais que tenha havido novas tensões e uma percepção de rivalidade entre a Rússia e os países da OTAN em uma área de vizinhança da Sérvia (i.e., a costa do Mar Negro),¹⁵⁸ o mesmo não se pode falar da perspectiva de Belgrado para com este mesmo entorno. Para além dos altos custos que uma postura confrontativa traria no quadro “finlandizado” em que a Sérvia se encontra, as informações trazidas ao longo deste trabalho também indicam o quanto a Sérvia encontra-se entrelaçada com as estruturas euroatlânticas. A elite governante sérvia percebe a OTAN e seus países como importantes parceiros, o que dificulta a assimilação da visão confrontativa, pelo menos no campo militar, prevacente na Rússia desde 2014. Aos olhos de Moscou, a

¹⁵⁶ A última encomenda de caças, como lembra Radić (2016), foi feita ainda no período da Iugoslávia socialista, que recebeu da URSS, em 1988, 16 aviões do modelo MiG-29.

¹⁵⁷ Nesse sentido, especialistas chamam a atenção para a obsolescência tecnológica dos equipamentos adquiridos pela Sérvia no final de 2016, reforçando o argumento de se tratar de uma solução parcial para o problema das forças armadas sérvias (PANTOVIC, 2016; RADIĆ, ..., 2016).

¹⁵⁸ Também se deve levar em conta, evidentemente, os limites práticos da atmosfera militarista na Europa acentuada desde 2014. Ver tópico 2.5 e nota de rodapé 52 (página 64).

Romênia, por exemplo, pode ser uma peça do novo quadro geopolítico ocidental voltado contra a Rússia; do ponto de vista sérvio, por outro lado, a Romênia é um parceiro econômico e um dos poucos países europeus que compartilham a posição sérvia de não reconhecimento da independência do Kosovo.¹⁵⁹

Diante destas condições, a cooperação militar russo-sérvia, para além de sua dimensão pragmática, tem cumprido uma importante finalidade política e simbólica. Do lado sérvio, ela reforçou a imagem de uma parceira especial da Rússia junto ao eleitorado e ajudou a conferir credenciais nacionalistas e russófilas a um governo que fez impopulares concessões às potências ocidentais – particularmente quanto à questão nevrálgica do Kosovo (SAMORUKOV, 2017, p.11-12). Do lado russo, a cooperação militar com a Sérvia, apesar de não sobrecomprometer recursos,¹⁶⁰ tem sido virtualmente a única de tal tipo na Europa fora do espaço pós-soviético. Com ela, evidencia-se o alcance da política externa russa dentro do “território” da OTAN, bem como a capacidade de contrabalançar a cooperação euroatlântica da Sérvia (BECHEV, 2017, p.190; PIVOVARENKO, 2018). A imagem da neutralidade sérvia daí derivada, portanto, reforça a concepção russa da arquitetura de segurança europeia, em que a Rússia, para além da primazia em sua “zona de responsabilidade”, é um ator respeitado e impassível de exclusão nos temas de segurança continental.

¹⁵⁹ O autor deste trabalho agradece a Aleksandr Pivovarenko pelos comentários sobre estes aspectos.

¹⁶⁰ Um exemplo ilustrativo da relutância russa em tomar iniciativas de maior fôlego para a Sérvia e os Balcãs é o destino da chamada iniciativa B-4. No início de 2016, o referido Nenad Popović (ver nota 125, página 113) e os líderes da oposição pró-russa no Montenegro – Andrija Mandić e Milan Knežević, que viriam a ser dois dos principais acusados de envolvimento na suposta tentativa de golpe de Estado de outubro daquele ano – lançaram a ideia de uma “aliança de Estados neutros” nos Balcãs a contemplar Bósnia e Herzegovina, Macedônia do Norte, Montenegro e Sérvia (os quatro países dos Balcãs que àquela altura não faziam parte da OTAN). O Rússia Unida abraçou a ideia, assinando, com posterior apoio da Duma, acordos nesse sentido com diversos partidos da região. Na Sérvia, foi esse o caso do DSS e do Dveri, outro partido da direita nacionalista russófila sérvia, bem como do SNS («EDINAYA ROSSIYA» ..., 2016; ZHELEZNYAK ..., 2016; ŽELEZNJAK, 2016). Em abril de 2016, o partido de Aleksandar Vučić assinou com o Rússia Unida um memorando que mencionava o apoio à afirmação da neutralidade da Sérvia e a importância de discussões públicas sobre a formação de uma “aliança balcânica extrabloco” („JEDINSTVENA RUSIJA” ..., 2016). Apesar do desenvolvimento de tais conexões partidárias, a iniciativa acabou não se desdobrando em um projeto multilateral/bilateral ao nível dos governos. Em entrevista à Sputnik News em dezembro de 2016, inclusive, Sergei Lavrov afirmou sequer ter ouvido falar sobre o B-4 (FOREIGN MINISTER ..., 2016).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra Fria se encerrou na Europa com a esperança de um continente politicamente integrado e com uma arquitetura de segurança universal e cooperativa capaz de torná-lo permanentemente pacífico. Passadas três décadas desde a queda do Muro de Berlim, contudo, tal quadro está longe de corresponder à realidade, tendo o elo russo – isto é, a questão das bases de relacionamento com a Rússia e sua inclusão nos arranjos de cooperação e integração continentais – sua principal peça problemática. Crises nesse sentido, como aquelas ocasionadas pelos conflitos de desintegração da Iugoslávia e a Guerra Russo-Georgiana de 2008, indicavam a seriedade do problema e o potencial de escalada para conflitos mais agudos na Europa. A crise política e o subsequente conflito armado na Ucrânia em 2013-2014, por fim, lançaram um novo estágio de tensões entre a Rússia e as potências ocidentais com importantes desdobramentos políticos, econômicos e militares. Diante do desenvolvimento desse quadro, noções como as de geopolítica, esferas de influência, aliança e neutralidade voltaram a ganhar destaque tanto no vocabulário e nas práticas políticas quanto no campo analítico sobre a segurança na Europa.

As relações entre Rússia e Sérvia ocupam um lugar especial nesse sentido. Como visto no capítulo três deste trabalho, os dois países, em suas diferentes encarnações desde o século XIX, possuem um longo histórico de relações. Os frequentes períodos de aliança russo-sérvia, não obstante os períodos de afastamento ou mesmo estranhamento entre os dois países, marcaram de forma indelével as percepções que possuem um do outro e aquelas de outros atores sobre Rússia e Sérvia. Nesse sentido, o século XXI foi uma época de atualização desta trajetória impulsionada por eventos relacionados às disputas pela arquitetura de segurança europeia no Pós-Guerra Fria.

No final de 2007, o país balcânico, em um momento de convergências e aproximação com a Rússia em torno da questão do Kosovo, proclamou sua neutralidade militar – uma decisão primariamente direcionada à OTAN. Na década que se passou desde então, a Sérvia estendeu sua neutralidade militar também para o campo político-diplomático, evitando posicionamentos contrários à Rússia nas disputas envolvendo esta e as potências ocidentais. Paralelamente, por fim, Rússia e Sérvia desenvolveram uma série de arranjos de cooperação política, econômica e militar que conferem ao país balcânico um lugar único na política de Moscou para os Bálcãs. Ao mesmo tempo, por outro lado, a Sérvia, dando continuidade ao di-

recionamento de política externa lançado com a queda do regime de Slobodan Milošević, em outubro de 2000, avançou notoriamente sua aproximação às estruturas euroatlânticas, i.e., deu seguimento a seu caminho de ingresso à UE – frequentemente definido como opção estratégica prioritária do país – e de próxima cooperação com a OTAN e seus países membro. Em vista desse quadro “ambíguo”, oficiais ocidentais aludem para a inadmissibilidade da atitude de “sentar em duas cadeiras” praticada pela Sérvia, indicando a necessidade de maior alinhamento com as potências ocidentais. Do outro lado, como evidencia o episódio protagonizado por Aleksandr Chepurin e Ana Brnabić relatado no início deste trabalho, a Rússia, no âmbito de sua rivalidade com as potências ocidentais, também indica possuir determinadas expectativas de comportamento amistoso da parte da Sérvia.

O presente trabalho teve por objetivo compreender exatamente tal posicionamento russo, isto é, o favorecimento, por parte de Moscou, da neutralidade da Sérvia, compreendida aqui como a permanência do país balcânico fora de alianças militares (decisão, como mencionado acima, primariamente referente à OTAN) e seu não alinhamento (referente a sanções e posicionamentos políticos, por exemplo) nos contenciosos envolvendo a Rússia e as potências ocidentais – esfera que possui como potencial implicação, como destacado anteriormente, a restrição do ingresso da Sérvia na UE. Especificamente, buscou-se compreender, ao longo deste trabalho, a motivação do favorecimento russo de tal posicionamento da Sérvia; o porquê de a Rússia, apesar de suas convergências políticas e de uma bagagem histórica frequentemente tida como positiva com a Sérvia, não ter desenvolvido uma aliança militar com este país nem ter buscado incluí-lo de forma plena em seus projetos de integração e cooperação política, econômica e securitária; e como a abordagem russa para a neutralidade sérvia se relacionou com as flutuações nas relações da Rússia com as potências ocidentais, em termos de assertividade e meios utilizados por Moscou para fazer valer seus pontos de vista.

No esforço para responder a essas perguntas, o passo inicial foi a compreensão da política externa russa ao longo de todo o Pós-Guerra Fria, devotando atenção particularmente a seus desdobramentos com respeito ao problema da arquitetura de segurança europeia, feito no capítulo dois. Nesse sentido, viu-se que um elemento perpassa a política externa russa ao longo de toda a trajetória de quase três décadas iniciada em 1991: não obstante as evidentes diferenças de estilo e de perspectiva de engajamento com as potências ocidentais, os governos de Boris Yeltsin (1991-1999), Vladimir Putin (2000-2008, 2012 - ...) e Dmitri Medvedev (2008-2012) procuraram assegurar que a Rússia tivesse um lugar equitativo como uma grande

potência independente na arquitetura de segurança europeia frente às potências ocidentais. Relacionado a este primeiro, amadureceu-se também um segundo elemento na concepção russa da arquitetura de segurança europeia: a noção de que a Rússia possui uma “zona de responsabilidade” ou, nos célebres termos de Dmitri Medvedev, uma “esfera de interesses privilegiados” no espaço pós-soviético que deveria ser respeitada pelas potências ocidentais. Em suma, a Rússia passou a enxergar esta região como uma área de sua primazia geopolítica, expressa, por exemplo, na concepção e na liderança em diversos arranjos de cooperação e integração política, econômica e securitária.

Tais termos, contudo, nunca foram aceitos de forma plena e duradoura pelas potências ocidentais, gerando periódicos ruídos nas relações com a Rússia e oscilantes níveis de aproximação/relaxamento e afastamento/tensão do ponto de vista de Moscou. Nesse sentido, eventos como a Guerra Russo-Georgiana de 2008 e o conflito na Ucrânia a partir de 2014 ilustram como a Rússia se dispôs até mesmo ao uso da força para asseverar sua posição privilegiada diante de latentes incursões das estruturas euroatlânticas percebidas como desafio ao entendimento de primazia russa no espaço pós-soviético. No período histórico mais recente, o conflito na Ucrânia, como visto, desdobrou-se, como colocou Trenin (2018b, p.4-5), em uma ampla confrontação entre a Rússia e os EUA e, em menor escala, um estranhamento entre a Rússia e a UE que possuem significativas repercussões políticas, militares, econômicas e informacionais.

No que tange ao objeto e às perguntas de pesquisa no presente trabalho, este panorama da política externa russa e do problema da arquitetura de segurança europeia ofereceu importantes apontamentos. Em primeiro lugar, a constatação das flutuações nas relações da Rússia com as potências ocidentais e sua visão sobre a expansão das estruturas euroatlânticas levantou o questionamento sobre os reflexos de tais mudanças sobre a perspectiva russa quanto à neutralidade ou aliança com a Sérvia. Em segundo lugar, viu-se que os Bálcãs, região onde se localiza a Sérvia, tacitamente não foram incluídos na concepção de esfera de influência russa, implicando que a Rússia não atribuiu àquele espaço fontes diretas de interesses ou desafios/ameaças de segurança da mesma ordem dos percebidos no espaço pós-soviético. Este argumento foi exposto em maior profundidade no capítulo quatro, no qual se viu que a Rússia veio a enxergar os Bálcãs tacitamente como uma esfera de influência predominante das potências ocidentais e de suas estruturas euroatlânticas – condição que contemplou também a situação da Sérvia, potencialmente limitando o desejo e a

capacidade desta última de “fugir” da influência predominante das potências ocidentais.

Em essência, como se depreendeu da última seção do capítulo três, tal postura dá continuidade a percepções sobre os Bálcãs e a Sérvia em particular que se esboçavam já nos anos 1990. Muito embora os conflitos na ex-Iugoslávia, especialmente a Guerra do Kosovo de 1998-1999, tenham assumido um lugar eminente na política externa russa no período, tal importância se devia não tanto a possíveis interesses materiais ou ameaças percebidas pela Rússia como diretamente presentes ou emanadas desde aquela região. Em Moscou, prevaleceu a interpretação de que tal relevância se devia primariamente às aspirações intervencionistas das potências ocidentais. Estas teriam potenciais reflexos negativos sobre o lugar da Rússia na arquitetura de segurança europeia no Pós-Guerra Fria (i.e., a mencionada questão do status de equidade russa nesse âmbito) e as possibilidades de intrusão, sob pretextos similares, na esfera de influência pós-soviética russa.

As implicações desses elementos sobre o tema da neutralidade ou aliança da Rússia com a Sérvia, tema principal deste trabalho, foram consideradas principalmente no capítulo cinco. Em primeiro lugar, viu-se que a questão da declaração de independência unilateral do Kosovo, em fevereiro de 2008, constituiu um elemento de convergência entre Rússia e Sérvia no sentido de contestar a política das potências ocidentais. Para Belgrado, este aspecto serviu de impulso para a declaração da neutralidade militar, a qual, por via da renúncia ao ingresso na OTAN (impedindo portanto, a expansão da aliança), alinhava-se à concepção russa da arquitetura de segurança europeia. Ao mesmo tempo, a ameaça à integridade territorial sérvia no período, contudo, não foi suficiente para a formação de uma aliança militar em que a Rússia viesse em defesa da Sérvia ou de possíveis interesses de segurança específicos na região. Além de a própria Sérvia não ter recorrido ao emprego da força para se contrapor à secessão kosovar, a Rússia se comportou essencialmente conforme os elementos característicos de sua concepção dos Bálcãs no século XXI como uma área de atuação e interesses predominantemente políticos e econômicos, mas não militares e não da mesma ordem daqueles atribuídos ao espaço pós-soviético.

Ainda em 2008, a Guerra Russo-Georgiana proveu mais um *input* para a rivalidade entre a Rússia e as potências ocidentais. A Sérvia se adaptou à nova conjuntura estendendo seu não alinhamento militar à esfera política-diplomática, evitando seguir os posicionamentos ocidentais (primariamente, naquele período, da UE) contrários à Rússia. Nos anos que se seguiram a este evento, a diplomacia russa passou a exercer um papel mais ativo

no debate público sobre orientação externa da Sérvia, aludindo para os efeitos deletérios de se abandonar a neutralidade e aderir plenamente à aproximação às potências ocidentais e às estruturas euroatlânticas. Tal postura, por outro lado, não era acompanhada de pressões e estímulos da mesma natureza daqueles empregados no espaço pós-soviético, em consonância com a referida hierarquia de importância geopolítica sinalizada pela Rússia no Pós-Guerra Fria. Ao agir de tal maneira, a Rússia indicava que suas motivações e interesses com respeito à orientação externa da Sérvia consistiam, primariamente, no questionamento político-ideacional do domínio ocidental nos assuntos de segurança europeia.

Ao longo do período coberto por este estudo, Rússia e Sérvia também desenvolveram diversas modalidades de cooperação na área militar e de segurança. Nesse sentido, um aspecto que tem particularmente chamado a atenção de atores e analistas é a atuação do CHRS, cujos fundamentos foram lançados exatamente no período de aproximação russo-sérvia de 2008-2009. À diferença de diversas especulações na literatura, contudo, os elementos empíricos trazidos no capítulo cinco indicam que tal estrutura não foi concebida nem adaptada para fins militares por parte da Rússia até o momento de finalização deste trabalho. Também nesta questão, a Rússia indicou satisfação com a neutralidade sérvia e consonância com seus marcos de inserção nos Bálcãs no século XXI.

A lógica da concepção russa da arquitetura de segurança europeia pautou, também, a questão da participação da Sérvia na OTSC. Em consonância com as visões de interesses e esferas de influência russas, o país balcânico não foi convidado pela Rússia para participação ou status de observador plenos na organização. Por outro lado, o engajamento da Sérvia na Assembleia Parlamentar da aliança foi concebido, na visão dos atores russos, exatamente como um indicativo do status de equidade russo na arquitetura de segurança europeia, na medida em que se apresenta como uma alternativa à cooperação da Sérvia com a OTAN no mesmo domínio.

Por fim, os acordos militares de 2013-2014 também não desafiaram essencialmente, no período coberto por esta dissertação, as concepções perenes de esfera de influência e interesse russos na Europa. Vista estritamente pelo ângulo das capacidades, tal modalidade de cooperação, ainda mais em virtude da coincidência cronológica de seu desenvolvimento com o acirramento de tensões entre a Rússia e as potências ocidentais - com todas as limitações deste processo descritas no capítulo dois, evidentemente - poderia sugerir uma mudança de concepção da parte de Moscou com respeito à neutralidade sérvia. Como se

viu, entretanto, o embrião de tais iniciativas estava num período “pacífico” em que a Sérvia buscava opções de modernização de suas forças armadas. Além disso, a neutralidade de Belgrado subtende visões diferentes sobre o entorno regional balcânico no contexto militar pós-crise ucraniana, distanciando-se da inserção na postura mais combativa e reativa assumida pela Rússia. O novo quadro entre a Rússia e as potências ocidentais, por outro lado, traduziu-se na postura mais assertiva com respeito à neutralidade sérvia expressa na forma, principalmente, da articulação da agenda de “*soft power*” russa.

Em suma, do estudo da perspectiva russa com respeito à neutralidade sérvia – tendo em vista, como se buscou fazer neste trabalho, enxergar sua racionalidade, meios, mudanças e continuidades nas balizas de pesquisa traçadas – derivam relevantes apontamentos para a compreensão do conflito em torno da arquitetura de segurança europeia, bem como para o entendimento do alcance e da natureza dos interesses e capacidades da Rússia no sistema internacional contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- 1,000s of Serbs march against NATO in Belgrade (VIDEO). **RT**, 27 Mar. 2016. Disponível: <<https://www.rt.com/news/337379-serbs-march-against-nato/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- ADLER, Emanuel. Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics. **European Journal of International Relations**, v.3, n.3, 1997, p.319-363.
- ADOPTING Consensus Resolution, General Assembly Acknowledges World Court Opinion on Kosovo, Welcomes European Union Readiness to Facilitate Process of Dialogue. **United Nations**, 9 Sept. 2010. Disponível: <<https://www.un.org/press/en/2010/ga10980.doc.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- AFGHAN and Serbian parliaments acquire observer status at CSTO PA. **Belta**, 11 Apr. 2013. Disponível em: <<http://eng.belta.by/society/view/afghan-and-serbian-parliaments-acquire-observer-status-at-csto-pa-26115-2013>>. Acesso em: 22 jan. 2019.
- AGIUS, Christine. **The social construction of swedish neutrality**: challenges to swedish identity and sovereignty. Manchester: Manchester University Press, 2006.
- AGIUS, Christine; DEVINE; Karen. 'Neutrality: a really dead concept?' A Reprise. **Cooperation and Conflict**, v. 46, n. 3, 2011, p. 265-284.
- ALEKSANDAR Čepurin: Rusija zadovoljna što Srbija neće u NATO. **NSPM**, 21 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.nspm.rs/hronika/aleksandar-cepurin-rusija-zadovoljna-sto-srbija-nece-u-nato.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- ALEKSEYEV, Aleksandr. Trecho de entrevista. In: RADONJIĆ, Mirko. Aleksejev: ne sumnjajte u Rusiju [Alekseiev: não duvidem da Rússia]. **Večernje novosti**, 01 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.novosti.rs/вести/насловна/политика.393.html:204916-Aleksejev-Ne-sumnjajte-u-Rusiju>>. Acesso em: 31 jul. 2018.
- ALLISON, Roy. Russia resurgent? Moscow's campaign to 'coerce Georgia to peace'. **International Affairs**, v.84, n.6, 2008, p.1145-1171.
- _____. **Russia, the West, and Military Intervention**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- AMBASADOR Konuzin: Podržavaćemo i dalje Srbiju [Embaixador Konuzin: continuaremos a apoiar a Sérvia]. **RTS**, 27 avg. 2008. Disponível em: <<http://www.rts.rs/page/stories/sr/story/9/politika/13699/ambasador-konuzin-podrzavacemo-i-dalje-srbiju.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- AMELINA, Anna. Yugoslaviyu tak i ne prisoyedinili [A Iugoslávia acabou não sendo incorporada]. **RAPSI**, 8 iyun. 2017. Disponível em: <http://rapsinews.ru/legislation_publication/20170608/278858516.html>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ANIKEYEV, Anatolii. Vneshnepoliticheskie orientiry. Smena soyuznikov i postanovka novykh zadach [Diretrizes de política externa. A troca de aliados e o estabelecimento de novas tarefas] In: NIKIFOROV, Konstantin (Ed.). **Yugoslaviya v XX veke**: Ocherki politicheskoy istorii [A Iugoslávia no século XX: ensaios de história política]. Moscou: Indrik, 2011.

ANTONENKO, Oksana. Russia, NATO and European Security after Kosovo. **Survival**, v.41, n.4, 1999, p.124-144.

ANTONIĆ, Slobodan. **Još nije gotovo** – Milošević [Ainda não acabou – Milošević]. Belgrado: Vukotić Media, 2015.

APPLEBAUM, Anne. Russia's next election operation: Germany. **The Washington Post**, 12 Dec. 2016. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/global-opinions/wp/2016/12/12/russias-next-election-operation-germany/>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

ARBATOV, Alexei G. **Russia's Foreign Policy Alternatives**. International Security, v.18, n.2, 1993, p.5-43.

_____. **Bezopasnost'**: rossiiskii vybor [Segurança: a escolha russa]. Moscou: EPItsentr, 1999.

ASSEMBLEIA Parlamentar da OTSC. **O Parlamentskoi assamblee ODKB** [Sobre a Assembleia Parlamentar da OTSC], 2019. Disponível em: <<http://www.paodkb.ru/about/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ASMUS, Ronald D. **Opening NATO's Door**: How the Alliance Remade Itself for a New Era. New York: Columbia University Press, 2002.

AVERRE, Derek. From Pristina to Tskhinvali: the legacy of Operation Allied Force in Russia's relations with the West. **International Affairs**, v.85, n.3, 2009, p.575-591.

BAKOVIĆ, Biljana. Kosovo i Metohija najjači utisak 2018. [Kosovo e Metohija, a impressão mais forte em 2018]. **Politika**, 3 jan. 2019. Disponível em: <<http://www.politika.rs/scc/clanak/419499/Косово-и-Метохија-најјачи-утишак-2018>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

BANAC, Ivo. **With Stalin against Tito**: Cominformist Splits in Yugoslav Communism. Ithaca: Cornell University Press, 1988.

BASE Camps. **The Economist**, 4 Feb. 2010. Disponível em: <<https://www.economist.com/europe/2010/02/04/base-camps>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BATAKOVIĆ, Dušan T. Storm over Serbia: The Rivalry between Civilian and Military Authorities (1911–1914). **Balkanica**, v.44, 2013, p.307-356.

BECHEV, Dimitar. Russia in the Balkans – Conference Report. **London School of Economics**, 13 Mar. 2015. Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/LSEE-Research-on-South-Eastern-Europe/Assets/Documents/Events/Conferences-Symposia-Programmes-and-Agendas/2015-Report-Russia-in-the-Balkans-merged-document.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. **Rival Power: Russia's Influence in Southeast Europe**. New Haven and London: Yale University Press, 2017.

BECHEV, Dimitar. The 2016 Coup Attempt in Montenegro: Is Russia's Balkan Footprint Expanding? **Russia Foreign Policy Papers**. Foreign Policy Research Institute, 2018. Disponível em: <<https://www.fpri.org/wp-content/uploads/2018/04/BechevFinal2018.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. The Belgrade visit was Putin's gift to Vucic. **Al Jazeera**, 18 Jan. 2019. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/belgrade-visit-putin-gift-vucic-190117201848733.html>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

BEZ Tačijeve vojske na severu Kosova [Sem o exército de Thaçi no norte do Kosovo]. **RTS**, 19 apr. 2013. Disponível em: <<http://www.rts.rs/page/stories/sr/story/9/politika/1308908/nato-bez-tacijevе-vojske-na-severu-kosova-.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BILBIJA, Bojan. I Moskva i Berlin zadovoljni Beogradom [Tanto Moscou quanto Berlim satisfeitas com Belgrado]. **Politika**, 3 apr. 2014. Disponível em: <<http://www.politika.rs/sr/clanak/288969/Svet/I-Moskva-i-Berlin-zadovoljni-Beogradom>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BJELAJAC, Mile. **Diplomatija i vojska: Srbija i Jugoslavija 1901-1999** [A diplomacia e o exército: Sérvia e Iugoslávia, 1901-1999]. Belgrado: Medija centar Odbrana e Akademija za diplomatiju i bezbednost, 2010.

BLOME, Nikolaus; KOELBL, Susanne; MÜLLER, Peter; NEUKIRCH, Ralf; SCHEPP, Mathias; TRAUFFETTER, Gerald. Merkel Concerned about Russian Influence in the Balkans. **Spiegel**. 17 Nov. 2014. Disponível em: <<http://www.spiegel.de/international/europe/germany-worried-about-russian-influence-in-the-balkans-a-1003427.html>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

BOCHSLER, Daniel. The party system of Serbia. In: STOJAROVA, Vera; EMERSON, Peter (Eds.). **Party Politics in the Western Balkans**. New York: Routledge, 2010.

BOGETIĆ, Dragan. Jugoslavija u Hladnom ratu [A Iugoslávia na Guerra Fria]. **Istorija XX veka**, v.26, n.2, 2008, p.315-370.

BORGER, Julian. Barack Obama: Russia is a regional power showing weakness over Ukraine. **The Guardian**, 25 Mar. 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2014/mar/25/barack-obama-russia-regional-power-ukraine-weakness>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

BORKO, Yuri. **Vostochnoye partnerstvo: proekt, real'nost' i budushche** [A Parceria Oriental: projeto, realidade, futuro]. Moscou: Institut Evropy RAN, 2018.

BROWN, Archie. The Gorbachev revolution and the end of the Cold War. In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne. **The Cambridge History of the Cold War**. Volume III: Endings. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BRZEZINSKI, Zbigniew. Russia needs to be offered a 'Finland Option' for Ukraine. **Financial Times**, 22 Feb. 2014. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/e855408c-9bf6-11e3-afe3-00144feab7de>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

CAPUSSELA, Andrea Lorenzo. Kosovo and Serbia: A dangerous but not unprecedented Balkan land swap. **EUROPP**, 29 Aug. 2018. Disponível em: <<https://blogs.lse.ac.uk/europpblog/2018/08/29/kosovo-and-serbia-a-dangerous-but-not-unprecedented-balkan-land-swap/>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

CEAS. **Evropska Unija, Rusija i Sjedinjene Američke Države u očima građana Srbije: predstave i preferencije građana Srbije od 18 do 35 godina** [UE, Rússia e EUA aos olhos dos cidadãos da Sérvia: imagens e preferências dos cidadãos da Sérvia de 18 a 35 anos], 2016. Disponível em: <https://www.ceas-serbia.org/images/2015-i-pre/CEAS_2016__ipsos_srp.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CEROVINA, J. Balkan će biti na ivici novog rata [Os Balcãs ficarão à beira de uma nova guerra] **Politika**, 9 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.politika.rs/sr/clanak/332655/Balkan-%C4%87e-biti-na-ivici-novog-rata>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

COMITÊ DOS SÉRVIOS. Polnyi tekst prosheniya kosovskikh serbov o poluchenii rossiiskogo grazhdanstva [Texto completo da petição dos sérvios do Kosovo sobre a recepção da cidadania russa]. **NSPM**, 21 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.nspm.rs/nspm-porusski/poln%D1%8B%D0%B9-tekst-proseni%D1%8F-kosovskih-serbov-o-polucenii-rossi%D0%B9skogo-grazhdanstva.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

COMISSÃO EUROPEIA. **Serbia Report 2014**, 2014. Disponível em: <http://www.mei.gov.rs/upload/documents/eu_dokumenta/godisnji_izvestaji_ek_o_napretku/srbia-progress-report14.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. **Serbia Report 2015**, 2015. Disponível em: <http://www.mei.gov.rs/upload/documents/eu_dokumenta/godisnji_izvestaji_ek_o_napretku/report_serbia_15.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. **Serbia Report 2016**, 2016. Disponível em: <[http://www.mei.gov.rs/upload/documents/eu_dokumenta/godisnji_izvestaji_ek_o_napretku/godisnji_izvestaj_16_eng\(1\).pdf](http://www.mei.gov.rs/upload/documents/eu_dokumenta/godisnji_izvestaji_ek_o_napretku/godisnji_izvestaj_16_eng(1).pdf)>. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. **European Union, Trade in goods with Serbia**, 16 Apr. 2018a. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2008/august/tradoc_140028.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

COMISSÃO EUROPEIA. **European Union, Trade in goods with Russia**, 16 Apr. 2018b. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/september/tradoc_113440.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. **Serbia 2018 Report**, 2018c Disponível em: <http://www.mei.gov.rs/upload/documents/eu_dokumenta/godisnji_izvestaji_ek_o_napretku/e_c_progress_report_18.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

COTTEY, Andrew. The European Neutrals and NATO: Ambiguous Partnership. **Contemporary Security Policy**, v.34, n.3, 2013, p.446-472.

_____. European Neutrality in Historical Perspective. In: COTTEY, Andrew (Ed.). **The European Neutrals and NATO: Non-alignment, Partnership, Membership?** London: Palgrave Macmillan, 2018a.

_____. Introduction: The European Neutral States. In: COTTEY, Andrew (Ed.). **The European Neutrals and NATO: Non-alignment, Partnership, Membership?** London: Palgrave Macmillan, 2018b.

CRIMEIA. Conselho Estatal da República da Crimeia. **Deklaratsiya o nezavisimosti Avtonomnoi Respubliki Krym i g. Sevastopolya** [Declaração de independência da República Autônoma da Crimeia e da cidade de Sevastopol], 11 mar. 2014. Disponível em: <http://www.crimea.gov.ru/news/11_03_2014_1>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CSCE. **Charter of Paris for a New Europe**, 1990. Disponível em: <<https://www.osce.org/mc/39516?download=true>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

CVETKOVIĆ, Srđan. Politička represija u Srbiji i Jugoslaviji 1944-1985 [A repressão política na Sérvia e na Iugoslávia 1944-1985]. **Istorija XX veka**, v.26, n.2, 2008, p.272-314.

ČEKEREVAC, M. Za Rezoluciju o Kosmetu 220 glasova [220 votos pela resolução sobre o Kosmet]. **Politika**, 27 dec. 2007. Disponível em: <<http://www.politika.rs/sr/clanak/9895/3a-Rezoluaciju-o-Kosmetu-220-glasova>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

ČEKEREVAC, M; ALBUNOVIĆ, M. Kosmetski kazačok [O kazachok do Kosmet]. **Politika**, 20 dec. 2007. Disponível em: <<http://www.politika.rs/sr/clanak/9466/Kosmetski-kazachok>>. Acesso em: 3 mar. 2019.

ČEPURIN: BILO BI glupo da Srbija dopuzi i moli prijem u NATO [Čepurin: seria estúpido para a Sérvia rastejar e solicitar a admissão na OTAN]. **Blic**, 27 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.blic.rs/vesti/politika/cepurin-glupo-bi-bilo-da-srbija-dopuzi-i-moli-prijem-u-nato/t5rr91r>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ČEPURIN: NEMA razloga da Srbija ne potpiše sporazum sa Rusijom [Čepurin: não há razões para a Sérvia não assinar o acordo com a Rússia]. **Sputnik News**, 22 feb. 2016. Disponível em: <<https://rs-lat.sputniknews.com/intervju/201602221103447839-cepurin-sporazum-nis-centar/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

DAČIĆ: NATO da dostavi priručnik ko može na sever [Dačić: a OTAN deve entregar um manual sobre quem pode ir ao norte]. **Politika**, 24 dec. 2018. Disponível em: <<http://www.politika.rs/sr/clanak/418848/Dacic-NATO-da-dostavi-prirucnik-ko-moze-na-sever>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

DAČIĆ: U NIŠU neće biti vojnih ni policijskih formacija [Dačić: em Niš não haverá formações militares ou policiais]. **Politika**, 17 okt. 2011. Disponível em: <<http://www.politika.rs/sr/clanak/194688/Dacic-U-Nisu-neze-biti-vojni-ni-policijskih-formacija>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

DEYERMOND, Ruth. The Uses of Sovereignty in Twenty-first Century Russian Foreign Policy. **Europe-Asia Studies**, v.68, n.6, 2016, p.957-984.

_____. The Collective Security Treaty Organization. In: TSYGANKOV, Andrei P. (Ed.). **Routledge Handbook of Russian Foreign Policy**. New York: Routledge, 2018.

DIESEN, Glenn. **EU and NATO Relations with Russia: After the Collapse of the Soviet Union**. New York: Routledge, 2016.

DIMIĆ, Ljubodrag. Jugoslovensko-sovjetski susreti na vrhu [Encontros iugoslavo-soviéticos no topo]. In: KLJAKIĆ, Slobodan (Ed.). **Srbija i Rusija: 180 godina diplomatskih odnosa [Sérvia e Rússia: 180 anos de relações diplomáticas]**. Belgrado: Politika, 2018.

DIMITRIJEVIĆ, Bojan; SRETENOVIĆ, Stanislav. Spoljna politika Kraljevine SHS/Jugoslavije 1918-1941 [A política externa do RSCE/Iugoslávia 1918-1941]. **Istorija XX veka**, v.36, n.2, 2008, p.44-83.

DIREKTOR Srpsko-ruskog centra: Diplomatski status finansijski važan [Diretor do centro sérvio-russo: status diplomático é financeiramente importante]. **Blic**, 25 jul 2017. Disponível em: <<https://www.blic.rs/vesti/politika/direktor-srpsko-ruskog-centra-diplomatski-status-finansijski-vazan/6wkp2xy>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

DJILAS, Aleksa. **The Contested Country: Yugoslav Unity and Communist Revolution, 1919-1953**. Cambridge and London: Harvard University Press, 1991.

DOLGOVA, Svetlana; IVANOVA, Ekaterina. Russko-serbskie pravoslavnye svyazi XVI-nachala XIX v.[Conexões ortodoxas russo-sérvias do século XVI ao começo do século XIX]. In: DOLGOVA; Svetlana; IVANOVA; Ekaterina; TURILOV, Anatolii; GOLUBOVIĆ-SUBOTIN, Tatjana. **Moskva-Serbiya, Belgrad-Rossiya**. T.1: obshchestvenno-politicheskie svyazi XVI-XVIII vv. [Moscou-Sérvia, Belgrado-Rússia. V.1: conexões sociais e políticas dos séculos XVI ao XVIII]. Moscou: Arhiv Srbije e Glavnoye arkhivnoe upravlenie goroda Moskvy, 2009.

DRAGOJLO, Sasa. Serbian Army Trains More With NATO Than Russia. **Balkan Insight**, 31 Aug. 2016. Disponível em: <<http://www.balkaninsight.com/en/article/serbia-s-nato-army-cooperation-beats-russia-significantly-08-30-2016>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

DSS. **Deklaracija glavnog odbora DSS o vojnoj neutralnosti Srbije** [Declaração do Comitê Principal do DSS sobre a neutralidade militar da Sérvia], 2007.

DYNAMICS of Russian trade with Serbia from 2010 to 2017. **Russian Foreign Trade**, 12 Jul. 2018. Disponível em: <<http://en.russian-trade.com/reports-and-reviews/2018-07/dynamics-of-russian-trade-with-serbia-from-2010-to-2017/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

DŽIZDIĆ, Denis; PANIC, Katarina. Attack on Vucic at Srebrenica Widely Condemned. **Balkan Transitional Justice**, 13 Jul. 2015. Disponível em: <<https://balkaninsight.com/2015/07/13/vucic-srebrenica-attack-brings-new-instability-for-region/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ĐUKANOVIĆ, Dragan. Odnosi između Beograda i Prištine: od tehničkog do političkog dijaloga [As relações entre Belgrado e Priština: do diálogo técnico ao político]. **Međunarodna Politika**, v.65, n.3, 2013, p.365-385.

ĐUKANOVIĆ, Dragan. Vojna neutralnost Srbije u zapadnobalkanskom kontekstu [A neutralidade militar da Sérvia no contexto dos Bálcãs Ocidentais]. In: KORAC, Srđan T. (Org.). **Uticao vojne neutralnosti Srbije na bezbednost i stabilnost u Evropi** [A influência da neutralidade militar da Sérvia sobre a segurança e a estabilidade na Europa]. Belgrado: Institut za međunarodnu politiku i privredu e Hans Seidel Stiftung, 2016a.

_____. **Balkan na posthladnoratovskom raskršću (1989-2016)** [Os Bálcãs na encruzilhada do Pós-Guerra Fria (1989-2016)]. Belgrado: Institut za međunarodnu politiku i privredu, 2016b.

ĐUKANOVIĆ, Dragan. GAJIĆ, Dejan. Evroazijske bezbednosne integracije i bezbednost Balkana i Srbije [A integração securitária eurasiática e a segurança dos Bálcãs e da Sérvia]. **Međunarodna Politika**, v.64, n.1, 2012, p.53-66.

ĐUKIĆ, Srećko. VARGA, Boris. Srbija na putu ka EU i Rusija [A Sérvia no caminho rumo à UE e a Rússia]. **Spoljnopolitičke sveske**. Belgrado: Evropski pokret u Srbiji e Forum za međunarodne odnose, 2017.

ĐURIĆ, Maja. Srbija u Evroazijskoj uniji dok ne uđe u EU [Sérvia na União Eurasiática enquanto não entra na UE]. **N1**, 3 jun. 2016. Disponível em: <<http://rs.n1info.com/Biznis/a165967/Srbija-u-Evroazijskoj-uniji-dok-ne-udje-u-EU.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ĐURKOVIĆ, Miša. Savremena ruska spoljna politika i Srbija početkom XXI veka [A política externa russa contemporânea e a Sérvia no começo do século XXI]. **Kultura polisa**, n.17, 2012, p.1-26.

EDEMSKY, A.V. Jugoslaviya v 50-e gody: v poiskakh «autentichnogo» marksizma [A Iugoslávia nos anos 50: em busca do marxismo autêntico]. In: NIKIFOROV, Konstantin (Ed.). **Yugoslaviya v XX. veke**: ocherki politicheskoy istorii [A Iugoslávia no século XX: ensaios de História política]. Moscou: Indrik, 2011.

«EDINAYA ROSSIYA» podpisala politicheskuyu deklaratsiyu eshche s dvumya serbskimi partiyami [«Rússia Unida» assinou declaração política com mais dois partidos sérvios]. **Edinaya Rossiya**, 29 iyun. 2016. Disponível em: <<https://er.ru/news/143742/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

EJDUS, Filip. Serbia's military neutrality: origins, effects and challenges. **Croatian International Relations Review**, v. 20, n. 71, 2014, p. 43-69.

EMINI, Donika; STAKIĆ, Isidora. Belgrade and Pristina: lost in normalisation? **European Union Institute for Security Studies (EUISS)**, 2018. Disponível em: <<https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/Brief%205%20Belgrade%20and%20Pristina.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ENGEL'GARDT, Georgii. Serby kraine negativno nastroyeny k NATO, no serbskaya armiya perezvoditsya na standarty Al'yansa – ekspert [Sérvios veem a OTAN de forma extremamente negativa, mas o exército sérvio está se adaptando aos padrões da aliança – especialista]. **Evraziya Ekspert**, 9 apr. 2018. Disponível em: <http://www.eurasia.expert/serby-krayne-negativno-nastroyeny-k-nato-no-serbskaya-armiya-perezvoditsya-na-standarty-alyansa-eksper/?sphrase_id=9433>. Acesso em: 23 jan. 2019.

ENTINA, Ekaterina. **Mezhdunarodnyi kontekst Evrointegratsii Zapadnykh Balkan** [O contexto internacional da integração europeia dos Bálcãs Ocidentais]. Moscou: Institut Evropy RAN, 2016.

_____. Evroatlanticheskaya integratsiya respublik byvshei Yugoslavii i rossiiskii faktor [A integração euroatlântica das repúblicas da ex-Iugoslávia e o fator russo]. **Aktual'nye problemy Evropy**, n.1, 2018, p.192-208.

ENTINA, Ekaterina; PIVOARENKO, Aleksandr; NOVAKOVIĆ, Dejan. Kuda idut Balkany? Novaya paradigma sotrudnichestva dlya Rossii [Para onde vão os Bálcãs? Um novo paradigma de cooperação para a Rússia] **Valdai Discussion Club**, 2018. Disponível em: <<http://ru.valdaiclub.com/files/21567/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

EUROPE lays out conditions for Russia's South Stream return. **RT**, 10 Feb.2016. Disponível em: <<https://www.rt.com/business/331995-south-stream-renewal-conditions/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

EVROAZIJSKA Unija počinje pregovore sa Srbijom [União Eurasiática começa negociações com a Sérvia]. **Russia Beyond**, 31 maj. 2016. Disponível em: <https://rs.rbth.com/news/2016/05/31/evroazijska-unija-pocinje-pregovore-sa-srbijom_598987>. Acesso em: 22 jan. 2019.

FATIC, Aleksandar. A strategy based on doubt: Russia courts Southeastern Europe. **Contemporary Security Policy**, v. 31, n. 3, 2010, p. 441-464.

FERGUSON, Iain Andrew. The Crisis of Spheres of Influence in the EU-Russia Relationship. In: YATSYK, Alexandra; MAKARYCHEV, Andrey (Ed.). **Vocabularies of International Relations after the Crisis in Ukraine**. New York: Routledge, 2017.

FERREIRA-PEREIRA, Laura C. Assistência Mútua sob o Artigo 42.7 do Tratado de Lisboa: aparência e substância. **Público**, 20 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2015/12/20/mundo/opiniao/assistencia-mutua-sob-o-artigo-427-do-tratado-de-lisboa-aparencia-e-substancia-1717943>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

FILIMONOVIĆ, Miljan. Medvedevljeva inicijativa i uloga Srbije u „novoj arhitekturi evropske bezbednosti” [A iniciativa de Medvedev e o papel da Sérvia na “nova arquitetura de segurança europeia”. **Revija za bezbednost**, v.4, n.2, 2010, p.177-190.

FORCA, Božidar. Vojna neutralnost Republike Srbije između deklarativnog opredeljenja i postupanja u praksi [A neutralidade militar da República da Sérvia entre a definição declarativa e a execução na prática]. In: KORAC, Srđan T. (Org.). **Uticaј vojne neutralnosti Srbije na bezbednost i stabilnost u Evropi** [A influência da neutralidade militar da Sérvia sobre a segurança e a estabilidade na Europa]. Belgrado: Institut za međunarodnu politiku i privredu e Hans Seidel Stiftung, 2016.

FOREIGN MINISTER Sergey Lavrov’s interview with Sputnik News Agency, Belgrade, December 12, 2016. **Ministério de Negócios Estrangeiros da Federação Russa**, 13 Dec. 2016. Disponível em: <http://www.mid.ru/en/posledniye_dobavlnenniye/-/asset_publisher/MCZ7HQUMdqBY/content/id/2561259>. Acesso em: 10 mar. 2019.

FORSBERG, Tuomas; HAUKKALA, Hiski. The European Union. In: TSYGANKOV, Andrei P. (Ed.). **Routledge Handbook of Russian Foreign Policy**. New York: Routledge, 2018.

GALEOTTI, Mark. Do the Western Balkans Face a Coming Russian Storm ? **Policy Brief**. European Council on Foreign Relations, 2018. Disponível em: <https://www.ecfr.eu/page/-/ECFR250_do_the_western_balkans_face_a_coming_russian_storm.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

GIBIANSKY, Leonid. Yugoslaviya v nachale Vtoroi mirovoi noiny: balansirovanie nad propast’yu (sentyabr’ 1939 – aprel’ 1941g.) [A Iugoslávia no início da Segunda Guerra Mundial: equilibrando-se no precipício (setembro de 1939 – abril de 1941)]. In: NIKIFOROV, Konstantin (Ed.). **Yugoslaviya v XX. veke: ocherki politicheskoy istorii** [A Iugoslávia no século XX: ensaios de História política]. Moscou: Indrik, 2011a.

_____. Razvyortyvanie Soprotivleniya i grazhdanskoi voiny [A evolução da resistência e da guerra civil]. In: NIKIFOROV, Konstantin (Ed.). **Yugoslaviya v XX. veke: ocherki politicheskoy istorii** [A Iugoslávia no século XX: ensaios de História política]. Moscou: Indrik, 2011b.

_____. Vozniknovenie novoi yugoslavskoi gosudarstvennosti [O surgimento do novo Estado iugoslavo]. In: NIKIFOROV, Konstantin (Ed.). **Yugoslaviya v XX. veke: ocherki politicheskoy istorii** [A Iugoslávia no século XX: ensaios de História política]. Moscou: Indrik, 2011c.

GIBIANSKY, Leonid. Vosstanovlenie nezavisimosti Yugoslavii [A restauração da independência da Iugoslávia]. In: NIKIFOROV, Konstantin (Ed.). **Yugoslaviya v XX. veke: ocherki politicheskoy istorii** [A Iugoslávia no século XX: ensaios de História política]. Moscou: Indrik, 2011d.

_____. Po sovietskomu obraztsu: pervye gody komunisticheskogo pravleniya [Conforme o modelo soviético: os primeiros anos do governo comunista]. In: NIKIFOROV, Konstantin (Ed.). **Yugoslaviya v XX. veke: ocherki politicheskoy istorii** [A Iugoslávia no século XX: ensaios de História política]. Moscou: Indrik, 2011e.

_____. Iz druzey – vo vragi: konflikt s Kremlyom [De amigos a inimigos: o conflito com o Kremlin]. In: NIKIFOROV, Konstantin (Ed.). **Yugoslaviya v XX. veke: ocherki politicheskoy istorii** [A Iugoslávia no século XX: ensaios de História política]. Moscou: Indrik, 2011f.

GIUMELLI, Francesco. EU-Russia trade bouncing back despite sanctions. **EU Observer**, 17 Oct. 2017. Disponível em: <https://euobserver.com/opinion/139485>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

GOETSCHER, Laurent. Neutrals as brokers of peacebuilding ideas? **Cooperation and Conflict**, v.46, n.3, 2011, p.312-333.

GOL'TS, Aleksandr. Karibskii Krizis 2.0. [A Crise dos Mísseis 2.0]. **Novoye Vremya**, 10 apr. 2018. Disponível em: <<https://newtimes.ru/articles/detail/157778>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

GOLDGEIER, James. Promises Made, Promises Broken? What Yeltsin Was Told About NATO in 1993 and Why It Matters, **War on the Rocks**, 12 Jul. 2016. Disponível em: <<https://warontherocks.com/2016/07/promises-made-promises-broken-what-yeltsin-was-told-about-nato-in-1993-and-why-it-matters/>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

GOLUB, Yuri; ALEKSEYEV, Denis. Evropeiskaya bezopasnost v novykh usloviyakh vzaimodeistviya Rossii i Zapada [A segurança europeia nas novas condições de interação entre a Rússia e o Ocidente]. **Sovremennaya Evropa**, v.74, n.2, 2017, p.55-64.

GORBACHEV, Mikhail. **Vystuplenie v Organizatsii Ob'yedinnyonykh Natsii – 7 dekabrya 1988 goda** [Discurso na Organização das Nações Unidas – 7 de dezembro de 1988], 1988. Disponível em: <http://www.gorby.ru/userfiles/file/vystuplenie_v_oon.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2019.

GRACHEV, Andrei. **Gorbachev's Gamble: Soviet Foreign Policy and the End of the Cold War**. Cambridge: Polity, 2008.

GREKOV, Igor. ODKB se širi na Balkan ? [A OTSC está se expandindo nos Bálcãs ?]. **Russia Beyond**, 19 apr. 2013. Disponível em: <https://rs.rbth.com/politics/2013/04/19/odkb_se_siri_na_balkan_21473.html>. Acesso em: 10 mar. 2019.

GUCIJAN, Sandra. Niš centar ruskih letećih vatrogasaca [Niš centro de bombeiros voadores russos]. **Politika**, 21 okt.2009. Disponível em: <<http://www.politika.rs/sr/clanak/108690/Drustvo/Nis-centar-ruskih-letecih-vatrogasaca>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

GUSKOVA, Elena. **Istoriya yugoslavskogo krizisa (1990-2000)** [História da crise iugoslava (1990-2000)]. Moscou: Russkoie Pravo e Russkii Natsional'nyi Fond, 2001.

GUSKOVA, Elena. **Kosovo i Metohija: rat i uslovi mira** [Kosovo e Metohija: a guerra e as condições da paz]. Kosovska Mitrovica: Filozofski fakultet Univerziteta u Prištini, 2014.

HAFTENDORN, Helga. The unification of Germany, 1985–1991. In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne. **The Cambridge History of the Cold War**. Volume III: Endings. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

HAKOVIRTA, Harto. **East-West Conflict and European Neutrality**. Oxford: Clarendon Press, 1988.

HEADLEY, James. **Russia and the Balkans: Foreign Policy from Yeltsin to Putin**. London: HURST Publishers, 2008.

HOLLAND, Steve. Trump says he would consider alliance with Russia over Islamic State. **Reuters**, 25 July 2016, Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-usa-election-trump-idUSKCN1052CJ>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

HURD, Ian. Constructivism. In: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan (Eds.). **The Oxford Handbook of International Relations**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. North Kosovo: Dual Sovereignty in Practice. **Europe Report**, n. 211, 2011. Disponível em: <<https://www.crisisgroup.org/europe-central-asia/balkans/kosovo/north-kosovo-dual-sovereignty-practice>>. Acesso em: 10 mar.2019.

_____. Serbia and Kosovo: The Path to Normalisation . **Europe Report**, n. 223, 2013. Disponível em: <<https://www.crisisgroup.org/europe-central-asia/balkans/serbia/serbia-and-kosovo-path-normalisation>>. Acesso em: 10 mar.2019.

IRISH, John. Kosovo fails in bid to gain UNESCO membership. **Reuters**, 09 Nov. 2015. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-kosovo-serbia-unesco/kosovo-fails-in-bid-to-gain-unesco-membership-idUSKCN0SY1CW20151109>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

IVANJI, Andrej. Ne mogu da budem veći Srbin od vas [Não posso ser mais sérvio do que vocês]. **Vreme**, 13 sep.2012. Disponível em: <<https://www.vreme.com/cms/view.php?id=1072172>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

IZ RUSIJE stiglo 35 tona pomoći za Srbe na Kosovu [35 toneladas de ajuda chegaram da Rússia para os sérvios no Kosovo]. **Politika**, 17 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.politika.rs/sr/clanak/198127/Iz-Rusije-stiglo-35-tona-pomoci-za-Srbe-na-Kosovu>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

IUGOSLÁVIA. Escritório Federal de Estatística. **Nacionalni sastav stanovništva SFR Jugoslavije**. Knjiga 1: podaci po naseljima i opštinama [Composição nacional da população da República Socialista Federativa da Iugoslávia. Livro 1: dados por assentamentos e municípios]. Belgrado: Savezni zavod za statistiku, s/a.

JANJIĆ, Dragan; BUJOŠEVIĆ, Dragan. Ulazak u EU naš osnovni cilj [Entrada n UE é nosso objetivo básico]. **Politika**, 29 avg. 2009. Disponível em: <<http://www.politika.rs/sr/clanak/101789/Ulazak-u-EU-nas-osnovni-cilj>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

„JEDINSTVENA RUSIJA” i SNS potpisali Memorandum o saradnji [Rússia Unida e SNS assinaram Memorando de Cooperação]. **Russia Beyond**, 22 apr. 2016. Disponível em: <https://rs.rbth.com/politics/2016/04/22/jedinstvena-rusija-i-sns-potpisali-memorandum-o-saradnji_586997>. Acesso em: 10 mar. 2019.

JELAVICH, Barbara. **Russia’s Balkan Entanglements, 1806-1914**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

JESSE, Neal G. Choosing to Go It Alone: Irish Neutrality in Theoretical and Comparative Perspective. **International Political Science Review**, v.27, n.1, 2006, p.7-28.

JOVANOVIĆ, Miroslav. Two Russias: On the Two Dominant Discourses of Russia in the Serbian Public. In: PETROVIĆ, Žarko N.(Ed.). **Russia Serbia relations at the beginning of the XXI Century**. Belgrado: ISAC Fund, 2010.

JOVIĆ, Dejan. **Yugoslavia: A State that Withered Away**. West Lafayette: Purdue University Press, 2008.

JOVIĆEVIĆ, Marina. Srbija i zajednička spoljna i bezbednosna politika [A Sérvia e a política externa e de segurança comum]. In: ĐURKOVIĆ, Miša; IGRUTINOVIĆ, Milan (Eds.). **Zajednička spoljna i bezbednosna politika Evropske unije: aktuelni izazovi** [A política externa e de segurança comum da União Europeia: desafios atuais]. Belgrado: Institut za evropske studije, 2016.

KANDEL, Pavel. Ruski interesi na Balkanu: mitovi i realnost [Os interesses russos nos Bálcãs: mito e realidade]. In: KURJAK, Jelica (Ed.). **Ruska politika na Balkanu** [A política russa nos Bálcãs]. Belgrado: Institut za međunarodnu politiku i privredu, 1999.

_____. Kosovo: tochka ili mnogotochie ? [Kosovo: ponto ou três pontos ?] **Russia in Global Affairs**, 10 mar. 2006. Disponível em: <https://globalaffairs.ru/number/n_6312>. Acesso em: 4 mar. 2019.

_____. «Balkanizatsiya» Evropy vs «Evropeizatsiya» Balkan [“Balcanização” da Europa vs. “Europeização” dos Bálcãs]. **Russia in Global Affairs**, 15 iyun. 2008. Disponível em: <https://globalaffairs.ru/number/n_10945>. Acesso em: 10 mar. 2019.

KANDEL, Pavel. Grozit li Balkanam destabilizatsiya ? [A desestabilização ameaça os Bálcãs ?] **Mirovaya Ekonomika i mezhdunarodnyie otnosheniya**, v.62, n.3, 2018, p.52-58.

KARAGANOV, Sergei. Time to End the Cold War in Europe. **Russia in Global Affairs**, 28 Apr. 2014. Disponível em: <<http://eng.globalaffairs.ru/pubcol/Time-to-End-the-Cold-War-in-Europe-16599>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

KARSH, Efraim. **Neutrality and Small States**. New York: Routledge, 2011.

KER-LINDSAY, James. **Kosovo: the Path to Contested Statehood in the Balkans**. London: I.B. Tauris, 2009.

KISSINGER, Henry. Henry Kissinger: To settle the Ukraine crisis, start at the end. **The Washington Post**, 5 Mar. 2014. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/henry-kissinger-to-settle-the-ukraine-crisis-start-at-the-end/2014/03/05/46dad868-a496-11e3-8466-d34c451760b9_story.html>. Acesso em: 23 jan. 2019.

KONUZIN, Aleksandr. Pitanje nedeljivosti bezbednosti treba rešiti jednom i zasvagda [A questão da indivisibilidade da segurança deve se resolver de uma vez por todas]. **Politika**, 11 feb. 2010. Disponível em: <<http://www.politika.rs/sr/clanak/123266/Specijalni-dodaci/Pitanje-nedeljivosti-bezbednosti-treba-resiti-jednom-i-zasvagda>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. Previsoka cena približavanja EU [O preço da aproximação à UE é muito alto]. **NSPM**, 30 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.nspm.rs/hronika/aleksandar-konuzin-previsoka-cena-priblizavanja-eu.html?alphabet=l>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

KOSOVO-BOUND Russian aid convoy finally gets green light. **RT**, 16 Dec. 2011. Disponível em: <<https://www.rt.com/news/russian-aid-kosovo-serbs-945/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

KOŠTUNICA, Vojislav. Za neutralnost Srbije. Obraćanje dr Vojislava Koštunice na Glavnom odboru DSS [Pela neutralidade da Sérvia. Discurso de Vojislav Koštunica no Comitê Principal do DSS]. **Peščanik**, 22 sep. 2007. Disponível em: <<https://pescanik.net/za-neutralnost-srbije/>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

_____. **Politička neutralnost ili Evropska unija** [A neutralidade política ou a União Europeia]. Belgrado: Fond Slobodan Jovanović, 2013.

KOVIĆ, Miloš. Srbija u borbi za opstanak (1903-1914). [A Sérvia na luta pela sobrevivência (1903-1914)]. In: MARKOVIĆ, Slobodan G.; POPOV, Čedomir; ŽIVOJINOVIĆ, Dragoljub R. (Eds.). **Dva veka moderne srpske diplomatije** [Dois séculos de diplomacia sérvia moderna]. Belgrado: Institut za evropske studije, 2013.

_____. **Uporišta** [Bastiões]. Belgrado: Catena Mundi, 2016.

KRAMER, Mark. Stalin, the Split with Yugoslavia, and Soviet–East European Efforts to Reassert Control, 1948–53. In: RAJAK, Svetozar; BOTSIOU, Konstantina E.; KARAMOUZI, Eirini; HATZIVASSILIOU, Evanthis (Eds.). **The Balkans in the Cold War**. London: Palgrave Macmillan, 2017.

KRIZMAN, Bogdan. **Vanjska politika jugoslavenske države 1918-1941**: Diplomatsko-historijski pregled [A política externa do Estado iugoslavo 1918-1941: um panorama histórico-diplomático]. Zagreb: Školska knjiga, 1975.

LASHERAS, Francisco de Borja; TCHERNEVA, Vessela; WESSLAU, Frederik. Return to instability: how migration and great power politics threaten the Western Balkans. **Policy Brief**. European Council on Foreign Relations, 2016. Disponível em: <https://www.ecfr.eu/page/-/ECFR_163_RETURN_TO_INSTABILITY.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

LÉVESQUE, Jacques. The East European revolutions of 1989. In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne. **The Cambridge History of the Cold War**. Volume III: Endings. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LIEVEN, Dominic. **Empire: the Russian Empire and its Rivals**. New Haven and London: Yale University Press, 2001.

LITAVSKI, Jan. Kontroverze vojne neutralnosti Srbije [Controvérsias da neutralidade militar da Sérvia]. **Novi vek**, n.1, 2012, p.13-20.

LOBANOV, Mikhail. Otnosheniya Rossii i Serbii: novoye sodержanie starykh form [Relações Rússia e Sérvia: novo conteúdo de formas antigas]. **Sovremennaya Evropa**, v.58, n.2, 2014, p.91-105.

_____. Serbiya [Sérvia]. In: ORLIK, I.I.; KULIKOVA, N.V. **Strany Tsentral’no-Vostochnoy Evropy**: vliyanie novykh geopoliticheskikh faktorov na ekonomicheskoye razvitie i otnosheniya s Rossiey [Os países da Europa Central-Oriental: influência dos novos fatores geopolíticos no desenvolvimento econômico e nas relações com a Rússia]. Moscou: Institut Ekonomiki RAN, 2016.

LOXHA, Amra Zejneli. Srpski rukovodioci sa kosovskim platama [Líderes sérvios com salários kosovares]. **Radio Slobodna Evropa**, 26 vel. 2019. Disponível em: <<https://www.slobodnaevropa.org/a/kosovo-paralelne-strukture-lokalna-samouprava-srbija/29792112.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

LUCAS, Edward. Russia is winning. **Delfi**, 4 Sep. 2014. Disponível em: <<https://en.delfi.lt/opinion/edward-lucas-russia-is-winning.d?id=65745272>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

LUKYANOV, Fyodor. Kosovskii tsugzvang [O zugzwang do Kosovo]. **Russia in Global Affairs**, 18 apr. 2007. Disponível em: <https://globalaffairs.ru/redcol/n_8389>. Acesso em: 4 mar. 2019.

LUKYANOV, Fyodor. Trecho de entrevista. In: SHARYI, Andrei. Vzglyady na Kosovo iz Rossii: Rogozin, Semin i drugie [Visões sobre o Kosovo desde a Rússia: Rogozin, Semin e outros] **Radio Svoboda**, 23 fev. 2008. Disponível em: <<https://www.svoboda.org/a/436189.html>>. Acesso em: 4 mar. 2019.

MARUSIC, Sinisa Jakov. Mattis Accuses Russia of Meddling in Macedonian Referendum. **Balkan Insight**, 17 Sep. 2018. Disponível em: <<https://balkaninsight.com/2018/09/17/mattis-supports-macedonian-referendum-condemns-russian-meddling-09-17-2018/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MATIĆ, Marko. Srbija u ruskom vojnom zagrljaju [Sérvia no abraço militar russo]. **E-novine**, 23 okt. 2009. Disponível em: <<http://www.e-novine.com/srbija/srbija-tema/31379-Srbija-ruskom-vojnom-zagrljaju.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W. Norton & Company, 2001.

MEDVEDEV, Dmitri. Vystuplenie v Narodnoi skupshchine Serbii [Discurso na Assembleia Nacional da Sérvia]. **President of Russia**, 20 okt. 2009. Disponível em: <<http://kremlin.ru/events/president/news/5783>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MID Raz'yasnil uchastie posla RF v oppozitsionnom forume v Serbii [MID explicou a participação do embaixador da Federação Russa em um fórum oposicionista na Sérvia]. **RIA Novosti**, 31 okt. 2011. Disponível em: <<https://ria.ru/20111031/476639491.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MID RF: Rossiya ne dast grazhdanstvo kosovskim serbam [MID: Rússia não dará cidadania aos sérvios do Kosovo]. **Vesti**, 1 dek. 2011. Disponível em: <<https://www.vesti.ru/doc.html?id=647942>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MIELNICZUK, Fabiano. O Conflito entre Rússia e Geórgia: uma revisão histórica. **Estudos Internacionais**, v.1, n.2, 2013, p.157-166.

MIHAJLOVIĆ, Branka. Nikolić i Putin potpisali Deklaraciju o strateškom partnerstvu [Nikolić e Putin assinaram a Declaração de Parceria Estratégica]. **Radio Slobodna Evropa**, 24 maj. 2013. Disponível em: <<https://www.slobodnaevropa.org/a/nikolic-i-putin-potpisali-deklaraciju-o-strateskom-partnerstvu/24996484.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MIHOVILOVIĆ, Maroje. Niš postaje tajna ruska vojna baza [Niš está se transformando em uma base militar secreta russa]. **Nacional**, 27 lis. 2009. Disponível em: <<http://arhiva.nacional.hr/clanak/69996/nis-postaje-tajna-ruska-vojna-baza>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MILADINOVIĆ, Zorica. Humanitarne i vojne igre [Jogos humanitários e militares]. **Danas**, 5 mar. 2010. Disponível em: <<https://www.danas.rs/nedelja/humanitarne-i-vojne-igre/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MILENKOVIĆ, M.R. Raketama na NATO rakete [Mísseis contra os mísseis da OTAN]. **Danas**, 23 mar. 2011. Disponível em: <<https://www.danas.rs/politika/raketama-na-nato-rakete/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MILENKOVIĆ, Milan. Zašto je Rusija protiv članstva Srbije u NATO ? [Porque a Rússia é contra a entrada da Sérvia na OTAN ?] Analiza [Análise]. **Beogradski centar za bezbednosnu politiku**, 2012a. Disponível em: <http://www.bezbednost.org/upload/document/zasto_je_rusija_protiv_clanstva_srbije_u_nato.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. “What is good for Serbia is good for Russia”. **Transconflict**, 20 jan. 2012b. Disponível em: <<http://www.transconflict.com/2012/01/what-is-good-for-serbia-is-good-for-russia-201/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. The Kosovo Case as a Matryoshka Doll: Why did Russia withdrew its troops from Kosovo? **South Slav Journal**, v. 31, n. 3–4, 2013, p. 18-32.

MITRINOVIĆ, Biljana. Rusija ne predaje partiju [Rússia não entrega a partida]. **Politika**, 20 dec. 2007. Disponível em: <<http://www.politika.rs/scc/clanak/Русија-не-предаје-партију>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

MIROVIĆ, Dejan. **Rusofobija kod Srba 1878-2017** [A russofobia entre os sérvios 1878-2017]. Belgrado: Catena Mundi, 2017.

MORGENTHAU, Hans. The Resurrection of Neutrality in Europe. **International Affairs**, v.33, n.3, 1939, p.473-486.

MORRISON, Kenneth. **Nationalism, Identity and Statehood in Post-Yugoslav Montenegro**. London: Bloomsbury Academic, 2018.

MOVCHAN, Andrei. Mezhdru Bryusselem i Moskvoi: «neopredelivshiesya» strany v zone vliyanya Evrosoyuzya i TS [Entre Bruxelas e Moscou: os países “indecisos” na zona de influência da UE e da União Aduaneira]. **Carnegie Moscow Center**, 9 mar. 2017. Disponível em: <<https://carnegie.ru/2017/03/09/ru-pub-68201>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MRDIĆ, Uglješa. NATO ima alternativu [Há alternativa à OTAN]. **Pečat**, 5 okt. 2010. Disponível em: <<http://www.pecat.co.rs/2010/10/nato-ima-alternativu/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MUKHIN, Vladimir. Serbskii platsdarm kolektivnoi oborony [A cabeça de ponte sérvia da defesa coletiva]. **Nezavisimaya Gazeta**, 12 apr. 2013. Disponível em: <http://www.ng.ru/cis/2013-04-12/1_serbia.html>. Acesso em: 10 mar. 2019.

NAPREDNJACI predstavili izbornu platformu [Progressistas apresentaram a plataforma eleitoral]. **Politika**, 29 okt. 2011. Disponível em: <<http://www.politika.rs/scc/clanak/196026/Naprednjaci-predstavili-izbornu-platformu>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

NENADIĆ, Danijela. Saveznik Medvedev [O aliado Medvedev]. **Osservatorio Balcani e Caucaso Transeuropa**, 23 Oct.2009. Disponível em: <<https://www.balcanicaucaso.org/bhs/zone/Srbija/Saveznik-Medvedev-47362>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

NIKIFOROV, Konstantin. **Mezhdru Kremlyom i Respubliki Serbskoi** (Bosniiskii krizis: zavershayushchii etap) [Entre o Kremlin e a República Sérvia (A crise bósnia: etapa final)]. Moscou: Institut Slavyanovedeniya RAN, 1999.

NIKIFOROV, Konstantin. **Serbiya na Balkanakh – XX vek** [A Sérvia nos Bálcãs – século XX]. Moscou: Indrik, 2012.

NIKOLIĆ, Tomislav. Zašto sam potpisao Zakon o NATO [Porque assinei a lei sobre a OTAN]. **Večernje novosti**, 20 feb. 2016. Disponível em: <<http://www.novosti.rs/vesti/naslovna/politika/aktuelno.289.html:591811-Predsednik-Tomislav-Nikolic-Zasto-sam-potpisao-Zakon-o-NATO>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

NIKOLIĆ: ŠTO je čoveku majka, to je Srbiji Rusija [Nikolić: o que uma mãe é para uma pessoa, a Rússia é para a Sérvia]. **B92**, 3 dec. 2015. Disponível em: <https://www.b92.net/info/vesti/index.php?yyyy=2015&mm=12&dd=03&nav_category=11&nav_id=1070220>. Acesso em: 10 mar. 2019.

NINIĆ, Ivan. Čemu strah SAD i EU zbog srpsko-ruskog Centra u Srbiji ? [Porquê o medo dos EUA e da UE por causa do centro sérvio-russo na Sérvia ?]. **Novinar Online**, 12 okt. 2012. Disponível em: <<http://www.novinar.de/2012/10/12/%c4%8demu-strah-sad-i-eu-zbog-srpsko-ruskog-centra-u-srbiji.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

NOGUEIRA, Arthur H.V. **Kôssovo**: província ou país ? Brasília: FUNAG, 2015.

NOVAKOVIĆ, Igor. Koncept neutralne države [O conceito de Estado neutro]. **Međunarodna politika**, n. 1141, 2011, p.5-20.

_____. **Stalno neutralne države u Evropi u posthladnoratovskom periodu, 1989-2011** [Estados permanentemente neutros na Europa no período pós-Guerra Fria, 1989-2011]. Tese de doutorado. Belgrado: Fakultet političkih nauka Univerziteta u Beogradu, 2016.

_____. Kompatibilnosti neutralnog statusa sa članstvom u Evropskoj uniji [Compatibilidades do status neutro com a associação à União Europeia]. **Evropske sveske**, n.3, 2017, p. 10-19.

NOVAKOVIĆ, Igor; ALBAHARI, Natan; BOGOSAVLJEVIĆ, Jovana. An analysis of Serbia's compliance with EU foreign policy declarations and measures in 2016. **ISAC Fund**, 2017. Disponível em: <https://www.isac-fund.org/wp-content/uploads/2019/02/ISAC_CFSP-Analysis-2018-1.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

NOVAKOVIĆ, Igor; KAJGANOVIĆ, Jelena; NIKČEVIĆ, Sara. **From four pillars of foreign policy to European Integration**: is there a will for strategically orienting Serbia's foreign policy ? Belgrado: ISAC Fund, 2013.

NOVAKOVIĆ, Igor; MILENKOVIĆ, Emilija. Analiza usaglašavanja Srbije sa spoljnopolitičkim deklaracijama, stavovima i merama Evropske Unije tokom 2015 [Análise da harmonização com as declarações, posicionamentos e medidas de política externa da União Europeia durante 2015]. **ISAC Fund**, 2016. Disponível em: <<https://www.isac-fund.org/wp-content/uploads/2017/01/Analiza-usaglasavanja-Srbije-sa-spoljnopolitickim-deklaracijama-2015-FINAL.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

NOVAKOVIĆ, Igor; PERKUČIN, Jovana. Analiza usaglašavanja Srbije sa spoljnopolitičkim deklaracijama, stavovima i merama Evropske Unije tokom 2014 [Análise da harmonização com as declarações, posicionamentos e medidas de política externa da União Europeia durante 2014]. **ISAC Fund**, 2015. Disponível em: <<https://www.isac-fund.org/wp-content/uploads/2017/01/Analiza-usaglasavanja-Srbije-sa-spoljnopolitickim-deklaracijama-2014-FINAL.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

NSPM. **Istraživanja javnog mnjenja**: Srbija leto 2018 godine [Pesquisas de opinião pública: Sérvia verão de 2018], 4 avg.2018. Disponível em: <<http://www.nspm.rs/istrazivanja-javnog-mnjenja/srbija-leto-2018.html/>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

PARKER, Ashley. Donald Trump Says NATO is 'Obsolete,' UN is 'Political Game'. **The New York Times**, 2 Apr. 2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/politics/first-draft/2016/04/02/donald-trump-tells-crowd-hed-be-fine-if-nato-broke-up/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PARTIDO PROGRESSISTA SÉRVIO. **Bela knjiga „Programom do promena”** [Livro branco “às mudanças via programa”], 2011. Disponível em: <https://www.sns.org.rs/sites/default/files/bela-knjiga_0.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PAVLOVIĆ, Vojislav. Ideološki koreni Titove spoljne politike. Jugoslavija kao deo sovjetske interesne sfere [Raízes ideológicas da política externa de Tito. A Iugoslávia como parte da esfera de interesse soviética]. In: MARKOVIĆ, Slobodan G.; POPOV, Čedomir; ŽIVOJINOVIĆ, Dragoljub R. (Eds.). **Dva veka moderne srpske diplomatije** [Dois séculos de diplomacia sérvia moderna]. Belgrado: Institut za evropske studije, 2013.

PENTAGON says Syria strikes are 'one time shot' to send strong message to Assad. **RT**, 14 Apr. 2018. Disponível em: <<https://www.rt.com/usa/424092-pentagon-strikes-one-time-shot/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PANTOVIC, Milovoje. Serbia Arms Experts Query Value of Russia's 'Gifts'. **Balkan Insight**, 23 Dec. 2016. Disponível em: <<https://balkaninsight.com/2016/12/23/serbian-arms-deal-with-russia-may-be-too-expensive-12-22-2016/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PAVKOVIĆ, Teodora; PERKUČIN, Jovana; NOVAKOVIĆ, Igor; BOGOSAVLJEVIĆ, Jovana. An analysis of Serbia's compliance with EU foreign policy declarations and measures in 2017. **ISAC Fund**, 2018. Disponível em: <<https://www.isac-fund.org/wp-content/uploads/2018/02/ISAC-CFSP-Analiza-E-022018.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

PERKUČIN, Jovana; NOVAKOVIĆ, Igor. An analysis of Serbia's compliance with EU foreign policy declarations and measures in 2016. **ISAC Fund**, 2017. Disponível em: <<https://www.isac-fund.org/wp-content/uploads/2017/05/ISAC-CFSP-Analiza2E2-1.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

PETA godišnjica osnivanja Rusko-srpskog humanitarnog centra [Quinto aniversário de fundação do Centro Humanitário Russo-Sérvio]. **RTS**, 26 apr. 2017. Disponível em: <<http://www.rts.rs/page/stories/sr/story/125/drustvo/2713818/peta-godisnjica-osnivanja-rusko-srpskog-humanitarnog-centra.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PETROVIĆ, Žarko N. Russian-Serbian strategic partnership: scope and content. In: PETROVIĆ, Žarko N.(Ed.). **Russia Serbia relations at the beginning of the XXI Century**. Belgrado: ISAC Fund, 2010a.

_____. Russian Vision of Security in Europe and Serbia. In: PETROVIĆ, Žarko N.(Ed.). **Russia Serbia relations at the beginning of the XXI Century**. Belgrado: ISAC Fund, 2010b.

_____. Russia's perception of Serbian neutrality. In: NOVAKOVIĆ, Igor S. (Ed.). **Neutrality in the 21st century – lessons for Serbia**. Belgrado: ISAC Fund, 2013.

PIVOVARENKO, Aleksandr. NATO idyot na Balkany: est' li al'ternativa ? [A OTAN vai aos Bálcãs: há alternativa ?] **Evraziya Ekspert**, 26 may. 2016a. Disponível em: <<http://eurasia.expert/nato-balkany-alternativa/>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. Razmyshleniya o serbskom neytralitete. Istoricheskii aspekt [Reflexões sobre a neutralidade sérvia. O aspecto histórico.]. **Russian International Affairs Council**, 8 dek. 2016b Disponível em: <<https://russiancouncil.ru/analytics-and-comments/columns/southeasteurope/razmyshleniya-o-serbskom-neytralitete-istoricheskii-aspekt/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. Chetyre stsenarii novoi voyny na Balkanakh [Quatro cenários de uma nova guerra nos Bálcãs]. **Evraziya Ekspert**, 31 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.eurasia.expert/chetyre-stsenariya-novoy-voyny-na-balkanakh/>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. Voyennye ucheniya Belarusi, Rossii i Serbii: v poiskakh novykh formatov [Os exercícios militares de Belarus, Rússia e Sérvia: em busca de novos formatos]. **Evraziya Ekspert**, 31 iyul. 2018. Disponível em: <<http://eurasia.expert/voennye-ucheniya-belarusi-rossii-i-serbii-v-poiskakh-novykh-formatov/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

POPOV, Čedomir. Međunarodni položaj, spoljna politika i diplomatija Srbije 1804-1878 [Posição internacional, política externa e diplomacia da Sérvia 1804-1878]. In: MARKOVIĆ, Slobodan G.; POPOV, Čedomir; ŽIVOJINOVIĆ, Dragoljub R. (Eds.). **Dva veka moderne srpske diplomatije** [Dois séculos de diplomacia sérvia moderna]. Belgrado: Institut za evropske studije, 2013.

POPOVIĆ, Nikola B. Od monaške do moderne diplomatije [Da diplomacia monástica à diplomacia moderna]. In: KLJAKIĆ, Slobodan (Ed.). **Srbija i Rusija: 180 godina diplomatskih odnosa** [Sérvia e Rússia: 180 anos de relações diplomáticas]. Belgrado: Politika, 2018.

POSEN, Barry R. The Rise of Illiberal Hegemony: Trump's Surprising Grand Strategy. **Foreign Affairs**, v.17, n.2, 2018, p.20-27.

POSOL RF ne imel prava vystupat' na oppozitsionnom forume, zayavil Tadić [O embaixador da Rússia não tinha o direito de discursar no fórum opositor, disse Tadić] **RIA Novosti**, 10 noy. 2011. Disponível em: <<https://ria.ru/20111110/485866007.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

POULIOT, Vincent. **International Security in Practice: The Politics of NATO-Russia Diplomacy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

P.R. Usaglašen tekst rezolucije o Kosmetu, izbegnuta kriza vlade [Acordado texto da resolução sobre o Kosmet, evitada crise do governo]. **Politika**, 25 dec. 2007 Disponível em: <<http://www.politika.rs/scc/clanak/9779/Усаглашен-текст-резолюције-о-Космету-избегнута-криза-владе>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

PRETNJA Putina suverenitetu Srbije [Ameaça de Putin à soberania da Sérvia]. **B92**, 30 okt. 2011. Disponível em: <https://www.b92.net/info/vesti/index.php?yyyy=2011&mm=10&dd=30&nav_category=11&nav_id=553656>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PRIBIĆEVIĆ, Ognjen. Da li Srbija ide ka velikoj koaliciji Demokratske stranke i Srpske napredne stranke? [A Sérvia caminha para uma grande coalizão entre o Partido Democrático e o Partido Progressista Sérvio ?]. **Godišnjak FPN**, v.5, n.5, 2011, p.139-150.

PROTEST protiv NATO–a: „Za slobodnu i suverenu Srbiju!” [Protesto contra a OTAN: “Por uma Sérvia livre e soberana !”]. **Sputnik News**, 27 mar. 2016. Disponível em: <<https://rs-lat.sputniknews.com/srbija/201603271104376717-nato-zavetnici-protest/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PUTIN, Vladimir. Trecho de entrevista. In: BILBIJA, Bojan; VLAHOVIĆ, Branko. Intervju predsednika Ruske Federacije Vladimira Putina [Entrevista com o presidente da Federação Russa Vladimir Putin]. **Politika**, 15 jan. 2019. Disponível em: <<http://www.politika.rs/sr/clanak/420383/Intervju-predsednika-Ruske-Federacije-Vladimira-Putina>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

RADEKA, D. Jači smo danas nego juče [Estamos mais fortes hoje do que ontem]. **Večernje novosti**, 21 okt. 2009. Disponível em: <<http://www.novosti.rs/vesti/naslovna/politika/aktuelno.289.html:254797-Jaci-smo-danas--nego-juce>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

RADEKA, D. NATO nije jedini put Srbije [A OTAN não é o único caminho para a Sérvia]. **Večernje novosti**, 4 feb. 2010. Disponível em: <<http://www.novosti.rs/vesti/naslovna/aktuelno.289.html:264335-NATO-nije-jedini-put-Srbije>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

RADIĆ: Na jedinicu migova računati samo do kasnih dvadesetih [Radić: pode-se contar com uma unidade dos MIGs somente até o fim dos anos 2020]. **N1**, 21 mar. 2018. Disponível em: <<http://rs.n1info.com/Vesti/a373528/Radic-Na-jedinicu-migova-racunati-samo-do-kasnih-dvadesetih.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

RADIĆ, Aleksandar. Trecho de entrevista. In: KOVAČEVIĆ, Drago. Aleksandar Radić - Hrvatska nije preduzimala ništa šta bi Srbiju trebalo da uznemiri [Aleksandar Radić – a Croácia não fez nada que devesse preocupar a Sérvia]. **Novosti**, 9 vel. 2016. Disponível em: <<https://www.portalnovosti.com/aleksandar-radic-hrvatska-nije-preduzimala-nista-sta-bi-srbiju-trebalo-da-uznemiri>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

RADOSAVLJEVIĆ, Nevena. **What is the Individual Partnership Action Plan between Serbia and NATO ?** Belgrado: Belgrade Centre for Security Policy.

RAJAK, Svetozar. The Cold War in the Balkans, 1945–1956. In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne. **The Cambridge History of the Cold War**. Volume I: Origins. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

RELJIĆ, Dušan. **Rusija i Zapadni Balkan** [A Rússia e os Bálcãs Ocidentais]. Belgrado: ISAC Fond, 2009a.

_____. Zapadni Balkan u trouglu SAD-EU-Rusija [Os Bálcãs Ocidentais no triângulo EUA-EU-Rusija] **Međunarodna politika**, v.60, n.1134, 2009b, p.17-25.

RENN, Bettina. Russia's “Force Structures” and the Study of Civil-Military Relations. **The Journal of Slavic Military Studies**, v.18, n.4, 2005, p.559-585.

_____. **Russia’s Military Revival**. Cambridge: Polity Press, 2018.

REY, Marie-Pierre. ‘Europe is our Common Home’: A study of Gorbachev's diplomatic concept. **Cold War History**, v.4, n.2, 2004, p.33-65.

RF ne svyazana s Serbiei soglasheniyami o voennoi vzaimopomoshchi – Genshtab [A Federação Russa não está ligada à Sérvia por acordos de assistência militar mútua – Estado maior]. **RIA Novosti**, 15 dek. 2007. Disponível em: <<https://ria.ru/politics/20071215/92602112.html>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

ROGOZIN poklonio Vučiću S-300 [Rogozin presenteou Vučić com um S-300]. **Sputnik News**, 11 jan. 2016. Disponível em: <<https://rs-lat.sputniknews.com/srbija/201601111102419435-rusija-srbija-oruzje-s300/>>. Acesso em: 3 mar. 2019.

ROMANENKO, Sergei. Raspad Jugoslavije i politička elita Rusije [O colapso da Iugoslávia e a elite política da Rússia]. In: KURJAK, Jelica (Ed.). **Ruska politika na Balkanu** [A política russa nos Bálcãs]. Belgrado: Institut za međunarodnu politiku i privredu, 1999.

_____. **Mezhdú «proletarskim internatsionalizmom» i «slavyanskim bratstvom»:** rossiisko-yugoslavskie otnosheniya v kontekste etnopoliticheskikh konfliktov v Srednei Evropie (nachalo XX veka-1991 god.) [Entre o “internacionalismo proletário” e a “irmandade eslava”: as relações russo-iugoslavas no contexto dos conflitos etnopolíticos na Europa Central (início do século XX-1991). Moscou: Novoye literaturnoye obozreniye, 2011.

ROSSI, Michael. Partition in Kosovo Will Lead to Disaster. **Foreign Policy**, 19 Sep. 2018. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2018/09/19/partition-in-kosovo-will-lead-to-disaster-serbia-vucic-thaci-mitrovica-ibar/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ROTARU, Vasile; TRONCOTĂ, Miruna. Continuity and change in instrumentalizing ‘The Precedent’. How Russia uses Kosovo to legitimize the annexation of Crimea. **Southeast European and Black Sea Studies**, v.17, n.3, 2017, p.325-345.

RUDIĆ, Mirko. Za one koji ga ne znaju [Para aqueles que não o conhecem]. **Vreme**, 13 feb. 2014. Disponível em: <<https://www.vreme.com/cms/view.php?id=1173569>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

RUSSIA FORMALLY Hands Over MiG Warplanes To Serbia To Mark Liberation Day. **Radio Free Europe**, 20 Oct. 2017. Disponível em: <<https://www.rferl.org/a/russia-serbia-mig-warplanes-jets-liberation-day-belgrade/28806712.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

RUSSIA SEES new NATO-Serbia agreement as attempt to broaden influence. **Russia Beyond**, 18 Feb. 2016. Disponível em: <https://www.rbth.com/news/2016/02/18/russia-sees-new-nato-serbia-agreement-as-attempt-to-broaden-influence_569005>. Acesso em: 22 jan. 2019.

RUSSIA VETOES Srebrenica genocide resolution at UN. **The Guardian**, 8 Jul. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/jul/08/russia-vetoes-srebrenica-genocide-resolution-un>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

RUSSIA WILL never use force to solve Kosovo problem – envoy. **Sputnik News**, 24 Feb. 2008. Disponível em: <<https://sputniknews.com/russia/2008022499968509/>> Acesso em: 3 mar. 2019.

RUSSIAN NATO ambassador talks use of force. **B92**, 22 Feb. 2008. Disponível em: <https://www.b92.net/eng/news/politics.php?yyyy=2008&mm=02&dd=22&nav_id=47907>. Acesso em: 03 mar. 2019.

RUSSIAN TRADE with Serbia in 2018. **Russian Foreign Trade**, 10 Feb. 2019. Disponível em: <<http://en.russian-trade.com/reports-and-reviews/2019-02/russian-trade-with-serbia-in-2018/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

RÚSSIA. Ministério de Negócios Estrangeiros. **Kontseptsiya vneshney politiki Rossiiskoy Federatsii 2000** [Conceito de Política Externa da Federação Russa, 2000], 2000. Disponível em: <http://www.ng.ru/world/2000-07-11/1_concept.html>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. Presidente da Rússia. **The draft of the European Security Treaty**, 29 nov. 2009a. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/6152>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. Presidente da Rússia. **Zayavleniye dlya pressy po itogam rossiisko-serbskikh peregovorov na vysshem urovne** [Comunicado à imprensa sobre os resultados das negociações russo-sérvias em alto nível], 20 okt. 2009b Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/events/president/transcripts/5782>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

RÚSSIA. Ministério de Negócios Estrangeiros. **Soglasheniye mezhdu pravitel'stvom Rossiiskoi Federatsii i Pravitel'stvom Respubliki Serbii o sotrudnichestve v oblasti chrezvychainogo gumanitarnogo reagirovaniya, preduprezhdeniya stikhiinykh bedstviy i tekhnogennykh avari i likvidatsii ih posledstviy** [Acordo entre o governo da Federação Russa e o governo da República da Sérvia sobre a cooperação na área de reação humanitária de emergência, prevenção de desastres naturais e acidentes causados por atividades humanas e a eliminação de suas consequências], 20 okt. 2009c. Disponível em: <http://www.mid.ru/foreign_policy/international_contracts/2_contract/-/storage-viewer/bilateral/page-4/45439>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. Embaixada da Federação Russa na República da Sérvia. **Intervju ambasadora Rusije u Srbiji A.V.Konuzina časopisu «NIN»** [Entrevista do embaixador da Rússia na Sérvia A.V.Konuzin à revista NIN], 2011a. Disponível em: <<http://www.ambasadarusije.rs/sr/vesti/intervju-ambasadora-rusije-u-srbiji-aleksandra-konuzina-casopisu-nin>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. Primeiro-Ministro da Rússia. **Po itogam rossiisko-serbskikh peregovorov V.V.Putin i B.Tadich proveli sovместnuyu press-konferentsiyu** [V.V. Putin e B.Tadich realizaram conferência de imprensa conjunta sobre os resultados das negociações russo-sérvias], 23 mar. 2011b. Disponível em: <<http://archive.premier.gov.ru/events/news/14609/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. Ministério de Negócios Estrangeiros. **Soglasheniye mezhdu pravitel'stvom Rossiiskoi Federatsii i Pravitel'stvom Respubliki Serbii o sozdaniy rossiisko-serbskogo gumanitarnogo tsentra** [Acordo entre o governo da Federação Russa e o governo da República da Sérvia sobre o estabelecimento do Centro Humanitário Russo-Sérvio], 25 apr. 2012. Disponível em: <http://www.mid.ru/foreign_policy/international_contracts/2_contract/-/storage-viewer/bilateral/page-3/44627>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. _____. **Kontseptsiya vneshney politiki Rossiiskoi Federatsii 2013** [Conceito de Política Externa da Federação Russa 2013], 2013a. Disponível em: <http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICk6B6BZ29/content/id/122186?p_p_id=101_INSTANCE_CptICk6B6BZ29&_101_INSTANCE_CptICk6B6BZ29_languageId=ru_RU>. Acesso em: 10 mar. 2019.

RÚSSIA. Presidente da Rússia. **Deklaratsiya o strategicheskoy partnyorstve mezhdou Rossiiskoy Federatsii i Respubliki Serbii** [Declaração de parceria estratégica entre a Federação Russa e a República da Sérvia], 24 may. 2013b. Disponível em: <<http://kremlin.ru/supplement/1461>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. Ministério de Negócios Estrangeiros. **Soglashenie mezhdou Pravitel'stvom Rossiiskoy Federatsii i Pravitel'arvom Respubliki Serbii o voyennom sotrudnichestve** [Acordo entre o governo da Federação Russa e o governo da República Sérvia sobre cooperação militar], 13 noy. 2013c. Disponível em: <http://www.mid.ru/foreign_policy/international_contracts/2_contract/-/storage-viewer/bilateral/page-2/44296>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. _____. **Soglashenie mezhdou Pravitel'stvom Rossiiskoy Federatsii i Pravitel'arvom Respubliki Serbii o voyenno-tekhnicheskoy sotrudnichestve** [Acordo entre o governo da Federação Russa e o governo da República Sérvia sobre cooperação militar-técnica], 16 okt. 2014. Disponível em: <http://www.mid.ru/foreign_policy/international_contracts/2_contract/-/storage-viewer/bilateral/page-1/44090>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. _____. **Pozitsiya Rossii po konfliktam i problemnym zonam v Evrope** [A posição da Rússia sobre conflitos e zonas problemáticas na Europa], 2016. Disponível em: <http://www.mid.ru/pozicia-rossii-po-konfliktam-i-problemnym-zonam-v-evrope-situacia-na-balkanah-kosovskoe-uregulirovanie-kiprskoe-uregulirovanie-migracionnyj-krizis-i-dr.-?p_p_id=56_INSTANCE_gVIzgVABxhXS&_56_INSTANCE_gVIzgVABxhXS_languageId=ru_RU>. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. _____. Foreign Ministry Spokesperson Maria Zakharova's reply to a media question regarding statements made by Serbian Prime Minister Ana Brnabic in a Bloomberg interview. **Respublika Serbiya** [República da Sérvia], 6 Jul. 2017. Disponível em: <http://www.mid.ru/en/diverse/-/asset_publisher/zwI2FuDbhJx9/content/otvet-oficialnogo-predstavitelamid-rossii-m-v-zaharovoj-na-vopros-smi-otnositel-no-vyskazyvanij-predsedatela-pravitel-stva-serbii-a-brnabic-v-interv?_101_INSTANCE_zwI2FuDbhJx9_redirect=http%3A%2F%2Fwww.mid.ru%2Fen%2Fdiverse%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_zwI2FuDbhJx9%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_pos%3D2%26p_p_col_count%3D5>. Acesso em: 22 jan. 2019.

SAD NE žele da BIA i MUP drži ista partija [EUA não querem que o mesmo partido fique com a Agência de Informação e Segurança e o MUP]. **Blic**, 6 jul 2012. Disponível em: <<https://www.blic.rs/vesti/tema-dana/sad-ne-zele-da-bia-i-mup-drzi-ista-partija/5hrn7ph>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SAKWA, Richard. **Soviet Politics in Perspective**. London: Routledge, 1998.

_____. **Russian Politics and Society**. Routledge, 2008a.

_____. **Putin: Russias's choice**. New York: Routledge, 2008b.

SAKWA, Richard. **The crisis of Russian democracy: the dual state, factionalism, and the Medvedev succession.** Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

_____. **Putin redux: power and contradiction in contemporary Russia.** New York: Routledge, 2014.

_____. The death of Europe? Continental fates after Ukraine. **International Affairs**, v. 91, n. 3, 2015a, p. 553-579.

_____. **Frontline Ukraine: Crisis in the Bordelands.** London: I.B. Tauris, 2015b.

SAKWA, Richard. **Russia Against the Rest: The Post-Cold War Crisis of World Order.** Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

SAMEDOVA, Evlaliya. Moskva solidarna s kosovskimi serbami, no grazhdanstvo im ne dala [Moscou solidária com os sérvios do Kosovo, mas não lhes deu cidadania]. **DW**, 14 feb. 2012. Disponível em: <<https://www.dw.com/ru/москва-солидарна-с-косовскими-сербами-но-гражданство-им-не-дала/a-15741216>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SAMORUKOV, Maksim. Illyuzya blizosti: ambitsii i vozmozhnosti Rossii na Zapadnykh Balkanakh [A ilusão da proximidade: ambições e capacidades da Rússia nos Bálcãs Ocidentais]. **Carnegie Moscow Center**, 2017. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/files/CP_Samorukov_web_Rus_final1.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. Protivorechiya Rossii i ES na Balkanakh. V chem oni i možhno li ih preodolet' [As contradições entre a Rússia e a UE nos Bálcãs. Em que estão e é possível superá-las].

Carnegie Moscow Center, 19 dek. 2018. Disponível em:

<<https://carnegie.ru/commentary/77961>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

SAVIC, Misha; FILIPOVIC, Gordana. Serbia Will Choose EU Over Russia If Forced, Premier Says. **Bloomberg**, 3 Jul. 2017. Disponível em:

<<https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-07-03/serbia-will-pick-eu-over-russia-if-made-to-choose-premier-says>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

SAVRANSKAYA, Svetlana; BLANTON, Tom. NATO Expansion: What Gorbachev Heard.

National Security Archive, 12 Dec. 2017. Disponível em:

<<https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/russia-programs/2017-12-12/nato-expansion-what-gorbachev-heard-western-leaders-early>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. NATO Expansion: What Yeltsin Heard. **National Security Archive**, 16 Mar. 2018.

Disponível em: <<https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/russia-programs/2018-03-16/nato-expansion-what-yeltsin-heard>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

SEGRILLO, Angelo. **De Gorbachev a Putin: A Saga da Rússia do Socialismo ao Capitalismo.** Curitiba: Editora Prismas, 2014.

SERBIA RECEIVES four MiG-29 fighter jets from Belarus – defense minister. **TASS**, 22 Apr 2018. Disponível em: <<http://tass.com/world/1001174>> . Acesso em: 22 jan. 2019.

SERBIA: RUSSIA'S Eyes in the Balkans. **Stratfor**, 21 Oct. 2009. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/article/serbia-russias-eyes-balkans>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SERBIA SAYS Russia To Provide Arms To Counter Alleged Threat From Croatia. **Radio Free Europe**, 13 Dec. 2016. Disponível em: <<https://www.rferl.org/a/serbia-says-russia-provide-arms-counter-threat-nato-croatia-/28173046.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SERBIA'S PM says she respects decades-old Serbian-Russian ties, friendship. **TASS**, 5 July 2017. Disponível em: <<http://tass.com/world/954916>> . Acesso em: 22 jan. 2019.

SERBIA WILL never impose sanctions against Russia – Serbian PM. **TASS**, 16 Oct. 2014. Disponível em: <<http://tass.com/world/754820>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SERBIAN “NO” to NATO exercises. **B92**, 28 Apr. 2009. Disponível em: <https://www.b92.net/eng/news/politics.php?yyyy=2009&mm=04&dd=28&nav_id=58786>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SERBIYA MEZHDU Rossiei i NATO [A Sérvia entre a Rússia e a OTAN]. **Srpska.ru**, 21 may. 2009. Disponível em: <<http://www.srpska.ru/article.php?nid=11559>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SERBIYA MOZHET stat' nablyudatelyem v Parlamentskoi assamblee ODKB [Sérvia pode se tornar observadora na Assembleia Parlamentar da OTSC]. **RIA Novosti**, 6 may. 2011. Disponível em: <<https://ria.ru/20110506/371636917.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SERBIYA NE budet prosit' Rossiyu o voennoi pomoshchi – Baluievsky [Sérvia não pedirá à Rússia auxílio militar - Baluievskii]. **RIA Novosti**, 01 fev. 2008. Disponível em: <<https://ria.ru/world/20080201/98177196.html>>. Acess em: 03 mar. 2019.

SERBS protest government's NATO deal, call to Russia for help. **RT**, 20 Feb. 2016. Disponível em: <<https://www.rt.com/news/333142-serbia-nato-immunity-protest/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SÉRVIA. Ministério de Negócios Estrangeiros. **Rezolucija Narodne skupštine o zaštiti suvereniteta, teritorijalnog integriteta i ustavnog poretka Republike Srbije (2007)** [Resolução da Skupština Nacional sobre a proteção da soberania, da integridade territorial e da ordem constitucional da República da Sérvia (2007)], 21 maj. 2009. Disponível em: <<http://www.mfa.gov.rs/sr/index.php/component/content/article/65-zastita-suvereniteta?lang=lat>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. **Agreement among the States Parties to the North Atlantic Treaty and the other States participating in the Partnership for Peace regarding the Status of their Forces**, 2014.

SÉRVIA. Ministério da Defesa. **Strategija nacionalne bezbednosti Republike Srbije - Nacrt** [Estratégia de segurança nacional da República da Sérvia – versão preliminar], 2017a. Disponível em: <http://www.mod.gov.rs/multimedia/file/staticki_sadrzaj/javna%20rasprava/strategije/Nacrt%20Strategije%20nacionalne%20bezbednosti.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. _____. **Strategija odbrane Republike Srbije** – Nacrt [Estratégia de Defesa da República da Sérvia – versão preliminar], 2017b. Disponível em: <http://www.mod.gov.rs/multimedia/file/staticki_sadrzaj/javna%20rasprava/strategije/Nacrt%20Strategije%20odbrane.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

SÉRVIA. Ministério de Negócios Estrangeiros. **CSDP**, 2018a. Disponível em: <<http://www.mfa.gov.rs/en/foreign-policy/security-issues/csdp>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. Banco Nacional da Sérvia. Serbia's Balance of Payments. **Foreign Direct Investments, by country, 2010-2017**, 2018b. Disponível em: <www.nbs.rs/export/sites/default/internet/english/80/ino_ekonomski_odnosi/platni_bilans/fdi_by_country_2010_2017.xls>. Acesso em: 22 jan. 2019.

SHEMYAKIN, Andrei. Pervaya Mirovaya Voyna. Rozhdenie Yugoslavii [A Primeira Guerra Mundial. O nascimento da Iugoslávia]. In: NIKIFOROV, Konstantin (Ed.). **Yugoslaviya v XX. veke: ocherki politicheskoy istorii** [A Iugoslávia no século XX: ensaios de História política]. Moscou: Indrik, 2011.

SHOIGU prinyal uchastie v tseremonii peredachi Serbii shesti MiG-29 [Shoigu participou da cerimônia de entrega à Sérvia dos seis MiG-29]. **RIA Novosti**, 20 okt. 2017. Disponível em: <<https://ria.ru/20171020/1507259944.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SIDDIQUI, Sabrina; JACOBS, Ben. Donald Trump: 'We will stop racing to topple foreign regimes'. **The Guardian**, 7 Dec. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2016/dec/07/donald-trump-we-will-stop-racing-to-topple-foreign-regimes>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SIMIĆ, Jasminka. **U potrazi za novom misijom: NATO i jugoslovenska kriza 1990-2001** [Em busca de uma nova missão: a OTAN e a crise iugoslava 1990-2001]. Belgrado: Službeni glasnik, 2010.

_____. Ekonomski aspekti strateškog partnerstva Srbije i Rusije [Aspectos econômicos da parceria estratégica entre Sérvia e Rússia]. **Novi vek**, n.6, 2014, p.21-30.

SIMIĆ, Julija. Serbia's EU bid leader insists Belgrade is not 'sitting on two chairs'. **Euractiv**, 26 out. 2017. Disponível em: <<https://www.euractiv.com/section/economy-jobs/news/serbias-eu-bid-leader-insists-belgrade-is-not-sitting-on-two-chairs/>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

SIMIĆ, Predrag. **Tito i NATO: uspon i pad druge Jugoslavije** [Tito e a OTAN: ascensão e queda da segunda Iugoslávia]. Belgrado: Novosti, 2008.

SIPRI. **Trade Registers**, 2017. Disponível em: <http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php> Acesso em: 22 jan. 2019.

SITUACIJA za Srbe na Kosovu sve teža [Situação para os sérvios no Kosovo cada vez mais difícil]. **Politika**, 25 dec. 2018. Disponível em :<<http://www.politika.rs/sr/clanak/418905/Situacija-za-Srbe-na-Kosovu-sve-te%C5%BEa>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SUSLOV, Dmitry. Contours of the Trump Administration’s Foreign Policy: Regional priorities. **Valdai Discussion Club**, 28 Dec. 2016. Disponível em :<<http://valdaiclub.com/a/highlights/contours-of-the-trump-administration-2/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SOKOLOV, Vadim. Zavershilis’ rossiisko-serbskie voyennye ucheniya “Bars-2015” [Encerrou-se o exercício militar russo-sérvio “BARS-2015”]. **Voyennoye obozrenie**, 10 okt. 2015. Disponível em: <<https://topwar.ru/84073-zavershilis-rossiysko-serbskie-voennye-ucheniya-bars-2015.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SOLOV’YEV, Vladimir. Nezavisimost’ Kosovo vylozhat pod rossiiskoie veto [Independência do Kosovo será exposta ao veto russo]. **Kommersant**, 12 mar. 2007. Disponível em: <<https://www.kommersant.ru/doc/748988>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

SOROKINA, Nadezhda. OBSE risknula mandatom [A OSCE arriscou-se com um mandato]. **Rossiiskaya Gazeta**, 20 avg. 2008. Disponível em: <<https://rg.ru/2008/08/20/osce.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

‘SPECIAL HUMILIATION’ for Serbia to be dragged into NATO after fatal US bombings – Zakharova. **RT**, 22 Fev. 2016.. Disponível em: <<https://www.rt.com/news/333218-serbia-joining-nato-humiliating/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SPORNI gest srbijanske premijerke na početku mandata [Gesto polêmico da premiê sérvia no começo do mandato]. **N1 Srbija**, 07 jul. 2017. Disponível em: <<http://ba.n1info.com/a173412/Svijet/Regija/Sporni-gest-srbijanske-premijerke.html>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

STENT, Angela E. **The limits of Partnership: U.S.-Russian Relations in the Twenty-First Century**. New Jersey: Princeton University Press, 2015.

SYSOIEV, Gennadii. V zavisimosti ot nezavisimosti. Serbiya gotova razorvat’ otnosheniya s Zapadom iz-za Kosovo [A depender da independência. A Sérvia está pronta para romper relações com o Ocidente por causa do Kosovo]. **Kommersant**, 27 dek. 2007. Disponível em: <<https://www.kommersant.ru/doc/840211>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

_____. Prezidentu Serbii udalos’ mnogoobeshchayushchee nachalo [Presidente da Sérvia consegue início promissor]. **Kommersant**, 28 may. 2012. Disponível em: <<https://www.kommersant.ru/doc/1944930>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SYSOIEV, Gennadii; IVANOV, Oleg. Vizit prem'era postavili v potok [A visita do premier foi colocada em curso]. **Kommersant**, 23 mar. 2011. Disponível em: <<https://www.kommersant.ru/doc/1606036>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SYSOIEV, Gennadii; CHERNENKO, Elena; YUSIN, Maksim. Kosovskie serby hotyat stat' rossiiskimi [Os sérvios do Kosovo querem tornar-se russos]. **Kommersant**, 15 noy. 2011. Disponível em: <<https://www.kommersant.ru/doc/1816430>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SZPALA, Marta. Russia in Serbia: soft power and hard interests. **OSW Commentary**, n. 150, Varsóvia: Centre for Eastern Studies, 2014. Disponível em: <http://www.osw.waw.pl/sites/default/files/commentary_150.pdf> Acesso em: 22 jan. 2019.

TASIĆ, Jelena. Evropska integracija i rastuća saradnja Srbije sa Rusijom međusobno se ne isključuju [A integração europeia e a crescente cooperação da Sérvia com a Rússia não são mutuamente excludentes]. **Danas**, 31 jul. 2009. Disponível em: <<https://www.danas.rs/nedelja/evropska-integracija-i-rastuca-saradnja-srbije-sa-rusijom-medjusobno-se-ne-iskljucuju/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

TASIĆ, Jelena. Srbija u NATO pretnja Rusiji [A Sérvia na OTAN é uma ameaça à Rússia]. **Danas**, 28 mar. 2011. Disponível em: <<https://www.danas.rs/politika/srbija-u-nato-pretnja-rusiji/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

TAYLER, Jeffrey. The Time Is Ripe for Détente, 2.0. **The Atlantic**, 8 July 2016. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/international/archive/2016/08/obama-putin-nato-russia-trump/494894/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

THOMAS, Andrea. Russia's Trade With the West Surges Even as Sanctions Mount. **The Wall Street Journal**, 12 Apr. 2018. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/russias-trade-with-the-west-surges-even-as-sanctions-mount-1523534781>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

TIMOFEEV, Ivan. The Sanctions Against Russia: Escalation Scenarios and Countermeasures. **Russian International Affairs Council**, 12 Apr. 2018. Disponível em: <<http://russiancouncil.ru/papers/Sanctions-Report37en.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

TIMOFEJEV, Aleksej. **Rusi i Drugi svetski rat u Jugoslaviji**: uticaj SSSR-a i ruskih emigranata na događaje u Jugoslaviji 1941-1945 [Os russos e a Segunda Guerra Mundial na Jugoslávia: a influência da URSS e dos emigrantes russos nos acontecimentos na Jugoslávia 1941-1945]. Belgrado: Institut za noviju istoriju Srbije, 2011.

TIMOFEYEV, Aleksey; KREMICH, D. **Rossiia na Serbskom fronte Pervoi mirovoi vojny**: pomoshch armii i flota Rossii Korolevstvu Serbiya v 1914-1918 gg. [A Rússia no fronte sérvio da Primeira Guerra Mundial: a ajuda do exército e da marinha da Rússia ao Reino da Sérvia em 1914-1918]. Moscou: Veche, 2014.

TOMISLAV Nikolic: Serbia won't align with East or West. **Al Jazeera**, 26 Nov. 2016. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/programmes/talktojazeera/2016/11/tomislav-nikolic-serbia-won-align-east-west-161124105054362.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

TRAPARA, Vladimir. Finlandizacija postpetooktobarske Srbije [A finlandização da Sérvia do Pós-Cinco de outubro]. In: KORAC, Srđan T. (Org.). **Uticao vojne neutralnosti Srbije na bezbednost i stabilnost u Evropi** [A influência da neutralidade militar da Sérvia sobre a segurança e a estabilidade na Europa]. Belgrado: Institut za međunarodnu politiku i privredu e Hans Seidel Stiftung, 2016a.

_____. Finlandizacija kao model neutralnosti malih država [A finlandização como modelo de neutralidade de Estados pequenos]. **Međunarodni problemi**, v.68, n.4, 2016b, p.351-389.

_____. **Vreme “resetovanja”**: odnosi Rusije i Sjedinjenih Država u periodu od 2009. do 2012. godine [A época do “reset”: as relações entre Rússia e EUA no período de 2009 a 2012]. Belgrado: Institut za međunarodnu politiku i privredu, 2017.

TRENIN, Dmitri. Russia’s spheres of interest, not influence. **Washington Quarterly**, v.32, n.4, 2009, p.3-22.

_____. **Post-Imperium**: a Eurasian Story. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2011.

TRENIN, Dmitri. **Mir bezuslovnyi**: Evro-Atlantika XXI veka kak soobshchestvo bezopasnosti [Paz incondicional: o Euro-Atlântico do século XXI como uma comunidade de segurança]. Moscou: Carnegie Endowment for International Peace e ROSSPEN, 2013.

_____. The Ukraine Crisis and the Resumption of Great Power Rivalry. **Carnegie Moscow Center**, 2014. Disponível em:

<http://carnegieendowment.org/files/ukraine_great_power_rivalry2014.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. The New Cold War is Boiling Over in Syria. **Foreign Policy**, 16 Apr. 2018a.

Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2018/04/14/the-new-cold-war-is-boiling-over-in-syria/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. European Security: From Managing Adversity to A New Equilibrium. **Carnegie Moscow Center**, 2018b. Disponível em:

<https://carnegieendowment.org/files/CP329_Trenin_Euro_Security_WEB.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

TRIFKOVIĆ, Dragana. Neitralitet Srbije i budushchie vyzovy voennoi bezopasnosti:

demistifikatsiya neitraliteta [A neutralidade da Sérvia e os futuros desafios da segurança

militar: desmistificação da neutralidade]. **Tsentr strategicheskikh otsenok i prognozov**, 11

mar. 2016. Disponível em: <<http://csef.ru/ru/oborona-i-bezopasnost/503/neitralitet-srbii-i-budushhie-vyzovy-voennoj-bezopasnosti-demistifikacziya-neitraliteta-6605>>.

Acesso em: 22 jan. 2019.

TRIKIĆ, T.; ĐAKOVIĆ, T.N. Moraćemo da priznamo Kosovo ako uđete u NATO [Teremos que reconhece o Kosovo se vocês entrarem na OTAN]. **Blic**, 6 feb. 2010. Disponível em:

<<https://www.blic.rs/vesti/tema-dana/moracemo-da-priznamo-kosovo-ako-udete-u-nato/w7xx2xy>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

TSYGANKOV, Andrei P. The final triumph of the Pax Americana? Western intervention in Yugoslavia and Russia's debate on the post-Cold War order. **Communist and Post-Communist Studies**, v.34, n.2, 2001, p.133-156.

_____. Vladimir Putin's last stand: the sources of Russia's Ukraine policy. **Post-Soviet Affairs**, v.31, n.5, 2015, p.279-303.

_____. **Russia's Foreign Policy: Change and Continuity in National Identity**. London: Rowman & Littlefield, 2016.

_____. The sources of Russia's fear of NATO. **Communist and Post-Communist Studies**, v.51, n.2, 2018, p.101-111.

TUHINA, Gjeraqina. Taçi 2013. obećao NATO-u da KBS neće na sever Kosova bez saglasnosti KFOR-a [Thaçi em 2013 prometeu à OTAN que a FSK não entraria no norte do Kosovo sem consentimento da KFOR] **Radio Slobodna Evropa**, 13 feb. 2019. Disponível em: <<https://www.slobodnaevropa.org/a/29768536.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

UNIÃO EUROPEIA. **Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe**. A Global Strategy for the European Union's Foreign And Security Policy, 2016. Disponível em: <http://eeas.europa.eu/archives/docs/top_stories/pdf/eugs_review_web.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. Serviço de Ação Externa da União Europeia. **EU restrictive measures in response to the crisis in Ukraine**, 16 Mar. 2017. Disponível em: <https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage_en/8322/EU%20restrictive%20measures%20in%20response%20to%20the%20crisis%20in%20Ukraine>. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. Delegação da UE na República da Sérvia. **EU assistance to Serbia**, 2018. Disponível em: <<https://europa.rs/eu-assistance-to-serbia/?lang=en>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

ONU. Conselho de Segurança das Nações Unidas. **Letter S/709/2005**, 10 Nov. 2005. Disponível em: <<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Kos%20S2005%20709.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

_____. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Draft Resolution Territorial Integrity of Ukraine**, 27 mar. 2014. Disponível em: <<https://papersmart.unmeetings.org/media2/2498292/voting-record.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

V SERBII zavershilis' rossiisko-serbskie ucheniya "Bars-2016" [Encerrou-se na Sérvia o exercício russo-sérvio "BARS-2016"]. **RIA Novosti**, 14 okt. 2016. Disponível em: <<https://ria.ru/20161014/1479267694.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

VAŠČENKO, Mihail. Kako su Srbi ratovali protiv boljševika u Rusiji [Como os sérvios guerreararam contra os bolcheviques na Rússia]. **Russia Beyond**, 22 maj. 2013. Disponível em: <https://rs.rbth.com/politics/2013/05/22/da_li_je_srbija_nekada_napala_rusiju_22193.html>. Acesso em: 10 mar. 2019.

VELEBIT, Vuk. Hoyt Yee's visit to Serbia still provokes reactions. **European Western Balkans**, 30 Oct. 2017. Disponível em: <<https://europeanwesternbalkans.com/2017/10/30/hoyt-yees-visit-serbia-still-provokes-reactions/>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

VOJVODIĆ, Mihailo. **Srbija i Balkansko pitanje (1875-1914)** [A Sérvia e a questão balcânica (1875-1914)]. Novi Sad: Marica srpska, 2000.

VRZIĆ, Nikola. Diplomatska kolonija Srbija [A colônia diplomática Sérvia]. **Pečat**, 3 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.pecat.co.rs/2011/11/diplomatska-kolonija-srbija/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

VUKADINOVIĆ, Đorđe. NATO, SOFA, IPAP i NSPO – da se Srbi ne osve(s)te [OTAN, SOFA, IPAP e NSPO – para que os sérvios não se vinguem]. **Politika**. 24 feb. 2016. Disponível em: <<http://www.politika.rs/sr/clanak/349777/NATO-SOFA-IPAP-i-NSPO-da-se-Srbi-ne-osve-s-te>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

VUKOVIĆ, Nebojša. Geostrategijski aspekti bezbednosno-odbrambenih opcija Srbije [Aspectos geoestratégicos das opções de segurança e defesa da Sérvia]. In: KORAC, Srđan T. (Org.). **Uticao vojne neutralnosti Srbije na bezbednost i stabilnost u Evropi** [A influência da neutralidade militar da Sérvia sobre a segurança e a estabilidade na Europa]. Belgrado: Institut za međunarodnu politiku i privredu e Hans Seidel Stiftung, 2016.

WALT, Stephen. **The Origins of Alliances**. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WELLER, Marc. The Vienna negotiations on the final status for Kosovo. **International Affairs**, v.84, n.4, 2008a, p.659-681.

_____. Kosovo's final status. **International Affairs**, v.84, n.6, 2008b, p.1223-1243.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, v.46, n.2, 1992, p.391-425.

WIKIMEDIA COMMONS. **Military Alliances in the Cold War**, 7 Oct. 2006. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cold_war_europe_military_alliances_map_en.png>. Acesso em: 02 mar. 2019.

_____. **Map of the Commonwealth of Independent States (CIS)**, 26 Jan. 2009. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:CIS_Map.svg>. Acesso em: 02 mar. 2019.

WIKIMEDIA COMMONS **Mapa da antiga Iugoslávia**, 1 mar. 2013. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Yugoslavia_map_ptbr.png>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. **Serbia in the Kingdom of Serbs, Croats and Slovenes**, 31 Jul. 2017. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Srbsko_1919_es.svg>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. **Map of NATO historic enlargement in Europe**, 15 Jun. 2018. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:History_of_NATO_enlargement.svg>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. **Serbia in the Yugoslav Wars**, 13 jan. 2019. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Serbia_in_the_Yugoslav_Wars.png>. Acesso em: 10 mar. 2019.

WOHLFORTH, William C. Realism. In: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan (Eds.). **The Oxford Handbook of International Relations**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
ZAGORSKY, Andrei. **Rossiya v sisteme evropeiskoi bezopasnosti** [A Rússia no sistema de segurança europeu]. Moscou: IMEMO RAN, 2017.

ZORIĆ, Jelena. Rusko-srpski centar u Nišu - diplomatski status ili kraj [Centro russo-sérvio em Niš – status diplomático ou fim] **N1**, 6 maj. 2017. Disponível em: <<http://rs.n1info.com/Vesti/a247068/Rusko-srpski-centar-u-Nisu-diplomatski-status-ili-kraj.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ZUBOK, Vladislav M. **A Failed Empire: The Soviet Union in the Cold War from Stalin to Gorbachev**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2007.

ZHELEZNYAK: Lovchenskaya deklaratsiya mozhet stat' prochnym fundamentom dlya razvitiya sotrudnichestva s Chernogoriei [Zheleznyak: a Declaração de Lovćen pode se tornar um fundamento duradouro para o desenvolvimento da cooperação com o Montenegro]. **Edinaya Rossiya**, 29 iyun. 2016. Disponível em: <<https://er.ru/news/141860/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ZHURKIN, Vitaly. **Voennaya politika Evrosoyuza** [A política militar da União Europeia]. Moscou: Institut Evropy RAN, 2014.

ZUPANČIČ, Rok. EU peace-building in the north of Kosovo and psychosocial implications for the locals: a bottom up perspective on normative power Europe. **Journal of Balkan and Near Eastern Studies**, 2018, p.1-18.

ZVYAGEL'SKAYA, Irina. **Blizhnevostochnyi klinch**: konflikty na Blizhnem Vostoke i politika Rossii [O clinch do Oriente Médio: os conflitos no Oriente Médio e a política da Rússia]. Moscou: Aspekt Press, 2014.

ZYGAR, Mikhail. **Vsya kremlyovskaya rat'**: kratkaya istoriya sovremennoi Rossii [Toda a hoste do Kremlin: breve história da Rússia contemporânea]. Moscou: Intelektual'naya literatura, 2016.

ŽELEZNJAK, Sergej. B-4 umesto ekspanzije NATO-a na Balkanu [B-4 em vez da expansão da OTAN nos Bálcãs]. **Russia Beyond**, 08 decembar 2016. Disponível em: <https://rs.rbth.com/opinion/2016/12/08/b-4-umesto-ekspanzije-nato-a-na-balkanu_654763>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ŽIVOJINOVIĆ, Dragoljub R. Yugoslavia. In: WYLIE, Neville (Ed.). **European Neutrals and Non-Belligerents During the Second World War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.